



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1289

Sexta-feira - 26 de Julho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	2
Antônio Carlos	3
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	15
Caçador	16
Camboriú	18
Campo Alegre	31
Campos Novos	32
Canoinhas	42
Capinzal	42
Catanduvas	43
Chapadão do Lageado	43
Concórdia	44
Cordilheira Alta	48
Coronel Freitas	49
Coronel Martins	49
Corupá	50
Faxinal dos Guedes	52
Forquilha	57
Fraiburgo	60
Garopaba	66
Garuva	67
Gaspar	67
Guaramirim	69
Herval d'Oeste	69
Ilhota	70
Imbituba	71
Irineópolis	74
Itaiópolis	76
Itapoá	77
Jacinto Machado	77
Joaçaba	78
Lauro Muller	83
Leoberto Leal	83
Luzerna	83
Maravilha	84
Meleiro	84
Navegantes	84
Nova Trento	85
Novo Horizonte	86
Orleans	87
Paial	90
Palhoça	91
Papanduva	107
Passo de Torres	108
Paulo Lopes	111
Pinheiro Preto	163
Porto Belo	163
Porto União	168

Presidente Castello Branco	170
Santa Rosa do Sul	170
Santa Terezinha do Progresso	171
São Bento do Sul	171
São Domingos	172
São João do Sul	173
São José	174
São Lourenço do Oeste	182
Schroeder	183
Serra Alta	216
Siderópolis	219
Timbé do Sul	221
Timbó	222
Três Barras	280
Tunápolis	281
Turvo	303
Videira	304
Vitor Meireles	313

Associações

EGEM	317
------------	-----

Consórcios

AGIR	317
ARIS	318
CIGA	319
CINCO	320
CIS/AMFRI	320
CIS/AMOSC	320

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 193/2013

PORTARIA Nº193/2013 - DE 19 DE JULHO DE 2013

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que o veículo microônibus placa MLF 3047 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficará a disposição da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo, no dia 21 de julho de 2013 para transporte de Municípios do centro da cidade para a comunidade de Nova Vicenza - Água Doce - SC, para festividades do Aniversário do Município.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Indústria, Comércio e Urbanismo.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de julho de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Portaria 194/2013

PORTARIA Nº 194/2013 19 de Julho de 2013

“DESISTÊNCIA DE TESTE SELETIVO 004/2013”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência de teste seletivo 004/2013 , de Lucinéia Rombach, referente ao cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, com carga horária de 40 horas semanais.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 19 de Julho de 2013

Novelli Sganzerla

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 195/2013

PORTARIA Nº 195/2013 de 23 de Julho de 2013;

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Joceli A. Dos Santos Moura Rosa Trento, ocupante do cargo efetivo de Contadora, na data de 22/07/2013 a 02/08/2013, período 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22/07/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de Julho de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 196/2013

PORTARIA Nº 196/2013 23 de Julho de 2013

“DESISTÊNCIA DE TESTE SELETIVO 004/2013”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência de teste seletivo 004/2013 , de Lizete Maria Saretto, referente ao cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, com carga horária de 40 horas semanais.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de Julho de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.



Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 075/2013

DECRETO N° 075/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 18.000,00

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 22.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 40.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 24 de Julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Convite N°. 78/2013 - FMS

CONVITE N° 78/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DA ESTIVA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 13:30 do dia 06/08/2013, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde,

localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital somente poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 30/07/2013 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Portaria N°. 04/2013 - FMS

PORTARIA SMS nº. 04 de 25 de julho de 2013

Dispõe sobre a criação da Farmácia da Unidade de Pronto Atendimento 24horas - UPA24h

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina,

Considerando a necessidade de regularização do armazenamento e dispensação interna dos medicamentos a pacientes da Unidade de Pronto Atendimento 24horas de Biguaçu.

RESOLVE:

Art. 1º - Afirmar a existência da Farmácia da Unidade de Pronto Atendimento 24horas - UPA24h, do município de Biguaçu, para atender a demanda interna da referida Unidade, dentro dos padrões que garanta a qualidade e segurança dos mesmos.

Art. 2º - A Farmácia da Unidade de Pronto Atendimento 24horas - UPA24h, do município de Biguaçu, funcionará à Rua Quintino Bocaiuva, s/nº, bairro Fundos, na cidade de Biguaçu, SC.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

Decreto N° 083/2013

DECRETO N° 083 /2013 DE: 17 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 356.203,20 (trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e três reais e vinte centavos) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recurso 0.1.10.000000, 0.1.21.000000, 0.2.70.000172, 0.2.28.000205, 0.2.28.000119, 0.2.28.000179 e 0.2.28.000186 as dotações abaixo relacionadas:

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.2026	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	55.000,00
3.3.90.00/0.1.10.000000	Outras Despesas Correntes	55.000,00

15. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZAER

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1501.27.813.0005.2046	Apoio ao Lazer Comunitário	20.000,00
3.3.90.00/0.1.21.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.1015	Construção de Unidades de Saúde	50.000,00
4.4.90.00/0.2.70.000172	Investimentos	50.000,00

2101.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	20.803,20
3.3.90.00/0.2.28.000205	Outras Despesas Correntes	20.803,20

2101.10.302.0004.2092	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	50.000,00
3.3.90.00/0.2.28.000119	Outras Despesas Correntes	50.000,00

2101.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – ABV / PSF	110.400,00
3.1.90.00/0.2.28.000179	Pessoal e Encargos Sociais	110.400,00
2101.10.302.0004.2093	Manutenção da UPA	50.000,00
3.1.90.00/0.2.28.000186	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 084/2013

DECRETO N° 084 /2013 DE: 17 DE JUNHO DE 2013.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 2013.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, a necessidade de fazer atenção básica através da construção de novas unidades de saúde;

Considerando, que todo o recurso da fonte 0.2.29.000125 foi alocado na ação "Ações de Atenção Básica - PABF",

Considerando, que o remanejamento de dotação de que trata este decreto se dará dentro do próprio Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas na área da saúde para 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica - PABF	70.608,08
ANULA:		
3.3.90.00/0.2.29.000125	Outras Despesas Correntes	70.608,08
SUPLEMENTA:		
2101.10.301.0004.1015	Construção de Unidades	70.068,08
4.4.90.00/0.2.29.000125	Investimentos	70.608,08

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 085-a/2013

DECRETO N° 085-A /2013 DE: 17 DE JUNHO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

23. FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2301.08.243.0006.2050	Manutenção de Ações Sócio-Educativas	6.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.00.0000000	Transferências Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6.000,00
2301.08.244.0006.2063	Execução de Serviços de Proteção Social Especial	7.500,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.6.37.000141	Outras Despesas Correntes	7.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.6.37.000141	Pessoal e Encargos Sociais	7.500,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 089/2013

DECRETO N° 089/2013 DE 24 DE JUNHO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Manutenção do Ensino Fundamental	10.000,00
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.01.000000	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.000,00
	SUPLEMENTA:	

3.3.90.00/0.1.01.0000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
--------------------------	---------------------------	-----------

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.305.0004.2042	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	49.785,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.6.28.000045	Investimentos	17.785,00
3.3.90.00/0.2.28.000045	Outras Despesas Correntes	32.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.6.28.000045	Outras Despesas Correntes	17.785,00
3.1.90.00/0.2.28.000045	Pessoal e Encargos Sociais	32.000,00

2101.10.301.0004.2038	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	100.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000050	Outras Despesas Correntes	100.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.2.28.000050	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00

2101.10.304.0004.2041	Ações de Vigilância Sanitária	40.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.27.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.1.90.00/0.2.27.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto N° 100/2013

DECRETO N° 100/2013 DE 05 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.6.71.000055 a dotação abaixo relacionada:

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.1009	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	2.500.000,00
4.4.90.00/0.6.71.000055	Investimentos	2.500.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
 Escriturária

Decreto N° 107/2013

DECRETO N° 107/2013 DE 10 DE JULHO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2101.10.302.0004.2040	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências – MAC / SAMU	3.980,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000048	Pessoal e Encargos Sociais	3.980,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000048	Outras Despesas Correntes	3.980,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.302.0004.2092	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	2.100,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.6.29.000171	Outras Despesas Correntes	2.100,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.6.29.000171	Investimentos	2.100,00

2101.10.302.0004.2093	Manutenção da UPA	801,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000186	Outras Despesas Correntes	801,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.28.000186	Investimentos	801,00

2101.10.305.0004.2095	Ações de Prevenção à DST / HIV / AIDS	4.197,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000120	Outras Despesas Correntes	4.197,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.28.000120	Investimentos	4.197,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
 Escriturária

Decreto N° 111/2013

DECRETO N° 111/2013 DE 17 DE JULHO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	329,32
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	329,32
	SUPLEMENTA:	
4.4.71.00/0.1.00.000000	Transferências a Consórcios Públicos	329,32

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

0401.04.129.0002.1005	Revitalização da Máquina Arrecadadora	10.325,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	10.325,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	10.325,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES

1001.15.452.0009.2088	Manutenção dos Serviços de Trânsito	8.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.17.000000	Investimentos	8.000,00



	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.17.000000	Outras Despesas Correntes	8.000,00

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2101.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	41.061,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000042	Outras Despesas Correntes	41.061,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.28.000042	Investimentos	41.061,00

23. FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2301.08.243.0006.2052	Manutenção dos Serviços de Abrigo Institucional – PSE	8.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.37.000000	Outras Despesas Correntes	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.2.37.000000	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
 Escriturária

Decreto N° 114/2013

DECRETO N° 114/2013 DE 24 DE JULHO DE 2013.
 Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Parágrafo Único do artigo 12 da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais) por conta da Reserva de Contingência a (s) seguinte (s) dotação (s) orçamentária (s):

18. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.04.122.0001.2005	Administração do Biguaçuprev	83.000,00
3.3.90.00/0.2.35.000000	Outras Despesas Correntes	83.000,00
1801.09.272.0000.0001	Pagamento de Inativos e Pensionistas	600.000,00
3.1.90.00/0.2.32.000000	Pessoal e Encargos Sociais	600.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
 Escriturária

Decreto N° 115/2013

DECRETO N° 115/2013 DE 24 DE JULHO DE 2013.
 Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos 0.1.21.000000 e 0.2.28.000045 as dotações abaixo relacionadas:

15. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1501.27.813.0005.2046	Apoio ao Lazer Comunitário	500,00
3.3.90.00/0.1.21.000000	Outras Despesas Correntes	500,00

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.305.0004.2042	Vigilância Epidemiológica e Ambiental	30.000,00
3.1.90.00/0.2.28.000045	Pessoal e Encargos Sociais	14.901,89
4.4.90.00/0.2.28.000045	Investimentos	15.098,11

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
 Escriturária

Decreto N° 117/2013

DECRETO N° 117/2013 DE 24 DE JULHO DE 2013.
 Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da

Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2101.10.305.0004.2095	Ações de Prevenção à DST / HIV / AIDS	15.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000120	Outras Despesas Correntes	15.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.28.000120	Investimentos	15.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 118/2013

DECRETO Nº 118/2013 DE 24 DE JULHO DE 2013.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo Amélio Cipriani, em caráter integral, nos termos da metodologia de cálculo definida no inciso I §7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1619/2001, às dependentes VERA PACHECO LAPOLLI CIPRIANI e MARIA DA GRAÇA SALUM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo AMÉLIO CIPRIANI, brasileiro, ex-portador do RG nº 122503, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, às dependentes presumidas VERA PACHECO LAPOLLI CIPRIANI e MARIA DA GRAÇA SALUM.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos da metodologia de cálculo definida no inciso I do §7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$7.494,62 (sete mil quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUACU.

Parágrafo único. O valor dos proventos, indicado no caput deste artigo, será rateado em partes iguais entre as dependentes habilitadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 27/06/2013 - data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria Nº 2240 de 23 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2240 de 23 de julho de 2013

Designa servidor para responder pela alimentação do Portal de Acesso à Informação e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Eduardo Lopes Jonker, matrícula nº 7595 para, com o apoio dos servidores: Martha Huff Martins, matrícula nº 9493 e Alexsandro Otávio Martins, matrícula nº 7591, responder pela alimentação do Portal com os dados e informações indicadas no Decreto Municipal nº 197/2012, de forma a dar atendimento à Lei (federal) 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2241 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2241 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ LAURINDO CORREA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ LAURINDO CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2242 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2242 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AUGUSTA APARECIDA VELHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse AUGUSTA APARECIDA VELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2243 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2243 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA REGINA ESTÁCIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLAUDIA REGINA ESTÁCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2243 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2243 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA REGINA ESTÁCIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLAUDIA REGINA ESTÁCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2244 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2244 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TERESA CHAVES NERES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TERESA CHAVES NERES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 31/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 31/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2245 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2245 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JACÓ LOURENÇO DOS SANTOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JACÓ LOURENÇO DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2246 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2246 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NILTON DUARTE DE SIQUEIRA FILHO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NILTON DUARTE DE SIQUEIRA FILHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2247 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2247 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALCIDES MANOEL DE FARIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALCIDES MANOEL DE FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2247 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2247 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALCIDES MANOEL DE FARIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALCIDES MANOEL DE FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2248 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2248 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCO AURÉLIO ABDÊNAGO

MACHADO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARCO AURÉLIO ABDÊNAGO MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ALMOXARIFE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2249 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2249 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ NILTON GOEDERT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ NILTON GOEDERT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2249 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2249 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ NILTON GOEDERT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ NILTON GOEDERT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2250 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2250 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SÉRGIO CAETANO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SÉRGIO CAETANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2251 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2251 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANELIZE FERREIRA DE SENA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANELIZE FERREIRA DE SENA, para desempenhar as funções do cargo não

provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2252 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2252 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO ROBERTO VARGAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse RICARDO ROBERTO VARGAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2253 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2253 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PEDRO JOÃO DE ANDRADE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PEDRO JOÃO DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2253 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2253 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PEDRO JOÃO DE ANDRADE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PEDRO JOÃO DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2254 de 24 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2254 de 24 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MODESTINO PEDRO MARTINS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MODESTINO PEDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2013.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.

Aviso de Licitação - Convite N° 76/2013 - FMS

CONVITE N° 76/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DO SANTA CATARINA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 11:00 do dia 05/08/2013, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital somente poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 29/07/2013 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Convite N° 80/2013 - FMS

CONVITE N° 80/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAZENDA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 16:30 do dia 06/08/2013, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital somente poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 30/07/2013 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Convite N° 81/2013 - FMS

CONVITE N° 81/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DE SOROCABA DE DENTRO, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 13:30 do dia 05/08/2013, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital somente poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 29/07/2013 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Convite N° 82/2013 - FMS

CONVITE N° 82/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n°, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DE SOROCABA DE FORA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 16:30 do dia 05/08/2013, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n°, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital somente poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 29/07/2013 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Convite N° 91/2013 - FMS

CONVITE N° 91/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n°, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DO SAVEIRO, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 11:00 do dia 06/08/2013, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n°, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderá participar desta licitação qualquer tipo de empresa do ramo pertinente ao objeto, cadastrada ou não, quando convidada.

O edital somente poderá ser estendido para as demais empresas que estiverem inscritas no Cadastro de Fornecedores do Município de Biguaçu, para o objeto da licitação, desde que manifestem interesse por escrito com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 30/07/2013 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

Extrato de Revogação - Convite N° 75/2013 - FMS
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA
CONVITE N° 75/2013

O MUNICIPIO DE BIGUAÇU, localizado na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa - Biguaçu - CEP: 88160-000, através do Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 149/2012, art. 1º, IV, "c" e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010) torna público para conhecimento de todos os interessados que resolveu REVOGAR o processo referente ao Convite nº. 75/2013, cujo o objeto consiste na contratação de empresa para reforma da Unidade de Saúde do Bom Viver.

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

RAMOM WOLLINGER
Prefeito Municipal, em exercício

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Extrato de Revogação - Convite N° 77/2013 - FMS
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA
CONVITE N° 77/2013

O MUNICIPIO DE BIGUAÇU, localizado na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa - Biguaçu - CEP: 88160-000, através do Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 149/2012, art. 1º, IV, "c" e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010) torna público para conhecimento de todos os interessados que resolveu REVOGAR o processo referente ao Convite nº. 75/2013, cujo o objeto consiste na contratação de empresa para reforma da Unidade de Saúde do Janaína

Biguaçu, SC, 25 de julho de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

RAMOM WOLLINGER
Prefeito Municipal, em exercício

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

39ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

39ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 29/07/2013, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 24 de julho de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1033 - Enfermeiro II
21 - Luiza Stella Dalva da Cunha

Cargo - Lotação 1225 - Psicólogo
10 - Amanda Dri Lima
11 - Vanessa Peter Bernardes

Cargo - Lotação 2083 - Técnico de Enfermagem
12 - Jaqueline Maria Almeida

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 048/2013

DECRETO N° 048/2013.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, parte do imóvel de propriedade de Ronald Stuve, matrícula nº 8.905, situado no Município de Braço do Trombudo, em favor de imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com objetivo de construção de um Ginásio de Esportes.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável em favor da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com objetivo de construção de um Ginásio de Esportes, sendo anexado na matrícula nº 15.344, o imóvel abaixo descrito:

"A área de 1.600,00 m2 (um mil e seiscentos metros quadrados), a ser desmembrada da área remanescente 03 (com área de 8.041,00 m2) do imóvel registrado no cartório de registro de imóveis de Trombudo Central, sob a matrícula nº 8.905, situado na rua Clara Stuve, no Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Ronald Stuve, tudo de acordo com o levantamento planimétrico e memorial descritivo, partes integrantes do presente decreto."

Art. 2º - O valor pago pela área a ser desmembrada e desapropriada amigavelmente será de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), conforme ata da comissão especial de avaliação de bens imóveis do Município de Braço do Trombudo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 24 de julho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Decreto 049/2013

DECRETO N° 049/2013.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, parte do imóvel de propriedade de Osny Lauro Tribess e Marly Tribess, matrícula nº 9.203, situado no Município de Braço do Trombudo, em favor da Rua Amadeu Hercílio da Silva.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, em favor do melhoramento da via pública denominada Rua Amadeu Hercílio da Silva, no município de Braço do Trombudo, o imóvel abaixo descrito:

“A área de 99,00 m2 (noventa e nove metros quadrados) do imóvel com 675,00 m2 (seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), devidamente registrado no cartório de registro de imóveis de Trombudo Central, sob a matrícula nº 9.203, situado na rua Amadeu Hercílio da Silva, no Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, de propriedades de Osny Lauro Tribess e Marly Tribess, tudo de acordo com o levantamento planimétrico e memorial descritivo, partes integrantes do presente decreto.”

Art. 2º - O valor pago pela área a ser desapropriada amigavelmente será de R\$ 3.069,00 (três mil e sessenta e nove reais), conforme ata da comissão especial de avaliação de bens imóveis do Município de Braço do Trombudo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 24 de julho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto N° 5.651

DECRETO N° 5.651, de 24 de julho de 2013.

Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, pelo prazo de dois anos, de acordo com o art. 6º, da Lei Municipal nº 12.869, de 22 de dezembro de 2011, conforme segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Maria Goreti de Oliveira Lamera
Suplente: Anelise Teresinha Weber

2- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Susana Ribeiro

Suplente: Elizete Farias

3- Secretaria Municipal de Assistência Social
(CRAS- Centro de Referência de Assistência Social)

Titular: Cristiane Aline de Santi

Suplente: Luciana Marques

4- Secretaria Municipal de Assistência Social
(CREAS- Centro Especializado de Referência de Assistência Social)

Titular: Caroline Rocha de Paula

Suplente: Terezinha Aparecida Wames Coelho de Souza

5- Secretaria Municipal de Assistência Social
(Programa Bolsa Família)

Titular: Adriana Moreira Bairro

Suplente: Carlos Antonio Arruda Wagner

6- Secretaria Municipal de Educação

Titular: Bartira Elisa Tomazini

Suplente: Marinês de Almeida Musskopf

7- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Jane Schneider

Suplente: Silvia Linhares Martello

8- Secretaria Municipal da Administração

Titular: Paulo Sérgio de Moraes

Suplente: Luiz Carlos Zonta

9- Gabinete do Prefeito

Titular: Mario Luiz Cachinski

Suplente: Ivonete Ruppel Mello

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes dos usuários e ou organizações de usuários da Assistência Social:

1- União de Associação de Moradores de Caçador

Titular: Ivanir José Pagotto

Suplente: Nadir Ribeiro

2- Associação de Moradores do Bairro Vila Santa Clara

Titular: Marilene Ruppel Mantovani

Suplente: Ivo Rogério dos Santos

3- Associação de Moradores do Bairro Vila Paraíso

Titular: Rosane Aparecida Braggio

Suplente: Lucy Vali Brandt

Representantes de entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS:

1- ACEIAS- Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social

Titular: Mariany Boscari

Suplente: Ligia Pierdona Vitto

2- AMAR- Associação Maria Rosa

Titular: Neuzeli Aparecida da Silva

Suplente: Mirela Carla Urio

3- Associação de Bombeiros Voluntários de Caçador

Titular: Luciana Alves de Lima

Suplente: Karina Souza de Matos

Representantes de entidades de Trabalhadores do Setor:

1- Associação de Assistentes Sociais de Caçador

Titular: Gladis Marisa Fontana
Suplente: Sirlei Heinemann Weber

2- Associação de Psicólogos de Caçador e Região
Titular: Clayton Luiz Zanella
Suplente: Débora Cunha de Almeida

3- Associação de Assistentes Sociais de Caçador
Titular: Andréia Almeida
Suplente: Marizete Fatima Iaczinski

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.942, de 05 de agosto de 2011 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação - PR 52 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 14/08/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 14/08/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de Julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Contrato 66-2013 Saúde

Contrato 66/2013 - O presente Contrato tem por objeto o acréscimo nas quantidades do Contrato nº 08/12 para contratação de Monitor de oficinas de Teatro para o CPAS II, processo licitatório nº 06/12, PR nº 04/12. Contratado: Vento Negro Companhia de Teatro. Valor: R\$ 1.425,50

Contrato 66-2013 Saúde

Contrato 66/2013 - O presente Contrato tem por objeto o acréscimo nas quantidades do Contrato nº 08/12 para contratação de Monitor de oficinas de Teatro para o CPAS II, processo licitatório nº 06/12, PR nº 04/12. Contratado: Vento Negro Companhia de Teatro. Valor: R\$ 1.425,50

Contrato 67-2013 Saúde

Contrato 67/2013 - O presente Contrato tem por objeto a prorrogação de prazo ao contrato nº 80/2012, para locação de sala comercial para funcionamento da Vigilância Sanitária, processo

licitatório nº 43/09, DL nº 04/09. Contratado: Celso Zeferino Marini e Maria Bernadete Marini. Valor: R\$ 903,00

Contrato 68-2013 Saúde

Contrato 68/2013 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviços de vigilância e segurança no CAPS AD, processo licitatório nº 35/13, PR nº 25/13. Contratado: Patrimonial Segurança LTDA. Valor: R\$ 51.600,00. Prazo: 12/07/2014

Contrato 69-2013 Saúde

Contrato 69/2013 - O presente Contrato tem por objeto a prorrogação ao contrato nº 80/12 para acesso a internet e interligação via rádio destinados aos postos de saúde do município, processo licitatório nº 54/10, PR nº 25/10. Contratado: Conect Informática LTDA. Valor: R\$ 145.362,27 Prazo: 21/07/2014

Contrato 70-2013 Saúde

Contrato 70/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de longarina, DVD, autoclave, equipamentos e materiais médicos destinados aos postos de saúde do município de Caçador, processo licitatório nº 29/13, PE nº 01/13. Contratado: ACT Importação, Exportação, Distribuição e Comércio de Produtos LTDA ME Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 6.659,68

Contrato 71-2013 Saúde

Contrato 71/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de longarina, DVD, autoclave, equipamentos e materiais médicos destinados aos postos de saúde do município de Caçador, processo licitatório nº 29/13, PE nº 01/13. Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar LTDA Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 8.980,55

Contrato 72-2013 Saúde

Contrato 72/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de longarina, DVD, autoclave, equipamentos e materiais médicos destinados aos postos de saúde do município de Caçador, processo licitatório nº 29/13, PE nº 01/13. Contratado: AVA Comércio e Representações LTDA Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 7.220,34

Contrato 73-2013 Saúde

Contrato 73/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de longarina, DVD, autoclave, equipamentos e materiais médicos destinados aos postos de saúde do município de Caçador, processo licitatório nº 29/13, PE nº 01/13. Contratado: Luis César Reis ME Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 12.699,50

Contrato 74-2013 Saúde

Contrato 74/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de longarina, DVD, autoclave, equipamentos e materiais médicos destinados aos postos de saúde do município de Caçador, processo licitatório nº 29/13, PE nº 01/13. Contratada: Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 11.187,60

Contrato 75-2013 Saúde

Contrato 75/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de longarina, DVD, autoclave, equipamentos e materiais médicos destinados aos postos de saúde do município de Caçador, processo licitatório nº 29/13, PE nº 01/13. Contratada: Mediane Comércio de Produtos em Geral EIRELI ME Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 834,00

Contrato 76-2013 Saúde

Contrato 76/2013 - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de longarina, DVD, autoclave, equipamentos e materiais médicos destinados aos postos de saúde do município de Caçador, processo licitatório nº 29/13, PE nº 01/13. Contratada: Rosângela Soares Sardinha Cornetta ME Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 8.843,89

Ata de Registro de Preço N° 18 - 2013 - FUNDEMA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013 – FUNDEMA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA E FINA DESTINADA A FABRICAÇÃO DE TUBOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDEMA Referente ao processo licitatório nº 23/2013, Pregão Presencial nº 19/2013 Fornecedor UNIDAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.055.020/0001-97, com sede na cidade de Caçador/SC, o prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	350	M3	AREIA MÉDIA OU FINA	67,30	23.550,00
			TOTAL GERAL		23.550,00

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.673/2013

DECRETO N.º 1.673/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
 Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
 Função: 17 - Saneamento
 Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano
 Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
 Atividade: 2.065 - Manutenção Técnica do Fundo Mun. de Saneamento Básico
 Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 15
 VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
 Em, 17 de julho de 2013.
 LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
 Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
 Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.674/2013

DECRETO N.º 1.674/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
 Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
 Função: 01 - Legislativa
 Sub-função: 031 - Ação Legislativa
 Programa: 0001 - Gestão do Processo Legislativo
 Atividade: 2.001 - Manut. Da Administração da Câmara de Vereadores
 Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 1
 VALOR: R\$ 210.000,00

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
 Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
 Função: 01 - Legislativa
 Sub-função: 031 - Ação Legislativa
 Programa: 0001 - Gestão do Processo Legislativo
 Atividade: 2.001 - Manut. Da Administração da Câmara de Vereadores
 Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 4
 VALOR: R\$ 90.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável o excesso de arrecadação da Câmara Municipal de Vereadores, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
 Em, 17 de julho de 2013.
 LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
 Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
 Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.675/2013

DECRETO N.º 1.675/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 326.300,00 (trezentos e vinte e seis mil e trezentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana

Atividade: 1.005 - Paviment., Conserv. e Recuperação de Ruas e Avenidas

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 79

VALOR: R\$ 300.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0004 - Gestão Fazendária Governamental

Atividade: 2.016 - Manutenção do Departamento de Contabilidade

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 51

VALOR: R\$ 6.300,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Função: 23 - Comércio e Serviços

Sub-função: 695 - Turismo

Programa: 0006 - Gestão e Apoio ao Desenvolvimento do Turismo e Cultura

Atividade: 2.024 - Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 72

VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 17 de julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.676/2013

DECRETO N.º 1.676/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.390,00 (seis mil trezentos e noventa reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Secret. Munic, Desenv. E Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0013 - Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social

Atividade: 2.052 - Manut. Do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 11

VALOR: R\$ 6.390,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 17 de julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.677/2013

DECRETO N.º 1.677/2013

Regulamenta o uso do Centro de Múltiplo Uso Alice Testoni Gomes.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º Fica autorizado aos munícipes o uso das dependências do Centro de Múltiplo Uso Alice Testoni Gomes, localizado na Rua Minas Gerais, s/n.º, Bairro Areias, Camboriú/SC, para fins de reuniões, assembleias, palestras, bailes, bingos, sorteios, festas comemorativas, cursos, entre outros eventos.

§ 1º O Centro de Múltiplo Uso será administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, a qual ficará responsável pelo agendamento dos eventos e respectivos horários.

§ 2º Todos os eventos realizados deverão ser registrados em livro de controle.

§ 3º O Centro de Múltiplo Uso poderá ser utilizado todos os dias das 07h30min (sete horas e trinta minutos) às 22h (vinte e duas horas), mediante assinatura do Termo de Responsabilidade de Uso e apresentação dos documentos de identificação e comprovante de residência do responsável pelo evento.

Art. 2º Para utilização das dependências do Centro de Múltiplo Uso Alice Testoni Gomes o interessado deverá contribuir espontaneamente com 02 (duas) Unidades Fiscais Municipais - UFM'S, quantia esta destinada a custear o consumo de água, luz, bem como a manutenção e limpeza do local.

Art. 3º O promotor do evento deverá entregar o Centro de Múltiplo Uso Alice Testoni Gomes organizado e em perfeita ordem, em até 12h (doze horas) contadas do final do evento.

§ 1º Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo será aplicada multa de 02 (duas) a 04 (quatro) UFM'S, considerada a gravidade e a reincidência do ato.

§ 2º O Município poderá, a seu critério, proibir a utilização do Centro de Múltiplo Uso quando a pessoa interessada não houver utilizado de forma adequada o local em eventos anteriores.

Art. 4º O promotor do evento será responsável por todo e qualquer incidente envolvendo pessoas que frequentam o Centro de Múltiplo uso Alice Testoni Gomes no dia da realização do evento.

Art. 5º É vedada a utilização do Centro de Múltiplo Uso Alice Testoni por menores de idade, bem como para realização:

- I - de jogos de azar;
- II - de reuniões de promoção de particular;
- III - de reuniões de promoção social e pessoal de agentes públicos;
- IV - de reuniões políticas;
- V - de eventos que sejam contrários a moral e aos bons costumes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 22 de julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.680/2013

DECRETO N.º 1.680/2013

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada no dia 24 de junho de 2013, elegeu novos membros para a sua composição;

CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei Municipal n.º 2.023/2009 estabelece que a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação será feita por meio de Decreto do Prefeito Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Educação do Município de Camboriú, conforme dispõe o artigo 4º, da Lei Municipal n.º 2.023/2009, estando assim constituído:

I - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) titulares: Graciela Testoni, Iara Canto Garzon e Luciana Zimmermann Look;
- b) suplentes: Celi Utrera Estevanin, Márcia Beatriz Mello Fuck e Andressa Westarpghizi.

II - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:

- a) titular: John Lenon Teodoro;
- b) suplente: Denise Santiago.

III - representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) titular: Marcia Regina Freitag;
- b) suplente: Maurício José de Oliveira.

IV - representantes da Escola Federal existente no Município (Instituto Federal Catarinense - IFC):

- a) titular: Sônia Regina de S. Fernandes;
- b) suplente: Moema Helena Koche de Albuquerque.

V - representantes das Escolas Particulares do Município:

- a) titular: Raquel Lazzarotto Linhares;
- b) suplente: Maria Aparecida Pereira.

VI - representantes da Escola Especial do Município (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE):

- a) titular: Rosilda Salete Rodrigues;
- b) suplente: Agnaldo do Carmo.

VII - representantes das Escolas Estaduais do Município:

- a) titulares: Eliana Andréa Backes e Nádia Britto Anaíno;
- b) suplentes: Samuel La Banca e Roseli H. Fernandes.

VIII - representantes das APPs da Rede Municipal:

- a) titulares: Aires Rafaeli Neto e Mazilda Lana da Silva;
- b) suplentes: Douglas Eduardo Cardoso e Fabrícia Sores Bernardino.

IX - representantes dos alunos das Escolas do Município:

- a) titular: Valter Jesuino da Silva;
- b) suplente: Luis Carlos Kroeger.

X - representantes do Conselho Tutelar do Município:

- a) titular: Tanalú Garcia Simões;
- b) suplente: Elisabete Machado de Oliveira.

Art. 2º Consoante deliberado pelo Plenário, restou a Diretoria do conselho eleita, a qual fica composta da seguinte forma:

- I - Presidente: Luciana Zimmermann Look;
- II - Vice-Presidente: Iara Canto Garzon;
- III - Secretário: Aires Rafaeli Neto.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Educação não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 4º Fica revogado o Decreto n.º 974 de 22 de janeiro de 2010.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 23 de julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

DI 15/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 015/2013 - FMS
Data: 24/07/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTÃO PARA O PRONTO ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CAMBORIÚ, ESPECIALIDADE: CLINICO GERAL (PRONTO SOCORRO), PLANTÃO 24 HORAS PRESENCIAL E TRÊS ENFERMEIROS (PRONTO SOCORRO) 40 HORAS SEMANAIS. Valor total: R\$ 411.120,00 (Quatrocentos e Onze Mil Cento e Vinte Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: COOPEMESC - Cooperativa de Especialidades Médicas de Santa Catarina Ltda

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 24 de Julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

DI 15/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 015/2013 - FMS
Data: 24/07/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTÃO PARA O PRONTO ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CAMBORIÚ, ESPECIALIDADE: CLINICO GERAL (PRONTO SOCORRO), PLANTÃO 24 HORAS PRESENCIAL E TRÊS ENFERMEIROS (PRONTO SOCORRO) 40 HORAS SEMANAIS. Valor total: R\$ 411.120,00 (Quatrocentos e Onze Mil Cento e Vinte Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: COOPEMESC - Cooperativa de Especialidades Médicas de Santa Catarina Ltda

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 24 de Julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PR 28/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2013-FME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES), PARA PREPARO DA MERENDA AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) ESCOLAS DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 14 (Catorze) de Agosto de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 921, 925, 931, 933

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 921/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEH6386	55654151D	6599/2	25/12/2012	230 * V
AFK2402	55653951D	6599/2	12/12/2012	230 * V
AFK2402	55653952D	5010/0	12/12/2012	162 * I
AJP0635	55654552D	6599/2	23/12/2012	230 * V
AJP6231	55653318D	5010/0	20/11/2012	162 * I
AJP6231	55653319D	6610/2	20/11/2012	230 * VII
AKM7305	55654159D	6599/2	01/01/2013	230 * V
ART0904	55654510D	5010/0	22/12/2012	162 * I
ART0904	55654511D	6912/0	22/12/2012	232
DXV3368	55654217D	6670/0	27/12/2012	230 * XIII
HPC1560	55654406D	6599/2	22/12/2012	230 * V
LOR2797	55654477D	6599/2	25/12/2012	230 * V
LXZ1897	55654061D	6912/0	22/12/2012	232
LXZ1897	55654062D	6599/2	22/12/2012	230 * V
LYY0560	55654518D	6912/0	22/12/2012	232
LYY0560	55654519D	6912/0	22/12/2012	232
LZT8444	55653853D	5010/0	11/12/2012	162 * I
LZT8444	55653854D	6599/2	11/12/2012	230 * V
MAS9548	55654402D	6599/2	22/12/2012	230 * V
MBM6909	55654564D	5010/0	31/12/2012	162 * I
MBM8970	55654470D	6599/2	23/12/2012	230 * V
MCE6007	55654158D	5037/1	01/01/2013	162 * III
MCT2261	55654411D	6670/0	24/12/2012	230 * XIII
MDF8749	55654515D	6912/0	22/12/2012	232
MDF8749	55654516D	6599/2	22/12/2012	230 * V
MDO5561	55653793D	5010/0	26/12/2012	162 * I

MED4103	55653964D	5010/0	24/12/2012	162 * I
MEL6458	55654116D	6599/2	28/12/2012	230 * V
MES1973	55654218D	6599/2	29/12/2012	230 * V
MFA9365	55654418D	6599/2	25/12/2012	230 * V
MFA9365	55654419D	6912/0	25/12/2012	232
MFA9365	55654420D	5045/0	25/12/2012	162 * V
MFB9338	55654315D	5045/0	24/12/2012	162 * V
MFS8583	55654320D	5010/0	02/01/2013	162 * I
MFS8583	55654321D	5118/0	02/01/2013	164 c/c 162 * I
MFV1836	55654523D	6599/2	24/12/2012	230 * V
MFV1836	55654524D	5010/0	24/12/2012	162 * I
MFV1836	55654525D	5010/0	24/12/2012	162 * I
MFX7389	55654313D	5045/0	22/12/2012	162 * V
MFX7389	55654314D	5096/0	22/12/2012	163 c/c 162 * V
MGE7260	55654266D	6599/2	27/12/2012	230 * V
MGF7336	55654362D	6599/2	28/12/2012	230 * V
MGF7336	55654364D	5274/1	28/12/2012	175
MGF7336	55654365D	5274/3	28/12/2012	175
MGS3724	55951728C	6610/2	25/12/2012	230 * VII
MGS3724	55951731C	5274/1	25/12/2012	175
MGS3724	55951732C	6637/1	25/12/2012	230 * IX
MGS3724	55951733C	6599/2	25/12/2012	230 * V
MGS3724	55957899B	6912/0	25/12/2012	232
MGS3724	55957900B	7340/0	25/12/2012	252 * IV
MHA6587	55654527D	5045/0	30/12/2012	162 * V
MHO1661	55654517D	6599/2	22/12/2012	230 * V
MHO2137	55654152D	5169/1	25/12/2012	165
MHO2137	55654153D	6912/0	25/12/2012	232
MHQ8650	55654551D	6599/2	23/12/2012	230 * V
MHS8995	55653800D	6637/1	30/12/2012	230 * IX
MHV8422	55654155D	6599/2	30/12/2012	230 * V
MKT5780	55652746D	6599/2	19/12/2012	230 * V
MKX8078	55653796D	6599/1	30/12/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTES EDITAIS.

CAMBORIU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 925/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
ACI4002	55654532D	6912/0	09/01/2013	232
ACI4002	55654533D	6599/2	09/01/2013	230 * V
AFZ7430	55654127D	6599/2	03/01/2013	230 * V
AGS0640	55654223D	6599/2	03/01/2013	230 * V
AGS0640	55654224D	5045/0	03/01/2013	162 * V
AKG0709	55652744D	5045/0	19/12/2012	162 * V
ALH8530	55654547D	6920/0	11/01/2013	233
ANX6592	55653665D	6920/0	07/12/2012	233
BCK0330	55654227D	6599/2	04/01/2013	230 * V
BCK0330	55654228D	6408/0	04/01/2013	221
BSE0607	55654140D	6599/2	11/01/2013	230 * V
BSE0607	55654142D	5010/0	11/01/2013	162 * I
CIN3340	55654276D	5010/0	07/01/2013	162 * I
CNA0913	55653020D	6599/2	08/12/2012	230 * V
CNA0913	55653021D	6912/0	08/12/2012	232
HQT0267	55654002D	5010/0	06/01/2013	162 * I
HQT0267	55654003D	6599/2	06/01/2013	230 * V
HZP2429	55653447D	6599/2	07/12/2012	230 * V
ICR7800	55651835D	6920/0	08/01/2013	233
KGE7170	55653855D	6599/2	16/12/2012	230 * V
KGE7170	55653856D	5010/0	16/12/2012	162 * I
KGE7170	55653857D	5169/1	16/12/2012	165
KNQ1219	55654248D	6599/2	10/01/2013	230 * V
LWX1084	55654125D	6599/2	02/01/2013	230 * V
LWY0441	55654578D	6599/2	04/01/2013	230 * V
LXA3251	55653660D	6920/0	07/12/2012	233

LYL4188	55651834D	6920/0	08/01/2013	233
LYZ8698	55654181D	6599/2	12/01/2013	230 * V
LYZ8698	55654182D	5010/0	12/01/2013	162 * I
LYZ8698	55654184D	5118/0	12/01/2013	164 c/c 162 * I
LYZ8698	55654185D	6599/2	12/01/2013	230 * V
LZF9621	55654573D	6599/2	04/01/2013	230 * V
LZF9621	55654574D	6637/2	04/01/2013	230 * IX
LZP9041	55654005D	6912/0	09/01/2013	232
MAT4205	55653655D	6920/0	07/12/2012	233
MAY6852	55654282D	6912/0	10/01/2013	232
MBI3202	55653969D	6637/2	03/01/2013	230 * IX
MBK1858	55654537D	6920/0	11/01/2013	233
MBO3056	55654290D	6599/2	12/01/2013	230 * V
MBO3056	55654291D	6610/2	12/01/2013	230 * VII
MBX7615	55651830D	6920/0	08/01/2013	233
MBY3340	55651686D	6599/2	18/12/2012	230 * V
MCA1662	55654275D	5010/0	07/01/2013	162 * I
MCT7754	55653664D	6920/0	07/12/2012	233
MCU5080	55651836D	6920/0	08/01/2013	233
MCX3259	55651837D	6920/0	08/01/2013	233
MDC0621	55654088D	6599/2	12/01/2013	230 * V
MDI9827	55654751D	6920/0	11/01/2013	233
MDK4362	55654766D	6599/2	11/01/2013	230 * V
MDK4362	55654767D	6912/0	11/01/2013	232
MDK4362	55654768D	5045/0	11/01/2013	162 * V
MEB0706	55654169D	7340/0	09/01/2013	252 * IV
MEC3332	55651844D	6920/0	08/01/2013	233
MEN4709	55005777D	5010/0	18/12/2012	162 * I
MEN4709	55005778D	6599/2	18/12/2012	230 * V
MEQ5161	55654762D	6920/0	11/01/2013	233
MEU2303	55653768D	5010/0	09/12/2012	162 * I
MFL0386	55654176D	5010/0	11/01/2013	162 * I
MFL0386	55654177D	5118/0	11/01/2013	164 c/c 162 * I
MFP1140	55654171D	6599/2	10/01/2013	230 * V
MFQ8927	55654604D	6653/1	10/01/2013	230 * XI
MFT7114	55654373D	7340/0	09/01/2013	252 * IV
MFT7494	55654225D	6408/0	04/01/2013	221

MFV0411	55654242D	7358/0	09/01/2013	252 * V
MGG6319	55654764D	6920/0	11/01/2013	233
MHG4672	55653240D	6637/2	05/12/2012	230 * IX
MHG4672	55653241D	5061/0	05/12/2012	163 c/c 162 * I
MHG4672	55653605D	5010/0	05/12/2012	162 * I
MHI5478	55653756D	6599/2	07/12/2012	230 * V
MHN7012	55652948D	6653/1	12/12/2012	230 * XI
MIF1533	55653149D	6912/0	09/12/2012	232
MIF1533	55653150D	6580/0	09/12/2012	230 * IV
MIH7442	55653019D	6599/2	06/12/2012	230 * V
MIL8639	55654168D	6599/2	05/01/2013	230 * V
MJD5669	55651692D	7340/0	05/01/2013	252 * IV
MJE2278	55653786D	6556/1	19/12/2012	230 * I
MJF3577	55654190D	7340/0	12/01/2013	252 * IV
MJJ1715	55653970D	6653/1	03/01/2013	230 * XI
MKA9799	55654175D	6599/2	11/01/2013	230 * V
MKM8390	55654166D	6599/2	05/01/2013	230 * V
MKQ2496	55654083D	5045/0	06/01/2013	162 * V
MUG7456	55654757D	6920/0	11/01/2013	233
MXR6088	55653618D	6599/2	11/01/2013	230 * V
MYF1048	55653666D	5169/1	12/01/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 931/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDG4024	55653971D	5010/0	06/01/2013	162 * I
MDG4024	55653972D	6599/2	06/01/2013	230 * V
MDG4024	55653973D	6912/0	06/01/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 933/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF6149	55653986D	6599/2	29/01/2013	230 * V
AAX9616	55654331D	5010/0	19/01/2013	162 * I
AAX9616	55654332D	5061/0	19/01/2013	163 c/c 162 * I
AFC3556	55654381D	6599/2	17/01/2013	230 * V
AFC3556	55654382D	5010/0	17/01/2013	162 * I
AFC3556	55654383D	6912/0	17/01/2013	232
AHE5741	55654952D	6599/2	25/01/2013	230 * V
AHE5741	55654953D	6912/0	25/01/2013	232
AJN7204	55654262D	6599/2	26/12/2012	230 * V
AMA0325	55653061D	6610/2	24/01/2013	230 * VII
AMB6778	55653980D	6637/2	18/01/2013	230 * IX
AYK3030	55653979D	6599/2	19/01/2013	230 * V
BFJ4386	55654154D	5010/0	28/12/2012	162 * I
BUN6013	55653062D	6599/2	24/01/2013	230 * V
BUN6013	55653063D	6912/0	24/01/2013	232
IHX7747	55653981D	6637/2	19/01/2013	230 * IX
IJK0661	55654115D	6637/2	27/12/2012	230 * IX
KKH5987	55654366D	6599/2	01/01/2013	230 * V
LCK6435	55654112D	6599/2	24/12/2012	230 * V
LXC8870	55654786D	6599/2	23/01/2013	230 * V
LYU4507	55653982D	5169/1	22/01/2013	165
LYZ0550	55654482D	6599/2	26/12/2012	230 * V
LZX9280	55654312D	6599/2	22/12/2012	230 * V
MAA4660	55654408D	6599/2	23/12/2012	230 * V
MAB2254	55654789D	5010/0	23/01/2013	162 * I
MAB2254	55654790D	6599/2	23/01/2013	230 * V

MAB2254	55654791D	6912/0	23/01/2013	232
MAB2355	55654008D	6599/2	13/01/2013	230 * V
MAB2355	55654009D	5010/0	13/01/2013	162 * I
MAL4041	55654500D	6599/2	22/01/2013	230 * V
MAL4041	55655056D	6912/0	22/01/2013	232
MBE7604	55654606D	6610/2	15/01/2013	230 * VII
MBE7604	55654607D	6653/1	15/01/2013	230 * XI
MBE7604	55654608D	6637/1	15/01/2013	230 * IX
MBV6594	55653865D	6912/0	24/01/2013	232
MBV6594	55653866D	5010/0	24/01/2013	162 * I
MBX0058	55654100D	6912/0	16/01/2013	232
MBX0058	55654296D	6599/2	16/01/2013	230 * V
MCH7546	55654369D	7340/0	02/01/2013	252 * IV
MCI9835	55654304D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MCJ1179	55653617D	6556/1	31/12/2012	230 * I
MCO8087	55654216D	6599/2	27/12/2012	230 * V
MCQ1585	55654195D	5045/0	13/01/2013	162 * V
MCQ5799	55653975D	5010/0	18/01/2013	162 * I
MCQ5799	55653976D	5061/0	18/01/2013	163 c/c 162 * I
MCQ5799	55653977D	5169/1	18/01/2013	165
MDA4800	55655058D	6556/1	22/01/2013	230 * I
MDD3167	55654545D	6920/0	11/01/2013	233
MDQ4609	55654212D	6599/2	22/12/2012	230 * V
MDQ4609	55654213D	6912/0	22/12/2012	232
MEC3825	55654401D	6408/0	21/12/2012	221
MEE7509	55654579D	6637/2	09/01/2013	230 * IX
MEE7509	55654580D	6610/2	09/01/2013	230 * VII
MEE7509	55654581D	6602/0	09/01/2013	230 * VI
MEF8119	55655066D	5045/0	23/01/2013	162 * V
MEJ6402	55654196D	7340/0	13/01/2013	252 * IV
MES2109	55653792D	5274/3	23/12/2012	175
MFF8120	55654299D	6599/2	19/01/2013	230 * V
MFH0748	55654468D	5045/0	22/12/2012	162 * V
MFH0748	55654469D	6599/2	22/12/2012	230 * V
MFS4529	55651833D	6920/0	08/01/2013	233
MFW2721	55654336D	6912/0	24/01/2013	232
MGF3422	55651700D	5010/0	13/01/2013	162 * I

MGF3422	55651700D	6599/2	13/01/2013	230 * V
MGG9448	55655052D	6599/2	21/01/2013	230 * V
MGV2649	55654480D	6912/0	25/12/2012	232
MGW0653	55654465D	6408/0	22/12/2012	221
MHA9430	55654161D	6599/2	02/01/2013	230 * V
MHA9430	55654162D	5045/0	02/01/2013	162 * V
MHN5231	55654504D	5010/0	21/12/2012	162 * I
MHN5231	55654505D	6599/2	21/12/2012	230 * V
MHN5231	55654506D	6912/0	21/12/2012	232
MHR9052	55651829D	6599/2	24/12/2012	230 * V
MHV9469	55654702D	6920/0	14/01/2013	233
MHW1900	55653795D	6599/2	27/12/2012	230 * V
MIK7028	55654200D	7340/0	14/01/2013	252 * IV
MIM0129	55655082D	6912/0	28/01/2013	232
MIO3205	55654787D	6599/2	23/01/2013	230 * V
MIO3205	55654788D	6912/0	23/01/2013	232
MIX4501	55654451D	5010/0	20/12/2012	162 * I
MJQ4142	55654064D	6912/0	24/12/2012	232
MKO7409	55654157D	6599/2	01/01/2013	230 * V
MLB7750	55654131D	6599/2	04/01/2013	230 * V
MMA1008	55654461D	6599/2	21/12/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei N° 3.994 de 24 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI N° 3.994 DE 24 DE JULHO DE 2013

ALTERA O INCISO II DO ARTIGO 6º DA LEI MUNICIPAL N° 3.907 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art.1º) O Inciso II do Artigo 6º da Lei Municipal nº 3.907, de 12 de dezembro de 2012, passará a vigorar com a seguinte redação:

“II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada última terça feira de cada mês, conforme calendário anual previamente acordado e, extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros”.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 24 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei N° 3.995 de 24 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI N° 3.995 DE 24 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 90.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 24 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei N° 3.996 de 24 de Julho de 2013

LEI N° 3.996 DE 24 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL A RECEBER ÁREA PARTICULAR POR DOAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo a receber em doação área com 1.507,50 m2 (um mil quinhentos e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), parte de uma área maior com 77.530,00 m2 (setenta e sete mil, quinhentos e trinta metros quadrados), pertencente ao imóvel matriculado sob nº 11.017 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC, de propriedade de Leonel Bueno de Farias e Maria Evanir de Farias.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 24 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.865 de 23 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.865 DE 23 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 31.050,00 (trinta e um mil, cinquenta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

08.01 - Serviço de Planejamento e Obras

12.452.0043.2.052 - Pessoal da Educação Infantil

300000.00.136 - Despesas Correntes

310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.136 - Aplicações Diretas
319004.00.136 - Contratação Por Tempo Determinado R\$ 12.500,00
319013.00.136 - Obrigações Patronais R\$ 18.800,00
TOTAL R\$ 31.050,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

08.01 - Serviço de Planejamento e Obras

12.452.0043.2.052 - Pessoal da Educação Infantil

300000.00.136 - Despesas Correntes

310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.136 - Aplicações Diretas

319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 31.050,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 23 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.866 de 24 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.866 DE 24 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.995 de 24 de julho de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 90.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato Nº 03/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2013

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Contratado: SBS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Objeto: Pelo presente contrato, a contratada irá prestar serviços de suporte, hospedagem e manutenção de um site na internet website, sem limite de tráfego e tamanho para a Câmara Municipal de Campo Alegre, onde serão divulgadas: informações institucionais sobre a contratante estrutura e funcionamento; informações sobre os vereadores - nome, dados pessoais e contato; informações sobre as reuniões da câmara, atas, projetos aprovados, decisões, etc; atos, resoluções, portarias, instruções normativas, publicações legais, relatórios, etc; contato, busca e links.

Valor R\$ 900,00

Vigência: 01/07/2013 a 31/12/2013

Dotação orçamentária: 01.01.001.031.1101.33903900.

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.772 _2013

DECRETO Nº 6.772/13 DE 23/07/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2001 - Manutenção do Departamento de Planejamento, Org. e Coord. Geral

Elementos de despesa: 157 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0024.00 - Aplicações Diretas R\$ 19,51

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 19,51 (dezenove reais e cinquenta e um centavos) provenientes de Superávit Financeiro de Exercício Anterior - Recursos Convênios Federais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 23 de julho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto N° 6.774 _2013

DECRETO N° 6774/13 DE 23/07/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no valor de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - Recursos Próprios
Elementos de despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 40 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio - Recursos Próprios
Elementos de despesa: 6 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.00 0000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 23 de julho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto N° 6773 _2013

DECRETO N° 6.773/13 DE 23/07/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei

de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.070 - Manutenção do Fundo de Saúde - Recursos do Estado
Elementos de despesa: 36 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0023.00 - Aplicações Diretas R\$ 87.523,60

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 87.523,60 (oitenta e sete mil, quinhentos e vinte e três reais e sessenta centavos) provenientes de Superávit Financeiro de Exercício Anterior - Recursos Convênio com o Estado (Odontomóvel).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto,
em 23 de julho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão 46/2013 - Contratação de Empresa Para Fornecimento de Peças e Serviços Para Conserto de 01 Escavadeira de Esteira Komats
AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO N° 136/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2013

O Município de Campos Novos através da Prefeitura Municipal de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08 de agosto de 2013 às 16:00 hs, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por lote, tendo como objeto a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONSERTO DE 01 ESCAVADEIRA DE ESTEIRA KOMATSU PC138 US-8, SÉRIE N° 23724, ANO 2009, 01 ESCAVADEIRA DE ESTEIRA KOMATSU PC138 US-8, SÉRIE N° 22685, ANO 2008, 01 PÁ CARREGADEIRA WA180-1B, N DE SERIE B2292, ANO 2005, 01 ROLO COMPACTADOR DYNAPAC CA250, SERIE N° B002628, ANO 2010, E ROLO COMPACTADOR DYNAPAC CA250, SERIE N° B001872, ANO 2012, 01 TRATOR MF 4275 ANO 2013 N° SERIE 4275363124. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8:30 às 11:00 e das 13:30 as 17:00, diariamente.

Campos Novos, 26 de julho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE

Ata de Registro de Preços 06/2013 Pregão 11/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 21/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2013
REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho, presentes de um lado, o **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE – ÓRGÃO GERENCIADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, **RESOLVE** registrar os preços da empresa Emuvi Escola de Música de Videira Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro, 165, na cidade de Videira- SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.946.224/0001-00, neste ato representada pelo representante, Sr. Rafael Rybandt, portador do CPF nº 053.963.239-22, doravante denominado **FORNECEDOR**, para aquisição de materiais de expediente, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, A SEREM UTILIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SAMAE** pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	VALOR
03	Caneta marcadora de CD/ DVD cor preta, vermelha e azul	UN	06	1,80
04	Caneta roller ball escrita fina cor azul/preta e vermelha	UN	20	4,30
06	Pincel para quadro branco cor azul, preta e vermelha	PÇ	20	1,80
09	Lapiseira com longa borracha retrátil e clip de metal. O grip emborrachado proporciona horas de escrita confortável 0.7mm	PÇ	20	2,80
10	Borracha branca escolar nº40	PÇ	05	0,10
11	Fita adesiva transparente 12mm x 40m	PÇ	10	0,40
20	Bateria Alcalina 9v	PÇ	20	6,65
21	Pilha alcalina AAA 1,5V com 04 unidades	PÇ	20	3,70
27	Cola branca lavável 110g, não tóxico	TB	05	1,55
29	Grampo para grampeador 26 x 6 cobreado com 5.000 unidades	CX	10	2,20
30	Clip nº1 com 500 gramas	CX	02	4,40
31	Clip nº2 com 500 gramas	CX	02	4,40
32	Clip nº4 com 500 gramas	CX	03	4,40
33	Clip nº6 com 500 gramas	CX	03	4,40
34	Clip nº8 com 500 gramas	CX	03	4,40
38	Tesoura multiuso em aço 8"	PÇ	03	3,35
39	Grampeador de mesa médio para 25 folhas 26 x 6	PÇ	05	6,20
40	Grampeador de mesa grande para 80 folhas 26 x 6	PÇ	03	15,10

41	Perfurador de papel 02 furos grande para 25 folhas	PÇ	05	8,70
48	Envelope tipo officio 12x23cm, branco	UN	1000	0,04
50	Envelope grande 24x33cm, amarelo liso tipo saco	UN	300	0,15
53	Percevejos latonados c/100un	CX	06	1,15
54	Pistola de cola quente p/uso com refil grosso	UN	02	14,90
55	Refil de cola quente em silicone (grosso)	UN	10	0,42
56	Régua em alumínio 30cm	UN	06	2,35
58	Cartolina diversas cores	UN	10	0,38
59	Tinta para carimbo automático 37ml	FR	05	1,99
60	Fita adesiva transparente 50mm x 50m	RL	20	2,49

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento referente às entregas mensais será feito de acordo com os preços registrados, sendo que este ocorrerá até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal com numero de conta e ou boleto bancário, além disso, deve ser apresentadas as Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS, Município, Estado e União.

3.2 - A **NOTA FISCAL** deverá indicar o número do **EMPENHO** correspondente e também indicar o nome do banco e número da conta bancária da firma licitante

3.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a entrega dos materiais contratados, constituindo-se na única remuneração devida.

3.4- O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

3.5- Não haverá, em hipótese alguma, **PAGAMENTO ANTECIPADO**.

3.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.7 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

OBS: Será aceito somente nota fiscal eletrônica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do **FORNECEDOR**:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;



c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregue após a solicitação, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 12 (doze) horas após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, transporte, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do

pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – A despesa resultante da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2.013, e dotações orçamentárias de 2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 24 de Julho de 2013

Pela Contratante

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Pela Contratada

RAFAEL RYBANDT

Emuvi Escola de Música de Videira Ltda

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA A. L. DOS SANTOS

CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 06/2013 Pregão 11/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Roberto Tessaro & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida XV de Novembro, 818, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680.0001-10, neste ato representada pelo representante, Sr. Roberto Antonio Tessaro, portador do CPF nº. 518.086.929-34, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de expediente, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, A SEREM UTILIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SAMAE pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	VALOR
01	Caneta esferográfica escripta média cor preta, azul e vermelha	UN	100	0,39
02	Caneta esferográfica escripta fina cor preta, vermelha e azul	UN	100	0,51
05	Caneta marca texto diversas cores	UN	30	0,59
08	Lápis borracha	PÇ	06	1,20
18	Pilha alcalina AA 1,5V com 04 unidades	PÇ	03	3,55

25	Pasta grampo trilho tamanho ofício em papelão plastificada com grampos de metal	PÇ	20	1,00
51	Grafite 0,7mm 2B, extra macio c/12 tubos de 12 minas	UN	20	1,26
57	Poste it-pcte c/04 blocos de 100fls	UN	30	2,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento referente às entregas mensais será feito de acordo com os preços registrados, sendo que este ocorrerá até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal com numero de conta e ou boleto bancário, além disso, deve ser apresentadas as Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS, Município, Estado e União.

3.2 - A NOTA FISCAL deverá indicar o número do EMPENHO correspondente e também indicar o nome do banco e número da conta bancária da firma licitante

3.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a entrega dos materiais contratados, constituindo-se na única remuneração devida.

3.4- O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

3.5- Não haverá, em hipótese alguma, PAGAMENTO ANTECIPADO.

3.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.7 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

OBS: Será aceito somente nota fiscal eletrônica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregue após a solicitação, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 12 (doze) horas após a emissão e envio da Autorização

de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, transporte, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – A despesa resultante da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2.013, e dotações orçamentárias de 2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 24 de Julho de 2013

Pela Contratante

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Pela Contratada

ROBERTO ANTONIO TESSARO

Roberto Tessaro & Cia Ltda

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA A. L. DOS SANTOS

CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 06/2013 Pregão 11/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa L.A. Informática e Suprimentos para Escritório Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Cel. Farrapo, 1073, na cidade de Campos Novos - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.803.230/0001-53, neste ato representada pelo representante, Sr. Luciano Pilatti, portador do CPF nº021.948.939-46, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de expediente, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, A SEREM UTILIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SAMAE pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	VALOR
12	Fita crepe branca de 19mm x 50m	RL	12	2,35
13	Fita adesiva de espuma dupla face 19mm x 1,5m	RL	20	3,50
14	Pen drive 4GB	UN	10	15,60
15	Pen drive 8GB	UN	10	22,00
16	Pen drive 16GB	UN	03	35,90
17	Pen drive 32GB	UN	03	69,00
22	Prancheta em madeira com prendedor metálico para folha ofício	PÇ	15	1,55
23	Pasta AZ ofício lombolargo (± 8cm)	PÇ	20	4,20
24	Pasta AZ ofício lombostreito (± 6cm)	PÇ	10	3,70
26	Pasta suspensa em papelão plastificada com grampos de metal	PÇ	20	1,00
28	Corretivo líquido lavável 18ml não tóxico	PÇ	10	0,60
35	DVDR-W	PÇ	20	1,20

36	Cartucho de tinta original para impressora nº21	PÇ	05	44,00
37	Cartucho de tinta original para impressora nº22	PÇ	07	57,00
42	Calculadora de mesa 08 dígitos	PÇ	06	13,50
43	Caixa plástica para arquivo morto transparente tamanho aprox. 36x13x24cm, na cor azul, com suporte para identificação.	PÇ	50	2,80
44	Etiquetas autoadesivas para Inkjet + Laser, com folhas tamanho carta 215,9 x 279,4mm, com 126 etiquetas cada folha.	FL	100	0,29
45	Etiquetas adesivas para, 3 x 10cm, folhas c/14 etiquetas c/25 fls.	CX	06	8,00
46	Papel A4, 120mg vergê azul com 50 folhas	PT	04	6,20
49	Envelope médio 18,5x24,5cm, amarelo liso tipo saco	UN	500	0,10

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento referente às entregas mensais será feito de acordo com os preços registrados, sendo que este ocorrerá até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal com número de conta e ou boleto bancário, além disso, deve ser apresentadas as Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS, Município, Estado e União.

3.2 - A NOTA FISCAL deverá indicar o número do EMPENHO correspondente e também indicar o nome do banco e número da conta bancária da firma licitante

3.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a entrega dos materiais contratados, constituindo-se na única remuneração devida.

3.4- O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

3.5- Não haverá, em hipótese alguma, PAGAMENTO ANTECIPADO.

3.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.7 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou

correção monetária.

OBS: Será aceito somente nota fiscal eletrônica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregue após a solicitação, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 12 (doze) horas após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, transporte, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do

compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – A despesa resultante da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2.013, e dotações orçamentárias de 2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se

a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 24 de Julho de 2013

Pela Contratante

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Pela Contratada

LUCIANO PILATTI

L.A. Informática e Suprimentos para Escritório Ltda

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA A. L. DOS SANTOS

CPF - 693.438.029-00

Ata de Registro de Preços 06/2013 Pregão 11/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 21/2013

PREGÃO PRESENCIAL N°11/2013

REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF n°. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços da empresa Dipar Dist. de Papeis e Revistas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Cel. Farrapo, 1073, na cidade de Campos Novos - SC, inscrita no CNPJ sob o n° 82.803.230/0001-53, neste ato representada pela representante, Sra. Aldete Surdi Debastiani, portadora do CPF n° 162.505.919-15, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de materiais de expediente, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, a Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n° 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, A SEREM UTILIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SAMAE pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	VALOR
07	Pincel atômico cor azul, preta e vermelho	PÇ	12	0,90

19	Pilha alcalina 12v 23 amperes	PÇ	50	4,60
47	Papel A4, 75mg 297 x210 mm c/10 resmas Especial p/ LASERJET	CX	60	107,00
52	Grampo para pasta tipo tri-lho 80mm em aço c/50 un	CX	06	5,80

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento referente às entregas mensais será feito de acordo com os preços registrados, sendo que este ocorrerá até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal com numero de conta e ou boleto bancário, além disso, deve ser apresentadas as Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS, Município, Estado e União.

3.2 - A NOTA FISCAL deverá indicar o número do EMPENHO correspondente e também indicar o nome do banco e número da conta bancária da firma licitante

3.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a entrega dos materiais contratados, constituindo-se na única remuneração devida.

3.4- O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

3.5- Não haverá, em hipótese alguma, PAGAMENTO ANTECIPADO.

3.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.7 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

OBS: Será aceito somente nota fiscal eletrônica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregue após a solicitação, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 12 (doze) horas após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, transporte, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6° (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador

deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – A despesa resultante da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2.013, e dotações orçamentárias de 2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para

dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 24 de Julho de 2013

Pela Contratante

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Pela Contratada

ALDETE SURDI DEBASTIANI

Dipar Dist. de Papeis e Revistas Ltda

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

NEUSA A. L. DOS SANTOS

CPF - 049.807.399-89

CPF - 693.438.029-00

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação de Edital de Pregão Eletrônico N.º PMC 06/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 92/2013

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 06/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/08/2013, às 10h00mim, Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 08/08/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Edital de Pregão Eletrônico N.º PMC 06/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 92/2013

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 06/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/08/2013, às 10h00mim, Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 08/08/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC- Processo Licitatório N° 6/2013 - Pregão Presencial N° 1/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 6/2013

Pregão Presencial N° 1/2013

OBJETO: Contratação de serviços de transporte para idosos, para encontros de Convivência da Terceira Idade do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL de Capinzal e participação em jogos da Terceira Idade e viagens intermunicipais, para o ano de 2013, recursos centro de referencia de Assistência Social - CRAS/Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 08/08/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 26 de Julho de 2013.

ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

PMC-Edital de Credenciamento N° 006/2013 - Para Serviços de Exames por Imagem

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 006/2013

PARA SERVIÇOS DE EXAMES POR IMAGEM

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I - DO OBJETO; O presente Edital tem como objeto:

1 - Credenciamento de Empresa para realização de exames por imagem para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2013.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 25/07/2013 até 31/12/2013, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala diretoria administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120 - andar térreo da câmara de vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

TELEFONE No (0 __49)3555-8716, FAX No 3555-8715.

Capinzal - SC, 25 de Julho de 2013.

JANE TEREZINHA SERENA

Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

PMC-Processo Licitatório N° 29/2013-Pregão Presencial N° 15/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório N° 29/2013

Pregão Presencial N° 15/2013

OBJETO: Contratação de serviços de lavagem de veículos leves, utilitários e de transporte do Fundo Municipal de Saúde, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 07/08/2013.

MENOR PREÇO LOTE

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocoli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 26 de Julho de 2013.

ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

Catanduvas**PREFEITURA****Lei N° 2.409 de 23 de Julho de 2013**

LEI N° 2.409 de 23 de julho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC"

GISAAPARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto por câmeras de vídeo no município de Catanduvas-SC.

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 23 de julho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****P o R T a R I a N° 243/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 243/2013

- CONSIDERANDO, o preceituado no §7º, do art. 64, da Lei Complementar n° 008/99, que dispõe in verbis:

§7º A caracterização da exigência de assistência direta pelo servidor (a) é condição indispensável para a concessão da licença, que ocorrerá mediante Processo Administrativo, instruído com a solicitação realizada pelo médico do (a) paciente, ratificada por Junta Médica Oficial do Município, quando esta superar o prazo de 15 (quinze) dias.

- CONSIDERANDO a apresentação de Requerimento pelas Servidoras Públicas Municipais: Cristiane Soteli Bettoly, Claudia Adriana Amorin e Luciani Paul Kerschbaum, instruído com a solicitação realizada pelos Médicos dos Pacientes;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10, da LC n° 008/99:

RESOLVE

Art.1º Nomear Junta Médica Oficial para proceder à Avaliação Médica Pericial, em razão dos requerimentos de licença por motivo de doença em pessoa da família, protocolados pelas Servidoras Públicas acima relacionadas.

Art. 2º A Junta Médica Oficial de que trata o art. 1º, será composta pelos seguintes médicos:

I - Dr. Carlos Arthur C. Scur - CRM 13.374;

II - Dr. Arnaldo Amorim Junior - CRM 1237; e

III - Dr. Maximilian Paul Winnikow - CRM 11.501.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de julho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

P o R T a R I a N° 244/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 244/2013

- CONSIDERANDO, a apresentação do Requerimento de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família instruído com a solicitação do Médico da Paciente, ratificada pela Junta Médica Oficial do Município, nomeada através da Portaria n° 243/2013;

- CONSIDERANDO, a conclusão do Processo Administrativo SAP/DRH n. 001/2013, que caracterizou a exigência de assistência direta da Servidora Requerente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, II, e §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10, da LC n. 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública CLAUDIA ADRIANA AMORIN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o n. 2360/01, no período de 09.07.13 a 06.09.2013 (60 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 09.07.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de julho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

P o r t a R I a N° 245/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 245/2013

- CONSIDERANDO, a apresentação do Requerimento de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família instruído com a solicitação do Médico da Paciente, ratificada pela Junta Médica Oficial do Município, nomeada através da Portaria n° 243/2013;

- CONSIDERANDO, a conclusão do Processo Administrativo SAP/DRH n. 002/2013, que caracterizou a exigência de assistência direta da Servidora Requerente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC n° 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública CRISTIANE SOTELI BETTOLY, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, matriculada sob o n° 1176/01, no período de 22.07.13 a 10.08.2013 (20 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 22.07.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de julho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

dor: _____

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Fmc N° 31/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC N° 31/2013, DE 25 DE JULHO DE 2013.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto n° 2.383, de 4 de abril de 1989, disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora CATI FERRI, do cargo de provimento efetivo de Técnico Artístico I, a partir de 1º de agosto de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Portaria Fmec N° 22/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC N° 22/2013, DE 22 DE JULHO DE 2013.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto n° 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto nos arts. 41, I, 42, da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora PATRÍCIA PELLIN, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 22 de julho de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria N° 23/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA N° 23/2013, DE 24 DE JULHO DE 2013.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto n° 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, por concurso, regime estatutário, CAMILA PILONI, no cargo de Técnico Desportivo - Judô, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de

Esportes - FMEC, a partir de 1º de agosto de 2013.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 88/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N° 88/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte dos alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino, Educação de Jovens e Adultos - EJA e Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, com recursos oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, para o segundo semestre de 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 09/08/2013.

Abertura: dia 12/08/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 25 de julho de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato N° 113/2013 - PMC

Contrato N° : 113/2013
Aditivo N° : 1º TA/2013
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA
Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 4/2013

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários, para execução de reforma e adequações no pavimento térreo do edifício que abriga o Centro Administrativo Municipal, deste Município.

Vigência : Início: 16/07/2013 Término: 05/11/2013

Assinatura : 16/07/2013

Extrato 1º TA Contrato N° 213/2013 - PMC

Contrato N° : 213/2013
Aditivo N° : 1ºTA/2013
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FLORICULTURA CUBRA BEM NATURAL LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 70/2013

Objeto : Contratação de empresa especializada, para realização de serviços de implantação, confecção e decoração nos espaços necessários para montagem da Mostra da Agricultura Familiar, no período de realização da Expo Concórdia 2013, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 25/09/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 5.209,02 (Cinco Mil, Duzentos e Nove Reais e Dois Centavos)

Dotação : 73 - 07.001.2023.333903099000000.01000000

Dotação : 73 - 07.001.2023.333903922000000.01000000

Extrato 1º TA Contrato N° 304/2012 - PMC

Contrato N° : 304/2012/2012

Aditivo N° : 1º/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 77/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo editorial jornalístico, para prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência regional

Vigência : Início: 12/07/2013 Término: 13/07/2014

Assinatura : 12/07/2013

Valor R\$: 69.525,00 (Sessenta e Nove Mil, Quinhentos e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 17 - 04.001.2007.333903990000000.01000000

Dotação : 46 - 06.002.2017.333903990000000.01010000

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903990000000.01000000

Dotação : 83 - 08.001.2027.333903990000000.01000000

Dotação : 102 - 09.001.2032.333903990000000.01000000

Dotação : 113 - 10.001.2036.333903990000000.01000000

Dotação : 130 - 11.001.2040.333903990000000.01000000

Dotação : 175 - 20.001.2451.333903990000000.01000000

Dotação : 192 - 19.001.2401.333903990000000.01000000

Dotação : 214 - 13.001.2101.333903990000000.01020000

Dotação : 277 - 16.001.2251.333903990000000.01000000

Dotação : 246 - 15.001.2201.333903990000000.01000000

Dotação : 204 - 21.001.2501.333903990000000.01000000

Dotação : 340 - 04.001.2007.333903990000000.03000000

Extrato 1º TA Contrato N° 69/2013 - PMC

Contrato N° : 69/2013

Aditivo N° : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FAMAS TRANSPORTES COLETIVO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 16.388,19 (Dezesseis Mil, Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Dezenove Centavos)

Dotação : 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 43 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 45 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 67 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 299 - 06.002.2016.333903926000000.03580000

Extrato 1º TA Contrato N° 87/2013 - PMC

Contrato N° : 87/2013

Aditivo N° : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES ATIGRETUR LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 10.438,80 (Dez Mil, Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 43 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 45 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 67 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 299 - 06.002.2016.333903926000000.03580000

Extrato 1º TA Termo de Permissão e Uso N° 6/2012 - PMC

Contrato N° : TPU 6/2012/2012

Aditivo N° : 1º TPU/2013

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : UNESUL TURISMO LTDA

Licitação : Concorrência para Concessão 2/2012

Objeto : A PRESENTE LICITACAO TEM POR OBJETO A SELECAO DE P ERMISSIONARIO PARA EXPLORAR, A TITULO PRECARIO ATR AVES DE PERMISSAO DE USO 07 SALAS DE PROPRIEDADE D O MUNICIPIO DE NUMERO 01,07,09,10,11,13E 14,LOCALIZADA NO TER MINAL RODOVIARIO, NESTA CIDADE, PARA EXPLORACAO DE VENDAS DE BILH ETES DE PASSAGENS E ATIVIDADES DE C ABELEIREIRO E BARBEARIA, EM CONFORMIDADE COM O MEM ORIAL DESCRIT IVO E DEMAIS ESPECIFICACOES, CONSTANT E NO ANEXO D DESTE EDITAL.

Vigência : Início: 05/07/2013 Término: 08/07/2016

Assinatura : 05/07/2013

Extrato 1º TA Termo de Permissão e Uso N° 7/2012 - PMC

Contrato N° : TPU7/2012/2012

Aditivo N° : 1º TPU/2013

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA

Licitação : Concorrência para Concessão 2/2012

Objeto : A PRESENTE LICITACAO TEM POR OBJETO A SELECAO DE P ERMISSIONARIO PARA EXPLORAR, A TITULO PRECARIO ATR AVES DE PERMISSAO DE USO 07 SALAS DE PROPRIEDADE D O MUNICIPIO DE NUMERO 01,07,09,10,11,13E 14,LOCALIZADA NO TER MINAL RODOVIARIO, NESTA CIDADE, PARA EXPLORACAO DE VENDAS DE BILH ETES DE PASSAGENS E ATIVIDADES DE C ABELEIREIRO E BARBEARIA, EM CONFORMIDADE COM O MEM ORIAL DESCRIT IVO E DEMAIS ESPECIFICACOES, CONSTANT E NO ANEXO D DESTE EDITAL.

Vigência : Início: 05/07/2013 Término: 08/07/2016

Assinatura : 05/07/2013

Extrato 3º TA Contrato N° 125/2013 - PMC

Contrato N° : 125/2013

Aditivo N° : 3ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SALETE KAPP E CIA LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 13/2013

Objeto : Prestação dos serviços de limpeza em geral na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, em caráter emergencial

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 15/08/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 1.067,00 (Um Mil e Sessenta e Sete Reais)

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903401000000.01000000

Extrato 3º TA Contrato N° 233/2010 - PMC

Contrato N° : 233/2010/2010

Aditivo N° : 3ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TOTALINE OESTE LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 76/2010

Objeto : EXECUCAO DO PLANO DE MANUTENCAO, OPERACAO E CONTROLE - PMOC, DOS EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR, INSTALADOS NA SEDES. PR 76 2010

Vigência : Início: 12/07/2013 Término: 13/07/2014

Assinatura : 12/07/2013

Valor R\$: 5.607,48 (Cinco Mil, Seiscentos e Sete Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação : 102 - 09.001.2032.333903917000000.01000000

Dotação : 335 - 09.001.2032.333903917000000.03000000

Extrato 3º TA Contrato N° 284/2012 - PMC

Contrato N° : 284/2012/2012

Aditivo N° : 3º/2013

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : REAL TOPOGRAFIA LTDA ME

Licitação : Tomada Preços para Compras Serviços 2/2012

Objeto : Serviço de consultoria e operação assistida para a continuidade de implantação/manutenção do Sistema de Informações Geográficos da Prefeitura.

Vigência : Início: 12/07/2013 Término: 14/10/2013

Assinatura : 12/07/2013

Extrato 3º TA Contrato N° 83/2013 - PMC

Contrato N° : 83/2013

Aditivo N° : 3ºTA/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES DELLABONA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 918,72 (Novecentos e Dezoito Reais e Setenta e Dois Centavos)

Dotação : 41 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 42 - 06.002.2016.333903926000000.01220000

Dotação : 43 - 06.002.2016.333903926000000.01580000

Dotação : 45 - 06.002.2016.333903926000000.01610000

Dotação : 67 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Dotação : 299 - 06.002.2016.333903926000000.03580000

Extratos Contrato N° 234/2013 a 238/2013 - PMC

Contrato N° : 234/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURCATTO E GARCIA RESTAURANTE LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 27/2013

Objeto : Prestação de serviços de fornecimento de refeições para os participantes dos eventos XIV Seminário Macro Regional da Aquicultura e Pesca e VI Mostra da Agricultura Familiar e Exposição Agropecuária, durante a realização da EXPO Concórdia 2013, no período de 20 à 29 de julho de 2013.

Vigência : Início: 12/07/2013 Término: 11/09/2013

Assinatura : 12/07/2013

Valor R\$: 16.740,00 (Dezesseis Mil e Setecentos e Quarenta Reais)

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903941000000.01000000

Contrato N° : 235/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LGP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 76/2013

Objeto : Locação de painel de LED, sinalizadores de céu, geradores de energia, banheiros químicos, equipamentos para sonorização, iluminação e estruturas metálicas, durante a realização da Expo Concórdia 2013 conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 13/09/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 37.750,00 (Trinta e Sete Mil e Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 348 - 10.001.2039.333903914000000.01240000

Contrato N° : 236/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 76/2013

Objeto : Locação de painel de LED, sinalizadores de céu, geradores de energia, banheiros químicos, equipamentos para sonorização, iluminação e estruturas metálicas, durante a realização da Expo Concórdia 2013 conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 13/09/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 60.333,00 (Sessenta Mil e Trezentos e Trinta e Três Reais)

Dotação : 348 - 10.001.2039.333903914000000.01240000

Contrato N° : 237/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CHICO GERADORES LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 76/2013

Objeto : Locação de painel de LED, sinalizadores de céu, geradores de energia, banheiros químicos, equipamentos para sonorização, iluminação e estruturas metálicas, durante a realização da Expo Concórdia 2013 conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 13/09/2013

Assinatura : 15/07/2013

Valor R\$: 16.400,00 (Dezesseis Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 348 - 10.001.2039.333903914000000.01240000

Contrato N° : 238/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CERVY LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 14/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 15/07/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 15/07/2013

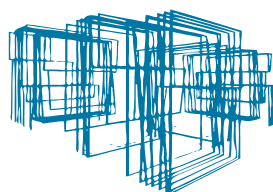
Valor R\$: 69.000,00 (Sessenta e Nove Mil Reais)

Dotação : 121 - 10.001.2038.333903999000000.01000000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903999000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903999000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000



Programa de
Gestão de Obras



Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 518/2013

DECRETO Nº 518/2013, DE 23 DE JULHO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. SYDIANE MARIA DEBASTIANE ZAMIANI ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de Julho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 519/2013

DECRETO Nº 519/2013, DE 23 DE JULHO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI ocupante do cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de Julho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edital Divulgação do Resultado Preliminar de Classificação do Processo Seletivo Edital 006/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 006/2013.

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício, de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 70 da Lei Orgânica do Municipal, e em obediência ao que determina o Edital de processo Seletivo Nº 006/2013, procede o Resultado Preliminar de classificação, conforme segue:

I – RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO

Cargo:Auxiliar de Serviços Gerais

Nº inscrição	Nome do candidato	Nota da Prova escrita/objetiva	Nota prova prática	Total de pontos
010	Lígia Carla Pedroso	6,5	2,5	9,0
008	Idinei Salles	6,5	2,0	8,5
005	Ivonei Salles	6,0	2,3	8,3
017	Luiz Ricieri Dalariva	6,0	2,0	8,0
016	Lucirlei do Rosario	5,0	2,5	7,5

Cargo: Operador de Máquinas

Nº inscrição	Nome do candidato	Nota da Prova escrita/objetiva	Nota prova prática	Total de pontos
018	Claudemir Vilani	7,0	2,8	9,8
003	Itamar Zamiani	7,0	2,6	9,6
004	Ivonei Morelato	7,0	2,5	9,5
012	Marciano Carniel	6,0	2,0	8,0
006	Edson Mioreselli	6,0	1,8	7,8
014	Leandro Salvador	5,0	1,3	7,3

Cargo: Professor Ensino Fundamental

Nº inscrição	Nome do candidato	Nota da Prova escrita/objetiva	Nota prova prática	Total de pontos
011	Dulcinea Simionato	4,0	-	4,0
015	Patricia Briancini	3,0	-	3,0

Cargo: Professor Educação Infantil

Nº inscrição	Nome do candidato	Nota da Prova escrita/objetiva	Nota prova prática	Total de pontos
007	Elisa Borsoi	5,0	-	5,0
013	Margarete Pinto	4,6	-	4,6

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício, de Cordilheira Alta (SC), em 25 de julho de 2013.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Coronel Freitas

PREFEITURA

Pregão Presencial R.P. N° 04/2013

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de PREGÃO PRESENCIAL R.P N° 04/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

Tipo: Menor Valor/Item

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 07/08/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 07/08/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 23 de Julho de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria N°. 119 de 17 de Julho de 2013.

PORTARIA N°. 119 DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA A FAMÍLIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CESSAR:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família da servidora pública Municipal Sra. Zenaide Belatto, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de enfermagem, concedido através da portaria 097 do dia 21 de junho de 2013, pelo motivo do falecimento de seu pai ocorrido no dia 12 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 13 de julho de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 17 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria N°. 119 de 17 de Julho de 2013.

PORTARIA N°. 119 DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA A FAMÍLIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CESSAR:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família da servidora pública Municipal Sra. Zenaide Belatto, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de enfermagem, concedido através da portaria 097 do dia 21 de junho de 2013, pelo motivo do falecimento de seu pai ocorrido no dia 12 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 13 de julho de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 17 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria N°. 122, de 22 de Julho de 2013

PORTARIA N°. 122, DE 22 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal, Senhora Katia Cilene Gonçalves da Silva, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, por um período de 07 (sete) dias, a partir do dia 22 á 28 de julho de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo, em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria N°. 122, de 22 de Julho de 2013

PORTARIA N°. 122, DE 22 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal, Senhora Katia Cilene Gonçalves da Silva, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, por um período de 07 (sete) dias, a partir do dia 22 á 28 de julho de 2013, conforme cópia de atestado médico em anexo, em conformidade com o art. 73 da Lei Complementar nº. 005/2003 de 14/04/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Pregão Eletrônico N° 002/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/13

OBJETO: AQUISIÇÕES DE Equipamentos e Materiais para que seja oferecido um atendimento de maior qualidade e segurança no atendimento prestado pelos profissionais da Equipe da Estratégia de Saúde da Família aos Municípios, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 26/07/2013, às 10h do dia 07/08/2013. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 10h30min do dia

07/08/2013

TIPO: Menor Preço Unitário.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) e <http://www.bl.org.br>

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 26 de Julho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Ata de Registro de Preços N° 143/2013

EXTRATO DE CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 143/2013

Processo de licitação nº 069/13

Pregão Presencial no 034/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1 de Maio S/N, Centro - CEP 89.278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de APARELHOS DE AR CONDICIONADO, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 190.300,00 (Cento e Noventa Mil e Trezentos Reais).

Data da Assinatura: 16/07/2013

Data da Vigência: 16/07/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 140/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 140/2013

Processo de licitação nº 077/13

Pregão Presencial no 037/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ELÉTRONS CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.403.783/0001-21, estabelecida na rua Helena nº 218, Sala 608 - Vila Olímpia, CEP 04552-050, município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Objeto: Prestação de serviços para ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO do Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$: 51.000,00 (Cinquenta e Um Mil Reais)

Data da Assinatura: 08/07/2013

Data da Vigência: 08/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 141/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 141/2013

Processo de licitação n° 084/13
Inexigibilidade de Licitação 008/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: LINCK S.A EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDÚSTRIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.747.492/0003-63 e Inscrição Estadual nº 250238586, estabelecida na Rod. Br 101 Km 43, UNIDADE A7, Bairro Nova Brasília, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 88085-125.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Valor do Contrato: R\$ 1.434,87 (Um Mil Quatrocentos e Trinta e Quatro Reais e Oitenta e Sete Centavos).

Data da Assinatura: 08/07/2013
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 144/2013

EXTRATO DE CONTRATO N° 144/2013

Processo de licitação n° 069/13
Dispensa de Licitação n° 028/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: F.M. PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0001-49 e inscrição Estadual nº 251.840.484, estabelecida na Avenida Maravilha, 833 - Centro, Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA VEICULO DA FROTA MUNICIPAL.

Valor do Contrato: R\$ 4.980,00 (Quatro Mil Novecentos e Oitenta Reais).

Data da Assinatura: 10/07/2013
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Decreto N°. 333

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. DECRETO N°. 333 DE 23 DE JULHO DE 2013. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 003/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital n°. 003/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados. DECRETA: Art. 1º. - Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público Edital nº 003/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS					
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.P.
112651	1º JACIR DAMO	2,75	3,00	5,75	9,95
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001					
CARGO : OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA					
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.P.
112591	1º FERNANDO MARINHO DE MELLO	1,00	5,75	6,75	9,17
112594	2º AIRO ALEXANDRO OZELAME	2,25	3,75	6,00	9,30
112654	3º IVO PEDROSO	2,00	4,00	6,00	8,77
112631	4º JOVENCIO ANTONIO RIBAS	2,00	3,75	5,75	8,85
112614	5º MARCOS CRISTIANO HARRES	2,00	4,50	6,50	7,92
112633	6º NELSON PICOLOTO	2,50	2,75	5,25	8,32
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 006					
CARGO : AGENTE DE SERVIÇOS ESPECÍFICOS					
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	
112540	1º GILMAR LUIZ DENDENA	3,75	5,75	9,50	
112490	2º VALTUIR FAGUNDES	2,75	5,50	8,25	
112593	3º CLEITON EZEQUIEL DOS SANTOS	2,50	5,25	7,75	
112602	4º DILMAR NERY DA SILVA	1,50	4,25	5,75	
112541	5º ALTAIR GONÇALVES	1,75	3,75	5,50	
112627	6º JACIR JOÃO MAURER	1,00	4,25	5,25	
112560	7º IVONETE MACIEL	0,75	4,25	5,00	
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 007					

Art. 2º. – A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal. Faxinal dos Guedes (SC), 23 de julho de 2013. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Decreto N°. 334

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. DECRETO N°. 334 DE 23 DE JULHO DE 2013. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 004/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital n°. 004/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados. DECRETA: Art. 1º. – Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público Edital n° 004/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ÁREA 03				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS				
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 000				

Art. 2º. – A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal. Faxinal dos Guedes (SC), 23 de julho de 2013. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Decreto N°. 335

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. DECRETO N°. 335 DE 23 DE JULHO DE 2013. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL N°. 002/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Edital n°. 002/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados. DECRETA: Art. 1º. – Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Edital n°. 002/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NÃO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112611	1º MATEUS MELLER DE OLIVEIRA	1,00	2,40	3,40	0,00	3,40
112612	2º JULIANA ANTUNES GUERRIERI WESTENDORFF	0,60	1,50	2,10	0,00	2,10
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002						
CARGO : PROFESSOR DE ARTES HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS						
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 000						
CARGO : PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112624	1º JULIANA LOPES	1,00	2,40	3,40	1,15	4,55
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001						
CARGO : PROFESSOR DE GEOGRAFIA HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112610	1º FRANCIELI CAMPANHARO DE PAULA	1,00	2,70	3,70	1,55	5,25
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001						
CARGO : PROFESSOR DE GEOGRAFIA NÃO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112599	1º MARICELIA ROSSI DE OLIVEIRA	1,00	3,60	4,60	1,55	6,15
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001						
CARGO : PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112609	1º SUELI RODRIGUES FERRO	1,40	5,10	6,50	1,25	7,75
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001						
CARGO : PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO NÃO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112661	1º DELCI EDI BRUCHEZ	1,20	4,80	6,00	1,15	7,15
112714	2º ROSICLER SALETE DEQUIGIOVANI	0,40	4,20	4,60	1,55	6,15
112673	3º MARCIANE DE RAMOS	0,40	3,30	3,70	1,15	4,85
112622	4º BIASSAIDER APARECIDA DA SILVA BATISTA	0,60	4,20	4,80	0,00	4,80
112639	5º ANA ALICE DE SOUZA FERNANDES	0,20	4,50	4,70	0,00	4,70
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 005						
CARGO : PROFESSOR DE CIÊNCIAS HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS						
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 000						
CARGO : PROFESSOR DE CIÊNCIAS NÃO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112621	1º JÉSICA TAIZE SPRICIGO	1,20	3,90	5,10	1,15	6,25
112660	2º KELLEN DALVANA BRUCHEZ	0,80	3,90	4,70	0,00	4,70
112606	3º DAIANA ANA SANTOS MARQUES	0,80	2,40	3,20	1,15	4,35
112638	4º DAIANE LUCIA GAZZOLA VERDI	0,80	2,10	2,90	1,15	4,05
112650	5º MARITANE DE RAMOS	1,00	1,80	2,80	1,15	3,95
112662	6º MIRIAN ROSA LOSS	0,80	2,70	3,50	0,15	3,65
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 006						
CARGO : PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS NÃO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112641	1º TAISA TARSO	0,60	3,90	4,50	0,00	4,50
112640	2º MARINA SERPA	0,40	3,30	3,70	0,00	3,70

TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002						
CARGO : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112604	1° CARLOS EDUARDO MARIANI	0,60	3,60	4,20	0,00	4,20
112665	2° PÂMELA CONCEIÇÃO ZENI	0,60	2,40	3,00	0,55	3,55
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002						
CARGO : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO HABILITADO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
112607	1° LÉO CARLOS TOMAZI	0,60	4,80	5,40	1,25	6,65
112647	2° GESSICA FERNANDA LERSCH	0,80	1,20	2,00	0,00	2,00
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002						

Art. 2º. – A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal. Faxinal dos Guedes (SC), 23 de julho de 2013. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal.

Concorrência Publica Melhor Proposta N°: 0003/2013. Processo Licitatório N°: 0061/2013.

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Concorrência Publica Melhor Proposta n°: 0003/2013. Processo Licitatório n°: 0061/2013. Objeto: A presente licitação tem por objeto a outorga onerosa de concessão onerosa de uso de bem público de espaço físico destinado à exploração de prestação de serviços da Rodoviária Municipal Vitorio Aléssio. Data do protocolo: 09/09/2013 às 08h00 minutos. Data da abertura: 09/09/2013 às 08h15 minutos. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Lei n° 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de julho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Retificação de Edital - Pregão Presencial 0008/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 0008/2013. O município de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de Pregão Presencial n° 0008/2013, do tipo menos preço por lotes que trata da "Aquisição de forma parcelada de materiais de construção para reforma de casas populares conforme estudo sócio econômico", está sendo publicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a republicação da retificação. Ficam alterados os seguintes itens, passando a vigorar na seguinte descrição: ANEXO I referente ao Item 6 do lote 01: Onde lê-se M² leia-se M³ no indicador de unidade. Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 23 de julho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Edital de Convocação 022/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 022/2013. O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais; RESOLVE: Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital n° 003/2013. Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 8h às 12h e das 13h às 17h e 30min às 17h e 30min. Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse: Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso; Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet); Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino); Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida; Registro no órgão competente (depende do cargo); Cédula de Identidade; CPF; Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado. 01 foto 3x4 recente; Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP; Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência atualizado; Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir Carteira de motorista; (depende do cargo). Carteira de vacinação; Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II. Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

Contra Hepatite B, Contra Tétano, Contra Febre Amarela, VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas: Contra tétano, VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola). Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação. Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação. Faxinal dos Guedes, SC, 24 de julho de 2013. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal. REGISTRO E PUBLICADO EM DATA SUPRA. ANEXO I. CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS ESPECÍFICOS. CANDIDATO CLASSIFICAÇÃO GILMAR LUIZ DENDENA 1º; VALTUIR FAGUNDES 2º; CLEITON EZEQUIEL DOS SANTOS 3º. CARGO: OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS CANDIDATO CLASSIFICAÇÃO JACIR DAMO 1º; CARGO: OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA CANDIDATO CLASSIFICAÇÃO FERNANDO MARINHO DE MELLO 1º; AIRO ALEXANDRO OZELAME 2º. ANEXO II DECLARAÇÃO. NOME: ESTADO CIVIL: ENDEREÇO RUA: BAIRRO: CIDADE: TELEFONE: CPF: CÉDULA DE IDENTIDADE: EMPREGO: HORAS SEMANAIS: LOCAL DE TRABALHO: DATA DESTA DECLARAÇÃO: DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal. Assinatura do Declarante.

Credenciamento 0004/2013.

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. CREDENCIAMENTO 0004/2013. Edital de cadastramento para prestadores de serviço para especialidades médicas, para o Fundo municipal de saúde de faxinal dos Guedes. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Lei n° 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de julho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.887, de 24 de Julho de 2013.

LEI Nº 1.887, DE 24 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO CULTURAL TEUTO BRASILEIRO PARA REALIZAÇÃO DA HEIMATFEST 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a Associação de Amigos do Centro Cultural Teuto Brasileiro, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 31 de maio de 1987, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 79.940.086/0001-92, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1.268, de 13 de abril de 2007, para a realização da HEIMATFEST 2013 que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013.

Art. 2º. O convênio a ser firmado entre as partes definirá as obrigações de cada ente.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos do convênio, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros à Associação de Amigos do Centro Cultural Teuto Brasileiro, que poderá ser de forma parcelada, no valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de julho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.887, de 24 de Julho de 2013.

LEI Nº 1.887, DE 24 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO CULTURAL TEUTO BRASILEIRO PARA REALIZAÇÃO DA HEIMATFEST 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a Associação de Amigos do Centro Cultural Teuto Brasileiro, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 31 de maio de 1987, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 79.940.086/0001-92, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1.268, de 13 de abril de 2007, para a realização da HEIMATFEST 2013 que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013.

Art. 2º. O convênio a ser firmado entre as partes definirá as obrigações de cada ente.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos do convênio, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros à Associação de Amigos do Centro Cultural Teuto Brasileiro, que poderá ser de forma parcelada, no valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de julho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo



O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei N° 1.888, de 24 de Julho de 2013.

LEI N° 1.888, DE 24 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR, POR DOAÇÃO, OS EQUIPAMENTOS QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo, autorizado a adquirir, por doação, os equipamentos adquiridos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) conforme o quadro abaixo:

Escola	Quantidade	Material Permanente
Associação de Pais e Professores da EEB Estrela da Manhã 01.378.076/0001-18	01	Câmara digital 10.1 - Sony
	01	Memory Pro Duo 4 gb – Sony
	01	Pendrive 2gb Kingston
	01	Balcão estante para a biblioteca
	01	Caixa Amplificada MF 600
Associação de Pais e Professores da EEB Profº Jakob Arns 01.325.309/0001-14	01	Computador completo Gabinete 4 baias, placa Mãe P4 , Memória HD320, gravador de DVD, teclado PS2, Mouse Caixa de som, USB e Processador Pentium Dual
	01	Computador Completo Gabinete 4 baias, placa Mãe S775 , HD320, gravador de DVD, teclado PS2, Mouse Caixa de som, USB e Processador Pentium Dual
	01	Estante de 1,50 X 1,80
	01	Motor para portão com interfone
	01	Ferro Candense Vapor Prisma
	01	Radio CD Britania MP3
	01	Caixa em MDF para bonecas com rodízios
	01	Radio Panasonic 23L St 34
Associação de Pais e Professores da EEB Waldemar Casagrande 80.167.943/0001-42	01	Armário
	01	Máquina Digital FUGI JX200 12.0 MP
	01	Multifuncional BROTHER mod dcp 8080DN
Associação de Pais e Professores da EEB José Aléssio 80.169.618/0001-19	01	Copiadora Semi nova Ricoh AF 1013
	01	DVD PHILCO LM Player
	02	Rádio PHILIPS
	01	Pendrive
	01	Armário para TV MDF branco
	01	Telefone sem fio INTELBRAS
	13	Uniformes para a Fanfarra
	01	Multifuncional SHARP AL2040 remano
	01	Bebedouro Latino Eletronik
Associação de Pais e Professores da EEB Francisco Hoepers 01.886.814/0001-38	44	Poltronas SIGMA BCA
	01	Câmara Digital 10,1 Mega Pixes
	01	Caixa HAYONIK NEO 600 FM USB
	01	Aparelho de som portátil PHILCO – Boombox
Associação de Pais e Professores CEI Sossego da Mamãe 01.886.814/0001-38	01	Impressora Multifuncional HP F 4280 Com cabo USB Impres/scan 2.0
	01	Caixa Amplificador Multiuso Oneal
	01	Pendrive Kingston
	01	Telefone Intelbrás Básico sem fio

	01	Bebedouro Masterfrio Neo Compacto/Fresh
Associação de Pais e Professores da EEB Egidio de Bona 01.794.547/0001-79	01	Ferro Elétrico/
	01	Impressora HP DESKJET D1660
	01	Centrífuga Roupas MULLER
	02	Aparelho de som
	01	Persiana de Alumínio
	02	sofás
	01	Pulverizador jacto/mangueira
	01	Multifuncional SHARP AL 2040
Associação de Pais e Professores do CEI Monteiro Lobato 04.953.496/0001-79	01	Filtro bebedouro
	01	Microfone Carol
	01	Rádio CD PCD 6900 USB
	01	Balcão em mdf
Associação de Pais e Professores do CEI Cantinho Feliz 07.272.466/0001-95	01	Lavadora alta pressão k3.30 SM Plus KARCHER
	01	Impressora Multifuncional Laserjet Mono M1132
	01	Caixa de Som USB
	01	Estabilizador 500PTO
Associação de Pais e Professores do CEI Estrela Guia 05.140.657/0001-78	01	Lavajato K330 JUBILEU KARCHER
	01	Caixa Amplificada LL 120 USB 70W RMS
	01	Microfone SKP
Associação de Pais e Professores do Tia Octavia 05.012.649/0001-46	01	Lavadora CONSUI 10kg
	01	Impressora Multif. Laserjet Mono Pro
	01	Telefone s/fio dect. TS40 Intelbrás
	01	Caixa de Som Amplificada USB 350 FRAHM
Associação de Pais e Professores do CEI Ana Paulina 06.027.467/0001-01	01	Processador WALITTA Compacta
	01	Telefone s/fio dect. TS40 Intelbrás
	01	Caixa de Som Amplificada USB 350 FRAHM
Associação de Pais e Professores do CEI Sonho Mágico 12.430.162/0001-49	04	Ventiladores de Parede 60cm 24 TROM
Associação de Pais e Professores do EEB Gabriel Serafim 0.167.059/0001-08	01	Radio NKS PCD 5350 MP3 USB
	01	Caixa de Som Multiuso USB 30W RSM Hayonik

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de julho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei N° 1.889, de 24 de Julho de 2013.

LEI N° 1.889, DE 24 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA COOPERAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E AUTORIZA A EXECUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS PELA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, POR INTERMÉDIO DE CONTRATO DE PROGRAMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, nos termos da inclusa minuta, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro 2007, Lei Estadual nº. 4.547/1970, Lei Estadual nº. 13.517/2005 e Lei Estadual nº. 381 de 07 de maio de 2007, visando à cooperação na prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário com o ESTADO DE SANTA CATARINA para a prestação desses serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art. 2º Fica o Poder Executivo, com fundamento no artigo 24 inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93 e na legislação referida no artigo anterior autorizado a celebrar, CONTRATO DE PROGRAMA com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, visando à prestação dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 3º Fica a CASAN autorizada a celebrar outros instrumentos jurídicos com terceiros para prestação dos serviços abrangidos pelo contrato, como subconcessões, locação de ativos, parcerias público-privada dentre outras, visando à realização de adequada prestação dos serviços e sua gradual expansão.

Art. 4º As autorizações de que tratam os Artigo 1º, 2º e 3º desta lei visam à integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá, no todo ou em parte, as seguintes atividades integradas e suas respectivas infra-estruturas e instalações operacionais:

- I - a captação, adução e tratamento de água bruta;
- II - a adução, reservação e distribuição de água tratada;
- III - a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Art. 5º O convênio de cooperação estabelecerá:

- I - os meios e instrumentos para o exercício das competências de fiscalização e regulação, delegados ao ÓRGÃO REGULADOR;
- II - o planejamento dos serviços de saneamento básico;
- III - as atribuições do MUNICÍPIO;
- IV - as atribuições do Estado, através da CASAN.

Art. 6º O convênio de cooperação poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, da seguinte forma:

- I - pelo MUNICÍPIO, unilateralmente, através de denúncia fundamentada e motivada, sempre que o relevante interesse público o autorize em caso de risco na descontinuidade da prestação dos serviços;
- II - advento do Termo Final do prazo do CONVÊNIO, sem que haja prorrogação pactuada entre as PARTES;
- III - pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por meio de processo administrativo visando a verificação de inadimplência do MUNICÍPIO ou da CASAN, assegurado o direito de

ampla defesa.

Art. 7º A denúncia total ou parcial do CONVÊNIO pelos CONVENIENTES, não afeta a vigência do CONTRATO DE PROGRAMA firmado entre o MUNICÍPIO e a CASAN para a prestação dos serviços de saneamento básico, ficando assegurado o cumprimento das obrigações previstas.

Art. 8º Em qualquer hipótese, a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilhina/SC, 24 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de julho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Distrato do Contrato N° 111/PMF/2011

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

DISTRATO DO CONTRATO N° 111/PMF/2011

LOCATÁRIO- MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR - LINO WESTRUP

DO OBJETO - locação de área de terras, localizado na Rodovia Gabriel Eying, Comunidade de São Gabriel, matriculado sob nº. 4.015, utilizado como passagem de caminhões e equipamentos da frota municipal para o acesso até o Rio Mãe Luzia, para retirada de seixo rolado.

DATA DA ASSINATURA - 28 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto N° 0235/2013

DECRETO N° 0235, DE 24 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei N° 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) nas seguintes dotações:

13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

13.01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

27.812.0029.2.067 - Programa de Desenvolvimento do Desporto Amador

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (03) R\$ 1.100,00

Total R\$ 1.100,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
13.01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
27.812.0029.2.067 - Programa de Desenvolvimento do Desporto Amador
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (01) R\$ 1.100,00

Total R\$ 1.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 24 DE JULHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0236/2013

DECRETO N° 00236, DE 25 DE JULHO DE 2013.
ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O BIÊNIO 2013/2015.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei nº. 1971, de 03 de setembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Saúde, com mandato de 2 (dois) anos, que compreende o período de 15 de fevereiro de 2013 a 14 de fevereiro de 2015, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I - Representantes do Executivo Municipal e dos Prestadores de Serviços

a) Representantes do Executivo Municipal:

Titular: Nilce Pinz

Suplente: Elton Luiz Borrachini

Titular: Marcos Antonio Maestri Miguel

Suplente: João albino de Barros

b) Representantes do Hospital - Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva:

Titular: Luciana aparecida Dolberth Paviani

Suplente: Elvito Coldebella

c) Representantes do Corpo de Bombeiro - entidade prestadora de serviços de saúde:

[]

II - Representantes dos Profissionais de Saúde

[]

III - Representantes dos Usuários dos Serviços de Saúde

[]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 25 DE JULHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1897/2013

PORTARIA N.º 1.897, DE 25 DE JULHO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1036/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.849.199-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 16 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1898/2013

PORTARIA N.º 1.898, DE 25 DE JULHO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1037/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANGELA DORNELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.389-05, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1899/2013

PORTARIA N.º 1.899, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1038/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI DE FÁTIMA FUNINI GIRARDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 063.495.759-70, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1900/2013

PORTARIA N.º 1.900, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1039/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1901/2013

PORTARIA N.º 1.901, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1040/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI FATIMA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 463.561.779-34, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1902/2013

PORTARIA N.º 1.902, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1042/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSENI DE FATIMA MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.856.219-72, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1904/2013

PORTARIA N.º 1.904, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1044/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SALETE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 808.065.469-72, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1905/2013

PORTARIA N.º 1.905, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1045/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva ODETE DEDOMENICO SANTOS, que assumiu a função de Diretora de Unidade Educacional no Centro de Educação Infantil Antônio Porto Burda;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SALETE IVANIR MAITELI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 460.878.429-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1906/2013

PORTARIA N.º 1.906, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1046/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVANA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 511.875.079-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1907/2013

PORTARIA N.º 1.907, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1047/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 025.360.199-18, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1908/2013

PORTARIA N.º 1.908, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1048/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.445.189-31, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1909/2013

PORTARIA N.º 1.909, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1049/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a Auxiliar de Alimentação e Nutrição LUCILA MARIA FRANCHIN, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE BUSSATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 844.883.609-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1910/2013

PORTARIA N.º 1.910, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1050/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUELI GUGIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 649.614.609-82, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1911/2013

PORTARIA N.º 1.911, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1051/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SULLIAN PATRICIA STANIASKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 001.084.169-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 21 horas semanais, no período de 19 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1912/2013

PORTARIA N.º 1.912, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1052/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUSAN CORRÊA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.268.299-41, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1913/2013

PORTARIA N.º 1.913, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1054/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANI KARINA RIBEIRO ASSUNÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 062.387.229-32, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 24 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1914/2013

PORTARIA N.º 1.914, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1055/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 15 horas semanais o professor efetivo VOLNEY SESTREN, que se encontra afastado em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TAISE GUGIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.973.289-86, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 19 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1915/2013

PORTARIA N.º 1.915, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1056/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TAMARA BALTEZAN FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.663.630-63, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1916/2013

PORTARIA N.º 1.916, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1058/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 687.855.859-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1917/2013

PORTARIA N.º 1.917, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1059/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA THIBES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 310.118.539-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1918/2013

PORTARIA N.º 1.918, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1072/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ZENEIDE ALVES VELOSO FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.796.959-89, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 095/2013

DECRETO N.º 095, DE 24 DE JULHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 57.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) no orçamento fiscal vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 57.000,00

10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 57.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

3.3.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas 7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), correrão por conta da anulação parcial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 57.000,00

10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 57.000,00

3.1.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas 7.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de julho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/07/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ

Secretária de Administração

Aviso de Licitação Pe063/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 063/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de tintas para pinturas de ruas pavimentadas do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 09/08/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 09/08/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 23 de julho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe064/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 064/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de concreto usinado para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras

eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 09/08/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 09/08/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 24 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe065/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 065/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 12/08/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 12/08/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 24 de julho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Homologação de Resultados

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2013

FICA HOMOLOGADO, o resultado do Processo Seletivo, Edital n.º 015/2013, para os seguintes cargos:

CARGO: Médico ESF

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
-	Não houve inscritos

CARGO: ACS - Agente Comunitário de Saúde

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Débora Veridiane Pires Moreira
002	Rosana Crispim da Silva
003	Zenaide Crispim de Oliveira
004	Vanusa Firmino Rabelo

CARGO: Psicólogo NASF

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Inti de Mesquita Alt
002	Andréia Dioxopoulos Carneiro Pinto - Desclassificada

Garopaba, 24 de Julho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 26/07/2013

Garuva

PREFEITURA

Decreto N° 173/2013

DECRETO N.º 173, DE 24 DE JULHO DE 2013

"Autoriza excepcionalmente o uso de espaço da Escola Municipal Vicente Vieira como abrigo provisório e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a confirmação da previsão de intenso frio durante o período compreendido entre os dias 23 e 28 de julho de 2013, inclusive com a ocorrência de temperaturas negativas;
CONSIDERANDO que a população mais vulnerável ao frio, neste período, é compreendida principalmente de moradores de rua em trânsito pelo Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica destinado espaço público municipal, consistente em uma sala de aula e banheiros da Escola Municipal Vicente Vieira, ao alojamento provisório e excepcional de pessoas em condições de vulnerabilidade ao período de intenso frio.

Parágrafo único - O alojamento excepcional e provisório será autorizado durante o período noturno dos dias 24 a 28 de julho de 2013, entre as 19 horas e 08 horas da manhã.

Art. 2º - Cabe ao coordenador de Defesa Civil do Município o controle e fiscalização dos abrigados, bem como a manutenção e limpeza do referido espaço público após a sua utilização excepcional.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto N° 5.540, de 18 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 5.540, DE 18 DE JULHO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a seguinte área de terra matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar:

I - Área de terras matriculada sob o nº 18.283, de propriedade de BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 84.046.101/0001-93, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: um terreno situado nesta cidade, na Rodovia Jorge Lacerda, km 20, bairro Poço Grande, contendo a área de 21.547,00 m², limitando-se na frente ao sul em 232,37 metros, acompanhando a faixa de domínio da Rodovia Jorge Lacerda, fundos ao norte, em 199,47 metros, extremando com a área remanescente de Ceval Alimentos

S/A, lado direito ao oeste em 82,03 metros, extremando também com a área remanescente de Ceval Alimentos S/A, e do lado esquerdo em leste em 146,77 metros, extremando com terras de Aloísio Spengler, edificado com um prédio em concreto e alvenaria com três pavimentos, contendo 8.005,00 m² de área construída e 252,26 m² para fins de portaria.

Parágrafo único: A área descrita neste artigo é destinada à implementação futura de instalações do Centro Administrativo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria N° 3.151, de 18 de Julho de 2013.

PORTARIA N° 3.151, DE 18 DE JULHO DE 2013.

ALTERA LOTAÇÃO DA SERVIDORA SIBILA HABECK SCHINDLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 31 da Lei 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação da servidora SIBILA HABECK SCHINDLER, CPF nº 580.136.799-34, ocupante do cargo efetivo de Escriturária, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sem prejuízo de sua remuneração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.152, de 19 de Julho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA N° 3.152, DE 19 DE JULHO DE 2013.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data da Posse	Término Estágio Probatório
Adilson Souza	7259	Zelador	09/02/2009	06/04/2013
Bruna Suelen Medeiros	8377	Psicóloga	21/06/2010	18/12/2012

Célia Camila Horst	7402	Merendeira/Servente	09/02/2009	10/03/2013
Leopoldina Teresa dos Santos	8311	Merendeira/Servente	03/03/2010	03/03/2013
Maiara Polla dos Santos	8308	Educadora Social	08/03/2010	13/03/2013
Marlete Bernardi	8387	Educadora Social	01/07/2010	22/02/2013
Neuza Maria da C. Pelenci	7996	Berçarista	08/02/2010	01/02/2013
Elizabeth Otiquir	6773	Agente serviços especializados I	06/06/2008	18/01/2013
Rute de Andrade Cardoso	7993	Agente serviços gerais	08/02/2010	21/02/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Silvio de Mello	8350	Psicólogo	05/04/2010	26/03/2013
Amauri Bornhausen	8312	Pedreiro	01/03/2010	10/04/2013
Antonio Fausto	8315	Pedreiro	01/03/2010	22/02/2013
Isaias Bianchi	8316	Agente Serviços Gerais	01/03/2010	20/02/2013
Jacir João Barbosa	7975	Agente Serviços Gerais	08/02/2010	31/01/2013
Eduardo Gai Garcia	8307	Agente Municipal de Trânsito	01/03/2010	19/02/2013
Alcioneide Machado	8313	Agente Serviços Gerais	01/03/2010	10/03/2013
Maria de Fátima Ribeiro Souza	8019	Agente serviços Gerais	08/02/2010	29/01/2013
Cleomar Cardoso dos Santos	250	Agente Serviços Gerais SAMAE	07/04/2010	28/03/2013
Marcelo Marques Pereira	251	Encanador SAMAE	08/04/2010	05/04/2013
Paulo Henrique Poffo	249	Encanador motorista SAMAE	24/02/2010	16/04/2013

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.155, de 22 de Julho de 2013.

PORTARIA N° 3.155, DE 22 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA SUZANA ISAURA SOBERANSKI LEMOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SUZANA ISAURA SOBERANSKI LEMOS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora Doc-IV-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 15/07/2013 a 26/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/07/2013.

Gaspar, 22 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Guaramirim**PREFEITURA****Aviso de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Convite p/ Compras e Serviços - 79/2013

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA.

Entrega dos Envelopes: 05/08/2013 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 05/08/2013 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 24/07/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Portaria N° 517/2013**

PORTARIA N° 517/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 08 de julho de 2013, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar N° 281/2011, ao Servidor RONALDO DALLA COSTA (Matr. 3420), a qual exerce a função de Professor ACT - Nível/Referência - 2/A, 40 horas semanais, Anexo XI da LC N° 286/2011, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 518/2013

PORTARIA N° 518/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor MARCELO CRIPPA (Matr. 3006), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Meio Ambiente, Nível - DAS-2, para compor a Comissão Permanente de Licitações em substituição à Servidora Andréia Dorini Giacomini, atuando como membro, no período de 22 a 31 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 519/2013

PORTARIA N° 519/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos gastos com pessoal à Receita Corrente Líquida;
CONSIDERANDO a supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do funcionamento da máquina administrativa;

CONSIDERANDO o Ofício Nº 085/2013 da Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com Parecer Jurídico de 12/06/2013,

RESOLVE:

CONTRATAR, em caráter Temporário e Emergencial, o Senhor MURILO CARPES (Matr. 3700), para exercer a função de Médico, Nível - 14, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 24 de julho de 2013 até realização e homologação de Concurso Público ou eventual necessidade que justifique o interesse público, de conformidade com que preceitua a Lei Complementar Nº 0174/2005. Sendo que seu Contrato de Trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Tomada de Preços Nº 001/2013

Tomada de Preços Nº 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE

TIPO JULGAMENTO: Menor Preço Global

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para na área de informática, para licenciamento/locação de sistemas de gestão pública integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, por um período de 48 (quarenta e oito) meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 14h00min horas do dia 15/08/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), na Sala de Sessões.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 68.755,70 (Sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.camarahervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados na Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC). Outras informações pelo fone (49) 3554 1174.

Herval d'Oeste, 24 de julho de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI

Presidente

Ilhota

PREFEITURA

Decreto Nº 023/2013

Decreto nº 023/2013

DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS VISANDO A REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, EM ATENÇÃO A PRESERVAÇÃO DA MANUTENÇÃO DE LIMITE PRUDENCIAL, E FIEL CUMPRIMENTO AO ART. 19 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o art. 169 da Constituição Federal estabelece que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites fixados na Lei Complementar n. 101/2000;

Considerando que o artigo. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal fixa em 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, em cada período de apuração, os limites da despesa total com pessoal, nos Municípios;

Considerando a crise econômica atual e as medidas adotadas pelo Governo Federal relacionadas à redução de impostos e seu impacto nas receitas, reduzindo o repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios;

Considerando os reflexos da redução do repasse do FPM, e da queda na arrecadação do próprio Município, impactando diretamente na sua receita, e na preservação do índice de limite prudencial;

Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas visando a redução da despesa com pessoal, conforme poder-dever do administrador público, inclusive de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos, com qualidade e eficiência;

E finalmente, considerando a previsão contida no artigo 169º, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros estabelecidos.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reduzidos em 20% (vinte por cento) os salários dos agentes políticos, incluindo o Prefeito e o Vice Prefeito;

Art. 2º. Ficam suspensos os pagamentos de gratificação pelo exercício de funções de confiança por servidores ocupantes de cargo efetivo, de que trata o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 3º. Fica suspenso o exercício de jornada extraordinária, no âmbito de toda a rede pública municipal, com exceção dos serviços essenciais.

Art. 4º. As medidas terão aplicação imediata, a partir da data de publicação do presente Decreto.

Art. 5º. O presente Decreto vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado ou reeditado, com eventuais adequações necessárias, por igual período.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 26 de junho de 2013.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo

EXTRATO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS 9912294524

PARTES: MUNICÍPIO DE ILHOTA/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - SC.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato originário de 23/05/2013 à 22/05/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 62, parágrafo terceiro, inciso II, da Lei n. 8.666/93.

VALOR: R\$ 306,65

PRAZO: 23/05/2013 à 22/05/2014.

DATA: Assinado em 23 de maio de 2013.

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP N° 468/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 468, de 24 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão por contrato temporário de Assistente Administrativa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, temporariamente, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Assistente Administrativa, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Tatiani Gonçalves Martins	059.898.499-23	22/07/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, em substituição do servidor Gilberto Pereira, Assistente Administrativo, matrícula n° 179, inscrito no CPF sob o n° 784.804.779-20, que encontra-se afastado através do benefício previdenciário - Auxílio Doença, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços, ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 469/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 469, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARLISE ANTUNES DE CARVALHO, Professora III - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 754.563.899-91, admitida em 17 de março de 1988, contrato n° 392, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.08.2013 a 29.10.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 470/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 470, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor JOAQUIM FLORIANO, Auxiliar de Enfermagem, inscrito no CPF sob o n.º 691.534.349-00, admitido em 15 de maio de 1998, contrato n° 232, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.09.2013 a 31.10.2013
	02.01.2014 a 31.01.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 470/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 470, de 24 de julho de 2013.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor JOAQUIM FLORIANO, Auxiliar de Enfermagem, inscrito no CPF sob o n.º 691.534.349-00, admitido em 15 de maio de 1998, contrato n° 232, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
	02.09.2013 a 31.10.2013
2008 a 2013	02.01.2014 a 31.01.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 471/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 471, de 24 de julho de 2013.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ADRIANA DA SILVA SANTOS, Técnica em Contabilidade, inscrita no CPF sob o n.º 019.075.169-05, admitida em 15 de maio de 1998, contrato n° 09, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	01.11.2013 a 29.01.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 472/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 472, de 24 de julho de 2013.
Dispõe sobre a exoneração a pedido de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 4.110, de 11 de setembro de 2012, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, da função de Conselheiro Tutelar, JANDER PEREIRA DE CARVALHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 507.291.019-91, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP N° 001, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

MARISTELA DA ROSA GUIMARÃES
Presidenta do CMDCA

Portaria PMI/DGP N° 473/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 473, de 24 de julho de 2013.
Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento de Ações Estratégicas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CINTIA SOARES DE SOUZA ALBINO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 037.570.449-32, do cargo de Chefe de Departamento de Ações Estratégicas, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP N° 174, de 04 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 474/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 474, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre a Demissão de Auxiliar de Serviços, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 24 de junho de 1998, através do Concurso Público - 01/1998, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Sílvio José Laurentino	Auxiliar de Serviços	417.608.759-53	24/06/1998

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de junho de 1998, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 475/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 475, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre a demissão por contrato temporário de Balseiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido, por motivo de falecimento, o abaixo relacionado, contratado temporariamente em caráter excepcional, em 05 de abril de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP N° 237, de 24 de abril de 2013, para exercer o cargo/emprego público de Balseiro, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Demissão
Lindomar da Rosa	454.742.309-15	12/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.

NIVALDO MARQUES GABRIEL

Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Norte

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 476/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 476, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 13 de junho de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2013 e PORTARIA PMI/DGP N° 421, de 16 de julho de 2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rejane Ruiz	Professora I - 20h	806.473.679-04	04/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 477/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 477, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 02 de abril de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012 e PORTARIA PMI/DGP N° 247, de 24 de abril de 2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
------	-------	-----	----------

Isabela Teixeira Machado	Professora II - 20h	070.141.269-03	30/07/2013
--------------------------	---------------------	----------------	------------

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 478/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 478, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 14 de fevereiro de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Valdinéa Dias Gonçalves Ramos	Professora II - 20h	591.815.919-34	03/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 479/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 479, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor IV e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEONÍSIO MACHADO FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 520.784.859-34, para exercer o cargo de Assessor IV junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade

Urbana, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 480/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 480, de 24 de julho de 2013.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LEONÍSIO MACHADO FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 520.784.859-34, do cargo de Assessor IV junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP N° 479, de 24 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 15 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto N° 2445-2013

DECRETO N° 2.445 DE 17 DE JULHO DE 2013.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município, e Lei n° 1.193/2005 de 20/06/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 17 de julho de 2013 a 31 de dezembro de 2014, a ASSOCIAÇÃO

DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE ESPERANÇA DE RIO BRANCO E SÃO JOSÉ DO TIMBOZINHO, inscrito no CNPJ sob o nº 06.964.023/0001-00, com sede na localidade de São José do Timbozinho, Município de Irineópolis - SC, o uso gratuito do bem abaixo especificado:

- 01 Ensiladeira, Patrimônio nº FDR 238; bem pertencente ao Estado de Santa Catarina cedido ao Município, através do Termo de Cessão de Uso nº 037/2013.

Art. 2º - O bens móvel em referência, deverá ser utilizado pelo Permissionário, junto a Associação de Agricultores das Comunidades de Esperança de Rio Branco e São José do Timbozinho, sendo o Permissionário responsável pelo bem acima referido.

Art. 3º - O bem acima relacionados será entregue ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo, ser devolvido ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2014.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 17 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2445-2013

DECRETO Nº 2.445 DE 17 DE JULHO DE 2013.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 1.193/2005 de 20/06/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 17 de julho de 2013 a 31 de dezembro de 2014, à ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE ESPERANÇA DE RIO BRANCO E SÃO JOSÉ DO TIMBOZINHO, inscrito no CNPJ sob o nº 06.964.023/0001-00, com sede na localidade de São José do Timbozinho, Município de Irineópolis - SC, o uso gratuito do bem abaixo especificado:

- 01 Ensiladeira, Patrimônio nº FDR 238; bem pertencente ao Estado de Santa Catarina cedido ao Município, através do Termo de Cessão de Uso nº 037/2013.

Art. 2º - O bens móvel em referência, deverá ser utilizado pelo Permissionário, junto a Associação de Agricultores das Comunidades de Esperança de Rio Branco e São José do Timbozinho, sendo o Permissionário responsável pelo bem acima referido.

Art. 3º - O bem acima relacionados será entregue ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo, ser devolvido ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2014.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 17 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 42/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 42/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Fenix Informática e Telefonia Ltda, Infoplan Ltda ME, Luiz Fernando Cunha Grenier-ME, Nano Empreendimentos Ltda- ME, Nilomar Vicente Tomczyk, Papelaria São Bento Ltda- EPP.

Irineópolis, 23 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 105/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 105/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Nataniel Dirceu de Oliveira

Objeto: Locação de um imóvel, de propriedade do locador, sendo um imóvel residencial com área de 50 m2, sito à Rua Pernambuco n.º 597, centro, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 20463, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. - PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objetivo da locação do referido imóvel é para moradia da família do Sr. Roberto Berbiano, em função do tratamento de saúde de seu filho Luiz Fernando Berbiano, que recebeu transplante de medula óssea, e necessita de condições favoráveis e tratamento de saúde, conforme Laudo Social 13, emitido pela Sra. Jaci Baggentoss Binder, Assistente Social CRESS nº 5099, e Instruções do Serviço Social de Transplante de Medula Ossea- STMO, de Curitiba/PR. Valor: R\$ 2.264,04 (dois mil duzentos sessenta quatro reais e quatro centavos).

Vigência - 01.07.2013 a 31.12.2013

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II, e também com base no art. 22 § 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), caracterizado como "Benefícios Eventuais".

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 110/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 110/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Fenix Informática e Telefonia Ltda

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática destinados a diversos departamentos junto à Prefeitura Municipal.

Valor: R\$ 13.826,75 (treze mil, oitocentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 42/2013 - Pregão Presencial 21/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 111/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 111/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Infoplan Ltda- ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática destinados a diversos departamentos junto à Prefeitura Municipal.

Valor: R\$ 20.355,00(vinte mil, trezentos e cinquenta e cinco reais).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 42/2013 - Pregão Presencial 21/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 112/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 112/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Luiz Fernando Cunha Grenier- ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática destinados a diversos departamentos junto à Prefeitura Municipal.

Valor: R\$ 22.864,00(vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 42/2013 - Pregão Presencial 21/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 113/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 113/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Nano Empreendimentos Ltda- ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática destinados a diversos departamentos junto à Prefeitura Municipal.

Valor: R\$ 18.707,60(dezoito mil, setecentos e sete reais e sessenta centavos).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 42/2013 - Pregão Presencial 21/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 114/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 114/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Nilomar Vicente Tomczyk

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática destinados a diversos departamentos junto à Prefeitura Municipal.

Valor: R\$ 8.795,00(oito mil, setecentos e noventa e cinco reais).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 42/2013 - Pregão Presencial 21/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 115/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 115/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Papelaria São Bento Ltda- EPP

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática destinados a diversos departamentos junto à Prefeitura Municipal.

Valor: R\$ 6.724,30(seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos).

Vigência: 23/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 42/2013 - Pregão Presencial 21/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato de Edital**

Processo Licitatório nº 41/2013 - Pregão Presencial nº 31/2013 -

Objeto: aquisição de equipamentos para fabricação de tubos de concreto e lajotas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 13 de agosto de 2013, até às 09hs-45min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 13 de agosto de 2013, às 10:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 24 de julho de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial N° 035/2013, Processo Licitatório N° 069/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N° 069/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 25/07/2013, a partir das 09:34 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, nomeados pelo DECRETO N° 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial n° 000035/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO PASSEIO, PARA USO DO NASF (NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

RENAULT DO BRASIL S.A

METRONORTE COMERCIAL VEICULOS LTDA

Representantes (Credenciados)

MARCO ANTONIO DA COSTA

RODRIGO AUGUSTO FRANCHELLO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	METRONORTE COMERCIAL VEICULOS LTDA	29.100,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
METRONORTE COMERCIAL VEICULOS LTDA	29.100,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 25/07/2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ

Assinantes

Representantes	Assinatura
.RENAULT DO BRASIL S.A	
.METRONORTE COMERCIAL VEICULOS LTDA	

Jacinto Machado

PREFEITURA

Edital de Notificação de Liberação de Repasses

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:



- Contrato de Repasse nº: 0389670-27/2012 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO /CAIXA.

Objeto do Convênio: Aquisição de Retroescavadeira e Implementos Agrícolas, no Município de Jacinto Machado/SC.

Origem dos Recursos: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Data do Repasse: 24/07/2013.

Valor do Repasse: 300.000,00.

Jacinto Machado/SC, 24 de Julho de 2013.

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 1203

PORTARIA Nº 1.203 DE 22 DE JULHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. HELDER ANTONIO SILVESTRI para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 69/2013/PMJ de 22 de maio de 2013, proveniente da Compra Direta n.º 277/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de maio de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1203

PORTARIA Nº 1.203 DE 22 DE JULHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. HELDER ANTONIO SILVESTRI para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 69/2013/PMJ de 22 de maio de 2013, proveniente da Compra Direta n.º 277/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de maio de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1204

PORTARIA Nº 1.204 DE 22 DE JULHO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. CELSO FELIPE BORDIN para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 824/2011/PMJ de 03 de junho de 2011 e aditivos, proveniente do Processo Licitatório n.º 61/2011/PMJ - Pregão Presencial n.º 35/2011/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Extrato Homolog PL 67/2013 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 67/2013/PMJ,
- Modalidade: PP 39/2013/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móveis e divisórias sob medida, destinados ao prédio do Novo Terminal Rodoviário do Município de Joaçaba, SC.

- Empresa Vencedora para o item 04:

IRE IND. E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

VALOR R\$ 12.100,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 67/2013/PMJ,
- Modalidade: PP 39/2013/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móveis e divisórias sob medida, destinados ao prédio do Novo Terminal Rodoviário do Município de Joaçaba, SC.

- Empresa Vencedora para o item 04:

IRE IND. E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

VALOR R\$ 12.100,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Nota PL 75/2013 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 45/2013 - PR

Processo Administrativo: 75/2013
Processo de Licitação: 75/2013
Data do Processo: 02/07/2013

Objeto: Contratação de empresa(s) para locação de brinquedos infantis para área externa, destinados ao incremento dos eventos em comemoração ao aniversário do Município de Joaçaba.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 9/2013

Motivo: Considerando o conteúdo do memorando 006/2013 da Coordenadoria de Controle Interno, datado de 18/07/2013, que solicita o cancelamento do processo em virtude de irregularidades nos orçamentos, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo os pressupostos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

1. ANULAR o presente processo licitatório.

Joaçaba, 18 de Julho de 2013

RAFAEL LASKE - PREFEITO

PLASS**Balancete Financeiro Junho/2013****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	233.386,22	Despesa Orçamentária	274.180,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	117.976,41	Despesas exceto Intra-orçamentárias	268.169,56
RECEITA PATRIMONIAL	66.647,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.095,77
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	48.761,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	264.603,79
		INVESTIMENTOS	470,00
		Despesas Intra-orçamentárias	6.010,60
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.010,60
Receita Extra - Orçamentária	288.895,29	Despesa Extra - Orçamentária	258.717,47
DEPÓSITOS	14.715,13	DEPÓSITOS	14.507,37
CONSIGNAÇÕES	14.715,13	CONSIGNAÇÕES	14.507,37
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.260,10	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.808,33
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	11.455,03	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	11.699,04
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	274.180,16	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	244.210,10
OBRIGAÇÕES A PAGAR	274.180,16	OBRIGAÇÕES A PAGAR	244.210,10
FORNECEDORES	262.837,00	FORNECEDORES	232.866,94
PESSOAL A PAGAR	9.106,37	PESSOAL A PAGAR	9.106,37
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.236,79	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.236,79
Saldos anteriores	11.255.585,87	Saldos atuais	11.244.969,75
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.255.259,17	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.244.643,05
BANCO C/ MOVIMENTO	326,70	BANCO C/ MOVIMENTO	326,70
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.777.867,38	Total	11.777.867,38

Jocaba, 23/07/2013

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE**Contrato JHL 0069/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0069/2013
CONVITE JHL 0002/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2013
PROTOCOLO Nº 1788/2013
Data: 25/07/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA URBANIZAÇÃO DO RAP-020 LOCALIZADO NA LINHA DUAS CASAS, NA CIDADE DE JOAÇABA/SC.

Contratado: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA

Valor do contrato: R\$59.677,25 (Cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

PROGRAMA 14.01.1.051

ELEMENTO 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 90 dias após emissão da ordem de serviço.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Tomada de Preços JHL 0004/2013 - SIMAE

Licitação nº 0038/2013

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0004/2013

Protocolo JHL 1999/2013

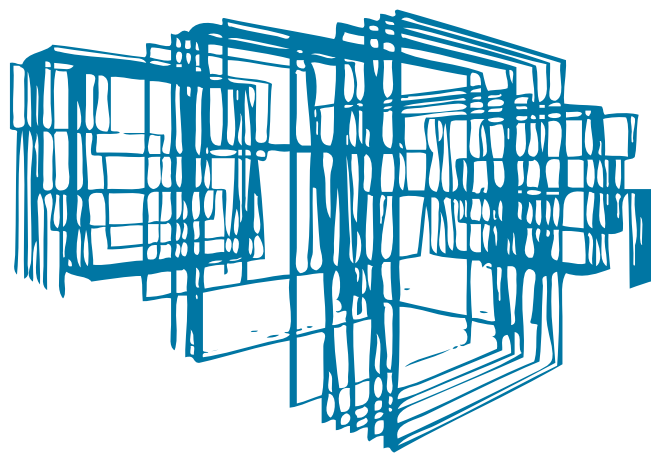
Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0004/2013 - Licitação 0038/2013, tipo Menor Preço- Empreitada por Preço Global, que trata do Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licenciamento de sistema de Saneamento, não exclusivos, com acesso simultâneo de usuários, para emissão e faturamento de faturas de água/esgoto.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 15/08/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 15/08/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

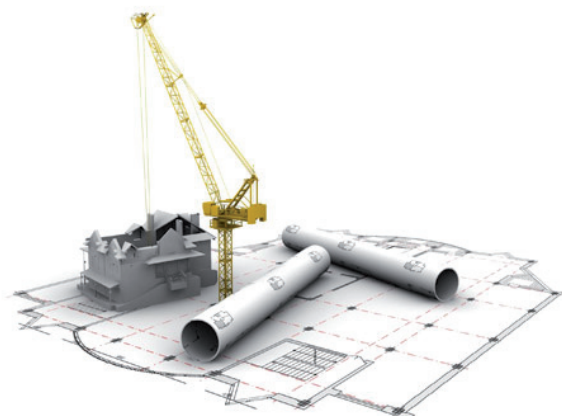
Joaçaba (SC), 26 de Julho de 2013.

Aluir Flemming - Diretor Adjunto do SIMAE



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Homologação Cv02-13

HOMOLOGAÇÃO CV02-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONVITE Nr.: 2/2013 - CV Processo Administrativo: 36/2013 Processo de Licitação: 36/2013 Data do Processo: 01/07/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2013
b) Licitação Nr.: 2/2013-CV
c) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenhariaia
d) Data Homologação: 25/07/2013
e) Data da Adjudicação: 25/07/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA URBANIZAÇÃO DO RAP-020 DE PROPRIEDADE DO SIMAE, LOCALIZADO NA LINHA DUAS CASAS, EM JOAÇABA/SC.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008051 - CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - ME	<u>1</u>	0,0000	<u>59.677,25</u>
	1		59.677,25

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 677.802,60

Joaçaba, 25 de Julho de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 57/2013 Hmhl

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE CONTRATO N° 57/2013 HMLM

Processo Licitatório n° 44/2013 - Pregão Presencial n° 7/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
LABORATORIAIS CONFORME TABELA SUS E SOBREAVISO PARA O
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE
Valor: R\$ 38.500,00 (trinta e oito e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: 16/06/2013 à 31/12/2013
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 051/2013

DECRETO N° 051, DE 24 DE JULHO DE 2013.

"Decreta como situação anormal, caracterizada como situação de emergência todo município afetado por frio intenso."

JOSÉ JAIR ALEXANDRE, Prefeito Municipal e.e., no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66, inciso VII e IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando, a ocorrência da atuação de uma forte massa de ar polar, na segunda quinzena do mês de julho/2013, deslocada no sul do país, que ocasionou temperaturas negativas, situação anormal de neve e forte geada no município, conforme registros realizados;

Considerando os prejuízos ocasionados à agricultura, à pecuária e à economia do Município, tendo em vista que o território de Leoberto Leal é predominantemente agrícola, sendo que a grande maioria dos agricultores já iniciaram o plantio da safra 2013/2014;

Considerando, o comprovado caso de emergência, caracterizado pela urgência no atendimento da situação que ocasionou o comprometimento das obras, serviços, equipamentos e outros bens;

Considerando como consequências deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constante no Formulário de Informação de Desastre - FIDE;

Considerando a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, que avaliou os efeitos do Desastre, em acordo com a resolução n° 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil;
Considerando como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário e da população frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado à existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Art. 2º Fica mobilizada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), no âmbito do município, sob a Coordenação da Defesa Civil, com o desencadeamento do plano de resposta aos desastres, avaliando a situação real desse desastre.

Art. 3 Ficam os servidores públicos municipais disponíveis à receber as solicitações e registros dos prejudicados pela situação de emergência, em especial a Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, através dos telefones (48) 3268-1211 ou (48) 3268-1212.

Art. 4º O prazo deste decreto é de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado até completar o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e.

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1133

LEI N° 1133 de 23 de julho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM O TRANSPORTE QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o transporte de estudantes que freqüentam cursos profissionalizantes de Aprendizagem em Mecânica de Manutenção de Máquinas em Geral, Aprendizagem de Mecânico de Usinagem e Técnico em Mecânica na nova Unidade do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em Joaçaba.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias n° 08.0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Reduzido 69 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23] de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1133

LEI N° 1133 de 23 de julho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM O TRANSPORTE QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o transporte de estudantes que freqüentam cursos profissionalizantes de Aprendizagem em Mecânica de Manutenção de Máquinas em Geral, Aprendizagem de Mecânico de Usinagem e Técnico em Mecânica na nova Unidade do SENAI - Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial, em Joaçaba.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias nº 08.0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Reduzido 69 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23] de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Edital e Receita PML

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais recebidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, PROGRAMA PRODESA, através do Contrato de Repasse nº 0389496-03/2012/MAPA/CAIXA, objetivando a execução de ações de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário: aquisição de uma máquina escavadeira elétrica .

19/07/2013	Contrato de Repasse nº 0389496-03/2012/MAPA/CAIXA/PRODESA	195.000,00
------------	---	------------

Luzerna(SC), 21 de julho de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.
Processo Licitatório n. 3.333/2013 - Modalidade Pregão Presencial
n. 025/2013.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresas para prestação de serviços de transporte escolar, para o Município de Maravilha, em três linhas (itinerário), tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 08 de agosto de 2013, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 24 de julho de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº 1603/2013

Lei nº 1603/2013

TRATA DA ALTERAÇÃO, REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1477/2010.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no exercício das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Art. 6º da Lei Municipal nº 1.414/2010 de 26 de março de 2010, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º. Aos Agentes Comunitários de Saúde é assegurado o vencimento equivalente a R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais)."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de julho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Navegantes

PREFEITURA

Divulgação do Resultado da Seleção de Projetos Culturais

RESOLUÇÃO Nº 003/2013

Divulga o resultado da seleção de projetos da Lei Municipal de Incentivo a Cultura de Navegantes e dá outras providências.

O Presidente da Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais (CONAC), no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei nº 2635 de 10 de outubro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 702 de 27 de novembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar os projetos aprovados no processo de seleção da Lei Municipal de Incentivo a Cultura de Navegantes no ano de 2013. Abaixo está a lista de projetos aprovados.

PRONAFIC	Proponente	Projeto	Valor (R\$)	Área
1016035550	ILVA CONCEIÇÃO ALMEIDA DOS SANTOS	2º MUSICANDO NA ESCOLA	11.440,00	Música
1018531362	ANDREA CRISTINA DA COSTA DIAS	CONTAR PARA ENCANTAR	7.660,00	Humanidades



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

2423352769	ANA ISABELA MAFRA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - RESPEITANDO O DIREITO DOS ANIMAIS	11.950,00	Humanidades
111748133	WILSON DE JESUS GUI-CHABEIRA	ESCAMBO SOUND	11.625,00	Música
2021233668	ROSIANE DOMICIANO SERAFIM	FESTIVAL DE PINTURAS CORES DA CIDADE	9.327,00	Artes Visuais
1008554861	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE NAVEGANTES	NAVEBRIK - FEIRA DE ARTESANATO CULTURA E TURISMO DE NAVEGANTES	11.560,00	Patrimônio
1013274359	PEDRO MANOEL DA COSTA	O APOSENTADO	11.000,00	Humanidades
2514571641	CRISTIANO MOREIRA	PONTAL	12.000,00	Humanidades
1321522220	CAROLINE WESTERCAMP COSTA	PROGRAMA NAVETRINE	11.700,00	Audiovisual
1010215858	RICARDO FELIPE BEBER	RÉQUIEM POR UM FUGITIVO	11.858,00	Artes Cênicas
0900072639	MARCELA URBANO SILVA	SUSTENTABILIZANDO A CULTURA - PEÇA TEATRAL	9.880,00	Artes Cênicas

Art. 2º. Ficam convocados todos os proponentes que tiveram os seus projetos aprovados para agendar reunião com o Presidente da Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais - CONAC, até o dia 02 de agosto de 2013. A reunião terá o objetivo de orientar os proponentes sobre os procedimentos seguintes.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 23 de julho de 2013.
MARCOS VENÍCIO MONTAGNA
Presidente da CONAC

Extrato Contrato N° 120/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°.: 120/2013.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : INSTITUTO O BARRIGA VERDE.
Valor : 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 24/07/2013 Término: 31/12/2013.
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços N°.: 94/2013.
Recursos: Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO EPROCESSO SELETIVO PARA A Prefeitura Municipal de Navegantes, CONFORME TOMADA DE PREÇOS N°94/2013.

Navegantes, 24 de Julho de 2013.

Extrato Ata Registro de Preço N° 99/2013 PMN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN N°99/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN N° 99/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN N° 99/2013, contendo os preços registrados pela empresa listada abaixo:

EMPRESA: DIAL DEPARTAMENTO EIRELI EPP.

VALOR TOTAL: R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).

Vigência: 22/07/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 22 de julho de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

NAVEGANTESPREV

Extrato do Termo Aditivo N° 04/2013Ipp

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Termo Aditivo n°.: 04/2013

Contratante...: INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGANTES

Contratada : MABEL KRISTINE BRAMORSKI LONGEN E CIA LTDA

Valor : 1.251,00 (um mil duzentos e cinquenta e um reais).

Vigência : Início: 11/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 04/2012

Recursos: Dotação: 2.116.3.3.90.00.00.00.00.00 (3)

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO O REAJUSTE ANUAL, PACTUADO NO CONTRATO DE LOCAÇÃO DA SEDE NO NAVEGANTESPREV.

ARILSON LUIZ MORAES

Diretor Presidente do NavegantesPREV

Nova Trento

PREFEITURA

Termo de Retificação e Ratificação - Processo N° 084/2013

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório n° 084/2013 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2013

A Prefeitura de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA, o Edital de Licitação n° 084/2013, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação n° 007/2013, marcando nova data para abertura e análise da documentação que passará ser dia 29/07/2013 as 10:00 horas. Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições deste Pregão permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 22 de julho de 2013.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Termo de Retificação e Ratificação - Processo N° 084/2013

PREFEITURA DE NOVA TRENTO
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório n° 084/2013 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2013

A Prefeitura de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA, o Edital de Licitação n° 084/2013, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação n° 007/2013, marcando nova data para abertura e análise da documentação que passará ser dia 29/07/2013 as 10:00 horas. Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais cláusulas e condições deste Pregão permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 22 de julho de 2013.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

SAMAE

Aviso de Licitação Materiais Hidraulicos PR N° 1_2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, n° 356
C.E.P.: 88270-000 Nova Trento - SC
Processo Administrativo: 10/2013
Processo de Licitação: 9/2013
Pregão Presencial N° 1/2013
Data do Processo: 26/07/2013

AVISO DE LICITAÇÃO N°. 1/2013

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria n°. 017/2012, de 12/11/2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará no dia 12/08/2013 às 14:30 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, n° 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N°. 1/2013-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou no site: <http://samae.novatreto.sc.gov.br>

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA REDIMENSÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DESTA SAMAE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

Nova Trento, 26 de Julho de 2013.
CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

MARIA DE LOURDES ROVER
PREGOEIRO(A)

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL N° 052-2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 052/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2013
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 24/07/2013

OBJETO: Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: COMERCIAL ALVORADA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.244,34 (sete mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)

CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.092,27 (sete mil e noventa e dois reais e vinte e sete centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.194,86 (três mil cento e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos)

CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.132,27 (quatro mil cento e trinta e dois reais e vinte e sete centavos)

CONTRATADO: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.225,72 (dez mil duzentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos)

DATA: 24/07/13
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

Extrato Resultado Pregão PM N° 012-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2013

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial n° 011/2013, cujo objeto a aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos, que na data de sua realização: 24/07/2013 às 09:00 hs, que teve como empresa participantes: SCS Comércio Ltda Me - Noal e Trevisol Ltda Me, Comercial Alvorada Ltda Me, AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda Epp e Renara Cristina Radin Ricardi Me. Sendo que a empresa Comercial Alvorada Ltda ME foi vencedora dos itens 09,10,32,36,41,42,50,51,54 e 58 totalizando o valor de R\$ 7.244,34 (Sete mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e

quatro centavos). A empresa Noal e Trevisol Ltda Me foi vencedora dos itens 1,2,3,6,11,13,15,18,19,21,22,26,27,30,37,40,44,45,46,49,52,53,55,56,57,59,60,63,64 e 65 totalizando o valor de R\$ 7.092,27 (Sete mil, noventa e dois reais e vinte e sete centavos). A empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda Epp foi vencedora dos itens 4,5,14,17,20,23,25,29 e 61 totalizando o valor de R\$ 3.194,86 (Três mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos). A empresa SCS Comércio Ltda Me foi vencedora dos itens 7,8,12,16,24 e 62 totalizando o valor de R\$ 4.132,27 (Quatro mil, cento e trinta e dois reais e vinte e sete centavos). A empresa Renata Cristina Radin Ricardi Me foi vencedora dos itens 28,31,33,34,35,38,39,43,47 e 48 totalizando o valor de R\$ 10.225,72 (Dez mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos). Estando de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte/SC, em 24 de Julho de 2013.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

Extratos Contratuais N° 054 a 058/2013

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO CONTRATUAL

Objeto: Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Contrato N°: 054/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: NOAL & TREVISOL LTDA ME

Valor: 7.092,27 (sete mil e noventa e dois reais e vinte e sete centavos)

Vigência: Início: 24/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 12/2013

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (21) Saldo: 57.827,00

Contrato N°: 055/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: COMERCIAL ALVORADA LTDA

Valor: 7.244,34 (sete mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)

Vigência: Início: 24/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 12/2013

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (21) Saldo: 57.827,00

Contrato N°: 056/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: SCS COMÉRCIO LTDA ME

Valor: 4.132,27 (quatro mil cento e trinta e dois reais e vinte e sete centavos)

Vigência: Início: 24/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 12/2013

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (21) Saldo: 57.827,00

Contrato N°: 057/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME

Valor: 10.225,72 (dez mil duzentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos)

Vigência: Início: 24/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 12/2013

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (21) Saldo: 57.827,00

Contrato N°: 058/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP

Valor: 3.194,86 (três mil cento e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos)

Vigência: Início: 24/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 12/2013

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (21) Saldo: 57.827,00

Novo Horizonte, 24 de Julho de 2013

Orleans

PREFEITURA

Portaria N°132/2013

PORTARIA N° 132/2013

"DISPENSA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e o Art. 177, § 2º Item II da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar o(a) Servidor(a) VIVIANA PEREIRA ALEXANDRE HENDRICKON, matrícula nº 4461, do cargo de PROFESSOR, a partir de 28/01/2013, termino do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 28 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE E OITO (28) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Portaria N°123/2013

PORTARIA N° 123/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto nº 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) EDESIO BERGER, matrícula nº 4162, do cargo de COORDENADOR ESPECIAL DE OBRAS PÚBLICAS, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administração

Portaria N°123/2013-a

PORTARIA N°123/2013 -A
"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto n° 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) OLDACIR RECH DOS SANTOS, matrícula n° 4698, do cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administração

Portaria N°123/2013-B

PORTARIA N° 123/2013 - B
"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto n° 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) DELSON LOTIN, matrícula n° 4021, do cargo de SECRETARIO ADJUNTO DA ADMINISTRACÃO, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administração

Portaria N°128/2013

PORTARIA N° 128/2013
"DISPENSA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e o Art. 177, § 2º Item II da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar o(a) Servidor(a) DAIANE DA SILVA PEREIRA, matrícula n° 4464, do cargo de PROFESSOR, a partir de 02/01/2013, termino do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administração

Portaria N°129/2013

PORTARIA N° 129/2013
"DISPENSA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e o Art. 177, § 2º Item II da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar o(a) Servidor(a) LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, matrícula n° 4484, do cargo de PROFESSOR, a partir de 02/01/2013, termino do contrato.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO
Secretario de Administração

Portaria N°129/2013-B

PORTARIA N°129/2013 -A
"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar n° 1.929, de 20 de dezembro de 2005 e o Decreto n° 3.472 de 02 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) CAMILA FLOR ANDRÉ, matrícula

nº 09, do cargo de ASSISTENTE TÉCNICO AMBIENTAL, a partir de 02/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 02 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DOIS (02) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Portaria N°130/2013

PORTARIA N° 130/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) IVANILDE FERMIANO DA SILVA, matrícula nº 4676, do cargo de DIRETOR DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR, a partir de 22/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 22 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE E DOIS (22) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Portaria N°133/2013

PORTARIA N° 133/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) STEPHANIE PIAVA PIZZOLATTI, matrícula nº 4526, do cargo de COORDENADOR DE MARKETING E DIVULGAÇÃO, a partir de 28/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 28 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE E OITO (28) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Portaria N°134/2013

PORTARIA N° 134/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) ADERIVAL RICARDO CAMPOS, matrícula nº 4660, do cargo de SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 30/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 30 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA (30) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Portaria N°135/2013

PORTARIA N° 135/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) VALDINEIA FRASSON DEBIASI, matrícula nº 3824, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 31/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 31 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA E UM (31) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Portaria N°136/2013

PORTARIA N° 136/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) ERNESTINA DA ROSA DE LIMA, matrícula nº 4119, do cargo de ASSISTENTE ESPECIAL DE GABINETE, a partir de 31/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 31 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA E UM (31) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Portaria Nº137/2013

PORTARIA Nº 137/2013

"EXONERA SERVIDOR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com o Art. 36, da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) ARCANGELO LIBRELATO, matrícula nº 4753, do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DA FAZENDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, a partir de 31/01/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 31 de janeiro de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA E UM (31) DIAS DO MES DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (2013).

VALMIR FELISBINO

Secretario de Administração

Aviso de Licitação Nº 104/2013 Elaboração de Projetos

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 104/2013.

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº.: 104/2013

Tipo : Menor Preço/ Por Item.

Objeto : ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E REVITALIZAÇÃO DE VARIAS RUAS DA CIDADE.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 12/08/2013

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 12/08/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08h00min às 12h00min (Expediente Interno) e das 13h30min às 17h30min horas (Atendimento ao Público), pelo fone (48) 3886.0100 ou pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans, 25 de Julho de 2013

PATRICIA LIBRELATO MASSUCCO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação Saúde Nº 37/2013- Manutenção de Equipamentos

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013

Tipo : Menor Preço/ Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PELA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E APARELHOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 07/08/2013 às 13h45min.

Abertura das Propostas: dia 07/08/2013 às 14h00min.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 12:00 (Expediente Interno) e das 13:30 às 17:30 (Atendimento ao Público) horas, pelo fone (048) 3886.0100, ou através do email licitacao@orleans.sc.gov.br

ORLEANS, 25 de Julho de 2013.

TATIANA VERAN BUSSOLO

Pregoeira

Paial

PREFEITURA

Pregão Presencial 17/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 17/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 47/2013 - Pregão Presencial 17/2013, julgamento menor preço por item.

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 8h45min do dia 13 de agosto de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 9:00 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 24 de julho de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 18/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Pregão Presencial 18/2013.

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 48/2013 - Pregão Presencial 18/2013.

Objeto:

Aquisição de Adubo químico do tipo NPK e Uréia para distribuição aos agricultores do Município.

Data e hora da Abertura: 12/08/2013 às 09horas

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 12/08/2013 as 08h45min.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 24 de julho de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Decreto N°. 1.501, de 02 de Maio de 2013.

DECRETO N°. 1.501, DE 02 DE MAIO DE 2013.
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Altera.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, observado o disposto na Lei Complementar nº. 102, de 06 de abril de 2011, nº 100, de 30 de dezembro de 2010, nº 3.224, de 28 de dezembro de 2006, nº 56, de 03 de outubro de 2007, nº 61, de 31 de janeiro de 2008, nº 63, de 07 de abril de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Um cargo de Assessor II Nível AD-ASS-02, da Secretaria de Administração, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Um cargo de Assessor VI Nível AD-ASS-06, da Secretaria de Assistência Social, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3º Um cargo de Assessor V Nível AD-ASS-05, da Secretaria de Educação e Cultura, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica e transferido para Secretaria de Gestão Governamental.

Art. 4º Um cargo de Assessor VII Nível AD-ASS-07, do Gabinete do Prefeito, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica

transferido para Secretaria de Assistência Social

Art. 5º Um cargo de Assessor III Nível AD-ASS-03, da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Esportes e Lazer, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 6º Um cargo de Assessor IV Nível AD-ASS-04, da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Assistência Social.

Art. 7º Um cargo de Assessor IV Nível AD-ASS-04, da Secretaria de Gestão Governamental, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil.

Art. 8º Um cargo de Assessor IV Nível AD-ASS-04, da Secretaria de Educação e Cultura, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria do Desenvolvimento Sul e Turismo.

Art. 9º Um cargo de Assessor I Nível AD-ASS-01, da Secretaria de Administração, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Fundação Cambirela do Meio Ambiente.

Art. 10. Um cargo de Assessor III Nível AD-ASS-03, da Secretaria de Assistência Social, da Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, fica transferido para Secretaria de Administração.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Resolução N°. 26 / 2013

RESOLUÇÃO N°. 26 / 2013

Dispõe sobre o Plano Plurianual da

Secretaria de Assistência Social do Município de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária realizada no dia 17 de julho de 2013, às 13horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social- NOB/RH/SUAS/2011 - que especifica o número necessários de servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários; e que hoje não vem sendo efetivados em sua integralidade pelo município de Palhoça, bem como, a necessidade de criação do Plano de Cargos e Salários especificado no item VI da referida Lei Federal.

Considerando a realização de visitas de monitoramento da Secretaria de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, que apontou divergências entre o número de funcionários existentes nos serviços e o necessário para execução dos mesmos, dando prazo para regularização, bem como, irregularidades já apontadas

em Termos de Ajustamento de Conduta dos serviços de abrigo institucional, Centro Referência Especializado de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social.

Considerando ampliação de equipamentos sociais já previstos e consequentemente a necessidade de contratação de equipes para a efetivação dos serviços da Assistência Social.

Considerando a os desastres naturais ocorridos nos últimos anos no município de Palhoça, aliado ao crescimento populacional desordenado que eleva o número de famílias em situação de vulnerabilidade social no município.

Considerando quem no ano de 2014 ocorrerá a Conferência Nacional de Assistência Social, havendo necessidade de representatividade do referido Conselho Municipal nesta instância.

Considerando que após a Plenária ocorrida no dia 17 de julho de 2013, deliberou-se para as seguintes mudanças vinculadas a aprovação do referido PPA.

RESOLVE:

Art. 1º condicionar a Aprovação do Plano plurianual de Assistência Social referente ao ano de 2014 a 2017, e também da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, com as devidas alterações nos itens:

3.1.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria R\$: 4.138.000,00 para R\$ 5.500.000,00;

3.3.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria R\$: 1.370.000,00 para R\$: 1.470.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria de R\$: 5.000,00 para R\$: 15.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando resolução CMAS nº25/2013.

JANAÍNA PEREIRA DA SILVA
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Resolução Nº. 26 / 2013

RESOLUÇÃO Nº. 26 / 2013

Dispõe sobre o Plano Plurianual da Secretaria de Assistência Social do Município de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária realizada no dia 17 de julho de 2013, às 13horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social- NOB/RH/SUAS/2011 - que especifica o número necessários de servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em

consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários; e que hoje não vem sendo efetivados em sua integralidade pelo município de Palhoça, bem como, a necessidade de criação do Plano de Cargos e Salários especificado no item VI da referida Lei Federal.

Considerando a realização de visitas de monitoramento da Secretaria de Assistência Social do Estado de Santa Catarina, que apontou divergências entre o número de funcionários existentes nos serviços e o necessário para execução dos mesmos, dando prazo para regularização, bem como, irregularidades já apontadas em Termos de Ajustamento de Conduta dos serviços de abrigo institucional, Centro Referência Especializado de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social.

Considerando ampliação de equipamentos sociais já previstos e consequentemente a necessidade de contratação de equipes para a efetivação dos serviços da Assistência Social.

Considerando a os desastres naturais ocorridos nos últimos anos no município de Palhoça, aliado ao crescimento populacional desordenado que eleva o número de famílias em situação de vulnerabilidade social no município.

Considerando quem no ano de 2014 ocorrerá a Conferência Nacional de Assistência Social, havendo necessidade de representatividade do referido Conselho Municipal nesta instância.

Considerando que após a Plenária ocorrida no dia 17 de julho de 2013, deliberou-se para as seguintes mudanças vinculadas a aprovação do referido PPA.

RESOLVE:

Art. 1º condicionar a Aprovação do Plano plurianual de Assistência Social referente ao ano de 2014 a 2017, e também da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, com as devidas alterações nos itens:

3.1.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria R\$: 4.138.000,00 para R\$ 5.500.000,00;

3.3.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria R\$: 1.370.000,00 para R\$: 1.470.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 010000 que passaria de R\$: 5.000,00 para R\$: 15.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando resolução CMAS nº25/2013.

JANAÍNA PEREIRA DA SILVA
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

Portaria Nº 1761/2013.

PORTARIA Nº 1761/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CEDER para a 30ª. Delegacia Regional de Polícia da Comarca de Palhoça com ônus para origem, o servidor ILSO LAURENTINO GUIMARÃES, matrícula nº. 401596, da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 025, de 09 de maio de 2013, pelo período de 03/06/2013 a 31/12/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1760/2013.

PORTARIA N°. 1760/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES da servidora ANGELA CRISTINA AMARAL, matrícula nº. 800362, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/05/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1762/2013.

PORTARIA N°. 1762/2013.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JUSSARA PIERRI DA ROSA, matrícula nº. 800994, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/04/2003 a 10/04/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/07/2013 à 01/08/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1763/2013.

PORTARIA N°. 1763/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE MARIA DA SILVA MARGHO-TI, matrícula nº. 800937, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de

Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 03/06/2013 à 03/09/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1764/2013.

PORTARIA N°. 1764/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NICELENE MARIA SOARES, matrícula nº. 800228, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 30/09/2002 a 30/09/2007, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 30/09/2007 a 30/09/2012, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 03/06/2013 à 03/09/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1765/2013.

PORTARIA N°. 1765/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE de MARIA APARECIDA BERRETA, matrícula nº. 800806, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei nº. 127, de 13 de setembro 2012, com efeitos a contar de 01/05/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1766/2013.
PORTARIA N°. 1766/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar gratificação de Produtividade dos funcionários, conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de maio de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
300406	Ana Cristina de Jesus dos Santos	350,00
300414	Elisangela Galliani	350,00
300485	Eronita Magalhães Saraiva dos Santos	350,00
300499	Ezini de Fátima Gaspar	350,00
500168	Jorge Luiz Paiva	500,00
800806	Maria Aparecida Berreta	1.000,00
801575	Maria Odete Vieira	350,00
300523	Marilene da Silva e Silva	350,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
600002	Elisabete da Silva	300,00	800,00
400029	Eliziane Alves	80,00	500,00
800122	Zenilda Alaide da Silveira	600,00	1.000,00

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1768/2013.
PORTARIA N°. 1768/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA CAROLINE IRIS DA SILVA, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1769/2013.
PORTARIA N°. 1769/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ADRIANA LAMIM, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/06/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1770/2013.
PORTARIA N°. 1770/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1547 de 02 de maio de 2013, que Contratou por Tempo Deter-minado a servidora ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, para o cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deverá ser de 01/04/2013 a 15/12/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1771/2013.
PORTARIA N°. 1771/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NICOLLY MARIA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1772/2013.
PORTARIA N°. 1772/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANDA FRANCISCA DA SILVA, matrícula n°. 500406, titular do cargo de Agente de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/04/2002 a 07/04/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 12/06/2013 à 12/07/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1773/2013.
PORTARIA N°. 1773/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSE SIILVEIRA DA SILVA NETO, matrícula n°. 800733, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 05/06/2013 à 05/09/2013.

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1774/2013.
PORTARIA N°. 1774/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei n°. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Débora Rodrigues Back	30	10	02/05/2013 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 20 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Edital Convite N°131/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE N°. 131/2013

O Município de Palhoça torna público que realizará a Carta Convite n°. 131/2013, no dia 02 de agosto de 2013, às 16h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CARTA CONVITE tem que como objeto contratação de empresa para confecção de camisetas promocionais para os eventos da Prefeitura Municipal de Palhoça. A retirada do edital deve ser solicitada através de ofício, juntamente com o Certificado de Registro Cadas-tral deste Município, das 13h00min às 18h00min. No entanto, o mesmo deverá ser retirado em até 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de abertura do referido certame.

Palhoça, 24 de julho de 2013.
CO-MISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

Edital Convite N°131/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE N°. 131/2013

O Município de Palhoça torna público que realizará a Carta Convite n°. 131/2013, no dia 02 de agosto de 2013, às 16h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CARTA CONVITE tem que como objeto contratação de empresa para confecção de camisetas promocionais para os eventos da Prefeitura Municipal de Palhoça. A retirada do edital deve ser solicitada através de ofício, juntamente com o Certificado de Registro Cadas-tral deste Município, das 13h00min às 18h00min. No entanto, o mesmo deverá ser retirado em até 24 (vinte e quatro) horas que

antecedem a data de abertura do referido certame. Palhoça, 24 de julho de 2013. CO-MISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

Extrato de Ata de Registro de Preços 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 068/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OTRIALA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	60	CX	Agulhas hipodérmicas para irrigação metálicas n°. 04.	Konnen	R\$ 4,5100	R\$ 270,00
5	300	CX	Anestésico cloridrato de prilocaina a 3% / vaso constritor octapressin, tubetes c/1.8ml caixa com 50 unidades.	Citanest	R\$ 20,0000	R\$ 6.000,00
7	300	CX	Anestésico injetável lidocaina a 2% com vaso constritor. Tubetes com 1,8 ml, caixa com 50 unidades.	Lidostesin	R\$ 19,0000	R\$ 5.700,00
8	100	CX	Anestésico injetável mepivacaina 3% s/ vaso constritor, tubete c/1,8 ml, caixa com 50 unidades.	Mepivalem	R\$ 22,3400	R\$ 2.234,00
13	30	UND	Broca cirúrgica pm 701 L	Mk Dent	R\$ 7,1400	R\$ 214,20
14	30	UND	Broca cirúrgica pm 702	Mk Dent	R\$ 7,1400	R\$ 214,20
15	30	UND	Broca cirúrgica pm 703 L	Mk Dent	R\$ 7,1400	R\$ 214,20
33	25	FRS	Cariostatic Frasco com 10ml	Iodontosul	R\$ 10,8000	R\$ 270,00
34	50	PCT	Cartela para 02 RX odontológico periapical, pacote com 100 unidades.	Odontograf	R\$ 4,3200	R\$ 216,00
41	60	FRS	Cimento provisório, fechamento temporário de cavidades dentais em tratamentos restauradores e endodônticos, prevenindo contaminações, endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, normal, frs. C/ até 25 gr.	Coltosol	R\$ 8,91,00	R\$ 534,60
44	20	CX	Cone de guta percha principal n° 30 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
45	30	CX	Cone de guta percha principal n° 35 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00

46	30	CX	Cone de guta percha principal n° 40 cxa c/ 120 und	Debtsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
47	30	CX	Cone de guta percha principal n° 45 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
48	30	CX	Cone de guta percha principal n° 50 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
49	30	CX	Cone de guta percha principal n° 55 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
50	20	CX	Cone de guta percha principal n° 60 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
51	20	CX	Cone de guta percha principal n° 70 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
52	20	CX	Cone de guta percha principal n° 80 cxa c/ 120 und.	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
55	5	UND	Cuba de borracha de manipulação de silicato	Maquira	R\$ 3,3800	R\$ 16,90
56	10	CX	Cunha cervical de madeira, anatômicas, sortidas, com 4 tamanhos diferentes codificados por cores, cx c/ 100 und.	Tdv	R\$ 17,0000	R\$ 170,00
58	50	UND	Dedal de borracha	Jon	R\$ 1,3500	R\$ 67,50
73	100	CX	Fio de sutura nylon, c/ agulha 4-0, caixa com 24 unidades.	Procure	R\$ 16,2000	R\$ 1.620,00
74	20	CX	Fio de sutura nylon, c/ agulha 5-0, caixa com 24 unidades.	Procure	R\$ 16,200	R\$ 324,00
76	50	UND	Fita matriz n° 0,5 mm em estojo plástico.	Preven	R\$ 0,9000	R\$ 45,00
78	100	FRS	Fixador para processamento radiográfico, uso odontológico-frasco com 475ml-contendo água(85 a 90%), sulfito de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol(1 a 5%) e hidroquinona(1 a 5%).	Kodak	R\$ 4,3000	R\$ 430,00
80	30	FRS	Formocresol, frasco 10 ml	Aaf	R\$ 3,3200	R\$ 99,60
83	15	UND	Grampo unitário para radiografia periapical (colgadadura)	Tchno-dent	R\$ 1,6000	R\$ 24,00
84	25	UND	Hidróxido de cálcio em pó, frasco com 10g	Aaf	R\$ 3,3000	R\$ 82,50
89	10	CX	Lamina para bisturi n°. 13, caixa com 100 unidades.	Solidor	R\$ 12,1500	R\$ 121,50
90	30	CX	Lamina para bisturi n°. 15, caixa com 100 unidades.	Solidor	R\$ 12,1500	R\$ 364,50
91	10	CX	Lamina para bisturi n°. 21, caixa com 100 unidades.	Solidor	R\$ 12,1500	R\$ 121,50

109	100	UND	Mandril para disco de lixa.	Preven	R\$ 1,6600	R\$ 166,00
110	400	CX	Mascarã odontológica descartável atóxica, hipo alérgica, filtro antibacteriano, tripla com tiras, cor branca, caixa com 50 unidades.	Descar-pack	R\$ 3,9200	R\$ 1.568,00
118	15	UND	Pedra p/ amolar instrumentos odontológicos	Jon	R\$ 20,2500	R\$ 303,75
119	20	UND	Pedra pomes em pó, frasco com 10g	Maquira	R\$ 3,3600	R\$ 67,20
145	50	UND	Pote dappen plástico	Preven	R\$ 1,4600	R\$ 73,00
146	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A1 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
147	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A2 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
148	50	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A3 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 405,00
149	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B1 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
150	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B2 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
151	20	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor C2 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 162,00
152	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A3,5 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
153	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A2 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
154	50	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A3 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 405,00
155	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A3,5 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00

156	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B1 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
157	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B2 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
158	20	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor C2 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 162,00
159	20	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor C3 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 162,00
160	40	UND	Resina fotopolimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A1 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
163	100	FRS	Revelador para processamento radiográfico, uso odontológico, contendo água (85 a 90%), sulfito de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol (1 a 5%) e hidroquinona (1 a 5%), frasco com 475 ml.	Kodak	R\$ 4,3000	R\$ 430,00
166	25	FRS	Spray refrigerante para teste de vitalidade dental, temperatura de -50°C, inodoro, atóxico e sem CFC, frasco 200 ml.	Maquira	R\$ 13,3500	R\$ 333,75
170	25	FRS	Tricresol Formalina, frasco com 10ml	Aaf	R\$ 3,2000	R\$ 80,00
VALOR TOTAL R\$ 31.282,50						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º055/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º055/2013 – Pregão Presencial 17/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME.
OBJETO: prestação de serviços de mão de obra para manutenção corretiva e preventiva, e fornecimento de peças, para atendimento dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde.
DATA: 12/07/2013 à 11/07/2014.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1.666,00	sv	Valor da hora técnica para conserto de veículos leves e semi-pesados.	R\$ 35,00	R\$ 69.300,00

3	1	pc	Fornecimento de peças para veículos leves e semi-pesados	R\$ 256.000,00	R\$ R\$ 256.000,00
4	300	sv	Hora técnica para conserto de veículo motocicleta.	R\$ 31,00	R\$ 9.300,00
6	1	pc	Fornecimento de peças para veículo motocicleta	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
VALOR TOTAL R\$ 369.600,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º056/2013 - Pregão Presencial 17/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de guincho para atendimento dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 12/07/2013 à 11/07/2014.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	40	sv	Serviço de guincho a qualquer distância	R\$ 74,90	R\$ 2.996,00
5	500	sv	Serviço de guincho, para veículo motocicleta por km rodado.	R\$ 1,20	R\$ 600,00
VALOR TOTAL R\$ 3.596,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º067/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º067/2012 - Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO - Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	150	UND	Ácido fosfórico a 37% em gel (em seringa com 5ml)	Villevie	R\$ 3,8000	R\$ 570,00
2	100	FRS	Adesivo com primer para resina fotopolimerizável em 01 só frasco com 06 ml, primer a base de água tipo single bond.	Single Bond	R\$ 71,0000	R\$ 7.100,00
3	200	CX	Agulha gengival descartável curta para carpule, caixa com 100 unidades.	Injecta	R\$ 11,0000	R\$ 2.200,00
6	50	FRS	Anestésico em gel tópico c/ aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tutti frutti/morango frasco com 12gr.	Benzotop	R\$ 4,0000	R\$ 200,00
9	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica n° 02	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00

10	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica n° 04	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00
11	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica n° 06	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00
12	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica n° 08	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00
16	100	UND	Broca de alta rotação carbide n° ½	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
17	100	UND	Broca de alta rotação carbide n° 2	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
18	100	UND	Broca de alta rotação carbide n° 330	Medin	R\$ 3,5000	R\$350,00
19	100	UND	Broca de alta rotação carbide n° 4	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
20	100	UND	Broca de alta rotação carbide n° 6	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
21	100	UND	Broca de alta rotação carbide n° 8	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
28	50	UND	Broca endo z	Medin	R\$ 18,5000	R\$ 925,00
30	20	UND	Broca lentulo de 25-40, 25mm, caixa com 04 unidades	Injecta	R\$ 20,0000	R\$ 400,00
31	50	UND	Broca zecrya 23mm haste curta	Medin	R\$ 17,8000	R\$ 890,00
32	50	UND	Broca zecrya 28mm haste longa	Medin	R\$ 17,8000	R\$ 890,00
35	10	FRS	Cimento cirúrgico líquido, com 20 ml.	Technew	R\$ 7,0000	R\$ 70,00
36	10	FRS	Cimento cirúrgico pó, com 50 grs.	Technew	R\$ 11,8000	R\$ 118,00
37	10	FRS	Cimento de fosfato de zinco em pó, frasco com 28g	Ls	R\$ 7,60000	R\$ 76,00
38	10	FRS	Cimento de fosfato de zinco líquido, frasco com 10ml.	Ls	R\$ 5,3000	R\$ 53,00
39	80	FRS	Cimento de óxido de zinco líquido, eugenol, frs com 18 ml .	Iodonto-sul	R\$ 6,0000	R\$ 480,00
42	100	CX	Cone de guta percha auxiliar b7	Injecta	R\$ 10,5000	R\$ 1.050,00
43	100	CX	Cone de guta percha auxiliar b8	Injecta	R\$ 9,8000	R\$ 980,00
53	30	CX	Cone de papel absorvente 1.ª série, 15-40, caixa com 120 unidade.	Injecta	R\$ 8,5000	R\$ 255,00
54	30	CX	Cone de papel absorvente 2.ª série, 45-80, caixa com 120 unid.	Injecta	R\$ 8,5000	R\$ 255,00
59	30	UND	Disco de lixa para acabamento e polimento dental, com 19,05 mm de diâmetro, granulação grossa, média, fina e super fina, tipo SOF-LEX, caixa com 50 unidades.	Tdv	R\$ 17,0000	R\$ 510,00
60	10	FRS	Edta tri ssódico frasco 10 ML.350,00	Biodonamica	R\$ 4,7000	R\$ 47,00
61	50	UND	Escova de aço p/ limpeza de brocas	Iodonto-sul	R\$ 3,9000	R\$ 195,00
62	500	UND	Escova de robson pequena, cerdas macias, cor branca.	Preven	R\$ 0,7000	R\$ 350,00

63	500	UND	Escova de robson, pequena, cerdas macias, cor preta.	Preven	R\$ 0,7000	R\$ 350,00
64	6000	UND	Escova dental adulto com aproximadamente 38 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embalagem com 01 unidade.	Medfio	R\$ 0,4000	R\$ 2.400,00
65	11000	UND	Escova dental infantil com 25 a 32 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embaladas individualmente.	Floppy	R\$ 0,3200	R\$ 3.520,00
66	50	CX	Esponja hemostática de colágeno liofilizado embalado individualmente em caixa com 10 unidades .	Hemos-pon	R\$ 14,0000	R\$ 700,00
67	3	FRS	Eucaliptol, líquido límpido, incolor ou amarelo pálido, de odor aromático, canforáceo, característico de e sabor picante. Praticamente insolúvel na água, miscível com o álcool, clorofórmio, sulfeto de carbono, ácido acético glacial, óleos vegetais e essências, frasco com 10mL.	Biodinamica	R\$ 6,4800	R\$ 19,44
68	50	CX	Extirpanervos 25 mm, cx com 10 unidades.	Medin	R\$ 16,0000	R\$ 800,00
69	20	CX	Filme periapical insight ip, velocidade rápida (f), uso infantil, caixa com 150 unidades.	Kodak	R\$ 148,0000	R\$ 2.960,00
70	110	CX	Filme periapical insight ip, velocidade rápida(f), uso adulto, caixa com 150 unidades.	Kodak	R\$ 110,0000	R\$ 12.100,00
75	10000	ROLO	Fio dental com 25m, embalagem individual.	Medfio	R\$ 0,7200	R\$ 7.200,00
77	50	UND	Fita matriz nº 0,7 mm em estojo plástico.	Preven	R\$ 0,8800	R\$ 44,00
79	100	FRS	Fluor fosfato acidulado a 1,23%, gel, sabor tutti fruti, frasco com 200 ml.	Dfl	R\$ 2,3000	R\$ 230,00
81	11000	UND	Gel dental com até 1100ppm de flúor, sabor de tuti-fruti ou morango, embalagem com 90 gramas.	Contente	R\$ 1,5900	R\$ 17.490,00
85	20	CX	Hidróxido de cálcio radiopaco, contendo 01 tubo de pasta catalizadora (11 g), 01 tubo de pasta base (13 g) e 01 bloco de mistura	Technew	R\$ 9,0000	R\$ 180,00

87	150	CX	Ionômero de vidro para restauração, embalagem contendo frasco com 10 grs de pó e 08 ml de líquido, 01 concha dosadora, 01 bloco de papel para espatulação.	Maxxion	R\$ 11,0000	R\$ 1.650,00
92	10	CX	Lençol de borracha, caixa com 26 unidades	Biosani	R\$ 9,8000	R\$ 98,00
93	10	CX	Liga para amálgama , com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 01 porção,cx com 50 unidades	Gs80	R\$ 53,8000	R\$ 538,00
94	20	CX	Liga para amálgama , com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 02 porção,cx com 50 unidades	Gs80	R\$ 70,0000	R\$ 1.400,00
95	10	CX	Lima 3ª série, 25 mm, 90-140, caixa com 6 unidades	Injecta	R\$ 13,8000	R\$ 138,00
96	70	CX	Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 21 mm, caixa com 06 unid.	Kerr Optimum	R\$ 19,0000	R\$ 1.330,00
97	60	CX	Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 25 mm, caixa com 06 unid.	Kerr Optimum	R\$ 19,0000	R\$ 1.140,00
98	10	CX	Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 31 mm, caixa com 06 unid.	Kerr Optimum	R\$ 19,0000	R\$ 190,00
99	70	CX	Lima tipo flexo-file 1ª série 15-40, 21 mm, caixa com 06 unid.	Injecta	R\$ 18,5000	R\$ 1.295,00
100	60	CX	Lima tipo flexo-file 1ª série 15-40, 25mm, caixa com 6 unid.	Injecta	R\$ 18,5000	R\$ 1.110,00
101	20	CX	Lima tipo K-file 1ª série, 15-40, 31mm, caixa com 6 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 280,00
102	40	CX	Lima tipo K-File nº 06, com 21 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
103	40	CX	Lima tipo K-File nº 06, com 25 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
104	40	CX	Lima tipo K-File nº 08, com 21 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
105	40	CX	Lima tipo K-File nº 08, com 25 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
106	40	CX	Lima tipo K-File nº 10, com 21 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
107	40	CX	Lima tipo K-File nº 10, com 25 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
111	50	pct	Moldeira de cera infantil, tamanho pequeno, com arcada inferior e superior, pacote com 100 unidades.	Preven	R\$ 27,0000	R\$ 1.350,00

112	20	UND	Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção aos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento anti-embaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.	3M	R\$ 37,2700	R\$ 745,40
113	60	UND	Óleo lubrificante para caneta de alta rotação óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluor-carbono com 100 ml. embalagem pressurizada.	Maqspray	R\$ 10,0000	R\$ 600,00
114	60	UND	Óleo lubrificante para caneta de baixa rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluor-carbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.	Maqspray	R\$ 10,0000	R\$ 600,00
117	50	UND	Pasta profilática sabor tuti-fruti, com 30 ml.	Microdont	R\$ 3,6000	R\$ 180,00
120	50	CX	Pincel aplicador c/ dobra em 2 pontos fino cx c/ 100 und	Cavibrusch	R\$ 7,5000	R\$ 375,00
121	100	CX	Pincel aplicador com dobra em 2 pontos, permitindo alcançar angulações superior a 180°, embalagem com 100 unidades.	Cavibrusch	R\$ 7,5000	R\$ 750,00
122	15	UND	Placa de vidro, espessura média para manipulação de materiais odontológicos.	Medfio	R\$ 4,7000	R\$ 70,50
144	30	KIT	Pontas de borracha p/ acabamento tipo enhance (kit)	Vigodent	R\$ 20,0000	R\$ 600,00
161	30	UND	Resina fotopolimerizável opaca	Opallis	R\$ 28,0000	R\$ 840,00
162	20	CX	Revelador de placa bacteriana em pastilha, caixa com 20 blister com 06 unidades cada.	Eviplac	R\$ 19,0000	R\$ 380,00

165	20	CX	Selante fotopolimerizável, cor matizado com 02 tubos de selante 5G, e 01 seringa condicionadora dental e acessórios.	Dfl	R\$ 38,0000	R\$ 760,00
169	20	UND	Taça de borracha pequena	Preven	R\$ 0,6000	R\$ 12,00
VALOR TOTAL R\$ 88.279,34						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º069/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º069/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
22	200	UND	Broca de baixa rotação nº 1	Injecta	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
40	80	FRS	Cimento de óxido de zinco pó, frs com 50 gramas .	Iodontosul	R\$ 3,2200	R\$ 257,60
57	50	PCT	Cursorres de silicone 1 mm, pacote com 10 unidades.	Injecta	R\$ 15,2000	R\$ 760,00
71	15	CX	Fio de seda para sutura 3-0 com agulha 1,7 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.	Procure	R\$ 15,8000	R\$ 237,00
72	200	CX	Fio de seda para sutura 4-0 com agulha 1,7 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.	Procure	R\$ 15,8000	R\$ 3.160,00
82	6000	UND	Gel dental com flúor com até 1500ppm de flúor, embalagem com 90 gramas.	Icefresh over	R\$ 1,0700	R\$ 6.420,00
86	50	FRS	Hipoclorito de sódio 1%, frasco com 1 litro	Ciclofarma	R\$ 1,8400	R\$ 92,00
108	20	CX	Lixa p/ polimento e acabamento dental, com abrasivo a base de óxido de alumínio e costado em poliéster cx c/ 50 und	Maquira	R\$ 1,2000	R\$ 24,00
116	12	UND	Pasta maisto, pote plástico com 10 gramas.	Iodontosul	R\$ 9,6100	R\$ 115,32

123	200	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 1011, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.340,00
124	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação cone invertido n° 1033, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00
125	200	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 1012, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.340,00
126	250	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 1013, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.675,00
127	300	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 1014, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 2.010,00
128	300	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 1016, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 2.010,00

129	250	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 1019, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.675,00
130	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 1151, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00
131	150	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 2082, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.005,00
132	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 2135, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00
133	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 2135f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00
134	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 2135ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00

135	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3118, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
136	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3118f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
137	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3118ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
138	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3168, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
139	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3168f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
140	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3168ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00

141	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3195, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
142	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3195f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
143	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação n° 3195ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
168	1000	PCT	Sugador descartável, confeccionado em PVC virgem transparente e atóxico, arame em aço especial para fixação imediata, desenho anatômico, para proporcionar uma excelente sucção sem agredir o tecido. Ponteiras soldadas ao tubo, confeccionada em PVC macio, atóxico e vazada. Pacote com 40 unidades.	Ssplus	R\$ 1,9900	R\$ 1.990,00
171	20	FRS	Verniz com flúor para aplicação tópica 5% de fluoreto de sódio, frasco com 10 ml de verniz e frasco de 10 ml de solvente.	Fgm Duoflorid	R\$ 10,8500	R\$ 217,00
VALOR TOTAL R\$ 32.753,92						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º070/2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º070/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITA-
 LARES LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
23	200	UND	Broca de baixa rotação nº 2	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
24	200	UND	Broca de baixa rotação nº 3	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
25	350	UND	Broca de baixa rotação nº 4	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
26	350	UND	Broca de baixa rotação nº 5	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
27	350	UND	Broca de baixa rotação nº 6	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
29	30	CX	Broca gaites de 01 à 06, caixa com 06 unidades	Injecta	R\$ 31,5100	R\$ 945,30
88	10	CX	Lamina para bisturi nº. 11, caixa com 100 unidades.	Embra-mac	R\$ 11,5000	R\$ 115,00
164	1500	PCT	Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.	SS Plus	R\$ 1,0700	R\$ 1.605,00
167	80	CX	Sugador cirúrgico odontológico, descartável, atóxico, esterilizado, embalados individualmente, caixa com 20 unidades.	Maquira	R\$ 21,5900	R\$ 1.727,20
VALOR TOTAL 7.191,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º070/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º070/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITAIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
23	200	UND	Broca de baixa rotação nº 2	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
24	200	UND	Broca de baixa rotação nº 3	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
25	350	UND	Broca de baixa rotação nº 4	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
26	350	UND	Broca de baixa rotação nº 5	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
27	350	UND	Broca de baixa rotação nº 6	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
29	30	CX	Broca gaites de 01 à 06, caixa com 06 unidades	Injecta	R\$ 31,5100	R\$ 945,30

88	10	CX	Lamina para bisturi nº. 11, caixa com 100 unidades.	Embra-mac	R\$ 11,5000	R\$ 115,00
164	1500	PCT	Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.	SS Plus	R\$ 1,0700	R\$ 1.605,00
167	80	CX	Sugador cirúrgico odontológico, descartável, atóxico, esterilizado, embalados individualmente, caixa com 20 unidades.	Maquira	R\$ 21,5900	R\$ 1.727,20
VALOR TOTAL 7.191,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º071/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º071/2012 – Pregão Presencial 040/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para os usuários do CAPS II. DATA: 23/07/2012 a 22/07/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	30	lata	Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 500 gramas.	Olé	R\$ 5,9000	R\$ 177,00
03	100	pcte	Arroz parboilizado, longo, fino, tipo I, amarelo características técnicas: Arroz beneficiado, parboilizado, logo, fino tipo I. Umidade máxima de 14%. Embalagem, saco de polietileno transparente, pacote de 5Kg.	Kika	R\$ 7,1000	R\$ 710,00
04	300	pct	Biscoito doce tipo maria, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.	Diana	R\$ 2,7000	R\$ 810,00
05	300	pct	Biscoito salgado, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.	Diana	R\$ 2,5300	R\$ 759,00

06	100	pct	Café em pó torrado e moido, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha, embalagem de 500G, validade de 01 ano.	Itamaraty	R\$ 5,8000	R\$ 580,00
11	40	pct	Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas	Sococo	R\$ 2,4000	R\$ 96,00
12	250	un	Crema de leite, embalagem com aprox. 300 gramas.	Itambé	R\$ 2,9700	R\$ 742,50
14	30	kg	Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico-sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujeira, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá ser de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.	Sinha	R\$ 1,7300	R\$ 51,90
16	50	Kg	Feijão preto comum. Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 15%. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg.	Urbano	R\$ 3,4000	R\$ 170,00
17	50	un	Fermento biológico seco, com aproximadamente 100g	Fleischmann	R\$ 2,0200	R\$ 101,00
18	50	Frs	Fermento em pó químico, frasco com aprox. 100 gramas	Fleischmann	R\$ 1,7900	R\$ 89,50
20	100	Unid.	Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas	Itambé	R\$ 2,1800	R\$ 218,00

21	900	Unid.	Leite de vaca, longa vida integral, embalagem tetrapack de 1 litro.	Terra Viva	R\$ 1,8300	R\$ 1.647,00
22	70	lata	Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem: lata com 400 gramas	Maxul	R\$ 6,8300	R\$ 478,10
23	100	kg	Macarrão tipo espaguete, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos, vitaminado, composto de matéria prima de primeira qualidade e limpa, isento de material terroso, parasitas, embalado em pacote com 500 gramas.	Ogliare	R\$ 2,8000	R\$ 280,00
24	10	Unid.	Maionese tradicional, embalagem com 500 gr	Hellmans	R\$ 4,3500	R\$ 43,50
25	80	Unid.	Margarina vegetal, com sal 1ª qualidade, embalagem com aprox. 500 gramas.	Primor	R\$ 2,1300	R\$ 170,40
28	200	Frs	Óleo de soja, 1ª qualidade, frs com 1000 ml	Soya	R\$ 3,4800	R\$ 696,00
31	10	kg	Sal refinado de mesa iodado. Não deve apresentar sujeira e misturas, Umidade máxima de 02% Embalagem primária: sacos polietileno transparente, pacotes de 1 kg.	Marfim	R\$ 1,0000	R\$ 10,00

HORTIFRUTI

33	50	kg	Banana Branca cat.1, classe 16 (16 a 18cm) de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 2,0000	R\$ 100,00
35	50	Kg	Cebola de cabeça: classe (4) quatro, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	In natura	R\$ 2,3000	R\$ 115,00

36	50	Kg	Cenoura sem folhas, classe: 14 (14 a 18 cm) ou cat 1 . Tipo: especial, conforme adesão voluntária CEAGESP Composição das raízes de 14 a 18 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosa, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, praga e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	In natura	R\$ 2,5000	R\$ 125,00
37	100	Kg	Laranja Pêra: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 81 (81 a 85mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 1,4000	R\$ 140,00
38	50	kg	Maçã nacional, gala, grupo rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. OBS: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 1,7800	R\$ 89,00
39	50	kg	Tomate, grupo oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, tipo especial, de conformidade com a portaria M.A nº 533 de 30/08/95. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Obs: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitido apenas as tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 3,0000	R\$ 150,00

40	50	un	Repolho verde: deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei. Peso aproximado 1 a 1 e meio quilo.	In natura	R\$ 2,2000	R\$ 110,00
41	300	Mo-lho	Couve Manteiga, molho com aproximadamente 10 folhas frescas, apresentando tamanho e coloração uniformes, devendo ser desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso, livre de resíduos e de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos.	In natura	R\$ 1,0000	R\$ 300,00

CÁRNEOS, LATICÍNIOS E GRANJEIRO

42	150	Kg	Carne bovina inteira: fraldinha, congelado, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade.	CCS	R\$ 11,2900	R\$1.639,50
43	100	dz	Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho. De 55 a 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687, Embalagem: com rótulo, descartável, aberta com 30 unidades. Deve apresentar a data de produção e validade.	Ovos Becker	R\$ 3,0500	R\$ 305,00
44	100	Kg	Peito de frango, com osso, embalagem individualizada de 01 kg.	Morgana	R\$ 5,1800	R\$ 518,00
45	50	Kg	Presunto cozido fatiado, sem gordura, embalagem com 150 gramas.	JCW	R\$ 12,8000	R\$ 640,00
46	50	kg	Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gramas	Predileto	R\$ 17,5000	R\$ 875,00
47	50	kg	Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.	Agrogem	R\$ 4,2000	R\$ 210,00

VALOR TOTAL R\$ 13.200,40

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º072/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º072/2012 – Pregão Presencial 040/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEORGEA FILÉTI ESTEDILE DE OLIVEIRA ME. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para os usuários do CAPS II. DATA: 23/07/2012 a 22/07/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
02	150	kg	Açúcar refinado - Amorpho, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 05 Kg.	Caravelas	R\$ 10,8500	R\$ 1.627,50
07	10	kg	CALDO DE CARNE EM PÓ. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne bovina, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.	Qualimax	R\$ 6,0500	R\$ 60,50
08	10	Kg	Caldo de Galinha em Pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne de galinha, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.	Qualimax	R\$ 6,0500	R\$ 60,50
09	10	emb	Canela em pó fina homogênea; acondicionada em sacos plásticos transparentes, atóxicos, contendo 40 gramas	Tell	R\$ 1,6300	R\$ 16,30
10	100	Cx	Chá sabores diversos, embalados em pacotinhos individuais, caixa com aproximadamente 30 gramas, com 15 pacotinhos.	Mate leão	R\$ 2,7600	R\$ 276,00
13	200	Lata	Ervilha em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.	Lar	R\$ 1,1100	R\$ 222,00

15	50	Pcte	Farinha de trigo: Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpos, isentos de matéria terrosa. pacote com 5 kg.	3 coroas	R\$ 5,8600	R\$ 293,00
19	50	Unid.	Gelatina em pó, sabores variados, pct com aprox. 50 gr	Bretzke	R\$ 0,7200	R\$ 36,00
26	200	lata	Milho verde em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.	Coni	R\$ 1,2400	R\$ 248,00
27	100	emb	Molho de tomate sugo, embalagem sachê com aproximadamente 340 gramas	Fugini	R\$ 1,4600	R\$ 146,00
29	40	lata	Pêssego em calda, peso drenado com aproximadamente 500 gramas.	Olé	R\$ 5,4000	R\$ 216,00
30	300	un	Refresco - preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 35 gramas.	Golly	R\$ 0,5900	R\$ 177,00
32	200	Unid.	Achocolatado em pó, 1ª qualidade, emb com aprox. 400 gramas.	Nescau	R\$ 5,1000	R\$ 1.020,00

HORTIFRUTI

34	50	kg	Batata Inglesa: suja. classe 02, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Obs: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.	In natura	R\$ 1,4000	R\$ 70,00
VALOR TOTAL R\$ 4.468,80						


www.ciga.sc.gov.br

Papanduva

PREFEITURA

Lei N° 1985, de 25 de Julho de 2013

Lei n° 1985, de 25 de julho de 2013.

Concede auxílio financeiro à Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Localidade do Rio Floresta, Município de Papanduva e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, a título de contribuição, à Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Localidade do Rio Floresta deste Município, inscrita no CNPJ sob o n° 07.066.461/0001-06, visando a sua manutenção, como: Contratação de horas técnicas agrícolas, contábeis e administrativas, pagamento de combustíveis, materiais de expediente, horas/máquinas, transporte de insumos, e outros de interesse da Associação, conforme minuta de convênio que fica fazendo parte integrante desta lei.

Parágrafo único. O repasse de que trata este artigo, será na importância de até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) mensais, no período de julho a dezembro de 2013.

Art. 2º. A aplicação dos recursos serão fiscalizados pelas Secretarias Municipais da Fazenda e Agricultura, Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e Câmara de Vereadores.

Art. 3º. A Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Localidade do Rio Floresta deste Município prestará contas dos recursos repassados pelo Município ao final de 60 (sessenta) dias, contados após a liberação de cada parcela.

Parágrafo único. O descumprimento dos objetivos desta Lei acarretará na suspensão do pagamento das parcelas vincendas.

Art. 4º. Para fazer face às despesas da aplicação desta lei, serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de julho de 2013.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 25 de julho de 2013.
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

CONVÊNIO N° 006, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina e a Associação à Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Localidade do Rio Floresta,

Município de Papanduva.

O Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o n° 83.102.533/0001-01 com sede na Rua Sérgio Glevinski, 134, centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, DARIO SCHICOVSKI e a Associação Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Localidade do Rio Floresta deste Município de Papanduva, inscrita no CNPJ sob o n° 06.066.461/0001-06, estabelecida neste Município de Papanduva/SC, representada por seu Presidente VALMIR RODNIKE, inscrito no CPF sob o n° 646.347.609-91, doravante denominados MUNICÍPIO e ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DA LOCALIDADE DE RIO FLORESTA, celebram o presente CONVÊNIO, sujeitando-se os convenientes, no que couber, aos termos da Lei Municipal n° 1985, de 25 de julho de 2013, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA = DO OBJETO

O objetivo do presente convênio é a subvenção financeira à Associação de Desenvolvimento da Microbacia da Localidade de Rio Floresta, com a finalidade de visando a sua manutenção, como: Contratação de horas técnicas agrícolas, contábeis e administrativas, pagamento de combustíveis, materiais de expediente, horas/máquinas, transporte de insumos, e outros de interesse da Associação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

1) COMPETE À PREFEITURA

a) Conceder subvenção financeira nos termos da Lei Municipal n° 1985, de 25 de julho de 2013, para dar assistência técnica e apoio ao Pequeno Produtor Rural na produção de produtos alimentícios.
b) Cumprir os prazos e condições previstas para o repasse da subvenção financeira conforme especificado na Lei n° 1985, de 25 de julho de 2013.

2) COMPETE A ASSOCIAÇÃO

a) Apresentar mensalmente até o prazo de 60(sessenta dias) após a liberação de cada parcela, a prestação de contas dos repasses financeiros à Prefeitura Municipal/Secretaria da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUBVENÇÃO FINANCEIRA

A Subvenção Financeira de que trata este Convênio concedida pela PREFEITURA à Associação descrita na Cláusula Primeira, será destinada à sua manutenção, como: Contratação de horas técnicas agrícolas, contábeis e administrativas, pagamento de combustíveis, materiais de expediente, horas/máquinas, transporte de insumos, e outros de interesse da Associação, para o desenvolvimento dos trabalhos em Apoio ao Pequeno Produtor Rural na produção de alimentos, conforme plano de trabalho a ser apresentado no ato da assinatura deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente convênio poderá ocorrer nos seguintes casos:

a) Pelo descumprimento do Art. 3º da Lei Municipal n° 1985, de 25 de julho de 2013;
b) Caso a Associação desvincule para outra finalidade do presente convênio os recursos recebidos pela Prefeitura;
c) Por consentimento mútuo das partes, ou unilateralmente se ocorrer inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições, independentemente de interpelação judicial, respondendo a parte infratora pelos prejuízos ocasionados.

CLÁUSULA QUINTA - DA VINGÊNCIA

1) O presente convênio terá validade até 31.12.2013, com efeitos a contar de 01/07/2013.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

As questões oriundas deste convênio deverão ser, preliminarmente resolvidas administrativamente entre as partes interessadas, na impossibilidade de resolução amigável, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva/SC.

E, por assim se acharem satisfeitos e acordes com o presente convênio, vai o mesmo assinado em três vias de igual teor, pelas

partes interessadas.

Município de Papanduva, 25 de julho de 2013.

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

VALMIR RODNIKE
Presidente da Associação

Testemunhas:
ESTELA MARI FERENS
CEP: 861.450.109-91

FÁBIO JOSÉ PADILHA
CPF: 030.911.539-67

CÂMARA MUNICIPAL

Relatório de Gestão Fiscal - RGF - Anexo I - 1º Semestre/2013

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00		
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADADA (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	733.246,03	0,00
Pessoal Ativo	733.246,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	733.246,03	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	733.246,03	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	31.180.904,03
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	2,35
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.870.854,24
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.777.311,53
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	1.683.768,82
FONTE:	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64,
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAPANDUVA, 24/07/2013
JACINTA MIKALOVICZ
PRESIDENTE - CPF 596.559.419-49

SANDRA MARIA DE MORAES
CONTADORA - CRC/SC: 021131/O-1

JAMES MICHEL CERNAK
CONTROLE INTERNO - CPF 041.576.899-33

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de Termo de Contrato N° 024/2013 FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO FMS N° 24/2013
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: Vip Car Veículos Ltda

Objeto: 01 (Um) Veículo Modelo Sedan Zero Quilômetro - Ano 2013/2013, Tipo Popular Para 05 (Cinco) Passageiros, 04 (Quatro) Portas Laterais, Motor 1.0 16 Válvulas, Potencia Mínima 76cv Gasolina E 77cv Etanol, Bicomcombustível, Tanque De Combustível De 50 Litros, Capacidade De Porta Malas De 510 Litros, Pneus 165/80 Com Aro 14 Polegadas, Acelerador Eletrônico, Banco Do Motorista Com Regulagem De Altura, Bloqueio De Ignição Por Transponder, Bolsas Canguru Nos Bancos Dianteiros, Brake Light, Calotas, Computador De Bordo, Desembaçador De Vidro Traseiro, Faróis De Neblina, Iluminação Interna De Porta Malas E Porta Luvas, Luz Interna Dianteira No Teto E Luz De Leitura Para

Passageiro, Para Sol Do Motorista Com Espelho Oculito, Para Sol Do Passageiro Com Espelho, Tomada De Energia De 12 Volts, Cor Solida (Cor Branca), Direção Hidráulica Original De Fabrica, Travas, Vidros Elétricos De Fabrica, No Mínimo Nas Portas Frontais, Sistema Antifurto Original De Fabrica Com Alarme.

Valor: R\$ 32.000,00

Vigência: 30/07/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. PR 12/2013

Dotação Orçamentária:

(4) 1.028 4.4.90.00.00.00.00.00 0696

Passo de Torres, 21 de junho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 025/2013 FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO FMS N° 25/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Quadros E Monteiro Ltda

Objeto: A Prestação De Serviço De Remoção Em UTI Móvel De Pacientes Com Risco De Vida, Deste Município.

Valor: R\$ 14.000,00

Vigência: 30/07/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 14/2013

Dotação Orçamentária:

(15) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 0101

Passo de Torres, 08 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 026/2013 FMS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO FMS N° 26/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres

Contratada: Consorcio Intermunicipal De Saúde Amesc

Objeto: Aquisição De Medicamentos Visando A Manutenção Da Rede Pública Municipal De Saúde Do Município De Passo De Torres, Conforme Consórcio Intermunicipal De Saúde Amesc.

Valor: R\$ 138.399,26

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. DL 15/2013

Dotação Orçamentária:

(12) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0064

(13) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0067

(14) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0095

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0696

(19) 3.3.90.00.00.00.00.00.00 0696

Passo de Torres, 18 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 096/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 96/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Antony Comercio De Combustiveis Ltda

Objeto: Aquisição De Combustível Óleo Diesel (Biodiesel) S10, Para Uso Dos Ônibus Escolares De Placas Mkl-9103 E Mmd-0439, Do Município De Passo De Torres/Sc.

Valor: R\$ 39.064,00

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 47/2013

Dotação Orçamentária:

(44) 2.011 3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 24 de junho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 097/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 97/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Mercedes-Benz Do Brasil Ltda

Objeto: aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação.

Valor: R\$ 481.000,00

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. PE 50/2012

Dotação Orçamentária:

(23) 1.013 4.4.90.00.00.00.00.00 0123

Passo de Torres, 24 de junho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 098/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 98/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Rodrigo Agostinho Pacheco

Objeto: a prestação de serviços para instrução da Banda Marcial do município de Passo de Torres/SC, com os alunos das escolas municipais, para o desfile de sete de setembro, aniversário do município e festividades de final de ano.

Valor: R\$ 6.648,00

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(38) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 27 de junho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 099/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 99/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Eduardo Kras Fernandes Me (Padaria Do Edu)

Objeto: Aquisição De Alimentos E Material De Limpeza Para Uso No Peti, Na Prestação De Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculos Para Crianças E Adolescentes Do Nosso Município.

Valor: R\$ 2.781,00

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. 49/2013

Dotação Orçamentária:

(81) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 08 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 100/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 100/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Humberto Rocha Ramos Me (Merc.E Açougue Da Ponte)

Objeto: Aquisição De Alimentos E Material De Limpeza
Para Uso No Peti, Na Prestação De Serviço De Convivência
E Fortalecimento De Vínculos Para Crianças E Adolescentes
Do Nosso Município.

Valor: R\$ 5.338,15

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. 49/2013

Dotação Orçamentária:

(81) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 08 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 101/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 101/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Ronaldo Rocha Ramos Me (Supermercado 3r)

Objeto: Aquisição De Alimentos E Material De Limpeza
Para Uso No Peti, Na Prestação De Serviço De Convivência
E Fortalecimento De Vínculos Para Crianças E Adolescentes
Do Nosso Município.

Valor: R\$ 10.117,85

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. 49/2013

Dotação Orçamentária:

(81) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 08 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 102/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 102/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Paulo Gomes Roxo

Objeto: Prestação De Serviço De Capinas Nas Laterais
Da Estrada Geral De Curralinhos (Bs Proteínas) Até
A Estrada Geral Da Br 101, Deste Município.

Valor: R\$ 950,00

Vigência: 31/07/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(139) 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 103/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 103/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Jose Paulo Da Silva Oliveira

Objeto: Prestação De Serviço De Capinas Nas Laterais
Da Estrada Geral De Curralinhos (Bs Proteínas) Até
A Estrada Geral Da Br 101, Deste Município.

Valor: R\$ 950,00

Vigência: 31/07/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária:

(139) 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 08 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 104/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 104/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Arsenio João Marcos Farias Me

Objeto: Aquisição De Peças E Serviços Para Manutenção
Dos Veiculos Caminhão Truque De Palcas Aek-2189 E
Caminhão Toco De Placas Mkl-5571 Da Frota Municipal.

Valor: R\$ 10.415,00

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. 50/2013

Dotação Orçamentária:

(111) 2.048 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 19 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 105/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 105/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Nazamak Peças E Equip. Ltda Me

Objeto: Aquisição De Peças Para Manutenção Das
Maquinas, Carregadeira W-20e, Patrola Huber 130m,
Trator Ford, Trator Massey Da Frota Municipal.

Valor: R\$ 15.179,60

Vigência: 31/12/2013

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. 51/2013

Dotação Orçamentária:

(111) 2.048 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 22 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal



PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

Paulo Lopes

PREFEITURA

Controle da Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MES DE JUNHO DE 2013

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
<i>Receitas Oriundas de Impostos</i>	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	147.157,39
1.2 - ITBI	61.192,30
1.3 - ISS	215.085,05
1.4 - FPM	2.820.843,68
1.5 - IRRF	98.292,76
1.6 - ICMS	1.459.011,12
1.7 - IPI	21.649,31
1.8 - IPVA	252.158,70
1.9 - ITR	2.880,10
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.154,78
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	22.321,30
1.12 - Multas e Juros de Mora	10.261,46
TOTAL	5.118.007,95

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
<i>Especificação</i>	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.279.501,99
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.107.545,13
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	2.886,49
2.3 - Convênios	365.241,12
TOTAL	2.755.174,73

3 - APLICAÇÃO			
<i>Especificação</i>	<i>Exigência Legal (1)</i>	<i>Realizada (2)</i>	<i>Diferença (3)</i>
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	912.739,54	914.387,93	1.648,39
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	666.258,97	671.896,46	5.637,49
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	444.172,65	200.274,61	-243.898,04
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	366.762,45	553.887,86	187.125,41
3.5 - Convênios e Transferências	365.241,12	293.351,43	-71.889,69
TOTAL	2.755.174,73	2.633.798,29	-121.376,44

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Paulo Lopes, 15 de julho de 2013.

% APLICADO : 28,69%

Aplicado a maior : 188.773,80

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

Controle da Saúde**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE JUNHO DE 2013**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	147.157,39
1.2 - ITBI	61.192,30
1.3 - ISS	215.085,05
1.4 - FPM	2.820.843,68
1.5 - IRRF	98.292,76
1.6 - ICMS	1.459.011,12
1.7 - IPI	21.649,31
1.8 - IPVA	252.158,70
1.9 - ITR	2.880,10
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.154,78
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	22.321,30
1.12 - Multas e Juros de Mora	10.261,46
TOTAL	5.118.007,95

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	767.701,19
2.2 - Rendimento de Aplicação	4.431,10
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.132.473,33
TOTAL	1.904.605,62

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	767.701,19	1.068.789,52	301.088,33
3.2 - Convênios e Transferências	1.136.904,43	561.602,57	-575.301,86
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	1.904.605,62	1.630.392,09	-274.213,53

% aplicado = 20,88%

Aplicado a maior = 301.088,33

Paulo Lopes, 15 de julho de 2013.

PREFEITO MUNICIPAL**CONTADOR****SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

Controle de Pessoal

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.658.242,59	0,00
Pessoal Ativo	6.488.791,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	169.451,42	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	196.832,08	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	196.832,08	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.461.410,51	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.461.410,51	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.172.504,98	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,59	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	7.653.152,69	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	7.270.495,05	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	6.887.837,42	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 15/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RGF

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.658.242,59	0,00
Pessoal Ativo	6.488.791,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	169.451,42	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	196.832,08	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	196.832,08	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.461.410,51	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.461.410,51	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.172.504,98	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,59	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	7.653.152,69	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	7.270.495,05	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	6.887.837,42	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 15/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RGF

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.223.019,92	2.262.676,17	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	587.082,71	627.099,91	0,00
Interna	587.082,71	627.099,91	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.631.510,81	1.631.510,81	0,00
Outras Dívidas	4.426,40	4.065,45	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.329.959,01	1.515.272,87	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.593.117,10	1.931.792,08	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	263.158,09	416.519,21	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	893.060,91	747.403,30	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.123.963,00	14.172.504,98	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	16,94%	15,97%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	6,80%	5,27%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	15.748.755,60	17.007.005,98	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	14.173.880,04	15.306.305,38	0,00
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	587.082,71	627.099,91	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	43.469,80	31.750,08	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	43.469,80	31.750,08	0,00
Previdenciárias	43.469,80	31.750,08	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	543.612,91	595.349,83	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	180.294,51	208.733,50	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	996.112,96	935.893,35	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	287.173,93	291.437,38	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	287.173,93	291.437,38	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-287.173,93	-291.437,38	0,00

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

RGF

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	13.123.963,00	14.172.504,98	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.887.271,86	3.117.951,10	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.598.544,67	2.806.155,99	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PAULO LOPES, 15/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RGF

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	223.256,50	223.256,50
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	223.256,50	223.256,50
Interna	223.256,50	223.256,50
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	223.256,50	223.256,50
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.172.504,98	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	223.256,50	1,58
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.267.600,80	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.040.840,72	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	992.075,35	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	223.256,50	1,58

FONTE:

PAULO LOPES, 15/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RGF

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.461.410,51	45,59
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.653.152,69	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.270.495,05	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	747.403,30	5,27
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.007.005,98	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.117.951,10	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	223.256,50	1,58
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.267.600,80	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	992.075,35	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	496.409,37	1.258.962,76

FONTE:

PAULO LOPES, 15/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	13.585.000,00	3.065.349,19	22,56	8.005.789,90	58,93	5.579.210,10
RECEITAS CORRENTES	13.585.000,00	13.585.000,00	2.966.864,99	21,84	7.654.048,75	56,34	5.930.951,25
RECEITA TRIBUTARIA	1.584.000,00	1.584.000,00	161.438,43	10,19	657.897,94	41,53	926.102,06
IMPOSTOS	1.354.000,00	1.354.000,00	141.559,10	10,45	521.727,50	38,53	832.272,50
TAXAS	230.000,00	230.000,00	19.879,33	8,64	136.170,44	59,20	93.829,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.000,00	350.000,00	64.358,70	18,39	187.991,70	53,71	162.008,30
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	350.000,00	350.000,00	64.358,70	18,39	187.991,70	53,71	162.008,30
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	12.869,59	0,00	23.989,02	0,00	-23.989,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	12.869,59	0,00	23.989,02	0,00	-23.989,02
RECEITA DE SERVIÇOS	20.000,00	20.000,00	5.030,00	25,15	11.296,50	56,48	8.703,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.887.000,00	10.887.000,00	2.043.517,79	18,77	5.813.580,56	53,40	5.073.419,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.887.000,00	10.887.000,00	2.043.517,79	18,77	5.813.580,56	53,40	5.073.419,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	744.000,00	744.000,00	679.650,48	91,35	959.293,03	128,94	-215.293,03
Multas e Juros de Mora	52.000,00	52.000,00	12.782,20	24,58	32.213,59	61,95	19.786,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	158.618,19	0,00	391.027,01	0,00	-391.027,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	110.000,00	110.000,00	8.874,71	8,07	36.240,16	32,95	73.759,84
RECEITAS DIVERSAS	582.000,00	582.000,00	499.375,38	85,80	499.812,27	85,88	82.187,73
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	98.484,20	0,00	351.741,15	0,00	-351.741,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	223.256,50	0,00	-223.256,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	223.256,50	0,00	-223.256,50
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	30.000,00	0,00	60.000,45	0,00	-60.000,45
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	30.000,00	0,00	60.000,45	0,00	-60.000,45
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	68.484,20	0,00	68.484,20	0,00	-68.484,20
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	68.484,20	0,00	68.484,20	0,00	-68.484,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.585.000,00	13.585.000,00	3.065.349,19	22,56	8.005.789,90	58,93	5.579.210,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.585.000,00	13.585.000,00	3.065.349,19	22,56	8.005.789,90	58,93	5.579.210,10
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.585.000,00	13.585.000,00	3.065.349,19	22,56	8.005.789,90	58,93	5.579.210,10
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	433.065,86	—	—	386.859,83	—	—
Superávit Financeiro	—	433.065,86	—	—	386.859,83	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.585.000,00	1.007.060,86	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	47,22	7.701.936,37
DESPESAS CORRENTES	12.525.500,00	157.565,86	12.683.065,86	2.234.404,15	6.978.639,42	2.380.724,63	6.482.855,49	51,11	6.200.210,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.075.000,00	-45.500,00	8.029.500,00	1.316.037,54	3.658.179,01	1.299.240,03	3.641.381,50	45,35	4.388.118,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	0,00	2.000,00	96,24	478,17	96,24	478,17	23,91	1.521,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.448.500,00	203.065,86	4.651.565,86	918.270,37	3.319.982,24	1.081.388,36	2.840.995,82	61,08	1.810.570,04
DESPESAS DE CAPITAL	1.052.500,00	849.495,00	1.901.995,00	141.454,11	699.041,84	197.476,77	407.269,00	21,41	1.494.726,00
INVESTIMENTOS	722.500,00	849.495,00	1.571.995,00	64.655,15	515.441,59	120.677,81	223.668,75	14,23	1.348.326,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	76.798,96	183.600,25	76.798,96	183.600,25	55,64	146.399,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.585.000,00	1.007.060,86	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	47,22	7.701.936,37
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.585.000,00	1.007.060,86	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	47,22	7.701.936,37
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.115.665,41	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.585.000,00	1.007.060,86	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	8.005.789,90	47,22	7.701.936,37

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	100,00	47,22	7.701.936,37
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	115.897,80	364.074,43	115.897,80	364.074,43	5,28	33,10	735.925,57
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	115.897,80	364.074,43	115.897,80	364.074,43	5,28	33,10	735.925,57
Administração	1.661.000,00	1.984.184,72	650.870,14	1.365.535,49	665.657,84	1.266.139,45	18,38	63,81	718.045,27
Administração Geral	1.346.000,00	1.669.184,72	567.575,82	1.182.885,56	598.539,73	1.103.328,33	16,01	66,10	565.856,39
Administração Financeira	315.000,00	315.000,00	83.294,32	182.649,93	67.118,11	162.811,12	2,36	51,69	152.188,88
Assistência Social	337.000,00	337.000,00	35.948,78	88.973,49	36.502,23	85.621,31	1,24	25,41	251.378,69
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	92.000,00	92.000,00	10.851,89	38.721,03	11.759,46	36.542,20	0,53	39,72	55.457,80
Assistência Comunitária	215.000,00	215.000,00	25.096,89	50.252,46	24.742,77	49.079,11	0,71	22,83	165.920,89
Saúde	3.561.000,00	3.633.191,71	553.390,27	1.776.213,59	574.886,25	1.658.874,30	24,08	45,66	1.974.317,41
Atenção Básica	3.561.000,00	3.633.191,71	553.390,27	1.776.213,59	574.886,25	1.658.874,30	24,08	45,66	1.974.317,41
Educação	3.922.000,00	3.959.689,43	579.705,88	1.990.640,55	582.755,07	1.813.354,89	26,32	45,80	2.146.334,54
Ensino Fundamental	3.374.000,00	3.411.689,43	483.965,54	1.669.946,94	460.734,28	1.546.069,63	22,44	45,32	1.865.619,80
Educação Infantil	489.000,00	489.000,00	95.740,34	264.470,97	113.131,99	257.173,82	3,73	52,59	231.826,18
Educação Especial	59.000,00	59.000,00	0,00	56.222,64	8.888,80	10.111,44	0,15	17,14	48.888,56
Cultura	67.000,00	67.000,00	8.635,37	21.702,09	8.635,37	21.702,09	0,31	32,39	45.297,91
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	66.000,00	66.000,00	8.635,37	21.702,09	8.635,37	21.702,09	0,31	32,88	44.297,91
Urbanismo	701.000,00	701.000,00	93.252,34	581.327,62	148.468,96	493.373,50	7,16	70,38	207.626,50
Serviços Urbanos	700.000,00	700.000,00	93.252,34	581.327,62	148.468,96	493.373,50	7,16	70,48	206.626,50
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação	64.000,00	18.500,00	0,00	1.361,63	0,00	1.361,63	0,02	7,36	17.138,37
Habitação Urbana	64.000,00	18.500,00	0,00	1.361,63	0,00	1.361,63	0,02	7,36	17.138,37
Saneamento	94.000,00	94.000,00	13.581,20	36.323,21	12.835,50	35.577,51	0,52	37,85	58.422,49
Saneamento Básico Rural	92.000,00	92.000,00	13.581,20	36.323,21	12.835,50	35.577,51	0,52	38,67	56.422,49
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	253.000,00	253.000,00	44.236,43	151.183,28	47.384,50	148.847,61	2,16	58,83	104.152,39
Extensão Rural	253.000,00	253.000,00	44.236,43	151.183,28	47.384,50	148.847,61	2,16	58,83	104.152,39
Transporte	1.279.000,00	1.898.495,00	197.498,64	991.622,58	281.135,32	725.704,27	10,53	38,23	1.172.790,73
Transporte Rodoviário	1.279.000,00	1.898.495,00	197.498,64	991.622,58	281.135,32	725.704,27	10,53	38,23	1.172.790,73

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	100,00	47,22	7.701.936,37
Desporto e Lazer	62.000,00	62.000,00	5.946,21	24.644,88	7.102,83	19.757,26	0,29	31,87	42.242,74
Desporto Comunitário	62.000,00	62.000,00	5.946,21	24.644,88	7.102,83	19.757,26	0,29	31,87	42.242,74
Encargos Especiais	477.000,00	477.000,00	76.895,20	284.078,42	96.939,73	255.736,24	3,71	53,61	221.263,76
Serviço da Dívida Interna	332.000,00	332.000,00	76.895,20	184.078,42	76.895,20	184.078,42	2,67	55,45	147.921,58
Outras Transferências	145.000,00	145.000,00	0,00	100.000,00	20.044,53	71.657,82	1,04	49,42	73.342,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.585.000,00	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	100,00	47,22	7.701.936,37

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.042.891,06	1.217.068,07	1.036.156,90	1.131.046,24	1.258.711,84	1.642.855,95	1.205.586,94	1.450.821,40	1.218.391,11	1.402.339,08	1.568.695,62	1.722.602,53	15.897.166,74	15.385.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	113.034,63	82.291,98	49.842,12	91.534,90	61.454,47	84.538,06	61.232,08	142.307,96	157.636,90	135.282,55	84.802,14	76.636,29	1.140.594,10	1.584.000,00
I.P.T.U.	2.963,06	4.911,51	2.327,20	5.143,57	3.960,86	3.155,38	13.035,88	67.392,31	55.704,34	3.438,79	4.707,27	2.878,80	169.618,97	164.000,00
I.R.R.F.	43.927,19	13.360,68	15.435,74	13.604,20	1.565,12	38.768,90	11.776,68	7.658,77	15.399,24	28.249,12	17.458,88	17.750,07	224.954,59	140.000,00
I.S.S.	56.715,97	51.133,21	20.898,16	63.475,57	45.399,29	37.889,63	23.482,32	28.648,96	24.309,70	81.199,97	40.247,43	17.196,65	490.596,88	1.000.000,00
I.T.B.I.	3.240,00	8.842,80	5.746,00	6.563,48	5.610,00	3.130,00	1.100,00	1.600,00	6.820,00	10.352,30	10.520,00	30.800,00	94.324,58	50.000,00
Outras Receitas Tributárias	6.188,41	4.043,78	5.435,02	2.748,08	4.919,20	1.594,15	11.837,20	37.007,92	55.403,62	12.042,37	11.868,56	8.010,77	161.099,08	230.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	28.139,57	29.939,37	0,00	58.692,35	31.953,38	29.562,40	0,00	33.186,66	29.844,55	60.601,79	33.063,11	31.295,59	366.278,77	350.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.277,74	4.440,97	2.088,91	3.855,34	2.298,77	7.241,32	0,00	0,00	7.542,24	3.577,19	7.453,50	5.416,09	49.192,07	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.015,00	790,00	869,86	382,50	550,00	450,00	1.595,00	1.961,50	825,00	1.885,00	2.740,00	2.290,00	15.353,86	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	884.520,93	1.091.476,47	976.837,87	968.231,93	1.150.643,26	1.355.754,13	1.128.220,25	1.187.506,87	935.569,84	1.108.720,58	1.214.435,26	1.153.515,69	13.155.433,08	12.687.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.279.854,62	5.400.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	229.173,51	229.398,92	266.227,59	236.343,53	269.938,15	272.871,32	257.018,22	227.624,30	214.743,58	259.216,36	256.389,91	244.018,75	2.962.964,14	3.005.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	52.357,75	48.793,65	48.862,22	54.916,07	36.185,66	22.925,76	24.962,98	38.138,30	39.090,49	46.913,42	50.592,88	52.460,63	516.199,83	520.000,00
Cota-Parte do ITR	79,39	405,12	1.017,70	5.016,37	65,49	7,08	26,29	147,25	30,80	321,42	1.631,12	723,22	9.471,25	5.000,00
Outras Transferências Correntes	135.442,90	306.696,02	181.138,42	181.999,55	230.282,59	179.954,97	162.889,03	115.565,16	160.248,26	252.689,45	152.419,87	212.913,90	2.272.240,12	1.737.000,00
Transferências da LC 61/1989	3.754,47	4.149,85	4.196,79	4.056,23	4.106,44	4.715,21	4.535,36	3.482,39	3.074,21	2.818,89	3.790,53	3.947,93	46.628,30	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.263,82	1.263,82	0,00	2.527,64	1.263,82	1.263,82	0,00	0,00	0,00	4.769,86	1.192,46	1.192,46	14.737,70	20.000,00
Transferências do FUNDEB	144.396,57	149.804,80	168.306,56	157.384,15	168.174,23	157.725,68	219.582,63	184.737,25	162.568,54	160.210,83	199.852,02	180.593,86	2.053.337,12	1.950.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.903,19	8.129,28	6.518,14	8.349,22	11.811,96	165.310,04	14.539,61	85.858,39	86.972,58	92.271,97	226.201,61	453.448,87	1.170.314,86	744.000,00
DEDUÇÕES (II)	120.936,08	126.994,90	126.171,03	125.769,45	150.437,09	159.965,28	149.149,48	177.973,04	123.083,03	139.749,22	172.432,47	152.000,69	1.724.661,76	1.800.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	120.936,08	126.994,90	126.171,03	125.769,45	150.437,09	159.965,28	149.149,48	177.973,04	123.083,03	139.749,22	172.432,47	152.000,69	1.724.661,76	1.800.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	921.954,98	1.090.073,17	909.985,87	1.005.276,79	1.108.274,75	1.482.890,67	1.056.437,46	1.272.848,36	1.095.308,08	1.262.589,86	1.396.263,15	1.570.601,84	14.172.504,98	13.585.000,00

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Bancos Conta Movimento	290.615,27	291.437,38	282.606,32

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.223.019,92	2.223.019,92	2.262.676,17
DEDUÇÕES (II)	1.329.959,01	1.329.959,01	1.515.272,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.593.117,10	1.593.117,10	1.931.792,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	263.158,09	263.158,09	416.519,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	893.060,91	893.060,91	747.403,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	893.060,91	893.060,91	747.403,30

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-145.657,61	-145.657,61

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	958.333,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	287.173,93	287.173,93	291.437,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	287.173,93	287.173,93	291.437,38
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-287.173,93	-287.173,93	-291.437,38
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-287.173,93	-287.173,93	-291.437,38

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6



Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.585.000,00	7.630.059,73	7.630.059,73	6.548.901,51
Receita Tributária	1.584.000,00	657.897,94	657.897,94	1.171.346,80
I.P.T.U.	164.000,00	147.157,39	147.157,39	135.035,55
I.S.S.	1.000.000,00	215.085,05	215.085,05	847.135,91
I.T.B.I.	50.000,00	61.192,30	61.192,30	24.549,20
I.R.R.F.	140.000,00	98.292,76	98.292,76	35.739,86
Outras Receitas Tributárias	230.000,00	136.170,44	136.170,44	128.886,28
Receita de Contribuição	350.000,00	187.991,70	187.991,70	175.027,42
Outras Contribuições	350.000,00	187.991,70	187.991,70	175.027,42
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	3.360,00
Receita Patrimonial	0,00	23.989,02	23.989,02	59.965,26
(-) Aplicações Financeiras	0,00	23.989,02	23.989,02	56.605,26
Transferências Correntes	10.887.000,00	5.813.580,56	5.813.580,56	5.109.499,09
F.P.M.	4.320.000,00	2.256.675,78	2.256.675,78	2.142.127,89
I.C.M.S.	2.404.000,00	1.165.558,78	1.165.558,78	1.153.002,27
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.163.000,00	2.391.346,00	2.391.346,00	1.814.368,93
Demais Receitas Correntes	764.000,00	970.589,53	970.589,53	89.668,20
Dívida Ativa	110.000,00	36.240,16	36.240,16	58.583,86
Diversas Receitas Correntes	654.000,00	934.349,37	934.349,37	31.084,34
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	351.741,15	351.741,15	535.972,32
Operações de Crédito (III)	0,00	223.256,50	223.256,50	56.136,49
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	60.000,45	60.000,45	0,00
Transferências de Capital	0,00	68.484,20	68.484,20	479.835,83
Convênios	0,00	68.484,20	68.484,20	479.835,83
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	68.484,20	68.484,20	479.835,83
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.585.000,00	7.698.543,93	7.698.543,93	7.028.737,34
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.683.065,86	6.482.855,49	6.482.855,49	5.844.262,82
Pessoal e Encargos Sociais	8.029.500,00	3.641.381,50	3.641.381,50	3.399.731,32
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.000,00	478,17	478,17	577,19
Outras Despesas Correntes	4.651.565,86	2.840.995,82	2.840.995,82	2.443.954,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.681.065,86	6.482.377,32	6.482.377,32	5.843.685,63
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.901.995,00	407.269,00	407.269,00	1.662.808,95
Investimentos	1.571.995,00	223.668,75	223.668,75	1.514.252,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	330.000,00	183.600,25	183.600,25	148.556,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.571.995,00	223.668,75	223.668,75	1.514.252,95

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	7.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.260.060,86	6.706.046,07	6.706.046,07	7.357.938,58
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-675.060,86	992.497,86	992.497,86	-329.201,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	386.859,83	0,00
<i>Superávit Financeiro</i>	-	-	386.859,83	0,00
<i>Reabertura de Créditos Adicionais</i>	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-332.000,00

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.313,80	260.844,29	227.542,24	-	35.615,85	355.884,62	637.914,54	845.462,58	842.791,18	-	151.007,98
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.313,80	260.844,29	227.542,24	0,00	35.615,85	355.884,62	637.914,54	845.462,58	842.791,18	0,00	151.007,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	30.710,15	24.437,72	0,00	6.272,43	0,00	3.708,67	1.367,43	1.331,68	0,00	2.376,99
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540,00	540,00	540,00	0,00	0,00
SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.	2.313,80	0,00	0,00	0,00	2.313,80	2.120,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.120,11
SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URB.	0,00	181.936,95	155.707,33	0,00	26.229,62	0,00	600.874,48	496.717,78	494.227,18	0,00	106.647,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	17.014,99	17.014,99	0,00	0,00	0,00	29.993,75	26.519,75	26.374,71	0,00	3.619,04
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	12.066,71	11.266,71	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	15.603,36	15.603,36	0,00	0,00	353.764,51	842,18	318.362,16	318.362,15	0,00	36.244,54
SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E CC	0,00	2.379,96	2.379,96	0,00	0,00	0,00	46,00	46,00	46,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBI	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	932,17	932,17	0,00	0,00	0,00	1.909,46	1.909,46	1.909,46	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	2.313,80	260.844,29	227.542,24	0,00	35.615,85	355.884,62	637.914,54	845.462,58	842.791,18	0,00	151.007,98

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.459.000,00	1.459.000,00	149.470,08	554.310,26	37,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	253.000,00	253.000,00	13.950,00	175.746,76	69,47
1.1.1- IPTU	164.000,00	164.000,00	7.586,07	147.157,39	89,73
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	177,80	832,98	83,30
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	70.000,00	70.000,00	3.849,88	19.293,59	27,56
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	18.000,00	18.000,00	2.336,25	8.462,80	47,02
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	41.320,00	61.192,30	122,38
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	41.320,00	61.192,30	122,38
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.016.000,00	1.016.000,00	58.991,13	219.078,44	21,56
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	57.444,08	215.085,05	21,51
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	36,97	154,49	15,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	1.055,25	3.027,71	30,28
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	454,83	811,19	16,22
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	35.208,95	98.292,76	70,21
1.4.1- IRRF	140.000,00	140.000,00	35.208,95	98.292,76	70,21
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.622.171,30	4.563.697,69	50,71
2.1- Cota-Parte FPM	5.400.000,00	5.400.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	52,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.400.000,00	5.400.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	52,24
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.005.000,00	3.005.000,00	500.408,66	1.459.011,12	48,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.384,92	7.154,78	35,77
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	7.738,46	21.649,31	43,30
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	2.354,34	2.880,10	57,60
2.6- Cota-Parte IPVA	520.000,00	520.000,00	103.053,51	252.158,70	48,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.459.000,00	10.459.000,00	1.771.641,38	5.118.007,95	48,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	300.000,00	300.000,00	56.872,12	158.389,70	52,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	37.289,50	122.752,79	61,38
5.2- Outras Transferências do FNDE	100.000,00	100.000,00	19.582,62	35.636,91	35,64
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	185.000,00	185.000,00	72.365,86	145.641,06	78,72
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	485.000,00	485.000,00	129.237,98	304.030,76	62,69

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	324.433,16	914.387,93	50,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.080.000,00	1.080.000,00	201.245,55	564.167,90	52,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	601.000,00	601.000,00	100.081,54	293.452,34	48,83
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	476,98	1.430,95	35,77
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.547,70	4.329,88	43,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	470,85	575,98	57,60
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	104.000,00	104.000,00	20.610,54	50.430,88	48,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.950.000,00	1.950.000,00	380.445,88	1.107.545,13	56,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.950.000,00	1.950.000,00	380.445,88	1.107.545,13	56,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	150.000,00	150.000,00	56.012,72	193.157,20	128,77
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.690.000,00	1.690.000,00	262.058,01	671.896,46	39,76
13.1- Com Educação Infantil	230.000,00	230.000,00	43.822,87	121.662,24	52,90
13.2- Com Ensino Fundamental	1.460.000,00	1.460.000,00	218.235,14	550.234,22	37,69
14- OUTRAS DESPESAS	260.000,00	297.689,43	16.924,04	237.964,04	79,94
14.1- Com Educação Infantil	15.000,00	15.000,00	2.310,50	10.000,00	66,67
14.2- Com Ensino Fundamental	245.000,00	282.689,43	14.613,54	227.964,04	80,64
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.950.000,00	1.987.689,43	278.982,05	909.860,50	45,77
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					60,67
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				37.689,43	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				37.689,43	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.614.750,00	2.614.750,00	442.910,35	1.279.501,99	48,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	401.000,00	401.000,00	80.300,14	199.721,34	49,81
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	245.000,00	245.000,00	46.133,37	131.662,24	53,74
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	156.000,00	156.000,00	34.166,77	68.059,10	43,63
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.850.000,00	2.887.689,43	375.601,14	1.264.082,74	43,77
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.705.000,00	1.742.689,43	232.848,68	778.198,26	44,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.145.000,00	1.145.000,00	142.752,46	485.884,48	42,44
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.251.000,00	3.288.689,43	455.901,28	1.463.804,08	44,51
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					193.157,20
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					193.157,20
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.270.646,88
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,83

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	200.000,00	200.000,00	19.248,94	56.573,80	28,29
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	285.000,00	285.000,00	66.978,91	199.088,20	69,86
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	485.000,00	485.000,00	86.227,85	255.662,00	52,71
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.736.000,00	3.773.689,43	542.129,13	1.719.466,08	45,56
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	43.748,69	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.107.545,13	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	903.954,39	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	247.339,43	0,00

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			1.459.000,00	1.459.000,00	554.310,26	37,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			164.000,00	164.000,00	147.157,39	89,73
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			50.000,00	50.000,00	61.192,30	122,38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			1.000.000,00	1.000.000,00	215.085,05	21,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			140.000,00	140.000,00	98.292,76	70,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			2.000,00	2.000,00	987,47	49,37
Dívida Ativa dos Impostos			80.000,00	80.000,00	22.321,30	27,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			23.000,00	23.000,00	9.273,99	40,32
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			8.750.000,00	8.750.000,00	4.563.697,69	52,16
Cota-Parte FPM			5.150.000,00	5.150.000,00	2.820.843,68	54,77
Cota-Parte ITR			5.000,00	5.000,00	2.880,10	57,60
Cota-Parte IPVA			520.000,00	520.000,00	252.158,70	48,49
Cota-Parte ICMS			3.005.000,00	3.005.000,00	1.459.011,12	48,55
Cota-Parte IPI-Exportação			50.000,00	50.000,00	21.649,31	43,30
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			20.000,00	20.000,00	7.154,78	35,77
Desoneração ICMS (LC 87/96)			20.000,00	20.000,00	7.154,78	35,77
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			10.209.000,00	10.209.000,00	5.118.007,95	50,13

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.443.500,00	3.455.691,71	1.705.156,36	49,34	1.589.036,97	45,98
Pessoal e Encargos Sociais	2.539.000,00	2.539.000,00	1.255.573,17	49,45	1.238.775,66	48,79
Outras Despesas Correntes	904.500,00	916.691,71	449.583,19	49,04	350.261,31	38,21
DESPESAS DE CAPITAL	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34
Investimentos	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34

Continua 1/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34
Investimentos	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.561.000,00	3.633.191,71	1.776.213,59	48,89	1.658.874,30	45,66
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.035.000,00	1.107.191,71	655.744,89	36,92	561.602,57	33,85
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.035.000,00	1.107.000,00	655.553,18	36,91	561.410,86	33,84
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	191,71	191,71	0,01	191,71	0,01
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.035.000,00	1.107.191,71	655.744,89	36,92	561.602,57	33,85
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.526.000,00	2.526.000,00	1.120.468,70	11,97	1.097.271,73	11,80
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,89
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						352.630,75

Continua 2/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	1.266,74	0,00	192,00	1.074,74	0,00
TOTAL	1.266,74	0,00	192,00	1.074,74	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.561.000,00	3.633.191,71	1.776.213,59	100,00	1.658.874,30	100,00
TOTAL	3.561.000,00	3.633.191,71	1.776.213,59	100,00	1.658.874,30	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

*Continuação 4/4**PAULO LOPES, 11/07/2013*

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

Município de PAULO LOPES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	13.585.000,00	
Previsão Atualizada		—	13.585.000,00	
Receitas Realizadas		8.005.789,90	8.005.789,90	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	386.859,83	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	13.585.000,00	
Créditos Adicionais		—	1.007.060,86	
Dotação Atualizada		—	14.592.060,86	
Despesas Empenhadas		7.677.681,26	7.677.681,26	
Despesas Liquidadas		6.890.124,49	6.890.124,49	
Superavit Orçamentário		—	1.115.665,41	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		7.677.681,26	7.677.681,26	
Despesas Liquidadas		6.890.124,49	6.890.124,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			14.172.504,98	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		958.333,00	-145.657,61	-15,20
Resultado Primário		-332.000,00	992.497,86	-298,95
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	263.158,09	0,00	227.542,24	35.615,85
EXECUTIVO	263.158,09	0,00	227.542,24	35.615,85
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	993.799,16	0,00	842.791,18	151.007,98
EXECUTIVO	993.799,16	0,00	842.791,18	151.007,98
TOTAL:	1.256.957,25	0,00	1.070.333,42	186.623,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.270.646,88	25%	24,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		671.896,46	60%	60,67
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		223.256,50	-223.256,50	
Despesa de Capital Líquida		407.269,00	1.494.726,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PAULO LOPES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		60.000,45	-60.000,45
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.120.468,70	15,00	21,89

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	100,00	47,22	7.701.936,37
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	115.897,80	364.074,43	115.897,80	364.074,43	5,28	33,10	735.925,57
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	115.897,80	364.074,43	115.897,80	364.074,43	5,28	33,10	735.925,57
Administração	1.661.000,00	1.984.184,72	650.870,14	1.365.535,49	665.657,84	1.266.139,45	18,38	63,81	718.045,27
Administração Geral	1.346.000,00	1.669.184,72	567.575,82	1.182.885,56	598.539,73	1.103.328,33	16,01	66,10	565.856,39
Administração Financeira	315.000,00	315.000,00	83.294,32	182.649,93	67.118,11	162.811,12	2,36	51,69	152.188,88
Assistência Social	337.000,00	337.000,00	35.948,78	88.973,49	36.502,23	85.621,31	1,24	25,41	251.378,69
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	92.000,00	92.000,00	10.851,89	38.721,03	11.759,46	36.542,20	0,53	39,72	55.457,80
Assistência Comunitária	215.000,00	215.000,00	25.096,89	50.252,46	24.742,77	49.079,11	0,71	22,83	165.920,89
Saúde	3.561.000,00	3.633.191,71	553.390,27	1.776.213,59	574.886,25	1.658.874,30	24,08	45,66	1.974.317,41
Atenção Básica	3.561.000,00	3.633.191,71	553.390,27	1.776.213,59	574.886,25	1.658.874,30	24,08	45,66	1.974.317,41
Educação	3.922.000,00	3.959.689,43	579.705,88	1.990.640,55	582.755,07	1.813.354,89	26,32	45,80	2.146.334,54
Ensino Fundamental	3.374.000,00	3.411.689,43	483.965,54	1.669.946,94	460.734,28	1.546.069,63	22,44	45,32	1.865.619,80
Educação Infantil	489.000,00	489.000,00	95.740,34	264.470,97	113.131,99	257.173,82	3,73	52,59	231.826,18
Educação Especial	59.000,00	59.000,00	0,00	56.222,64	8.888,80	10.111,44	0,15	17,14	48.888,56
Cultura	67.000,00	67.000,00	8.635,37	21.702,09	8.635,37	21.702,09	0,31	32,39	45.297,91
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	66.000,00	66.000,00	8.635,37	21.702,09	8.635,37	21.702,09	0,31	32,88	44.297,91
Urbanismo	701.000,00	701.000,00	93.252,34	581.327,62	148.468,96	493.373,50	7,16	70,38	207.626,50
Serviços Urbanos	700.000,00	700.000,00	93.252,34	581.327,62	148.468,96	493.373,50	7,16	70,48	206.626,50
Transportes Coletivos Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação	64.000,00	18.500,00	0,00	1.361,63	0,00	1.361,63	0,02	7,36	17.138,37
Habitação Urbana	64.000,00	18.500,00	0,00	1.361,63	0,00	1.361,63	0,02	7,36	17.138,37
Saneamento	94.000,00	94.000,00	13.581,20	36.323,21	12.835,50	35.577,51	0,52	37,85	58.422,49
Saneamento Básico Rural	92.000,00	92.000,00	13.581,20	36.323,21	12.835,50	35.577,51	0,52	38,67	56.422,49
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	253.000,00	253.000,00	44.236,43	151.183,28	47.384,50	148.847,61	2,16	58,83	104.152,39
Extensão Rural	253.000,00	253.000,00	44.236,43	151.183,28	47.384,50	148.847,61	2,16	58,83	104.152,39
Transporte	1.279.000,00	1.898.495,00	197.498,64	991.622,58	281.135,32	725.704,27	10,53	38,23	1.172.790,73
Transporte Rodoviário	1.279.000,00	1.898.495,00	197.498,64	991.622,58	281.135,32	725.704,27	10,53	38,23	1.172.790,73

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.585.000,00	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	100,00	47,22	7.701.936,37
Desporto e Lazer	62.000,00	62.000,00	5.946,21	24.644,88	7.102,83	19.757,26	0,29	31,87	42.242,74
Desporto Comunitário	62.000,00	62.000,00	5.946,21	24.644,88	7.102,83	19.757,26	0,29	31,87	42.242,74
Encargos Especiais	477.000,00	477.000,00	76.895,20	284.078,42	96.939,73	255.736,24	3,71	53,61	221.263,76
Serviço da Dívida Interna	332.000,00	332.000,00	76.895,20	184.078,42	76.895,20	184.078,42	2,67	55,45	147.921,58
Outras Transferências	145.000,00	145.000,00	0,00	100.000,00	20.044,53	71.657,82	1,04	49,42	73.342,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.585.000,00	14.592.060,86	2.375.858,26	7.677.681,26	2.578.201,40	6.890.124,49	100,00	47,22	7.701.936,37

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS	GILDO ARCELINO DE SOUZA	ALMERY ALCIDES VIEIRA
Prefeito Municipal	Secretário de Finanças	Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.042.891,06	1.217.068,07	1.036.156,90	1.131.046,24	1.258.711,84	1.642.855,95	1.205.586,94	1.450.821,40	1.218.391,11	1.402.339,08	1.568.695,62	1.722.602,53	15.897.166,74	15.385.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	113.034,63	82.291,98	49.842,12	91.534,90	61.454,47	84.538,06	61.232,08	142.307,98	157.636,90	135.282,55	84.802,14	76.636,29	1.140.594,10	1.584.000,00
I.P.T.U.	2.963,06	4.911,51	2.327,20	5.143,57	3.960,86	3.155,38	13.035,88	67.392,31	55.704,34	3.438,79	4.707,27	2.878,80	169.618,97	164.000,00
I.R.R.F	43.927,19	13.360,66	15.435,74	13.604,20	1.565,12	38.768,90	11.776,68	7.658,77	15.399,24	28.249,12	17.458,88	17.750,07	224.954,59	140.000,00
I.S.S.	56.715,97	51.133,21	20.898,16	63.475,57	45.399,29	37.889,63	23.482,32	28.648,96	24.309,70	81.199,97	40.247,43	17.196,65	490.596,88	1.000.000,00
I.T.B.I.	3.240,00	8.842,80	5.746,00	6.563,48	5.610,00	3.130,00	1.100,00	1.600,00	6.820,00	10.352,30	10.520,00	30.800,00	94.324,58	50.000,00
Outras Receitas Tributárias	6.188,41	4.043,76	5.435,02	2.748,08	4.919,20	1.594,15	11.837,20	37.007,92	55.403,62	12.042,37	11.868,56	8.010,77	161.099,08	230.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	28.139,57	29.939,37	0,00	58.692,35	31.953,38	29.562,40	0,00	33.186,66	29.844,55	60.601,79	33.063,11	31.295,59	366.278,77	350.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.277,74	4.440,97	2.088,91	3.855,34	2.298,77	7.241,32	0,00	0,00	7.542,24	3.577,19	7.453,50	5.416,09	49.192,07	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.015,00	790,00	869,86	382,50	550,00	450,00	1.595,00	1.961,50	825,00	1.885,00	2.740,00	2.290,00	15.353,86	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	884.520,93	1.091.476,47	976.837,87	968.231,93	1.150.643,26	1.355.754,13	1.128.220,25	1.187.506,87	935.569,84	1.108.720,58	1.214.435,26	1.153.515,69	13.155.433,08	12.687.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.279.854,62	5.400.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	229.173,51	229.398,92	266.227,59	236.343,53	269.938,15	272.871,32	257.018,22	227.624,30	214.743,56	259.216,36	256.389,91	244.018,75	2.962.964,14	3.005.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	52.357,75	48.793,65	48.862,22	54.916,07	36.185,68	22.925,76	24.962,98	38.138,30	39.090,49	46.913,42	50.592,88	52.460,63	516.199,83	520.000,00
Cota-Parte do ITR	79,39	405,12	1.017,70	5.016,37	65,49	7,08	26,29	147,25	30,80	321,42	1.631,12	723,22	9.471,25	5.000,00
Outras Transferências Correntes	135.442,90	306.696,02	181.138,42	181.999,55	230.282,59	179.954,97	162.889,03	115.565,16	160.248,26	252.689,45	152.419,87	212.913,90	2.272.240,12	1.737.000,00
Transferências da LC 61/1989	3.754,47	4.149,85	4.196,79	4.056,23	4.106,44	4.715,21	4.535,36	3.482,39	3.074,21	2.818,89	3.790,53	3.947,93	46.628,30	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.263,82	1.263,82	0,00	2.527,64	1.263,82	1.263,82	0,00	0,00	0,00	4.769,86	1.192,46	1.192,46	14.737,70	20.000,00
Transferências do FUNDEB	144.396,57	149.804,80	168.306,56	157.384,15	168.174,23	157.725,68	219.582,63	184.737,25	162.568,54	160.210,83	199.852,02	180.593,86	2.053.337,12	1.950.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.903,19	8.129,28	6.518,14	8.349,22	11.811,96	165.310,04	14.539,61	85.858,39	86.972,58	92.271,97	226.201,61	453.448,87	1.170.314,86	744.000,00
DEDUÇÕES (II)	120.936,08	126.994,90	126.171,03	125.769,45	150.437,09	159.965,28	149.149,48	177.973,04	123.083,03	139.749,22	172.432,47	152.000,69	1.724.661,76	1.800.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	120.936,08	126.994,90	126.171,03	125.769,45	150.437,09	159.965,28	149.149,48	177.973,04	123.083,03	139.749,22	172.432,47	152.000,69	1.724.661,76	1.800.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	921.954,98	1.090.073,17	909.985,87	1.005.276,79	1.108.274,75	1.482.890,67	1.056.437,46	1.272.848,36	1.095.308,08	1.262.589,86	1.396.263,15	1.570.601,84	14.172.504,98	13.585.000,00

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.474,79
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Bancos Conta Movimento	290.615,27	291.437,38	282.606,32

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	<i>Em 31 Dez 2012 (A)</i>	<i>Em 31 Dez 2012 (B)</i>	<i>Em 30 Jun 2013 (C)</i>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.223.019,92	2.223.019,92	2.262.676,17
DEDUÇÕES (II)	1.329.959,01	1.329.959,01	1.515.272,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.593.117,10	1.593.117,10	1.931.792,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	263.158,09	263.158,09	416.519,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	893.060,91	893.060,91	747.403,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	893.060,91	893.060,91	747.403,30

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	<i>No Semestre (C - B)</i>	<i>Jan a Jun 2013 (C - A)</i>
VALOR	-145.657,61	-145.657,61

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	958.333,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	<i>Em 31 Dez 2012 (A)</i>	<i>Em 31 Dez 2012 (B)</i>	<i>Em 30 Jun 2013 (C)</i>
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	287.173,93	287.173,93	291.437,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	287.173,93	287.173,93	291.437,38
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-287.173,93	-287.173,93	-291.437,38
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-287.173,93	-287.173,93	-291.437,38

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.585.000,00	7.630.059,73	7.630.059,73	6.548.901,51
Receita Tributária	1.584.000,00	657.897,94	657.897,94	1.171.346,80
I.P.T.U.	164.000,00	147.157,39	147.157,39	135.035,55
I.S.S.	1.000.000,00	215.085,05	215.085,05	847.135,91
I.T.B.I.	50.000,00	61.192,30	61.192,30	24.549,20
I.R.R.F.	140.000,00	98.292,76	98.292,76	35.739,86
Outras Receitas Tributárias	230.000,00	136.170,44	136.170,44	128.886,28
Receita de Contribuição	350.000,00	187.991,70	187.991,70	175.027,42
Outras Contribuições	350.000,00	187.991,70	187.991,70	175.027,42
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	3.360,00
Receita Patrimonial	0,00	23.989,02	23.989,02	59.965,26
(-) Aplicações Financeiras	0,00	23.989,02	23.989,02	56.605,26
Transferências Correntes	10.887.000,00	5.813.580,56	5.813.580,56	5.109.499,09
F.P.M.	4.320.000,00	2.256.675,78	2.256.675,78	2.142.127,89
I.C.M.S.	2.404.000,00	1.165.558,78	1.165.558,78	1.153.002,27
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.163.000,00	2.391.346,00	2.391.346,00	1.814.368,93
Demais Receitas Correntes	764.000,00	970.589,53	970.589,53	89.668,20
Dívida Ativa	110.000,00	36.240,16	36.240,16	58.583,86
Diversas Receitas Correntes	654.000,00	934.349,37	934.349,37	31.084,34
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	351.741,15	351.741,15	535.972,32
Operações de Crédito (III)	0,00	223.256,50	223.256,50	56.136,49
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	60.000,45	60.000,45	0,00
Transferências de Capital	0,00	68.484,20	68.484,20	479.835,83
Convênios	0,00	68.484,20	68.484,20	479.835,83
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	68.484,20	68.484,20	479.835,83
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.585.000,00	7.698.543,93	7.698.543,93	7.028.737,34
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.683.065,86	6.482.855,49	6.482.855,49	5.844.262,82
Pessoal e Encargos Sociais	8.029.500,00	3.641.381,50	3.641.381,50	3.399.731,32
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.000,00	478,17	478,17	577,19
Outras Despesas Correntes	4.651.565,86	2.840.995,82	2.840.995,82	2.443.954,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.681.065,86	6.482.377,32	6.482.377,32	5.843.685,63
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.901.995,00	407.269,00	407.269,00	1.662.808,95
Investimentos	1.571.995,00	223.668,75	223.668,75	1.514.252,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	330.000,00	183.600,25	183.600,25	148.556,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.571.995,00	223.668,75	223.668,75	1.514.252,95

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	7.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.260.060,86	6.706.046,07	6.706.046,07	7.357.938,58
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-675.060,86	992.497,86	992.497,86	-329.201,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	386.859,83	0,00
<i>Superávit Financeiro</i>	-	-	386.859,83	0,00
<i>Reabertura de Créditos Adicionais</i>	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-332.000,00

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.313,80	260.844,29	227.542,24	-	35.615,85	355.884,62	637.914,54	845.462,58	842.791,18	-	151.007,98
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.313,80	260.844,29	227.542,24	0,00	35.615,85	355.884,62	637.914,54	845.462,58	842.791,18	0,00	151.007,98
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	30.710,15	24.437,72	0,00	6.272,43	0,00	3.708,67	1.367,43	1.331,68	0,00	2.376,99
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540,00	540,00	540,00	0,00	0,00
SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.	2.313,80	0,00	0,00	0,00	2.313,80	2.120,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.120,11
SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URB.	0,00	181.936,95	155.707,33	0,00	26.229,62	0,00	600.874,48	496.717,78	494.227,18	0,00	106.647,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	17.014,99	17.014,99	0,00	0,00	0,00	29.993,75	26.519,75	26.374,71	0,00	3.619,04
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	12.066,71	11.266,71	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	15.603,36	15.603,36	0,00	0,00	353.764,51	842,18	318.362,16	318.362,15	0,00	36.244,54
SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E CC	0,00	2.379,96	2.379,96	0,00	0,00	0,00	46,00	46,00	46,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBI	0,00	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	932,17	932,17	0,00	0,00	0,00	1.909,46	1.909,46	1.909,46	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	2.313,80	260.844,29	227.542,24	0,00	35.615,85	355.884,62	637.914,54	845.462,58	842.791,18	0,00	151.007,98

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.459.000,00	1.459.000,00	149.470,08	554.310,26	37,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	253.000,00	253.000,00	13.950,00	175.746,76	69,47
1.1.1- IPTU	164.000,00	164.000,00	7.586,07	147.157,39	89,73
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	177,80	832,98	83,30
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	70.000,00	70.000,00	3.849,88	19.293,59	27,56
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	18.000,00	18.000,00	2.336,25	8.462,80	47,02
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	41.320,00	61.192,30	122,38
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	41.320,00	61.192,30	122,38
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.016.000,00	1.016.000,00	58.991,13	219.078,44	21,56
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	57.444,08	215.085,05	21,51
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	36,97	154,49	15,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	1.055,25	3.027,71	30,28
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	454,83	811,19	16,22
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	35.208,95	98.292,76	70,21
1.4.1- IRRF	140.000,00	140.000,00	35.208,95	98.292,76	70,21
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.622.171,30	4.563.697,69	50,71
2.1- Cota-Parte FPM	5.400.000,00	5.400.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	52,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.400.000,00	5.400.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	52,24
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.005.000,00	3.005.000,00	500.408,66	1.459.011,12	48,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.384,92	7.154,78	35,77
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	7.738,46	21.649,31	43,30
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	2.354,34	2.880,10	57,60
2.6- Cota-Parte IPVA	520.000,00	520.000,00	103.053,51	252.158,70	48,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.459.000,00	10.459.000,00	1.771.641,38	5.118.007,95	48,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	300.000,00	300.000,00	56.872,12	158.389,70	52,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	37.289,50	122.752,79	61,38
5.2- Outras Transferências do FNDE	100.000,00	100.000,00	19.582,62	35.636,91	35,64
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	185.000,00	185.000,00	72.365,86	145.641,06	78,72
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	485.000,00	485.000,00	129.237,98	304.030,76	62,69

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	324.433,16	914.387,93	50,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.080.000,00	1.080.000,00	201.245,55	564.167,90	52,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	601.000,00	601.000,00	100.081,54	293.452,34	48,83
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	476,98	1.430,95	35,77
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.547,70	4.329,88	43,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	470,85	575,98	57,60
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	104.000,00	104.000,00	20.610,54	50.430,88	48,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.950.000,00	1.950.000,00	380.445,88	1.107.545,13	56,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.950.000,00	1.950.000,00	380.445,88	1.107.545,13	56,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	150.000,00	150.000,00	56.012,72	193.157,20	128,77
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.690.000,00	1.690.000,00	262.058,01	671.896,46	39,76
13.1- Com Educação Infantil	230.000,00	230.000,00	43.822,87	121.662,24	52,90
13.2- Com Ensino Fundamental	1.460.000,00	1.460.000,00	218.235,14	550.234,22	37,69
14- OUTRAS DESPESAS	260.000,00	297.689,43	16.924,04	237.964,04	79,94
14.1- Com Educação Infantil	15.000,00	15.000,00	2.310,50	10.000,00	66,67
14.2- Com Ensino Fundamental	245.000,00	282.689,43	14.613,54	227.964,04	80,64
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.950.000,00	1.987.689,43	278.982,05	909.860,50	45,77
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					60,67
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				37.689,43	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				37.689,43	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.614.750,00	2.614.750,00	442.910,35	1.279.501,99	48,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	401.000,00	401.000,00	80.300,14	199.721,34	49,81
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	245.000,00	245.000,00	46.133,37	131.662,24	53,74
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	156.000,00	156.000,00	34.166,77	68.059,10	43,63
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.850.000,00	2.887.689,43	375.601,14	1.264.082,74	43,77
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.705.000,00	1.742.689,43	232.848,68	778.198,26	44,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.145.000,00	1.145.000,00	142.752,46	485.884,48	42,44
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.251.000,00	3.288.689,43	455.901,28	1.463.804,08	44,51
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					193.157,20
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					193.157,20
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.270.646,88
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,83

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	200.000,00	200.000,00	19.248,94	56.573,80	28,29
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	285.000,00	285.000,00	66.978,91	199.088,20	69,86
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	485.000,00	485.000,00	86.227,85	255.662,00	52,71
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.736.000,00	3.773.689,43	542.129,13	1.719.466,08	45,56
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	43.748,69	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.107.545,13	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	903.954,39	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	247.339,43	0,00

PAULO LOPES, 11/07/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.459.000,00	1.459.000,00	554.310,26	37,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	164.000,00	164.000,00	147.157,39	89,73
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	61.192,30	122,38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	215.085,05	21,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	98.292,76	70,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	987,47	49,37
Dívida Ativa dos Impostos	80.000,00	80.000,00	22.321,30	27,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	23.000,00	23.000,00	9.273,99	40,32
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.750.000,00	8.750.000,00	4.563.697,69	52,16
Cota-Parte FPM	5.150.000,00	5.150.000,00	2.820.843,68	54,77
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	2.880,10	57,60
Cota-Parte IPVA	520.000,00	520.000,00	252.158,70	48,49
Cota-Parte ICMS	3.005.000,00	3.005.000,00	1.459.011,12	48,55
Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	21.649,31	43,30
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	7.154,78	35,77
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	7.154,78	35,77
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.209.000,00	10.209.000,00	5.118.007,95	50,13

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.443.500,00	3.455.691,71	1.705.156,36	49,34	1.589.036,97	45,98
Pessoal e Encargos Sociais	2.539.000,00	2.539.000,00	1.255.573,17	49,45	1.238.775,66	48,79
Outras Despesas Correntes	904.500,00	916.691,71	449.583,19	49,04	350.261,31	38,21
DESPESAS DE CAPITAL	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34
Investimentos	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34

Continua 1/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34
Investimentos	117.500,00	177.500,00	71.057,23	40,03	69.837,33	39,34
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.561.000,00	3.633.191,71	1.776.213,59	48,89	1.658.874,30	45,66
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.035.000,00	1.107.191,71	655.744,89	36,92	561.602,57	33,85
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.035.000,00	1.107.000,00	655.553,18	36,91	561.410,86	33,84
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	191,71	191,71	0,01	191,71	0,01
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.035.000,00	1.107.191,71	655.744,89	36,92	561.602,57	33,85
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.526.000,00	2.526.000,00	1.120.468,70	11,97	1.097.271,73	11,80
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,89
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						352.630,75

Continua 2/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	1.266,74	0,00	192,00	1.074,74	0,00
TOTAL	1.266,74	0,00	192,00	1.074,74	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.561.000,00	3.633.191,71	1.776.213,59	100,00	1.658.874,30	100,00
TOTAL	3.561.000,00	3.633.191,71	1.776.213,59	100,00	1.658.874,30	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

*Continuação 4/4**PAULO LOPES, 11/07/2013*

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GILDO ARCELINO DE SOUZA
Secretário de Finanças

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Diretor de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

RREO

Município de PAULO LOPES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	13.585.000,00
Previsão Atualizada		—	13.585.000,00
Receitas Realizadas		8.005.789,90	8.005.789,90
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	386.859,83
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	13.585.000,00
Créditos Adicionais		—	1.007.060,86
Dotação Atualizada		—	14.592.060,86
Despesas Empenhadas		7.677.681,26	7.677.681,26
Despesas Liquidadas		6.890.124,49	6.890.124,49
Superavit Orçamentário		—	1.115.665,41
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas		7.677.681,26	7.677.681,26
Despesas Liquidadas		6.890.124,49	6.890.124,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre
Receita Corrente Líquida			14.172.504,98
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b) % em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		958.333,00	-145.657,61 -15,20
Resultado Primário		-332.000,00	992.497,86 -298,95
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	263.158,09	0,00	227.542,24 35.615,85
EXECUTIVO	263.158,09	0,00	227.542,24 35.615,85
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	993.799,16	0,00	842.791,18 151.007,98
EXECUTIVO	993.799,16	0,00	842.791,18 151.007,98
TOTAL:	1.256.957,25	0,00	1.070.333,42 186.623,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais % Mínimo a Aplicar no Exercício % Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.270.646,88	25% 24,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		671.896,46	60% 60,67
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		223.256,50	-223.256,50
Despesa de Capital Líquida		407.269,00	1.494.726,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031 2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00 0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00 0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00 0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de PAULO LOPES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		60.000,45	-60.000,45
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.120.468,70	15,00	21,89
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

PAULO LOPES, 11/07/2013

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretário de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664-P/6

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 09, 22 de Julho de 2013.

PORTARIA N° 09, 22 DE JULHO DE 2013.

"RETIFICA PORTARIA N° 08 DE 01 DE JULHO DE 2013, QUE CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MATILDE ZANFERRARI HACK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDISON ANTONIO MÂNICA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICA PORTARIA N° 08 DE 01 DE JULHO DE 2013, que passa e vigorar com a seguinte redação: " Art.1º - concede férias a servidora MATILDE ZANFERRARI HACK ocupante do cargo estatutário de SERVENTE - NÍVEL SEG - 1 20 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 07.05.2012 à 06.05.2013, com o gozo de 01 de julho a 20 de julho de 2013, sendo que os 10 (dez) dias restantes serão convertidos em abono pecuniário, conforme solicitação da servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO - SC, 22 DE JULHO DE 2013.

EDISON ANTONIO MÂNICA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto N° 1.111/2013

DECRETO N° 1.111, DE 18 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Art. 85-A da Lei Complementar nº 123/2006 e com o Art. 17 da Lei Municipal nº 1.796/2010, Decreta:

Art. 1º Nomeia o Servidor Emanuel Demartone Madureira da Aleluia Senem, como Agente Municipal de Desenvolvimento de Porto Belo.

Art. 2º O Agente Municipal de Desenvolvimento Local é condição para a efetivação no município, do Programa de Implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, com fundamento na Lei Complementar Federal nº 123/06 e no Termo de Adesão assinado entre este município e SEBRAE/SC. Tem como objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - L. C. nº 123/06 e os dispositivos da Lei Municipal nº 1.796/2010.

Art. 3º Das atribuições do Agente Municipal de Desenvolvimento

Local:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município.

II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município.

III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho.

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial.

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais.

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades.

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo (SC), aos 18 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Decreto N° 1.112/2013

DECRETO N° 1.112, DE 18 DE JULHO DE 2013.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROJETO ORLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla, aprovado em reunião do Comitê na data de 11 de junho de 2013, conforme Anexo I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo (SC), aos 18 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

ANEXO I

Regimento Interno do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art. 1º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla - CGM - PROJETO ORLA, órgão de caráter consultivo e deliberativo, instituído pelo Decreto nº 1.033/2012, é um órgão Colegiado vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito do Município de Porto Belo, tendo a sua atuação regulada pelo disposto no presente Regimento Interno.

CAPÍTULO II

Da Finalidade

Art. 2º O Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla- CGM - PROJETO ORLA tem como finalidade a articulação e harmonização das políticas estadual, federal e municipal incidentes na orla, competindo-lhe:

I - Elaborar o Plano de Gestão Integrada da Orla de Porto Belo, com o intuito de disciplinar o uso e ocupação da orla marítima brasileira no território do Município, por meio de uma gestão patrimonial e ambiental integrada.

II - Participar, através de seu Presidente ou representante do CGM - PROJETO ORLA de Porto Belo, quando convocado ou convidado, das reuniões do Comitê Técnico Estadual do Projeto Orla.

III - Supervisionar os planos de intervenção municipal (Projeto Orla, Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico, Gerco, entre outros).

IV - Fornecer apoio técnico no desenvolvimento de ações pertinentes ao Projeto Orla.

V - Acompanhar a execução dos planos de intervenção no município, bem como seus desdobramentos em diretrizes locais, incluindo eventuais alterações que se façam necessárias no Plano Diretor do município.

CAPÍTULO III

Da Composição e da Organização

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 3º A composição do Colegiado do CGM - PROJETO ORLA é constituída por 01 (um) representante e respectivo suplente das instituições abaixo relacionadas:

I - DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

- a) Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura.
- b) Fundação Municipal de Turismo.
- c) Fundação Municipal de Esporte.
- d) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.
- e) Procuradoria Geral do Município.
- f) Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- g) Secretaria Municipal de Educação.
- h) Secretaria Municipal de Administração.
- i) Fundação Municipal do Meio Ambiente.
- j) Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.
- k) Fundação Municipal de Cultura.

II - ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

- a) Associação de Moradores e Amigos do Centro de Porto Belo - AMACPB.
- b) Associação Comunitária do Bairro Perequê.
- c) Associação dos Moradores e Amigos do Perequê.
- d) Associação Porto Ambiental.
- e) Reservas Particulares do Patrimônio Natural Catarinense - RPPN Catarinense.
- f) Associação dos Maricultores.
- g) Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL.
- h) Associação dos Pescadores Artesanais do Trapiche de Porto Belo.
- i) Colônia de Pescadores - Z8.
- j) Associação dos Moradores do Bairro Araçá.
- k) Comunidade do Bairro de Santa Luzia.

III - REPRESENTANTES DAS ENTIDADES COM DIREITO A VOZ E SEM DIREITO A VOTO:

- a) Marinas de Porto Belo.
- b) Ilha João da Cunha Participações e Empreendimentos Ltda.
- c) Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ponta do Araçá - APA Araçá.
- d) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina - CREA-SC.
- e) Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
- f) Superintendência do Patrimônio da União.
- g) Capitania dos Portos de Itajaí.
- h) Polícia Militar Ambiental.

Parágrafo único. O mandato dos membros do CGM - PROJETO ORLA será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução por igual período.

SEÇÃO II

Da Organização

Art. 4º O CGM - PROJETO ORLA tem a seguinte estrutura:

I - Colegiado.

II - Coordenação Geral.

III - Secretaria Executiva.

IV - Subcomissões e Grupos de Trabalho (GT).

§1º Entende-se por Colegiado a reunião dos representantes das instituições e entidades nomeadas no art. 3º deste Decreto.

§2º A Coordenação Geral será composta por 01 (um) presidente e 01 (um) vice-presidente.

§3º O mandato do presidente e do vice-presidente será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução por igual período.

§4º A Secretaria Executiva é responsável por desenvolver as funções necessárias para assegurar a efetividade do CGM - PROJETO ORLA.

§5º As Subcomissões e Grupos de Trabalho, permanentes ou não, serão formados para desenvolver atividades específicas.

SUBSEÇÃO I

Do Colegiado

Art. 5º Aos membros do Colegiado compete:

I - Participar das reuniões a que forem regularmente convocados.

II - Propor matérias e/ou ações pertinentes à integração interinstitucional do Projeto Orla.

III - Propor a criação de Subcomissões e Grupos de Trabalho.

IV - Elaborar pareceres e relatórios técnicos de acompanhamento e de avaliação de execução dos Planos de Intervenção da Orla Municipal.

V - Propor a participação eventual em reuniões do CGM - PROJETO ORLA de autoridades ou técnicos de reconhecida capacidade profissional, mediante convite e sem direito a voto.

VI - Manter o CGM - PROJETO ORLA informado das ações das instituições que o representam, pertinentes aos objetivos do CGM - PROJETO ORLA.

SUBSEÇÃO II

Da Coordenação Geral

Art. 6º A presidência do CGM - PROJETO ORLA será exercida por um representante da Prefeitura Municipal de Porto Belo devendo este ser membro efetivo do CGM - Orla.

Parágrafo Único - Na ausência do presidente, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do vice-presidente e, no impedimento deste, por um membro escolhido em Colegiado.

Art. 7º Compete ao presidente:

I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê.

II - Representar externamente o CGM - PROJETO ORLA.

III - Convidar representantes de outras entidades, públicas ou privadas para participarem, eventualmente, de reuniões, sem direito de voto.

IV - Solicitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal apoio institucional, por meio de informações, suporte material e logístico e de recursos humanos necessários para a consecução dos objetivos do CGM - PROJETO ORLA.

V - Interagir com o poder público municipal, entidades não governamentais e iniciativa privada sobre assuntos relacionados às atividades do Comitê Gestor Municipais - PROJETO ORLA.

VI - Aprovar a pauta dos assuntos que serão submetidos à apreciação do Colegiado.

VII - Deliberar sobre medidas de urgência, necessárias ao bom

andamento dos trabalhos referenciados pelo Colegiado.
VIII - Propor a criação de Subcomissões ou Grupos de Trabalho.
IX - Supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva.
X - Praticar os demais atos necessários ao cumprimento das atribuições do Plano de Gestão Integrado do PROJETO ORLA de Porto Belo, aprovados em Audiência Pública do município de Porto Belo e pelo CTE - Comitê Técnico Estadual do PROJETO ORLA.

Art. 8º A vice-presidência do CGM - PROJETO ORLA será exercida por representante eleito no Colegiado.

Art. 9º São atribuições do vice-presidente:

I - Substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos.
II - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do CGM - PROJETO ORLA.

SUBSEÇÃO III

Da Secretaria Executiva

Art. 10º A Secretaria Executiva do CGM - PROJETO ORLA, será dirigida por um secretário executivo, representante da prefeitura e membro efetivo do CGM- Orla, sendo este designado pelo presidente do CGM - PROJETO ORLA.

Art. 11 O secretário executivo do CGM - PROJETO ORLA tem como incumbência secretariar os trabalhos das reuniões.

§ 1º Nos casos de impedimento eventual do secretário executivo cabe ao Colegiado indicar um membro do CGM - PROJETO ORLA para exercer a função.

§ 2º O secretário executivo do CGM - PROJETO ORLA será membro integrante do Colegiado e participará das reuniões com direito a voto.

§ 3º O secretário executivo do CGM deverá encaminhar, em até 10 (dez) dias após a reunião, a minuta da ata a todos os membros do CGM - PROJETO ORLA para eventuais correções.

Art. 12 Os membros do CGM - PROJETO ORLA que quiserem sugerir matérias a serem apresentadas durante as reuniões ordinárias deverão elaborá-las por escrito e encaminhá-las à Secretaria Executiva com, no mínimo, 07 (sete) dias de antecedência à data da realização da reunião ordinária e 03 (três) dias de antecedência da data de realização da reunião extraordinária, para fins de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente justificados pelo CGM - PROJETO ORLA.

SUBSEÇÃO IV

Das Subcomissões ou Grupos de Trabalho

Art. 13 Por proposta do presidente e mediante aprovação do Colegiado do CGM - PROJETO ORLA poderão ser criadas Subcomissões e/ou Grupos de Trabalho, para elaboração de estudo ou trabalho específico.

§ 1º As Subcomissões e/ou Grupos de Trabalho extinguir-se-ão, automaticamente, após a conclusão dos estudos ou trabalho específico.

§ 2º Poderão compor as Subcomissões, além de membros do Colegiado, técnicos ou especialistas de reconhecida experiência e segmentos organizados da Sociedade, diretamente interessados nas questões de educação ambiental.

§ 3º As Subcomissões elegerão, dentre os seus membros, os respectivos coordenadores e relatores, ficando ainda a cargo daqueles a definição da organização interna.

§ 4º Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Subcomissões e Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

Art. 14 O Colegiado do CGM - PROJETO ORLA reunir-se-á:

I - em sessões ordinárias, conforme cronograma pré-estabelecido, com periodicidade mínima mensal, mediante convocação e acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos e da ata da reunião anterior para aprovação.

II - em sessões extraordinárias, mediante convocação, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos.

§ 1º Para a realização das convocações deverá ser observada a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis para as reuniões ordinárias e de 02 (dois) dias úteis para as reuniões extraordinárias.

§ 2º No caso de eventual adiamento de sessão ordinária, a nova data deverá ser fixada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 3º A convocação de sessões extraordinárias dar-se-á por iniciativa do presidente ou a pedido da maioria simples dos membros do CGM - PROJETO ORLA.

§ 4º As reuniões do Colegiado do CGM - PROJETO ORLA serão realizadas em local a ser determinado pelo presidente.

Art. 15 A condução dos trabalhos das reuniões obedecerá a seguinte ordem:

I - instalação dos trabalhos pelo presidente ou seu vice-presidente.

II - assinatura do livro de presença.

III - verificação de quórum.

IV - leitura, se necessário e, votação da ata da reunião anterior.

V - leitura das correspondências recebidas e/ou emitidas.

VI - leitura da pauta da reunião.

VII - apresentação, discussão e votação dos assuntos constantes da pauta.

VIII - palavra livre para a comunidade presente e/ou convidados de assuntos pertinentes ao Projeto Orla.

IX - encerramento dos trabalhos pelo presidente.

Art. 16 A presença mínima de 1/3 dos membros, com direito a voto, estabelecerá quórum para a realização das reuniões.

Parágrafo Único. Não havendo quórum para reunião ordinária ou extraordinária, haverá nova convocação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a primeira convocação, com quórum mínimo especificado no caput deste artigo. Não sendo atingido esse quórum, a reunião se realizará 15 (quinze) minutos após o horário previsto, em segunda convocação, com qualquer número de seus membros presentes.

Art. 17 Após 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) faltas alternadas, não justificadas, de representantes em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, o presidente do Comitê enviará ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, comunicando a ausência de seu representante.

Parágrafo Único. Na ausência de justificativa da instituição ou entidade, no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação, o presidente do Comitê enviará ofício ao dirigente ou representante legal da instituição ou entidade, solicitando oficialização do interesse, ou não, de continuar fazendo parte do colegiado do CGM - PROJETO ORLA. Na ausência de manifestação da entidade no prazo de 10 (dez) dias a mesma será desligada.

Art. 18 As deliberações do Colegiado do CGM - PROJETO ORLA dar-se-ão por maioria simples, cabendo ao presidente, além do voto comum, o de qualidade, e consubstanciar-se-ão sob a forma de:

I - Resolução, quando se trata de deliberação vinculada às competências legais do Colegiado.

II - Moção, quando se trata de manifestação ou indicação a ser dirigida a qualquer órgão ou entidade, governamental ou não, relacionada com a temática do Projeto Orla.

III - Parecer, quando se trata de matéria de Projeto Orla submetida à sua apreciação.

§ 1º As Resoluções, as Moções e Pareceres serão datados e numerados, em ordem distintas, cabendo à Secretaria Executiva corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

Art. 19 A Secretaria Executiva distribuirá para todos os membros, junto com a convocação, a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões.

Art. 20 A participação dos membros nas discussões dar-se-á por ordem de inscrição na mesa diretiva.

§ 1º Após as discussões, o assunto será votado pelo Colegiado.

§ 2º Somente terão direito a voto os representantes dos órgãos e entidades previstos no artigo 3º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes.

Art. 21 Das reuniões do Colegiado serão lavradas atas, que serão submetidas à aprovação e assinadas na reunião subsequente pelos representantes presentes na reunião que deu origem a ata e, após, serão arquivadas junto à Secretaria Executiva e dada a devida publicidade.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 22 As despesas de transporte, diárias ou de outra natureza, efetuadas pelos membros do CGM - PROJETO ORLA, e das Subcomissões ou Grupos de Trabalho, serão custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades representados.

§ 1º Os membros do CGM - PROJETO ORLA previstos no artigo 3º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento à Secretaria Executiva, para exame e parecer, sempre que houver necessidade de atualizá-lo.

§ 2º De posse do parecer da Secretaria Executiva, o presidente o submeterá à votação dos membros, em Colegiado.

§ 3º A alteração regimental proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do CGM - PROJETO ORLA.

Art. 23 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pelo presidente do CGM - PROJETO ORLA, ouvido o Colegiado.

Aviso de Edital de Pregão N° 033/2013-PMPB, 002/2013-FME, 023/2013-Fmeduca, 018/2013-FMS, 003/2013-Fmt, 002/2013-Fmc e 003/2013-FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 033/2013-PMPB

002/2013-FME, 023/2013-FMEDUCA, 018/2013-FMS, 003/2013-FMT, 002/2013-FMC e 003/2013-FMAS.

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de material gráfico e material de sinalização visual e afins, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações Municipais, deste município de Porto Belo, período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 09/08/2013 às 10:00 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 26 de julho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Classificação - Processo Seletivo Simplificado Edital N° 002/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL EDITAL N° 002/2013

CLASSIFICAÇÃO

CARGO: PROFESSOR (A) DE LÍNGUA INGLESA		
CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	FERNANDA FERREIRA	2.934
02	EVIMARCIO CUNHA AGUIAR	2.500
03	CRISTIAN PORTES MACHADO	0.800

CARGO: PROFESSOR (A) DE LÍNGUA PORTUGUESA		
CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	MARIANA LIMA NEHRE BITENCOURT	2.167

CARGO: PROFESSOR (A) DE ARTE		
CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	LUCELIA RODRIGUES DA VEIGA	2.834

CARGO: PROFESSOR (A) DE ENSINO FUNDAMENTAL INCLUSÃO		
CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	PRISCILA MOREIRA SILVA PLÓIA	2.767
02	SHANTALA GALVARROS LISBOA DA COSTA	2.367
03	GIORGIA GOULART	2.367
04	VANESSA DOS SANTOS ATANÁZIO	2.167
05	ELIS ROSANE CIPRIANI	2.100
06	CINANDRA CECHERLO	2.067
07	FRANCIANE RODRIGUES SANTOS DINIZ	2.034
08	ANGELA ELISANE CORIM DA SILVA	1.867
09	VELEDI SOLEITE SCHULZ	1.667
10	RAQUEL DEBATIN	1.334

CARGO: PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS		
CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	CLAUDETE FATIMA ZIERHUT SCHADE	3.034
02	DAIANNY FERREIRA	2.700
03	CARLA EVELINA ALVES	2.400
04	MARILSE GUERREIRO DE ANDRADE	1.867
05	CAROLINE NATEL TRISNOSKI	1.867
06	FLAVIA CONCEIÇÃO	1.767
07	ELISANGELA SCABURI	1.167

CARGO: MONITORA		
CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	FERNANDA CRISTINA SEVERINO	2.967
02	CLEONICE DE CORDUVA	2.700
03	MARIANA LETÍCIA ZANDONAI	2.534
04	SILVANA DE FÁTIMA DOS SANTOS	2.467
05	CINTHIA MACHADO DOMINGOS	2.467
06	MARIA FERNANDA ROSLINDO	2.400
07	MAIARA RÉGIS	2.400
08	BRUNA ROCHA CAVALHEIRO	2.367
09	AMANDA GANDRA FAÇANHA NERY	2.300
10	JANETE DE ABREU	2.234
11	SIMONE MARIA SCHAEFER	2.234
12	LEIDE DAIANA DA SILVA DOS SANTOS	2.234
13	MILENA MARIA MONTEIRO	2.234
14	MORGANA HENNING CARNIEL	2.2.34
15	ELIZANGELA BUHLER COSTA	2.234
16	MARILENE ROSSETTO SGANZERLA	2.167
17	LUCI JANETE HAMES	2.067
18	JANE ECLAI MASO	1.900
19	PATRÍCIA SANTANA DA SILVA	1.900

20	JULIANA PAIXÃO DE JESUS	1.900
21	CAROLINE FERNANDES DE OLIVEIRA	1.900
22	SIMONE DA SILVA DUARTE	1.900
23	ANA PAULA ROSLINDO	1.867
24	LIDIA LEONOR FERREIRA	1.867
25	CRISTIANE FLACH ALBIS	1.800
26	MORGANA DOS SANTOS	1.734
27	GILVANIA SOARES DE OLIVEIRA	1.634
28	SINTIA VALDIVIA DE MELO DE FARIAS	1.600
29	ARTHUR WILLIAN LOHSE DIAS	1.567
30	JACIARA MATEUS	1.534
31	ANA CLAUDIA ALVES DOS S. NOVASKY	1.500
32	ELISA MARIA DE SOUZA	1.400
33	LUCILENE PIAZZA FLORÊNCIO	1.400
34	PATRICIA TRIERWEILER WOICHIKOSKY	1.400
35	ANA PAULA DOS SANTOS	1.400
36	MICHELI BORGES	1.230
37	IZAMARA ARAUJO	1.167
38	TAMARA SANTOS NAPP	1.067
39	MARILENE BARROS DOS SANTOS PINHEIRO	0.467

CARGO: PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	LETÍCIA ADRIANO BRITO	2.834
02	FRANCIANE NASCIMENTO COSTA	2.734
03	CLAUDETE APARECIDA RODRIGUES	2.667
04	KERLEN TICIANA MACHADO PADILHA	2.667
05	LEISE CRISTINA RIBEIRO COSTA	2.567
06	SAMARA ZANLUCA	2.434
07	FABIANA MACHADO	2.367
08	ROSEMARI PRZYGODA	2.300
09	ANALU DERONEIA DE MELO PINHEIRO	2.234
10	JEANA CABRAL VIEIRA	2.167
11	ALINE BEATRIZ CONCEIÇÃO	2.167
12	FABIANE BOSCATO MASETO	2.167
13	CÂNDIDA MARIA RAMOS	2.167
14	FRANCINE VALDETE PEREIRA	2.134
15	NATHÁLIA ABRÃO SOARES DA SILVA	2.134
16	ADRIANA FROTA CARNEIRO	2.100
17	DENISE DOS SANTOS FRAGATTI	2.034
18	TANIA REGINA DEBATIN	2.000
19	ELIZANGELA MARLETE RAMOS	1.967
20	ELIZANGELA MARIA DA SILVA	1.934
21	LEONETE WIGGERS RICKEN	1.934
22	VANESSA BORGES RODRIGUES	1.900
23	SANDRA REGINA MORAES DA SILVA	1.900
24	DAIANA PAULINA DA SILVA	1.900
25	ELOIZA COELHO	1.867
26	NEUZETE FERREIRA ROES	1.867
27	NERILDA NELI DA SILVA	1.800
28	JOICE ROSA	1.800
29	JACQUELINE GOMES DOS SANTOS OCAMPO	1.767
30	BRUNA CORREIA GOME	1.767
31	ANA PAULA BARBOSA DE CORDOVA	1.734
32	DIONE ANGELITA BUSSATTA	1.734
33	TATIANE FILIPPINI	1.600
34	MARIA HELOSA ROMANA FLORÊNCIO	1.600
35	SABRINE MALVESSI	1.334
36	MARISA DIAS DE OLIVEIRA SILVA	1.300
37	NIVANETE DE QUEIRÓS PEREIRA	0.900

CARGO: SERVENTE

CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	GILZA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA NUNES	6.500
02	ZULEIDE CRISTINA DA ROCHA	6.500
03	GYSLAYNNE CRISTINI DE SOUZA SEGOVIA	4.750
04	CARME ZENAIDE DE SOUZA	4.250
05	HELIA ALCIDES LUCINDA	4.250
06	ADRIANA PARECIDA TORQUATO	4.250
07	BIANCA LIMA DE ALMEIDA	4.250
08	CAMILA RIBEIRO MORAIS	4.250
09	LOURDES ELIAS LESSA	4.000
10	ROSELITA IRIS PEIXOTO	4.000
11	FERNANDA CAMILA CORDEIRO DOS SANTOS	4.000
12	MAGALI LAIDANA KLUG	4.000
13	OSVALDO LUIZ PEREIRA NUNES	3.750
14	GISLAINE SAGÁS	3.750
15	SILVANA ORTIZ	3.500
16	MARINES DE SOUZA CARDOSO	3.500
17	LAILA GABRIELA DA SILVA	3.500
18	KEILA TAISA DE SOUZA	3.500
19	DEBORA MARESSA FERREIRA	3.500
20	SUELEN CORREA RIBEIRO LESSA	3.250
21	MARLENE DE QUEIRÓS PEREIRA	3.250
22	MARINÊS DE FÁTIMA DA SILVA	3.000
23	ANALIA SOARES RIBEIRO	2.750
24	ROSE TERESINHA MICHALUTI	2.000
25	MARIA LUIZA PEREIRA	0.750
26	RENILDA TERESINHA DOS SANTOS CARDOSO	0.250

CARGO: MOTORISTA

CLASSIFICAÇÃO		PONTUAÇÃO FINAL
01	RICARDO LUIZ RISTOW	4.800
02	FLÁVIO CESAR PINHEIRO	3.925

Edital de Convocação - Concibelo 01/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONCIBELO 01/2013

O Presidente do Conselho de Cidade, no uso das atribuições legais, em conformidade com os termos da Lei Municipal Complementar 33/2011 e Lei Municipal 1.677/2009, CONVOCA através do presente, a população em geral e interessados para participarem da Audiência Pública para debate do Projeto de Instalação em nossa Cidade de um loteamento denominado Porto Fino, localizado na Avenida Gov. Celso Ramos.

A Audiência Pública será realizada no dia 08/08/2013 às 19:30 Horas no Espaço Cultural Piraique anexo Fundação Municipal de Turismo, com endereço na Av. Gov. Celso Ramos, nº 1.492 - Centro - Porto Belo - SC.

O material referente a audiência encontra-se disponível junto a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano com endereço à Rua Irineu José Moreira, s/n - Praça de Bandeira - Centro - Porto Belo - SC.

Porto Belo, 25 de Julho de 2013.

RICARDO CESAR PAMPLONA SILVA
Presidente**Edital de Notificação Extrajudicial**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezados Senhores,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

O Poder Executivo Municipal, pelas atribuições da Lei 1873/2010, tem pelo presente Edital à finalidade de NOTIFICAR os responsáveis pelos túmulos abaixo relacionados, para que em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, executar os serviços necessários à identificação e conservação da sepultura localizada no Cemitério Municipal de Porto Belo/SC.

Lei. 1873/2010.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

§ 2º Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Relação de Sepulturas: C64; C65; C234; C163; C237; C32; C83; C46; C18; C139; C184; C189; C305; C304; C251; C313; C246; C201; C162; C11; C12.

Caso as providências já tenham sido tomadas, favor desconsiderá-la, ficando este ente Municipal a inteira disposição de V. Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

Sendo o que apresenta para o momento.

VALMOR GUERREIRO FILHO

Procurador Geral

OAB/SC 21.189

Porto Belo/SC, 24 de Julho de 2013.

Porto União

PREFEITURA

Decreto N° 254/2013

DECRETO N° 254, de 23 de julho de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.161, de 17 de julho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 164.275,67 (Cento e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos):

ÓRGÃO 1600 - FUNREBOM

UNIDADE 1601 - FUNREBOM

ATIVIDADE 2040 - Manutenção Funrebom

MODALIDADE 3390 - 3100 - Aplicações Diretas novo 64.000,00

MODALIDADE 4490 - 3100 - Aplicações Diretas novo 100.275,67

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 164.275,67

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro ocorrido no exercício 2012, na Fonte 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 23 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto N° 255/2013

DECRETO N° 255, de 23 de julho de 2013.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizada pela Lei Municipal nº 4.158, de 17 de julho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.026,00 (Um mil e vinte e seis reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2063 - CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

MODALIDADE 4471 - 100 - Transferências a Consórcios Públicos novo 1.026,00

TOTAL DO CRÉDITO 1.026,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2063 - CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

MODALIDADE 3171 - 100 - Transferências a Consórcios Públicos 124 1.026,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 1.026,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 23 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria N.º 604/2013 - RH

PORTARIA N° 604, de 13 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 13 de julho a 18 de dezembro de 2013, o Contrato de Trabalho nº 142/2013, de 06 de junho de 2013, de Camila De Barros, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934,

de 21 de novembro de 2011, com carga horária de 20 horas semanais em vaga vinculada da professora efetiva Leila De Fátima Longo Ruaro que ocupa a função de Professora no Atendimento Educacional Especializado - AEE no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, e 10 horas em vaga vinculada da professora efetiva Sirlei Helena Krysiak Schor que está desempenhando a função de Secretária de Escola.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo e no Núcleo Educacional Frei Deodato, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de julho de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 605/2013 - RH

PORTARIA Nº 605, de 15 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de julho a 18 de dezembro de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rosana Aparecida Rubbo, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni, que está desempenhando a função de Secretária de Escola.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo de Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de julho de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 606/2013 - RH

PORTARIA Nº 606, de 15 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 735, de 05 de abril de 2012, que concede Gratificação de Função de Gestão de Supervisor Geral do Ensino Fundamental à servidora Rute dos Santos Renner.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2013.

Porto União - SC, em 15 de julho de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 607/2013 - RH

PORTARIA Nº 607, de 23 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Erika Fabiana Sanches de Lara, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 23 de julho de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 608/2013 - RH

PORTARIA Nº 608, de 15 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00167/00-5, datada de 23 de fevereiro de 2001, do servidor HELIO LUIZ BRAND, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 2.439 dias, ou seja, 06 (seis) anos, 08 (oito) meses e 09 (nove) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
- 01/10/1986 a 20/12/1986	- Lucia Sisanoski Ferreira	00a 02m 20d
- 01/01/1988 a 14/12/1990	- Industr. de Móveis e Esquadrias Sta Cruz Ltda	02a 11m 14d
- 15/07/1991 a 19/01/1995	- Prefeitura Municipal de Porto União	03a 06m 05d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Edital de Processo Licitatório N° 55/2013

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 55/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2013

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos), do dia 08 (oito) de agosto de 2013, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de combustível, "óleo diesel S10", direto na bomba de combustível da proponente (contratada), para atender a frota municipal, em distância via terrestre rodoviária pavimentada de no máximo 50 quilômetros da sede da garagem do DMER, da sede do município de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 25 DE JULHO DE 2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Edital de Processo Licitatório N° 54/2013

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2013

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:15 (nove horas e quinze minutos), do dia 08 (oito) de agosto de 2013, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de publicação em páginas centrais de "Publicações Legais" em colunas/quadros, de modo a quantificar o centímetro/coluna, sendo o caractere a ser utilizado em fonte arial, tamanho 12, espaçamento simples, padrão, microsoft word 97/2003 ou similar, em jornais diários de circulação regional, com circulação na sede do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 24 DE JULHO DE 2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 129/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 129/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: ILLO QUIMICA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de detergentes automotivos e produtos de limpeza, destinados às Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a manutenção e limpeza de ambientes e veículos.

VALOR: R\$ 5.502,00 (cinco mil, quinhentos e dois reais).

VIGÊNCIA: 23/07/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Resumo de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 45/2013- PR 45/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Fornecimento de materiais de limpeza e higiene as escolas e Produtos Alimentícios para Merenda Escolar aos alunos do Ensino Infantil e Fundamental do município, durante o segundo semestre de 2013. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 08:45Hs do dia 05/08/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, N° 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, e-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Resumo de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 46/2013- PR 46/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Produtos Alimentícios e materiais de limpeza e higiene para o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, durante o segundo semestre de 2013. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 08:45Hs do dia 06/08/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, N° 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113. e-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrato Edital PL 668

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 668/2013 na MODALIDADE: Pregão Presencial, para CONTRATAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA COM IMPLEMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 07/08/13, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 24/07/13.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

SAMAE

Portaria /SAMAE/SBS N° 164, de 24 de Julho de 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor OSVALCIR PETERS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 22/07/13.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS N° 165, de 24 de Julho de 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 22/07/13.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS N° 166, de 24 de Julho de 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor WALTER CARLOS BUTTELBRUN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 17/07/13.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria /SAMAE/SBS N° 170, de 24 de Julho de 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 22/07/2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS N° 168, de 24 de Julho de 2013.

"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria n° 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor EDELSON ILG, ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO II, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no Processo 036/2013.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2010/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/N° 167 de 24 de Julho de 2013

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SEVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal n° 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n° 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor ANTONIO ARNALDO SEIDEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "E".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2013

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/N° 169, de 24 de Julho de 2013.

"DECLARA VAGO CARGO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal n° 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n° 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - DECLARAR A VACÂNCIA DO CARGO de Motorista, com

fulcro no artigo 47, inciso V, da Lei Municipal n° 228/2001, em virtude de aposentadoria do servidor LEOMIR ALVES, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 19 de julho de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Aviso de Repetição de Licitação

Resumido Edital de Repetição de Licitação Pregão Presencial n° 21/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público que, por ausência de interessados na sessão pública realizada no dia 25/07/2013, foi declarado DESERTO o Pregão Presencial n° 21/2013, tendo por objeto : AQUISIÇÃO DE 02 (dois) VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TIPO PICK-UP, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CABINE SIMPLES, 0 km (ZERO QUILOMETRO); ANO DE FABRICAÇÃO 2013/ MODELO 2014; FABRICAÇÃO NACIONAL.

O Diretor Presidente comunica aos interessados que o certame será repetido, em sessão pública a ser realizada às 9h30min do dia 07 de agosto de 2013, em sua sede na Rua Marechal Floriano, n° 214, Centro, Município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/ editais.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

ALEXSANDRA CARVALHO SUOMINSKI
Pregoeira

São Domingos

PREFEITURA

Portaria N° 1477, de 24 de Julho de 2013.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Municipal n° 1.132, de 11/12/1998; pela Lei Complementar Municipal n° 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar n° 042 de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar n° 0045, de 06/11/2012 e:

-Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;
RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Eni Maria Zappani	Professor PD/D-IV	01/01/12-13	10	24/07/13 a 02/08/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Domingos (SC), 24 de julho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Ata de Reunião da Comissão de Licitações - Arbitragem Para Realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo

Reuniu-se nesta data, a Comissão Permanente de Licitações para analisar e discutir acerca da solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo nas Categorias: livre e veterano. Primeiramente, analisou-se a solicitação apresentada pela Secretária, a qual justificou ser necessária a aludida contratação tendo em vista o início, no próximo dia 21 de julho do corrente, do Campeonato Municipal de Futebol de Campo. ainda, de acordo com a solicitação, a contratada disponibilizará 03 (três) árbitros para os 20 jogos que serão realizados, sendo que o valor a ser pago por partida será de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), totalizando a importância de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). Após, a Comissão verificou a existência de dotação orçamentária, em consulta ao Setor de Contabilidade, bem como a autorização assinada pelo Sr. Prefeito Municipal para contratação. Averiguada toda a documentação necessária para a referida contratação e considerando: a) o disposto no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, o qual determina que, é dispensável a licitação para compras e serviços quando o valor a ser contratado não ultrapassa a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); b) que a contratada já prestou serviços desta natureza no ano de 2012; c) que a contratada é a única empresa prestadora de serviços de arbitragem que possui Cadastro de Fornecedor junto ao Município; d) que o valor a ser pago encontra-se de acordo com os valores de mercado e; e) que a interessada assume todos os custos para prestação dos serviços, conforme orçamento; não havendo outros custos ao município. a Comissão de Licitações sugere a homologação do processo e a contratação do objeto deste. Por fim, o presente processo será encaminhado ao Setor Jurídico para a análise e parecer e, posteriormente à autoridade competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 18 de julho de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ

Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE

Membro da Comissão

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto N°. 092 de 22 de Julho de 2013

DECRETO N°. 092 DE 22 DE JULHO DE 2013

Prorroga os prazos do cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público, previsto no Decreto n° 159 de 17 de dezembro de 2012, e da outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o disposto na Portaria n° 753 de 21 de dezembro de 2012, do Subsecretário de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, que alterou a Portaria n° 437, de 12 de julho de 2012, e a Portaria n°. 828, de 14 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º - A tabela de prazos para implantação dos Procedimentos Contábeis em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN n° 828, de 14 de dezembro de 2011, prevista no Art. 1º do Decreto Municipal n° 159 de 17 de dezembro de 2012, passa a vigorar conforme tabela a seguir:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2015
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2015
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Agosto de 2014
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Agosto de 2014
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2015
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2016
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Agosto de 2015
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2016

5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2016
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Agosto de 2015
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Dezembro de 2015
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2016
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almo-xarifado.	Janeiro de 2016

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 22 de julho de 2013.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal, em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José

PREFEITURA

Decreto N° 1.192/2013

DECRETO N° 1.192/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Cristiane Barros de Paula	Auxiliar de Ensino	10/07/2013	30 horas
Eder Sumariva Rodrigues	Professor-H	10/07/2013	20 horas aulas
Maria Leticia Duarte Montibeler	Professor-H	10/07/2013	40 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 10/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.193/2013

DECRETO N° 1.193/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Janaina Alves de Lima	Auxiliar de Ensino	12/07/2013	20 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 12/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.194/2013

DECRETO N° 1.194/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Marina Peres Pioner	Professor-M	15/07/2013	40 horas

Michelle Pereira	Professor-M	15/07/2013	40 horas
Sabrina Elias Ferreira Elias	Auxiliar de Ensino	15/07/2013	20 horas
Scheila Dutra	Auxiliar de Ensino	15/07/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 15/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.195 /2013

DECRETO N° 1.195 /2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	CARGA HORÁRIA
Marineide Semeao Pinheiro Dias	Auxiliar de Ensino	16/07/2013	30 horas
Thabata de Mattos Macedo Barcelos	Auxiliar de Ensino	16/07/2013	40 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 16/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.196/2013

DECRETO N° 1.196/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	CARGA HORÁRIA
Maria de Fátima Ferreira dos Santos	Auxiliar de Ensino	17/07/2013	20 horas
Maria Luisa Silveira Gevaerd	Auxiliar de Ensino	17/07/2013	20 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 17/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.197/2013

DECRETO N° 1.197/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	CARGA HORÁRIA
Fábio Araujo Martins	Professor-H	10/07/2013	20 horas aulas
Laise Daiane Ma- galhaes de Lara Farias	Professor-H	10/07/2013	15 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 10/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.199/2013

DECRETO N° 1199/2013

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora ELISABETE DA SILVA, matrícula nº 1524, a função gratificada de Supervisor de Setor, nível FG-SU.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.200/2013

DECRETO N° 1200/2013

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor AMÂNCIO JADER DOMINGOS, matrícula nº 1650, a função gratificada de Supervisor de Setor, nível FG-SU.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.201/2013

DECRETO N° 1201/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011, da Secretaria de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ELIS CRISTINA ZANATTA para ocupar o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 23 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1.203/2013

DECRETO N° 1203/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, RAFAEL KREUSCH para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização e Acompanhamento - CCM7, com lotação

na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto N° 1205/2013

DECRETO N° 1205/2013

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, A PEDIDO, o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, CHARLES AUGUSTO MACÁRIO, matrícula nº 28.710, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Edital N° 001/2013/SMA

Edital N° 001/2013/SMA

Abre as inscrições e define normas para o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas admitidos em caráter temporário da Prefeitura Municipal de São José, por meio do Edital nº 001/2013/SMA.

A Prefeita Municipal e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização do Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas, em caráter temporário, na Prefeitura Municipal de São José, de acordo com a Lei nº 4.243, de 14 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 4.398, de 21 de novembro de 2005 e alterações posteriores, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital.

O Processo Seletivo será regido por este Edital e executado pela Fundação Municipal Educacional de São José - FUNDESJ, localizada na Rua Sílvia Maria Fabro, 97 – Kobrasol – São José/SC – Fone/Fax (48) 3259-1945.

1. DAS FUNÇÕES, DAS VAGAS, DA CARGA HORÁRIA, DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS.

1.1. O Processo Seletivo destina-se à formação de cadastro de reserva na forma deste Edital.

1.2. Todas as funções descritas neste Edital podem ser exercidos por pessoas de ambos os sexos.

1.3. As funções objeto deste Processo Seletivo são descritas nas tabelas abaixo:

1.3.1. Funções

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Agentes de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 806,00

Motorista	40 horas	R\$ 1.043,57
-----------	----------	--------------

1.4. Ao vencimento básico mensal das funções acima especificadas, será acrescido Adicional de Auxílio-Alimentação, conforme disposto na Lei no 4.799, de 26 de junho de 2009.

1.5 As atribuições das funções estão descritas no Anexo I deste Edital.

2. DA ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIAS PARA A POSSE:

FUNÇÃO	NÍVEL MÍNIMO DE ALFABETIZAÇÃO
Agente de Serviços Gerais	4ª Série do Ensino Fundamental
Motorista	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação na categoria "AB" ou "B"

2.2 A escolaridade exigida deverá ser comprovada quando o candidato for convocado para a contratação.

3. DOS LOCAIS, HORÁRIOS E PRAZOS

3.1. Todo e qualquer recurso relacionado a esse Processo Seletivo deverá ser entregue na sede da Fundação Municipal Educacional de São José - FUNDESJ, localizada na Rua Silvia Maria Fabro, 97 – Kobrasol – São José/SC - Fone/Fax (48) 3259-1945.

3.2. O horário de funcionamento da FUNDESJ, para atendimento aos candidatos é das 09hs às 12hs e das 13hs às 18hs, de segunda a sexta-feira.

3.3. Não haverá atendimento nos feriados municipais, estaduais e federais.

3.4. O endereço eletrônico do Processo Seletivo é www.pmsj.sc.gov.br.

3.5. Não serão aceitos documentos, requerimentos ou recursos enviados por fax, via postal ou meio digital.

3.6. O prazo de inscrição e para a entrega de documentos e comprovações a ele relacionados é do dia 29 de julho de 2013 a 14 de agosto de 2013.

3.7. Todos os termos aditivos, comunicados, respostas de requerimentos, recursos ou qualquer demanda, bem como locais, horário de prova e convocações para qualquer ato relacionado a este Processo Seletivo, serão publicados no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br

3.8. A FUNDESJ não fará qualquer comunicado, convocação ou dará resposta a recursos e petições, por qualquer outro meio ou mídia.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A participação no presente Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.2. A inscrição somente poderá ser efetuada na Sede Administrativa da FUNDESJ, localizada na Rua Silvia Maria Fabro, 97 – Kobrasol – São José/SC – Fone/Fax (48) 3259-1945, mediante o preenchimento de Requerimento de Inscrição, no período compreendido entre as 09hs do dia 29 de julho de 2013 até às 18hs do dia 14 de agosto de 2013, horário oficial de Brasília.

4.3. No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato automaticamente declarará:

a) Ser naturalizado, ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12 da Constituição Federal.

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Não ter sofrido, quando no exercício de cargo público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, o que deverá ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.

d) Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

e) Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital e comprometer-se a tomar conhecimento de eventuais termos aditivos e instruções específicas contidas em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo.

f) Possuir a escolaridade exigida e os documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos exigidos por este Edital.

g) Estar legalmente habilitado (a) para o exercício das ações pertinentes a função.

h) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

4.4. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e eventuais Termos Aditivos, bem como de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no endereço eletrônico do Processo Seletivo (www.pmsj.sc.gov.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.5. Para realizar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

Retirar o Requerimento de Inscrição e o identificador para depósito bancário referente à taxa de inscrição;
Realizar depósito bancário, conforme identificado na ficha de inscrição, até às 16 horas do dia 15 de agosto de 2013;

4.6. O valor da taxa de inscrição para este Processo Seletivo é de R\$ 30,00 (trinta reais) para todas as funções, independente do nível de alfabetização exigidos.

4.7. O candidato é responsável pela veracidade dos dados informados e pelo correto preenchimento dos requerimentos, formulários e/ou documentos exigidos para inscrição e realização das provas deste Processo Seletivo. Está ciente que não serão aceitos pedidos para alteração de qualquer dado ou informação, exceto o de mudança de endereço.

4.8. Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar, informar ou apresentar documento que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.9. No caso de cancelamento da inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.10. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será restituído, sob nenhuma hipótese.

4.11. Os candidatos que preencherem os requisitos previstos na Lei Municipal 4.438/2006 (isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue) deverão entregar pessoalmente, ou por intermédio de Procurador, até às 18hs do dia 14 de agosto de 2013, na FUNDESJ - localizada na Rua Sílvia Maria Fabro, 97 – Kobrasol – São José/SC, no horário de atendimento compreendido entre às 09hs e às 12 hs e das 13hs e as 18hs, documento expedido por entidade coletora, comprovando a qualidade de doador, cuja doação não poderá ser inferior a 3 (três) vezes anuais.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. As relações das inscrições homologadas e não homologadas estarão disponíveis na Sede Administrativa da FUNDESJ e no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br no dia 20 de agosto de 2013.

6. DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO

6.1. O presente Processo Seletivo, para todas as funções, constará de uma única etapa: uma prova escrita de caráter somente classificatório.

6.2. A prova escrita será realizada no dia 01 de setembro de 2013.

6.3. O tempo total da prova será de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

6.4. O início da prova escrita será às 14h00min, nos locais a serem divulgados nos endereços eletrônicos www.usj.edu.br e www.pmsj.sc.gov.br, no dia 01 de setembro de 2013.

6.5. Os candidatos não poderão ingressar nos locais de provas após as 14h00min. Os candidatos deverão comparecer com 30 minutos de antecedência.

6.6. A prova escrita será composta de 30 (trinta) questões de múltipla-escolha, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

6.7. As questões da prova versarão sobre as ementas constantes no programa do Processo Seletivo, Anexo II deste Edital, divididas da seguinte forma:

Conhecimentos Gerais com 10 (dez) questões e;
Conhecimentos da Língua Portuguesa com 10 (dez) questões
Conhecimentos Específicos com 10 (dez) questões.

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	10	0,20	2,00
Conhecimentos da Língua Portuguesa	10	0,30	3,00
Conhecimentos Específicos	10	0,50	5,00
TOTAL	30		10,00

6.8. As questões de Conhecimentos Gerais versarão sobre:

a) Noções de atualidade, aspectos históricos, sociais e geográficos do município de São José e de Santa Catarina - 10 questões.

6.9. Cada questão de Conhecimentos Gerais da prova escrita

valerá 0,20 pontos.

6.10. As questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa versarão sobre:

a) Leitura e Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Ortografia. Substantivo, adjetivo, verbo e sinais de pontuação.

6.11. Cada questão de Conhecimentos da Língua Portuguesa da prova escrita valerá 0,30 pontos.

6.12. As questões de Conhecimentos Específicos versarão sobre os assuntos atinentes à função para o qual o candidato se inscreveu, e sobre a Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Jose.

6.13. Cada questão de Conhecimentos Específicos da prova escrita valerá 0,50 pontos.

6.14. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta devidamente identificado.

6.15. O candidato compromete-se, antes de iniciar a resolução da prova, a conferir o caderno de questões e o cartão-resposta que lhe foram entregues, verificando se estão em perfeitas condições, sem falha de impressão, contendo todas as questões da prova, bem como se correspondem ao número da sua inscrição e função a que se inscreveu, devendo, caso haja qualquer discordância, comunicar a irregularidade imediatamente ao fiscal de sala.

6.16. As letras correspondentes às respostas assinaladas, das questões de múltipla escolha da prova escrita, deverão ser transcritas (marcadas) nos locais e com o tipo de marcação determinados no cartão-resposta, com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul.

6.17. O cartão-resposta não será substituído em caso de erro do candidato.

6.18. A prova escrita objetiva será corrigida com base na marcação feita pelo candidato no cartão-resposta, não se constituindo o caderno de questões o local e/ou documento hábil para registro de respostas, sendo que qualquer marcação nele feita é nula e não será considerada, o que o candidato declara ter conhecimento e concordar.

6.19. A FUNDESJ não devolverá ou fornecerá cópia do caderno de respostas utilizado pelo candidato.

6.20. O candidato, ao encerrar as provas, entregará ao fiscal de sua sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de provas.

6.21. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão, obrigatoriamente, apresentar documento de identidade original com foto e no prazo de validade e comprovante de inscrição.

6.22. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.23. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte válido; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo,

com foto).

6.24. Durante a realização da prova, é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, bonés e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

6.25. O candidato declara estar ciente que a simples posse de qualquer material, aparelho ou equipamento não autorizado, na sala de prova, corredores ou sanitários, mesmo que desligado ou inoperante, durante o período de realização da prova, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo e na atribuição de nota zero à prova.

6.26. Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, antes do início da prova. Serão acondicionados em embalagens plásticas e deverão ser solicitados ao fiscal pelo candidato, ao saírem da sala onde realizaram a prova.

6.27. A FUNDESJ recomenda que os candidatos não levem para o local de prova qualquer material não autorizado e não assume qualquer responsabilidade por sua avaria ou desaparecimento.

6.28. O candidato declara estar ciente e concordar com que a FUNDESJ, por meio de seus prepostos, proceda a sua identificação datiloscópica, bem como revista pessoal e de seus pertences, por quaisquer meios, inclusive eletrônicos.

6.29. Os candidatos não poderão estar acompanhados de outras pessoas na sala de provas, mesmo que filhos menores.

6.30. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá dirigir-se, com a antecedência mínima de 45 minutos do início da prova, à Coordenação local, acompanhada por pessoa responsável e capaz juridicamente pela guarda e zelo da criança. A criança e acompanhante deverão permanecer em sala especificamente destinada para este fim. Nos horários de amamentação, a candidata será conduzida, por um fiscal de sala, até o local de amamentação. O fiscal de sala deverá ser a única pessoa a acompanhar a candidata durante todo o processo de amamentação, conduzindo-a de volta à sala de realização de provas, ao término da amamentação. O tempo destinado à amamentação não será acrescido ao tempo de duração normal da prova.

6.30.1. A candidata não disporá de tempo extra para realizar a prova devido à amamentação.

6.31. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

6.32. O candidato somente poderá entregar a prova e o cartão-resposta e retirar-se da sala de prova após 1 (uma) hora do seu início.

6.33. Os 3 (três) últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e o cartão-resposta e retirar-se do local, simultaneamente.

6.34. O candidato, ao encerrar a prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala, o cartão-resposta e o caderno de prova, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.35. Será considerada incorreta a(s) questão(ões) cuja(s) resposta(s) contenha(m):

- a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada;
- c) espaço não assinalado(s) no cartão-resposta;
- d) cartão-resposta preenchido fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

6.36. É terminantemente proibido fumar nas dependências do Processo Seletivo, no período de realização das provas.

6.37. É terminantemente proibido o uso de alimentos nas salas de provas do Processo Seletivo, durante o período de realização das provas.

6.38. É permitido o uso de bebidas não alcoólicas, durante a realização das provas, desde que acondicionadas em embalagens transparentes e sem rótulos, ou quaisquer informações.

6.39. A Prefeitura Municipal de São José e a FUNDESJ não assumem quaisquer responsabilidades quanto ao transporte, alimentação, alojamento e/ou hospedagem dos candidatos.

6.40. O gabarito provisório e o caderno de questões da prova serão publicados no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br, a partir das 14h00min do dia subsequente à realização da prova.

6.41. No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Os candidatos serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a nota da prova escrita, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

7.2. Serão publicadas duas listas de classificados: a primeira conterá a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com necessidade especial; a segunda, somente a pontuação destes últimos, atendendo ao que dispõe a Lei Estadual Nº 12.870/2004.

7.3. Ocorrendo empate na classificação final, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos ou mais).

7.4. Para os candidatos que não estão amparados no item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver:

Maior número de acerto nas questões de Conhecimento Específico;

Maior número de acerto nas questões de Conhecimento na Língua Portuguesa;

Maior número de acerto nas questões de Conhecimento Gerais;

Tiver idade mais avançada.

8. DO RESULTADO

8.1. O Resultado Final do Processo Seletivo será divulgado na Sede Administrativa da FUNDESJ e por meio do endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br no dia 16 de setembro de 2013.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 O candidato aprovado e classificado será convocado, por meio de correspondência enviada pela Diretoria de Recursos Humanos

da Secretaria Municipal de Administração de São José, via meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento.

9.2. O candidato que não se apresentar na data, local e horário estabelecido, conforme convocação descrita no subitem 9.1, será excluído deste Processo Seletivo, com exceção dos casos de ausência justificada para tratamento de saúde, situação em que o candidato ou seu representante legal deverá protocolar, em até no máximo 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do telegrama, requerimento junto à Secretaria Municipal de Administração, Diretoria de Recursos Humanos.

9.3. O candidato que não atender à convocação no prazo estipulado pela Secretaria de Administração, será eliminado do presente Processo Seletivo.

9.4. Para a sua contratação, os candidatos, quando convocados, deverão apresentar os documentos solicitados pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração de São José, observando-se também a escolaridade e exigências de cada função, conforme o item 2 (dois) deste Edital.

9.5. O laudo médico solicitado para a contratação será expedido pela Junta Médica da Prefeitura Municipal de São José.

9.6. O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos, para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função a ser exercida.

9.7. O exame médico admissional está restrito somente aos candidatos convocados para assinatura do contrato.

9.8. O resultado do exame médico será expresso com indicação de “apto ou inapto”, para o exercício da atribuição da respectiva função.

9.9. A indicação de condição “inapta” será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no Processo Seletivo.

9.10. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de São José. A admissão é de competência do Secretário Municipal de Administração, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos, e o prazo de validade do Processo Seletivo.

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberá recurso quanto:

- a) à homologação das inscrições;
- b) ao gabarito provisório da prova escrita;
- c) ao resultado final do Processo Seletivo.

10.2. Os recursos deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador com procuração específica, no endereço e horário determinado para atendimento da FUNDESJ, até 2 (dois) dias úteis após a publicação da homologação das inscrições, gabarito provisório da prova escrita e resultado final do Processo Seletivo.

10.3. Os recursos deverão ser digitados ou datilografados em formulário próprio disponível na Sede Administrativa da FUNDESJ, devendo ser observados, os seguintes requisitos:

- a) ser impresso e assinado em duas vias;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões ou demandas diferentes.

10.4. A decisão dos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

10.5. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima, serão sumariamente indeferidos.

10.6. Não serão aceitos recursos interpostos por fax-símile, telex, Internet, correio eletrônico ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com as instruções publicadas, serão indeferidos.

10.7. As respostas aos recorrentes serão publicadas no endereço eletrônico do Processo Seletivo.

10.8. Examinados os recursos, será publicado o gabarito definitivo no dia 16 de setembro de 2013, no endereço eletrônico do Processo Seletivo.

10.9. Constatado erro na indicação da resposta de uma questão no gabarito provisório, o mesmo será corrigido no gabarito definitivo.

10.10. Em caso de anulação de questão, o ponto correspondente será atribuído a todos os candidatos.

11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1. Delega-se competência à FUNDESJ para:

- a) receber as taxas de inscrições e taxas de recurso;
- b) emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) elaborar, aplicar e corrigir a prova escrita;
- d) proceder a avaliação da prova escrita;
- e) apreciar os recursos previstos no item 10 deste edital;
- f) emitir relatórios de classificação final dos candidatos;
- g) prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- h) atuar em conformidade com as disposições deste edital.

12. DO FORO JUDICIAL

12.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo de que trata este edital, é o da Comarca de São José, no Estado de Santa Catarina.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este Processo Seletivo será válido por 1 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do seu resultado final, podendo ser prorrogado, por igual período, uma única vez, a critério da Secretaria Municipal de Administração.

13.2. Não será aceito pedido de reclassificação na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na posse, quando convocado.

13.3. Será excluído do Processo Seletivo, por ato da FUNDESJ, o candidato que:

- a) Tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) For flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) Ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;
- e) Negar-se a fazer a identificação datiloscópica quando solicitado pela coordenação local do Processo Seletivo;

f) Negar-se a cumprir o que determina ou descumprir as regras contidas neste Edital;

g) Fizer, em qualquer fase, documento ou declaração falsa ou inexata;

h) Não manter atualizado o seu endereço. Em caso de alteração do endereço informado na inscrição, o candidato deverá encaminhar documento ou comparecer à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal de São José, junto à Diretoria de Recursos Humanos, situada à Avenida Acioni de Souza Filho, Praia Comprida - São José ou através do e-mail: ddrh@pmsj.sc.gov.br indicando sua função, número de inscrição, número do RG e CPF e o novo endereço, fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo objeto deste Edital.

13.4. A FUNDESJ não devolverá nem fornecerá cópia dos documentos e requerimentos entregues pelos candidatos.

13.5. Este Edital será publicado, em extrato, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e na íntegra, no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br.

13.6. Eventuais omissões deste Edital serão resolvidas, conjuntamente, pelas Comissões de Processo Seletivo da FUNDESJ e da Prefeitura Municipal de São José.

Paço Municipal em São José, 22 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES – DESCRIÇÃO SINTÉTICA

FUNÇÃO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO	A PARTIR DA 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL
FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
Agentes de serviços gerais	Realizar serviços de limpeza e conservação nas instalações públicas e utensílios, mantendo as condições de asseio e higiene na Secretaria, Fundação ou Autarquia em que estiver atuando e zelar pelo bem-estar, saúde e segurança das pessoas que frequentam esses locais.
FUNÇÃO DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO	COMPLETO
FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
Motorista	Dirigir e manobrar veículos, atuando no transporte de passageiros, documentos e/ou cargas, zelando pela segurança e acondicionamento dos mesmos, seguindo as leis de trânsito vigentes.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - CONHECIMENTOS GERAIS – PARA TODAS AS FUNÇÕES

PORTUGUÊS – Leitura e Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Ortografia. Substantivo, adjetivo, verbo e sinais de pontuação.

ATUALIDADES – Análise de tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, história e ecologia.

Notícias e informações do Município de São José publicadas na imprensa no período de 2012 a 2013.

II – CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA – PARA TODAS AS FUNÇÕES

PORTUGUÊS – Leitura e Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Ortografia. Substantivo, adjetivo, verbo e sinais de pontuação.

III- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Equipamentos, utensílios e ferramentas empregados na limpeza de instalações, edifícios, pátios e terrenos. Carga, transporte e descarga de materiais. Higiene e segurança no trabalho.

MOTORISTA – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação; Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias; LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos. Dos equipamentos obrigatórios. Da Condução de Escolares. Dos Documentos de Porte Obrigatório. Da Habilitação. Das Penalidades. Medidas e Processo Administrativo. Das Infrações; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação; DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes. Leis da Física. Aquaplanagem. Tipos de Acidentes. PRIMEIROS SOCORROS: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. NOÇÕES DE MECÂNICA: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi. CONHECIMENTOS GERAIS DO VEÍCULO: Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção do veículo; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Sistema de Lubrificação; Arrefecimento; Transmissão; Suspensão; Direção; Freios; Pneus; Painel de instrumentos; Sistema Elétrico. Higiene e segurança no trabalho. Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José.

CRONOGRAMA PREVISTO - 2013

EVENTO	DATA
Início das Inscrições	29/07
Fim das Inscrições	14/08
Homologação das Inscrições	20/08
Recurso à Homologação das Inscrições	21 e 22/08
Homologação das Inscrições após os Recursos	23/08
Divulgação dos locais de prova	27/08
Data da prova	01/09
Recurso ao gabarito provisório	02e03/09
Divulgação do Gabarito Definitivo e Resulta do final do Processo Seletivo	16/09
Recurso ao resulta do final do Processo Seletivo	17e18/09
Homologação do Processo Seletivo	23/09

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N° 127/2013**

PORTARIA N° 127/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - CONCEDER quinze (15) dias de LICENÇA PRÊMIO a servidora CÁTIA CILENE DE SOUZA, referente a sua 3º licença prêmio a partir de 18/07/2013 a 01/08/2013 conforme solicitação anexa.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se

Câmara Municipal de São José, 17 de julho de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS.

PRESIDENTE

Portaria N° 128/2013

PORTARIA N° 128/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - CONCEDER trinta (30) dias de LICENÇA PRÊMIO a servidora SANDRA REGINA MIKULSKI, referente a sua 3º licença prêmio a partir de 22/07/2013 a 20/08/2013 conforme solicitação anexa.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se

Câmara Municipal de São José, 22 de julho de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS.

PRESIDENTE

Texto Para Publicação do Pregão Presencial N° 013/2013 No Diário Oficial.

Texto para publicação do Pregão Presencial n° 013/2013 no Diário Oficial.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL n° 013/2013 - Processo n° 015/2013: Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para a Câmara Municipal de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 05/08/2013 às 08h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/08/2013 às 09h00min. Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

Extrato de Termo Aditivo - 3º Termo Aditivo - Contrato N°. 001/2011 - Prorrogação do Prazo Contratual e Reajuste de Valor

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO N°. 001/2011 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL E

REAJUSTE DE VALOR

Processo Licitatório: 011/2011

Contratante: Câmara Municipal de São José/Santa Catarina

Contratada: Lancer Soluções em Informática LTDA

Período: 04/07/2013 a 04/10/2013

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.11.00.00.00.00

Data Aditivo: 04/07/2013

Amparo Legal: Lei n° 8.666 de 21.06.93. art. 61 c/c 57, inciso IV

Extrato de Termo Aditivo - 4º Termo Aditivo - Contrato N°. 024/2009 - Prorrogação do Prazo Contratual

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO N°. 024/2009 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

Processo Licitatório: 028/2009 - Pregão Presencial n.º 023/2009

Contratante: Câmara Municipal de São José/Santa Catarina

Contratada: Green Card S/A Refeições Comércio e Serviços

Período: 29/06/2013 a 30/06/2014

Dotação Orçamentária: 3.3.90.46.00.00.00.00.0101

Valor: O valor deste contrato refere-se a equação número de funcionários da Câmara Municipal de São José e valor do vale alimentação, cujo valor atualizado é R\$ 449,55 (quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) conforme a Resolução n.º 373 de 26 de junho de 2013, recebendo a empresa GreenCard 0,05% de taxa de administração.

Data Aditivo: 28/06/2013

Amparo Legal: art. 61 c/c 57, inciso II da Lei n° 8.666 de 21.06.93.

Extrato de Termo Aditivo - 6º Termo Aditivo - Contrato N°. 014/2009 - Prorrogação do Prazo Contratual e Reajuste de Valor

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 6º TERMO ADITIVO - CONTRATO N°. 014/2009 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR

Processo n.º: 019/2009

Contratante: Câmara Municipal de São José/Santa Catarina

Contratada: Primer Produção e Locação LTDA. ME.

Período: 15/07/2013 a 16/07/2014

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00.0080.

Valor Bloqueado: R\$ 621.060,15 - Valor até 31/12/2013, conforme nota de bloqueio n.º 18/2013. Para o período seguinte os demais valores serão empenhados em janeiro de 2014.

Data Aditivo: 15/07/2013

Amparo Legal: art. 40, inciso XI, art. 55, inciso III, art. 57, inciso II, art. 61, art. 65 §8º da Lei n° 8.666 e §1º do art. 3º da Lei 10.192/2001.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto N° 4.699, de 25 de Julho de 2013.**

DECRETO N° 4.699, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 6º do Decreto-Lei Federal n° 3365/1941 e,

CONSIDERANDO que o Município não possui em seu patrimônio, bem imóvel que possa ser utilizado para a implantação da Estação



de Tratamento de Esgoto, imprescindível à execução do referido sistema de tratamento de esgoto;

CONSIDERANDO que através dos estudos realizados pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, constatou-se que o melhor local para a instalação da referida Estação é o imóvel objeto desta declaração de utilidade, o qual atende as finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionam a sua escolha;

CONSIDERANDO, finalmente, que conforme previsto no artigo 2o do Decreto-Lei n. 3.365/41 "mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pelos Municípios", e que, conforme previsto no artigo 5o, alínea "h", do mesmo Decreto-Lei, "consideram-se casos de utilidade pública a exploração ou a conservação dos serviços públicos";

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de aquisição por desapropriação amigável ou judicial, com a finalidade de implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto, o seguinte imóvel: parte do lote rural número 63 (sessenta e três), com área de 10.000m² (dez mil metros quadrados), dentro da área maior de 84.700m² (oitenta e quatro mil e setecentos metros quadrados), de propriedade do Senhor Genésio Bonczkowski e de sua esposa Regiane Peron de Moraes Bonczkowski, localizado na zona rural deste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme matrícula de nº 9.531, do Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promoverem medições e levantamentos que se fizerem necessários.

Art. 3º Nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o Município autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, objetivando a imissão provisória na posse do imóvel de que trata este Decreto.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de julho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 130/2013, PR N° 092/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/08/2013, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 130/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 092/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 131/2013, PR N° 093/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/08/2013, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 131/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 093/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSMISSOR DE RADIOFREQUÊNCIA COM ANTENA PARA COMUNICAÇÃO DOS ALARMES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM A EMPRESA QUE PRESTA SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Retificação do Número do Pregão N°100/2013, Processo Licitatório N°129/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA O NÚMERO DO PREGÃO, PROCESSO LICITATÓRIO N° 129/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 100/2013 (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO N° 1284, DIA 19/07/2013 - PAG. 746, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS, ESPORTIVOS E ESPELHOS PARA ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. LEIA SE MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°091/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N°. 17/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 17/2013-FMS

PROCESSO N°. 58/2013-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para fornecimento e instalação (mão de obra e material necessário) de persianas para anteder as necessidades dada Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência,

deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de agosto de 2013 às 14h.

Abertura do Processo: 13 de agosto de 2013 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço N° 48/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 48/2013-PMS

PROCESSO N°. 121/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e exclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço n°. 48/2013-PMS, tendo por objeto a locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold, Evento Schroederfest 2013, no Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1-Os envelopes n°. 01 - Proposta Comercial, n°. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 13 de agosto de 2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 13 de agosto de 2013 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1-b.

Exclui-se:

7.1.22 CADASTUR - Ministério do Turismo.

Schroeder, 25 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°. 83/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato n°. 83/2013-FMS

Processo de licitação n°. 55/2013 - FMS

Dispensa de Licitação n°. 35/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Aquisição de itens para serem utilizado na substituição da caixa d'água da Unidade de Saúde ESF 1 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Valor global das peças a seguir: aquisição dos itens a seguir para substituição de caixa d'água da unidade de Saúde ESF I: - CAIXA ÁGUA POLIETILENO 1.000LT: 01 UNIDADE - ADAPTADOR FLANGE CAIXA ÁGUA 50MM: 02 UNIDADES - ADAPTADOR FLANGE CAIXA ÁGUA 32MM: 02 UNIDADES - ADAPTADOR FLANGE CAIXA ÁGUA 25MM: 01 UNIDADE - LUVA 50MM: 02 UNIDADES - LUVA 32MM: 02 UNIDADES - LUVA 25MM: 01 UNIDADE - TUBO 32MM MT LINEAR (0025): 01 UNIDADE - TUBO 50MM MT LINEAR (0027): 01 UNIDADE - ADESIVO PLÁSTICO 17GR (0518): 01 UNIDADE	01	UNID.	268,45	268,45
VALOR R\$ TOTAL					268,45



Valor do contrato: R\$ 268,45 (duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 24/07/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 153/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 153/2013 - PMS
Processo Licitatório n°. 116/2013-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço n°. 44/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: CONCRETOS SANTANTONIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 81.867.764/0001-80, estabelecida na Rua Jorge Lacerda, n°. 256, Centro Norte, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamentos e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,20 X 1,00 no mínimo 3 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	200	Unidade	10,99	2.198,00
02	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,30 X 1,00 no mínimo 3 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	200	Unidade	12,99	2.598,00
03	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,40 X 1,00 no mínimo 4 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	1500	Unidade	19,50	29.250,00
04	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,60 X 1,00 no mínimo 6 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	1500	Unidade	37,99	56.985,00

TOTAL R\$	91.031,00
-----------	-----------

Valor do contrato: R\$ 91.031,00 (noventa e um mil, e trinta e um reais).

Data da Assinatura: 24/07/2013 – Vigência: 24/07/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 154/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 154/2013 - PMS
Processo Licitatório n°. 116/2013-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço n°. 44/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 00.556.052/0001-49, estabelecida na Rua Pedro Schmitt Junior, n°. 1000, Bairro Poço Grande, na cidade de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, CEP: 89110-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamentos e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,00 X 1,00 no mínimo 10 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra)	500	Unidade	169,90	84.950,00
TOTAL R\$					84.950,00

Valor do contrato: R\$ 84.950,00 (Oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 24/07/2013 – Vigência: 24/07/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 155/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 155/2013 - PMS
 Processo Licitatório nº. 116/2013-PMS
 Pregão Presencial Registro de Preço nº. 44/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SANTA HELENA INDÚSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.800.536/0001-54, estabelecida na Rua Servidão S 245, Loteamento Carlos Oeschler, nº. 95, Bairro Ilha da Figueira, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89258-820.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamentos e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,80 X 1,00 no mínimo 8 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	800	Unidade	119,50	95.600,00
07	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,20 X 1,00 no mínimo 13 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra)	100	Unidade	259,00	25.900,00
08	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,50 X 1,00 no mínimo 15 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	300	Unidade	419,00	125.700,00
TOTAL R\$					247.200,00

Valor do contrato: R\$ 247.200,00 (duzentos e quarenta e sete mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 24/07/2013 – Vigência: 24/07/2014

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Serviço Funerario Bom Pastor Ltda - Balancete 1º Semestre 2013 - Referente Contrato 171/2012-PMS

0453 SERVIÇO FUNERARIO BOM PASTOR LTDA ME
 CNPJ: 78.990.710/0001-01

24/07/2013 14:30 Pág:0001
 Período: 01/01/2013 a 30/06/2013

Balancete

Conta S Classificação	Saldo Ant.	Débito	Crédito	Saldo
1 S 1 ATIVO	314.982,98	841.901,19	763.696,84	393.187,33
2 S 1.1 CIRCULANTE	11.287,31	750.079,76	740.948,95	20.418,12
3 S 1.1.01 DISPONÍVEL	10.787,31	712.964,20	703.962,37	19.789,14
4 S 1.1.01.001 BENS NUMERÁRIOS	3.658,24	549.401,37	544.681,10	8.378,51
6 S 1.1.01.002 BANCOS CONTA MOVIMENTO	7.129,07	163.562,83	159.281,27	11.410,63
157 S 1.1.04 OUTROS CRÉDITOS	500,00	37.115,56	36.986,58	628,98
159 S 1.1.04.003 TÍTULOS A RECEBER	500,00	0,00	0,00	500,00
311 S 1.1.04.015 ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	0,00	37.115,56	36.986,58	128,98
594 S 1.2 NÃO CIRCULANTE	303.695,67	91.821,43	22.747,89	372.769,21
1049 S 1.2.04 IMOBILIZADO	303.695,67	91.821,43	22.747,89	372.769,21
1074 S 1.2.04.003 BENS EM OPERAÇÃO	335.222,49	78.145,20	0,00	413.367,69
1110 S 1.2.04.005 IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	46.304,61	13.676,23	0,00	59.980,84
1136 S 1.2.04.007 (-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO	(77.831,43)	0,00	22.747,89	(100.579,32)
1350 S 2 PASSIVO	314.982,98	345.909,65	449.382,84	418.456,17
1351 S 2.1 CIRCULANTE	65.111,14	222.862,59	232.639,22	74.887,77
1352 S 2.1.01 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	17.593,06	27.077,34	9.484,28
1353 S 2.1.01.001 EMPRÉSTIMOS	0,00	17.593,06	27.077,34	9.484,28
1494 S 2.1.03 FORNECEDORES	24.988,82	56.884,97	67.112,15	35.216,00
1495 S 2.1.03.001 FORNECEDORES NACIONAIS	24.988,82	56.884,97	67.112,15	35.216,00
1539 S 2.1.05 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	5.148,34	40.281,44	42.963,21	7.830,11
1540 S 2.1.05.001 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	4.862,17	34.807,87	36.540,55	6.594,85
1579 S 2.1.05.003 TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	286,17	5.473,57	6.422,66	1.235,26
1632 S 2.1.07 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	34.973,98	108.103,12	95.486,52	22.357,38
1633 S 2.1.07.001 OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	13.458,15	70.864,99	66.424,24	9.017,40
1658 S 2.1.07.003 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2.970,48	15.058,74	14.205,20	2.116,94
1683 S 2.1.07.005 PROVISÕES TRABALHISTAS	18.545,35	22.179,39	14.857,08	11.223,04
1921 S 2.2 NÃO CIRCULANTE	43.086,46	40.734,28	134.430,84	136.783,02
1922 S 2.2.01 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	17.334,28	46.030,84	28.696,56
1923 S 2.2.01.001 EMPRÉSTIMOS	0,00	17.334,28	46.030,84	28.696,56
2090 S 2.2.04 OBRIGACOES TRIBUTARIAS DIFERIDAS	16.086,46	0,00	0,00	16.086,46
2091 S 2.2.04.001 IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIFERIDOS	16.086,46	0,00	0,00	16.086,46
2124 S 2.2.07 SÓCIOS E DIRETORES	27.000,00	23.400,00	88.400,00	92.000,00
4854 S 2.2.07.001 CONTA CORRENTE - DIRIGENTES	27.000,00	23.400,00	88.400,00	92.000,00
2325 S 2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	206.785,38	82.312,78	82.312,78	206.785,38
2346 S 2.4.01 CAPITAL SOCIAL	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2347 S 2.4.01.001 CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2513 S 2.4.05 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	11.881,72	82.312,78	82.312,78	11.881,72
2514 S 2.4.05.001 LUCROS ACUMULADOS	94.194,50	72.953,21	0,00	21.241,29
2545 S 2.4.05.002 PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	9.359,57	0,00	(9.359,57)
2537 S 2.4.05.003 LUCROS DO EXERCICIO	(82.312,78)	0,00	82.312,78	0,00
2540 S 2.4.06 ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	65.204,50	0,00	0,00	65.204,50
2541 S 2.4.06.001 ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	65.204,50	0,00	0,00	65.204,50
2590 S 2.4.07 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	29.699,16	0,00	0,00	29.699,16
2591 S 2.4.07.001 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	29.699,16	0,00	0,00	29.699,16
2600 S 3 RESULTADO DO PERÍODO	0,00	349.967,91	324.699,07	25.268,84
2601 S 3.1 RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	36.372,05	321.791,85	(285.419,80)
2602 S 3.1.01 RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	321.791,85	(321.791,85)
2700 S 3.1.01.005 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	321.791,85	(321.791,85)
2701 S 3.1.01.005.001 SERVIÇOS MERCADO INTERNO	0,00	0,00	321.791,85	(321.791,85)
2770 S 3.1.03 (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	36.372,05	0,00	36.372,05
2825 S 3.1.03.005 (-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	0,00	36.372,05	0,00	36.372,05
3001 S 3.2 CUSTO PRODUTOS MERCADORIAS E SERVIÇOS	0,00	0,00	79,00	(79,00)
3029 S 3.2.03 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	0,00	79,00	(79,00)
3030 S 3.2.03.001 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	0,00	79,00	(79,00)
3652 S 3.5 CUSTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	267.722,52	2.824,59	264.897,93

0453 SERVIÇO FUNERARIO BOM PASTOR LTDA ME
CNPJ: 78.990.710/0001-01

24/07/2013 14:30 Pág:0002
Período: 01/01/2013 a 30/06/2013

Balancete

Conta	S	Classificação	Saldo Ant.	Débito	Crédito	Saldo
3653	S	3.5.01 CUSTOS DIRETOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	94.110,23	2.824,59	91.285,64
3701	S	3.5.01.003 MÃO-DE-OBRA DIRETA	0,00	94.110,23	2.824,59	91.285,64
3773	S	3.5.03 CUSTOS INDIRETOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	173.612,29	0,00	173.612,29
3822	S	3.5.03.003 MATERIAL DE CONSUMO INDIRETO	0,00	8.306,89	0,00	8.306,89
3873	S	3.5.03.007 UTILIDADES E SERVIÇOS	0,00	29.645,56	0,00	29.645,56
3904	S	3.5.03.009 ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	0,00	43.377,94	0,00	43.377,94
3929	S	3.5.03.011 DEPRECIações AMORTIZAçOES E EXAUSTõES	0,00	22.747,89	0,00	22.747,89
3953	S	3.5.03.013 DESPESAS GERAIS	0,00	69.534,01	0,00	69.534,01
4011	S	3.7 DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	45.873,34	3,63	45.869,71
4326	S	3.7.03 DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	41.703,63	3,63	41.700,00
4327	S	3.7.03.001 DESPESAS COM PESSOAL	0,00	20.344,05	3,63	20.340,42
4531	S	3.7.03.015 DESPESAS GERAIS	0,00	21.359,58	0,00	21.359,58
4654	S	3.7.09 DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00	700,25	0,00	700,25
4655	S	3.7.09.001 CONTRIBUIçõES IMPOSTOS E TAXAS	0,00	700,25	0,00	700,25
4695	S	3.7.11 DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	3.469,46	0,00	3.469,46
4696	S	3.7.11.001 DESPESAS GERAIS	0,00	3.469,46	0,00	3.469,46

JOSE JULIANO LEIER
Sócio Administrador
RG: 19/R-1.582.497 SSP/SC
CPF: 889.946.789-72

Aguinelia Maria Ponstein
CRC: 1-SC-011752/O-0 - Tecnico Contábil
CPF: 418.260.949-20

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda - Demonstrações Financeiras 2012 - Referente Contrato 171/2012-PMS

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda

Demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2012

Demonstrações financeiras em IFRS e baseadas nos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em especial o CPC - PME - Pequenas e Médias Empresas

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em Reais (R\$)

		2012	2011
	Notas		
Ativos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	10.787	69.186
Outras contas a receber	05	500	0
		11.287	69.186
Ativo não circulante			
Ativo Imobilizado	06 e 15	303.696	262.325
		303.696	262.325
Total do ativo		314.983	331.511
Passivos			
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	07	24.989	0
Salários, benefícios e provisões trabalhistas	08	34.974	18.726
Empréstimos e financiamentos	11	0	1.944
Tributos correntes a pagar	09	5.148	5.657
		65.111	26.327
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	09, a	16.086	16.086
Obrigações com sócios e dirigentes		27.000	0
		43.086	16.086
Total do passivo		108.198	42.413
Patrimonio líquido			
Capital Social	10, a	100.000	100.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		65.205	65.205
Ajustes de avaliação patrimonial	10, b	29.699	40.263
Lucros e prejuízos acumulados		11.882	83.630
Total do patrimônio líquido		206.785	289.098
Total do passivo e patrimônio líquido		314.983	331.511

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinelia Maria Ponstein
Técnica Contábil - 1-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda

Demonstração do Resultado**em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em Reais (R\$)

		2012	2011
	Notas		
Receita operacional líquida	12	521.550	475.151
(-) Custo dos serviços prestados	13	(553.328)	(371.306)
Lucro Bruto		(31.778)	103.845
(-) Despesas gerais e administrativas	14	(49.265)	(39.634)
Resultado líquido antes do resultado financeiro		(81.043)	64.210
(-) Despesa financeiras		(1.270)	(4.659)
Resultado líquido das operações continuadas		(82.313)	59.551
(-) Resultado após tributos das operações descontinuadas		0	0
Resultado líquido do período		(82.313)	59.551
Resultado líquido atribuível aos controladores		(41.156)	29.776
Resultado líquido atribuível aos não controladores		(41.156)	29.776
Resultado líquido por cota de capital		(0,82)	0,30

Demonstração do Resultado Abrangente**em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em Reais (R\$)

Resultado líquido do período	(82.313)	59.551
Outros resultados abrangentes da companhia:		
Resultado abrangente do período	0	0

A empresa declara não ter tido nenhum resultado abrangente nos períodos evidenciados

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinelia Maria Ponstein
Técnica Contábil - 1-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda

Demonstração dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em Reais (R\$)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do período	(82.313)	59.551
<i>Fluxo de caixa das atividades operacionais</i>		
<i>Ajustes para conciliação do lucro líquido com o caixa</i>		
<i>proveniente das atividades operacionais:</i>		
Depreciações e amortizações	41.421	36.411
Juros pagos	41	3.378
Ajustes por mudança no capital de giro líquido		
Variação no ativo operacional	(500)	0
Variação no passivo operacional	40.728	(3.302)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(624)	96.038
<i>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</i>		
Aquisições de ativos imobilizados	(82.791)	(32.215)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(82.791)	(32.215)
<i>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</i>		
Adiantamentos para aumento de capital	0	65.205
Pagamento de financiamentos	(1.984)	(23.812)
Empréstimos de sócios e diretores	27.000	0
Lucros Distribuídos	0	(10.000)
Variação de outros financiamentos	0	(34.313)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.016	(2.920)
Caixa líquido gerado no período	(58.399)	60.904
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	69.186	8.283
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.787	69.186

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinelia Maria Ponstein
Técnica Contábil - 1-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Serviço Funerário Bom Pastor Ltda

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em Reais (R\$)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Adiantamentos para Aumento de Capital	Lucros e Prejuízos Acumulados	Lucro ou Prejuízo do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2011	100.000	0	0	(26.676)	50.078	123.402
Lucro/Prejuízo do Exercício					59.551	59.551
Transferencia para Lucros Acumulados				50.078	(50.078)	0
Adiantamento para Aumento de Capital			65.205			65.205
Ajustes de Avaliação Patrimonial		67.027				67.027
Realização de Avaliação Patrimonial		(14.049)		14.049		0
Tributos Diferidos		(12.715)		(3.372)		(16.086)
Lucros Distribuídos				(10.000)		(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	100.000	40.263	65.205	24.079	59.551	289.098
Lucro/Prejuízo do Exercício					(82.313)	(82.313)
Transferencia para Lucros Acumulados				59.551	(59.551)	0
Realização de Avaliação Patrimonial		(20.405)		20.405		0
Tributos Diferidos		4.897		(4.897)		0
Saldo em 31 de dezembro de 2012	100.000	24.755	65.205	99.138	(82.313)	206.785

José Juliano Leier
Sócio Administrador
CPF: 889.946.789-72

Aguinelia Maria Ponstein
Técnica Contábil - 1-SC-011752/O-0
CPF: 418.260.949-20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Serviço Funerário Bom Pastor Ltda

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em Reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Serviço Funerário Bom Pastor Ltda, inscrita no CNPJ n. 78.990.710/0001-01, situada a rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 1774, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina tem como atividade preponderante o Serviço de Funerária - CNAE 9603-3/04.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1 Bases de preparação e elaboração das demonstrações contábeis financeiras****a. Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações foram elaboradas de acordo com a **Resolução CFC Nº 1.255/09 - Aprova a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**, Resolução CFC Nº 1.263/09 - Aprova a ITG 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, Resolução CFC Nº 1.179/09 - Aprova a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, Resolução CFC Nº 1.152/09 - Aprova a NBC TG 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, Resolução CFC Nº 1.292/10 - Aprova a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e também de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (CPC's) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicados às Pequenas e Micro Empresas (PME's).

Assim essas demonstrações financeiras estão em concordância com o ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos itens reconhecido no balanço patrimonial:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados com base no valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- Ativos oriundos de aquisição a valor justo.

c. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa.

d. Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em concordância com as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas.

Estas estimativas e premissas são revisadas regularmente e de forma contínua, sendo que as principais fontes são:

(i) Avaliação de perdas de recuperabilidade (impairment) de ágio com base em expectativa de rentabilidade futura

A Administração avalia se os ágios com base em expectativa de rentabilidade futura podem não ser recuperáveis totalmente, com base em premissas e julgamento sobre o teste de impairment realizado e consequente registro de provisões, quando o valor de recuperação for inferior ao valor do ativo registrado.

(ii) Vidas úteis de Ativos Imobilizados e Intangíveis

Os Ativos Imobilizados e Intangíveis são depreciados ou amortizados com base na sua vida útil. A vida útil é baseada em estimativas de respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

(iii) Perdas com Devedores Duvidosos

De acordo com as IFRS e normas contábeis adotadas no Brasil, a Administração optou em criar uma provisão para perdas com devedores duvidosos, baseado nos históricos do grupo de clientes.

(iv) Avaliação de Recuperabilidade de Ativos - Imobilizado, Intangível e Outros

A Administração avalia os Ativos Imobilizado, Intangível e Outros com base na expectativa de geração de caixa futuro, onde estes podem não ser recuperáveis totalmente, para isso faz-se uso de premissas e julgamentos sobre o teste de impairment realizado.

2.2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes, abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial.

2.2.1 Ativos e Passivos Financeiros

a. Reconhecimento e Mensuração

A empresa reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, a empresa mensura esses ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com a sua data de liquidação.

b. Avaliação de Recuperabilidade de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de impairment para esses instrumentos financeiros.

c. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e são classificadas como mantidas para negociação, e os resultados auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

d. Contas a Receber de Clientes

São registrados pelo valor justo, apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo, são mensurados ao custo amortizado, no qual não há impactos de juros, pelo fato de contas a receber ser liquidado em um prazo não superior a 90 dias e os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

e. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Posteriormente, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

f. Contas a Pagar aos Fornecedores

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. Não há diferença entre o valor da fatura e o valor pelo custo amortizado, devido ao prazo de pagamento ter curta duração.

2.2.2. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo atribuído com base no valor justo, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme opção estabelecida pela Interpretação Técnica ICPC 10 e Pronunciamento Técnico CPC 37, a empresa optou, durante a adoção inicial dos novos Pronunciamentos Contábeis, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. A opção foi realizada para classes de ativos que apresentaram diferença entre o valor justo e o custo residual. Os valores atribuídos foram identificados baseados em laudos de avaliação que tomaram como base as normas brasileiras de avaliação de ativos (NBR 14653-1 e NBR 14653-2).

2.2.3. Intangível

a. Os gastos com a aquisição e instalação de softwares, são contabilizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para a empresa e amortizados conforme as taxas regulamentadas e os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando ocorridos.

b. As marcas e patentes são demonstradas pelo custo histórico de formação. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas regulamentadas.

2.2.4. Avaliação de Recuperabilidade de Ativos - Imobilizado, Intangível e Outros

Os bens do imobilizado e intangível, quando aplicáveis outros ativos, são avaliados anualmente pela administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis através do impairment, caso haja a perda decorrente de situações onde o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado, não podendo ser revertida quando for relacionada a intangíveis.

2.2.5. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São apresentados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário

2.2.6 Passivos

Reconhecidos no balanço a valor justo quando a empresa possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para a sua liquidação. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão.

2.2.7 Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos e nos prejuízos fiscais do Imposto de Renda e na Base de cálculo negativa de contribuição social na medida em que foi provável sua realização contra resultados tributáveis futuros. Verificando que a empresa não for capaz de gerar lucros tributáveis futuros, ou se houver uma mudança significativa no tempo necessário para que os impostos diferidos sejam dedutíveis, a Administração avalia a necessidade de constituir provisão para perda desses impostos.

2.2.8 Resultado por cota de capital

O resultado por cota de capital é calculado sobre o valor total de cotas subscritas

2.2.9. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação de serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3. GESTÃO DE CAPITAL

A empresa administra o seu capital com o objetivo de proteger e manter sua capacidade operacional, monitorando a situação de seu capital com base em índices de rentabilidade e alavancagem financeira.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Bens Numerários	3.658	66.474
Bancos conta Movimento	7.129	2.712
Total	10.787	69.186

Os registros de rendimentos das aplicações são registrados no resultado financeiro.

5. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2012	2011
Títulos a receber	500	-
Total	500	-

6. ATIVO IMOBILIZADO

A empresa optou pela adoção do custo atribuído ajustando os saldos de abertura na data de 1º de Janeiro de 2011. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados pela empresa Equity Engenharia e Avaliações Ltda, empresa especializada em engenharia de avaliação, localizada na cidade de São Paulo e com vasta experiência na área.

Para a realização dos trabalhos a empresa de avaliação fez vistorias in loco dos itens valorizados, avaliando seu estado de conservação, sua expectativa de geração de receita futura, sua utilização dentro da organização da empresa bem como sua expectativa de vida útil. Após a coleta desses dados foram feitas pesquisas mercadológicas para a melhor mensuração do valor justo dos itens, que foram apresentados em laudos técnicos conforme as normas brasileiras de avaliação, datados de 30 de Dezembro de 2010 e aprovado pela Administração da empresa na mesma data. A vida útil estimada e o valor residual dos itens serão revisados periodicamente. A administração por achar irrelevante não aplicou os testes de impairment nos exercícios apresentados

	2012	2011
Equipamentos para processamento de dados	4.631	4.631
(-) Deprec. Acumulada - Equipamentos para processamento	(2.019)	(1.084)
Veículos	304.046	270.346
(-) Deprec. Acumulada - Veículos	(72.491)	(33.807)
Instalações	1.465	1.465
(-) Depreciação Acumulada - Instalações	(256)	(110)
Equipamentos	4.100	1.500
(-) Depreciação Acumulada - Equipamentos	(219)	(25)
Móveis e utensílios	20.980	20.794
(-) Depreciação Acumulada - Móveis e Utensílios	(2.845)	(1.384)

Imobilizado em andamento	46.305	0
Total	303.696	262.325

7. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2012	2011
Fornecedores Nacionais	24.989	0
Total	24.989	0

8. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	2012	2011
Salários e ordenados a pagar	13.458	9.354
INSS a recolher	1.498	1.080
FGTS a recolher	1.473	877
Provisões	18.545	7.415
Total	34.974	18.726

9. TRIBUTOS CORRENTES A RECOLHER

	2012	2011
Tributos retidos a recolher	286	138
Outros tributos a recolher	4.862	5.441
Icms a recolher	0	78
Total	5.148	5.657

A empresa é optante pelo Simples Nacional

a. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são aqueles oriundos dos ajustes de avaliação patrimonial datados em 31/12/2010. Não são exigíveis conforme determinam as leis 11.638/2007 e 11.941/2009 mas somente na realização ou venda do bem, fazendo-se necessária essa provisão contábil pois a empresa segue o princípio da prudência em suas demonstrações contábeis

10. PATRIMONIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital Social subscrito e integralizado está representado conforme valores a seguir:

	2012	2011
José Juliano Leier	50.000	50.000
Tatiane Tavares Leier	50.000	50.000

b. Política de distribuição de lucros

A empresa distribui sobre o lucro apurado ao final de seu exercício. Os valores distribuídos foram:

José Juliano Leier	-	5.000
Tatiane Tavares Leier	-	5.000
Total	-	10.000

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

A empresa reconhece o efeito do ajuste de avaliação patrimonial relativos à adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado na data de transição das IFRS e CPCs (vide nota explicativa nº 10).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. No que se trata da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, sua realização ocorre de acordo com a depreciação do custo atribuído no ativo imobilizado, contra a rubrica de Lucros Acumulados (conforme item 26 da Interpretação Técnica ICPC 10).

11. EMPRÉSTIMOS

	2012	2011
Curto Prazo		
Banco Gmac S.A		1.984
(-) Juros a transcorrer		(41)
Taxa de juros de 1,1% a.m e efetiva de 14,03 a.a		
Outros empréstimos e financiamentos	0	0
Total curto prazo	-	1.944

DETALHAMENTO DO RESULTADO**12. RECEITAS OPERACIONAIS**

	2012	2011
Prestação de serviços	587.570	536.121
Total da receita operacional bruta	587.570	536.121
Tributos sobre a receita		
(-) Simples Nacional	66.020	60.970
Total de tributos sobre a receita	66.020	60.970
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	521.550	475.151

13. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2012	2011
Pessoal	165.203	108.238
Manutenção e Reparos	240	8.829
Materiais e serviços de terceiros	286.186	170.216
Depreciações	41.274	36.301
Aluguéis	60.425	47.723
Total	553.328	371.306

14. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Pessoal - Administração	37.320	32.891
Depreciações e amortizações	147	110
Tributárias	940	395
Reparos de Equipamentos	0	147
Outras despesas	10.858	2.757
Total	49.265	36.300

NOTA 15. RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO							
Vida útil (valores médios em meses)	Veículos 106	Linhas Telefonicas	Equipamentos para Proc. De Dados 66	Móveis e Utensílios 165	Instalações 120	Máquinas e Equipamentos 240	Imobilizado em andamento
Saldo em 01 de janeiro de 2011	185.183	1.380	0	11.635	1.295	0	0
Aquisições	27.500			1.750	1.465	1.500	
Ajuste de avaliação patrimonial	57.663		3.251	6.113			
(+) Transferencias			1.380	1.295			
(-) Transferencias		(1.380)			(1.295)		
Alienações							
Baixas							
Ajuste Credores							
Depreciação	(33.807)		(1.084)	(1.384)	(110)	(25)	
Redução ao valor recuperável (considerado irrelevante)	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2011	236.539	0	3.547	19.410	1.355	1.475	0
Aquisições	33.700			187		2.600	46.305
Transferencias							
Alienações							
Baixas							
Depreciação	(38.684)		(935)	(1.461)	(147)	(194)	
Redução ao valor recuperável (considerado irrelevante)							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	231.555	0	2.612	18.135	1.209	3.881	46.305

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 44/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013**Número do Registro de Preços: 38/2013****Data do Registro: 24/07/2013****Válido até: 24/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamentos e Gestão Ambiental do Município de Schroede

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,20 X 1,00 no mínimo 3 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	UN	CONCRETOS SANTANTONIO IND.C.MAT. CONSTRUÇÃO LTDA (6128)		0	10,9900	1
			PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	11,0000	2
			SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	12,0000	3
2	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,30 X 1,00 no mínimo 3 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	UN	CONCRETOS SANTANTONIO IND.C.MAT. CONSTRUÇÃO LTDA (6128)		0	12,9900	1
			PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	13,0000	2
			SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	14,0000	3
3	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,40 X 1,00 no mínimo 4 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	UN	CONCRETOS SANTANTONIO IND.C.MAT. CONSTRUÇÃO LTDA (6128)		0	19,5000	1
			PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	19,8000	2
			SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	20,4000	3
4	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,60 X 1,00 no mínimo 6 cm de espessura (a empresa descarrega no local da obra)	UN	CONCRETOS SANTANTONIO IND.C.MAT. CONSTRUÇÃO LTDA (6128)		0	37,9900	1
			PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	38,0000	2
			SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	39,5000	3
5	Tubos de concreto prensados com diâmetro 0,80 X 1,00 no mínimo 8 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	UN	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	119,5000	1
			PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	120,0000	2
			CONCRETOS SANTANTONIO IND.C.MAT. CONSTRUÇÃO LTDA (6128)		0	125,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013**Número do Registro de Preços: 38/2013****Data do Registro: 24/07/2013****Válido até: 24/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamentos e Gestão Ambiental do Município de Schroede

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,00 X 1,00 no mínimo 10 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra)	UN	PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	169,9000	1
			CONCRETOS SANTANTONIO IND.C.MAT. CONSTRUÇÃO LTDA (6128)		0	169,9900	2
			SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	180,0000	3
7	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,20 X 1,00 no mínimo 13 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra)	UN	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	259,0000	1
			PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	260,0000	2
8	Tubos de concreto prensados com diâmetro 1,50 X 1,00 no mínimo 15 cm de espessura e com armação e tela MF 113 CA2. (a empresa descarrega no local da obra).	UN	SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA (8890)		0	419,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013**Número do Registro de Preços: 38/2013 Data do Registro: 24/07/2013 Válido até: 24/07/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamentos e Gestão Ambiental do Município de Schroede

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP (10676)		0	420,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/4

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2013****Número do Registro de Preços: 38/2013****Data do Registro: 24/07/2013****Válido até: 24/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de tubos de concreto prensados de vários diâmetros para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamentos e Gestão Ambiental do Município de Schroeder

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2013****PROCESSO Nº 116/2013**

(6128) - CONCRETOS SANTANTONIO IND.C.MAT. CONSTRUÇÃO LTDA

(8890) - SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA

(10676) - PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

Schroeder, 24 de Julho de 2013.

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 45/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**Número do Registro de Preços: 39/2013****Data do Registro: 25/07/2013****Válido até: 25/07/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abraçadeira nylon 100 x 2,5mm.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,0300	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	DISMA	0	0,0400	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DECORLUX	0	0,0500	3
3	Base para relé de fotocelula.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Exatron	0	4,3000	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	5,8500	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LINCE	0	6,0000	3
4	Bocal de porcelana fixo reto E 27.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	DECORLUX	0	2,0000	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	3,5600	2
5	BUCHA 8MM.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,0700	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	IVPLAST	0	0,0800	2
6	Cabo flexível 750v 1,5mm - cores.	M	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,5000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMIUM	0	0,5100	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	NEXTRON	0	0,5600	3
7	Cabo flexível 750v 2,5mm - cores.	M	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,8000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMIUM	0	0,8100	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	NEXTRON	0	0,8500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Número do Registro de Preços: 39/2013

Data do Registro: 25/07/2013

Válido até: 25/07/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	CABO FLEXIVEL 750V 4,0MM - CORES	M	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	1,4000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMIUM	0	1,4100	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	NEXTRON	0	1,4500	3
9	Cabo pp 2 x 2,5 mm.	M	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMIUM	0	2,6800	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	2,6900	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	CONDIFIO	0	2,7000	3
10	Cabo pp 3 x 2,50mm na cor preto.	M	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMIUM	0	3,0000	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	4,0900	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	CONDIFIO	0	4,1500	3
11	Canaleta sem divisória - 20x20 - barra 2 metros.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MANTAC	0	2,4900	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ILUMI	0	2,5000	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	7,6200	3
13	CONJUNTO SISTEMA X - TOMADA 2P + TERRA 10 AMPERES NA COR BRANCA	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	4,3800	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	4,3900	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	6,8000	3
14	Curva 1/2 polegada cinza sem rosca.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Maxiduto	0	0,8200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**Número do Registro de Preços: 39/2013****Data do Registro: 25/07/2013****Válido até: 25/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	INPOL	0	1,0800	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	3,3900	3
15	Curva 1/2 polegada preta com rosca.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Maxiduto	0	0,2500	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,2600	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	INPOL	0	0,4200	3
16	Disjuntor monofásico 25 amperes - padrão nema.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ALUMBRA	0	7,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	SOPRANO	0	7,9800	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	7,9800	3
17	Disjuntor monofásico 50 amperes - padrão din.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	6,2500	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LORENZETTI	0	6,3400	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	WEG	0	6,7500	3
18	Eletro duto 1/2 polegada cinza.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Maxiduto	0	5,4100	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	INPOL	0	6,3000	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	8,3200	3
19	Eletro duto 1/2 polegada preto.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	2,2500	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Maxiduto	0	2,2600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**Número do Registro de Preços: 39/2013****Data do Registro: 25/07/2013****Válido até: 25/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MAXIDUTOS	0	2,7000	3
20	Fio sólido 2,5mm - Cores.	M	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,8700	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PREMIUM	0	0,8800	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	BRASCOOPER	0	0,9000	3
22	Interruptor 1 tecla simples, com placa, na cor branca e parafuso aparente.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	3,3000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	STYLUS	0	3,3300	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	3,8600	3
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ENERBRÁS	0	4,7200	4
23	Interruptor 1 tecla simples com tomada, com placa, na cor branca e parafuso aparente.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	STYLUS	0	6,1000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ENERBRÁS	0	7,5000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	8,5300	3
24	Interruptor 2 tecla simples com tomada, com placa, na cor branca e parafuso aparente.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ENERBRÁS	0	7,9000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	STYLUS	0	9,6000	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	11,1000	3
25	Interruptor 3 teclas embutir, com placa, na cor branca e parafuso aparente.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ENERBRÁS	0	6,8500	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	STYLUS	0	8,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 5/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Número do Registro de Preços: 39/2013

Data do Registro: 25/07/2013

Válido até: 25/07/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	9,8000	3
26	Lâmpada econômica espiral de 25 watts Fluxo luminoso 1500 lumens, vida útil média 6000h com selo Procel.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	8,9000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TASCHIBRA	0	9,0000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LLUM	0	10,2000	3
27	Lâmpada econômica compacta integrada de 18 watts Fluxo luminoso 1080 lumens, vida útil média 8000h com selo Procel.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	6,7200	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	7,2900	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TASCHIBRA	0	8,5800	3
28	Lâmpada emergência com led (pequena).	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	21,5000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Emplaux	0	21,6000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	G-LIGHT	0	28,0000	3
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	FOXLUX	0	31,8500	4
29	Lampada Fluorescente 20w Temperatura de cor 6400k Bulbo t10 Fluxo Luminoso 1.100 lumens Vida Mediana 8.000 horas.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	3,0300	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BLUMENAU	0	3,5000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	SILVANIA	0	4,1600	3
30	Lampada Fluorescente 40w Temperatura de cor 6400k Bulbo t10 Fluxo Luminoso 2.600 lumens Vida Mediana 8.000 horas.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	3,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 6/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Número do Registro de Preços: 39/2013

Data do Registro: 25/07/2013

Válido até: 25/07/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	BLUMENAU	0	3,5000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	SILVANIA	0	4,1600	3
31	Luminária 2 x 40 W, Sobrepor, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	35,9000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	ECP	0	36,0000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TASCHIBRA	0	44,5000	3
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	RCG	0	57,6000	4
32	Luminária 2 x 20 W, Sobrepor, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	25,9000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	ECP	0	26,0000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TASCHIBRA	0	27,7000	3
33	Lâmpada halogena 500w.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	2,6800	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	2,6900	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	PHILIPS	0	2,8500	3
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	G-LIGHT	0	3,0500	4
34	Lâmpada mista 160 w E-27.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	8,7800	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	FLC	0	10,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 7/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Número do Registro de Preços: 39/2013

Data do Registro: 25/07/2013

Válido até: 25/07/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FEHRMANN	0	11,0500	3
35	Lâmpada mista 500w E-40 ovoide.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	23,9000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	24,0000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	G-LIGHT	0	24,5000	3
36	Lâmpada vapor metalico E27, Ovoide Fluxo Luminoso 5.500 lumens Vida Mediana 15.000horas Temperatura de Cor 5.000k	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	25,2000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	25,3000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	EMPALUX	0	60,0000	3
37	Lâmpada vapor metalico 70w Rx7s, Fluxo Luminoso 6.0000 lumens Vida Mediana 15.000horas Temperatura de Cor 5.000k	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Empalux	0	21,7100	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	EMPALUX	0	33,0000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	LIGHTEX	0	35,2000	3
38	Luva 1/2 polegada cor cinza.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Maxiduto	0	0,6200	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	FEHRMANN	0	0,8000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MAXIDUTOS	0	0,8800	3
39	Parafuso fenda para bucha 8mm.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,0700	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	CIZER	0	0,0800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 8/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Número do Registro de Preços: 39/2013

Data do Registro: 25/07/2013

Válido até: 25/07/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	JOMARCA	0	0,0800	3
40	Plug fêmea.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	2,5600	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PERLEX	0	2,5700	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	ILUMI	0	2,6000	3
41	Pino macho retangular 2p + terra 10 amperes.	UN	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	PERLEX	0	1,8500	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	2,6000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	3,9000	3
42	Plafon branco para teto com soquete de porcelana e 27	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	2,4900	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	GERMANY	0	2,5000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	ILUMI	0	2,9800	3
43	PROLONGADOR FEMEA P/ 3 PINOS 10 AMPERES	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	WALMA	0	4,0000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	4,3400	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	12,3000	3
44	Reator bivolt eletrônico 1 x 20w Alto Fator de Potencia	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	ECP	0	8,3300	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	GAREN	0	11,6000	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	11,6300	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 9/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**Número do Registro de Preços: 39/2013****Data do Registro: 25/07/2013****Válido até: 25/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Reator bivolt eletrônico 1 x 40w Alto Fator de Potencia.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	11,6500	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	ECP	0	11,7000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	GAREN	0	15,6000	3
46	Reator bivolt eletrônico 2 x 20w Alto Fator de Potencia.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	ECP	0	12,3200	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	14,8600	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	GAREN	0	15,8400	3
47	Reator bivolt eletrônico 2 x 40w Alto Fator de Potencia	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	ECP	0	14,6500	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	14,7000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	RCG	0	20,8000	3
48	Reator vapor metálico 70w - externo Galvanizado Padrão Ence.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Demape	0	45,4700	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	RCG	0	47,8000	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	49,8000	3
49	Reator vapor sódio 70 w - externo. Galvanizado Padrão Ence.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Demape	0	44,9400	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	49,8000	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MANPRELUX	0	54,0900	3
50	Régua (filtro de linha com 5 tomadas).	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	21,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 10/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013

Número do Registro de Preços: 39/2013

Data do Registro: 25/07/2013

Válido até: 25/07/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	KITEC	0	21,5000	2
51	Relê fotoelétrico, tipo RM 74/NF, sistema magnético de corrente alternada, potência 1000W (carga resistiva) - 1200VA, 127V e 1800VA, 220V (carga indutiva). 5A, pinos de contato com latão estanhado preso ao corpo por sistema de parafusos.	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	SLIM	0	16,8000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Ilumatic	0	27,3000	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	33,8000	3
52	RESISTENCIA PARA CHUVEIRO ELETRICO COM NO MINIMO 4000W - 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	8,5000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	SINTERX	0	8,8000	2
53	Starter fs-2.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Dercolux	0	0,5000	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,6100	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	TASCHIBRA	0	0,6200	3
54	Starter fs-4.	UN	SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Dercolux	0	0,5600	1
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	0,5700	2
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	TASCHIBRA	0	0,6200	3
55	Tomada 2p + terra 10 amperes de embutir na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	4,4000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	STYLUS	0	4,4100	2
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	6,4200	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 11/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**Número do Registro de Preços: 39/2013****Data do Registro: 25/07/2013****Válido até: 25/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Tomada sistema x 2p + terra 10 amperes, com caixa, na cor b	UN	SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	5,0000	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	7,2400	2
			TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	7,7900	3
57	Tomadas externas para 3 ligações.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	8,0000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	9,9000	2
58	Tomada padrão brasileiro 20 a de embutir	UN	TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (12501)		0	5,7500	1
			SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10470)	Enerbras	0	6,4200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 12/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013**Número do Registro de Preços: 39/2013 Data do Registro: 25/07/2013 Válido até: 25/07/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)	MECTRONIC	0	6,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 13/13

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2013****Número do Registro de Preços: 39/2013****Data do Registro: 25/07/2013****Válido até: 25/07/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material elétrico para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, da Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2013****PROCESSO Nº 117/2013**

- (271) - SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME
- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA
- (10470) - SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME
- (12501) - TAFFA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Schroeder, 25 de Julho de 2013.

Serra Alta

PREFEITURA

RREO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 3º bimestre 2013.

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.496.821,00	12.496.821,00	1.909.443,15	15,28	5.919.302,75	47,37	6.577.518,25
RECEITAS CORRENTES	10.781.083,50	10.781.083,50	1.522.497,85	14,12	4.722.937,21	43,81	6.058.146,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	625.080,50	625.080,50	50.637,34	8,10	315.003,63	50,39	310.076,87
IMPOSTOS	420.000,00	420.000,00	43.433,83	10,34	224.887,54	53,54	195.112,46
TAXAS	165.080,50	165.080,50	7.203,51	4,36	90.105,57	54,58	74.974,93
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	10,52	0,03	39.989,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.025,00	18.025,00	15.531,76	86,17	18.679,56	103,63	-654,56
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	18.025,00	18.025,00	15.531,76	86,17	18.679,56	103,63	-654,56
RECEITA PATRIMONIAL	110.776,25	110.776,25	-251,57	0,00	29.053,41	26,23	81.722,84
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	110.776,25	110.776,25	-251,57	0,00	29.053,41	26,23	81.722,84
RECEITA AGROPECUÁRIA	44.000,00	44.000,00	12.056,27	27,40	25.494,40	57,94	18.505,60
Outras Rec. Agropecuárias	44.000,00	44.000,00	12.056,27	27,40	25.494,40	57,94	18.505,60
RECEITA DE SERVIÇOS	216.515,00	216.515,00	34.487,54	15,93	105.585,37	48,77	110.929,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.674.881,75	9.674.881,75	1.396.818,82	14,44	4.201.527,00	43,43	5.473.354,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.657.319,25	9.657.319,25	1.397.665,23	14,47	4.147.320,78	42,94	5.509.998,47
Transf. de Pessoas	1.512,50	1.512,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.512,50
Transf. de Conv.	16.050,00	16.050,00	-846,41	0,00	54.206,22	337,73	-38.156,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.805,00	91.805,00	13.217,69	14,40	27.593,84	30,06	64.211,16
Multas e Juros de Mora	34.680,00	34.680,00	5.821,56	16,79	11.832,07	34,12	22.847,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	95,37	0,64	14.904,63
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	27.125,00	27.125,00	5.718,17	21,08	11.564,34	42,63	15.560,66
RECEITAS DIVERSAS	15.000,00	15.000,00	1.677,96	11,19	4.102,06	27,35	10.897,94
RECEITAS DE CAPITAL	1.715.737,50	1.715.737,50	386.945,30	22,55	1.196.365,54	69,73	519.371,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	590.000,00	118,00	-90.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	590.000,00	118,00	-90.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	190.687,50	190.687,50	114.550,00	60,07	114.550,00	60,07	76.137,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	115.062,50	115.062,50	114.550,00	99,55	114.550,00	99,55	512,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	75.625,00	75.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.625,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	60.500,00	60.500,00	7.069,68	11,69	21.854,37	36,12	38.645,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	964.550,00	964.550,00	265.325,62	27,51	469.961,17	48,72	494.588,83
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	964.550,00	964.550,00	265.325,62	27,51	469.961,17	48,72	494.588,83
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.496.821,00	12.496.821,00	1.909.443,15	15,28	5.919.302,75	47,37	6.577.518,25

Continua 1/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.496.821,00	12.496.821,00	1.909.443,15	15,28	5.919.302,75	47,37	6.577.518,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	331.078,10	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.496.821,00	12.496.821,00	1.909.443,15	15,28	6.250.380,85	47,37	6.577.518,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	798.986,44	—	—	520.752,16	—	—
Superávit Financeiro	—	798.986,44	—	—	520.752,16	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.496.821,00	1.909.632,89	14.406.453,89	2.896.476,92	9.046.614,23	2.331.299,51	6.250.380,85	43,39	8.156.073,04
DESPESAS CORRENTES	9.803.233,50	-294.370,83	9.508.862,67	1.552.050,70	5.756.187,14	1.646.283,83	4.297.955,26	45,20	5.210.907,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.705.377,54	-197.140,00	3.508.237,54	630.255,14	2.037.751,56	655.644,85	1.893.479,91	53,97	1.614.757,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	17.518,52	27.518,52	22.369,78	24.611,08	22.369,78	24.611,08	89,43	2.907,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.087.855,96	-114.749,35	5.973.106,61	899.425,78	3.693.824,50	968.269,20	2.379.864,27	39,84	3.593.242,34
DESPESAS DE CAPITAL	2.643.587,50	2.204.003,72	4.847.591,22	1.344.426,22	3.290.427,09	685.015,68	1.952.425,59	40,28	2.895.165,63
INVESTIMENTOS	2.618.587,50	2.183.208,12	4.801.795,62	1.342.849,51	3.250.776,79	683.438,97	1.912.775,29	39,83	2.889.020,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	25.000,00	20.795,60	45.795,60	1.576,71	39.650,30	1.576,71	39.650,30	86,58	6.145,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.496.821,00	1.909.632,89	14.406.453,89	2.896.476,92	9.046.614,23	2.331.299,51	6.250.380,85	43,39	8.156.073,04

Continua 2/3

Município de SERRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2012/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.496.821,00	1.909.632,89	14.406.453,89	2.896.476,92	9.046.614,23	2.331.299,51	6.250.380,85	43,39	8.156.073,04
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.496.821,00	1.909.632,89	14.406.453,89	2.896.476,92	9.046.614,23	2.331.299,51	6.250.380,85	43,39	8.156.073,04

FONTE:

Extrato Publicação

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para contratação por tempo determinado para os cargos de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE e MOTORISTA. INSCRIÇÕES: Via internet - de 25/07 a 05/08/2013, pelo site www.concursosss1.com.br. Maiores informações e Edital na íntegra poderão ser obtidos no site www.concursosss1.com.br, a partir da data de abertura das inscrições.

Serra Alta, 25 de julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal.

Siderópolis**PREFEITURA****Decreto N° 127/2013**

DECRETO N.º 127, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão 05 Secretaria de Educação

Unidade 03 Departamento de Esporte

Projeto Atividade 2.015 Manutenção Dep. De Esporte

Modalidade 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Código Reduzido 65

Valor R\$30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 05 Secretaria de Educação

Unidade 03 Departamento de Esporte

Projeto Atividade 2.015 Manut. Dep. De Esporte

Modalidade 3.3.50.00.00 Transf. a Instituições Priv. Sem fins

Código Reduzido 64

Valor R\$30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 16 de Julho de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013.

Decreto N° 128/2013

DECRETO N.º 128, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade 01 Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade 2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Código Reduzido 3

Valor R\$6.000,00 (seis mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 02 Gabinete do Prefeito

Unidade 01 Gabinete do Prefeito

Projeto Atividade 2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Código Reduzido 1

Valor R\$6.000,00 (seis mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 16 de Julho de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013.

Decreto N° 129/2013

DECRETO N.º 129, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:
Órgão 03 Sec. Administração e Planejamento
Unidade 01 Sec. Administração e Planejamento
Projeto Atividade 2.005 Manutenção da Sec. De Administração
Modalidade 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Código Reduzido 12
Valor R\$13.000,00 (treze mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 03 Sec. Administração e Planejamento
Unidade 01 Sec. Administração e Planejamento
Projeto Atividade 2.005 Manutenção da Sec. De Administração
Modalidade 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Código Reduzido 09
Valor R\$13.000,00 (treze mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 16 de Julho de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013.

Decreto N° 130/2013

DECRETO N.º 130, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:
Órgão 08 Sec. De Agricultura e Meio Ambiente

Unidade 02 Departamento de Meio Ambiente
Projeto Atividade 2.025 Manutenção do Dep. de Meio Ambiente
Modalidade 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Código Reduzido 121
Valor R\$4.000,00 (quatro mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 08 Sec. De Agricultura e Meio Ambiente
Unidade 02 Departamento de Meio Ambiente
Projeto Atividade 2.025 Manutenção do Dep. de Meio Ambiente
Modalidade 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Código Reduzido 122
Valor R\$4.000,00 (quatro mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 16 de Julho de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013.

Decreto N° 131/2013

DECRETO N.º 131, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:
Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade 2.050 Manut. Do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade 3.1.71.00.00 Transf. a Consórcios Públicos
Código Reduzido 10
Valor R\$10.000,00 (dez mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade 2.050 Manut. Do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade 3.3.71.00.00 Transf. a Consórcios Públicos
Código Reduzido 13
Valor R\$10.000,00 (dez mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 16 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Julho de 2013.

Portaria N° 302/2013

PORTARIA N° 302, DE 08 DE JULHO DE 2013

EXONERA JOÃO BAPTISTA REUS DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal N°1.801/2009.

Considerando a adesão da servidora ao PDI - Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria n°162/2008 e exonera, a pedido, JOÃO BAPTISTA RÉUS DA SILVA, CPF/MF n° 862.864.719-87, Operador de Motoniveladora, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 08 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Julho de 2013.

Portaria N° 312/2013

PORTARIA N° 312, DE 18 DE JULHO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA N° 286/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria n°286/2013, considerando o retorno ao trabalho da funcionária ADAIR MARIA FERNANDES, CPF/MF 715.646.919-34, Técnico de Enfermagem, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a partir de 01/08/2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 18 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de Julho de 2013.

Portaria N° 316/2013

PORTARIA N° 316, DE 23 DE JULHO DE 2013

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA KARINA DOS SANTOS VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n°1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à servidora KARINA DOS SANTOS VIEIRA, CPF/MF n° 035.426.529-62, Atendente de Odontólogo, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 22/07/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 23 de Julho de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Julho de 2013.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Aviso da Licitação 47/2013 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 47/2013 - Pregão Presencial - menor preço por item.

Objeto: Aquisição de materiais permanente (móveis, ar condicionado, eletrodomésticos,) para a Creche Pref. Aristides José Bom. Data da entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 07 de agosto de 2013.

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 07 de agosto de 2013.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/ fax (48) 3536-1133.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 80/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato n° 80/2013

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Célio Balcevitz ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças e prestação de serviços de mão-de-obra para manutenção e recuperação da parte elétrica dos veículos da Administração Municipal de Timbé do Sul
Valor: R\$ 20.968,86 (vinte mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos global estimado).
Vigência: de 15/07/2013 até 31/12//2013

Extrato do Contrato 81/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 81/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Construtora Serrano Ltda

Objeto: Execução das obras de construção da fossa (tratamento de esgoto) na Creche Pref. Aristides José Bom, localizada na Rua Paulo Francisco, no Centro do município de Timbé do Sul
Valor: R\$ 18.379,31 (dezoito mil, trezentos e setenta e nove reais e trinta e um centavos)
Vigência: 90 (noventa) dias a partir de 19/07/2013

Extrato do Contrato 82/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 82/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Ideal Comunicação Visual Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de materiais gráficos impresso para administração municipal de Timbé do Sul
Valor: R\$ 14.920,00 (quatorze mil, novecentos e vinte reais).
Vigência: de 19/07/2013 a 31/12/2013

Timbó

PREFEITURA

Portaria Nº SEMFA-D0219, de 07 de Junho de 2.013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0219, de 07 de Junho de 2.013.

Concede Pecúlio do ex-servidor inativo
Alfrísio Tancon, à viúva Tercília Tancon.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 195 e 196 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, resolve:

Art. 1º Conceder Pecúlio do ex-servidor inativo ALFRÍSIO TANCON, à viúva TERCÍLIA TANCON, equivalente ao valor dos proventos de R\$ 678,00 (Seiscentos e setenta e oito reais), custeado integralmente pelo Órgão Patronal, conforme Processo RH13-0065.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de Junho de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0231, de 17 de Junho de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0231, de 17 de junho de 2013

Concede Licença sem vencimentos ao servidor Márcio Adriano Vavassori.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, ao servidor, MÁRCIO ADRIANO VAVASSORI, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por dois anos, a contar de 10 de junho de 2013 (período 10/06/2013 à 09/06/2015), conforme processo RH13-0070.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No 473, de 10 de Julho de 2013

PORTARIA No 473, DE 10 DE JULHO DE 2013

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal Anita Slomp Osti.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a ANITA SLOMP OSTI, brasileira, casada, nascida em 24 de junho de 1953, portadora do CPF sob nº 948.511.319-68, RG nº 1.487.313, residente na rua Richard Schubert nº 173, Bairro Vila Germer, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-22, matrícula nº 14338, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Aposentadoria Voluntária Por Idade, com base no art.40, §1º, III, "b", da Constituição Federal, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, com proventos calculados de forma proporcional ao Tempo de Contribuição, sem direito à paridade, no valor de R\$ 733,74 (setecentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 016/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 474, de 15 de Julho de 2013

PORTARIA No 474, DE 15 DE JULHO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Elson A. A. Marson Junior, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 50, inciso II da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1° CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal ELSON A.A. MARSON JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, nomeado pela Portaria n° 02, de 01 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de julho de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 478, de 15 de Julho de 2013

PORTARIA No 478, DE 15 DE JULHO DE 2013

Dispensa Servidoras para exercício de Função Gratificada na Administração Direta e Indireta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1° DISPENSAR da Função Gratificada as Servidoras abaixo relacionadas, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	PORTARIA QUE DESIGNOU
Scheila Heloisa Berndt Zickhur	030, de 02/01/2013

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

NOME	PORTARIA QUE DESIGNOU
Patricia Conzatti Arndt	031, de 02/01/2013

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de julho de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 351, de 06 de Maio de 2013

PORTARIA No 351, DE 06 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2° da Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei n° 2439, de 02/12/2009, e Decreto n° 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1° CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ivens Hoffmann (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	15/04/69	658.373.359.04	44h	06/05/2013 a 31/05/2013

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de maio de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 352, de 08 de Maio de 2013

PORTARIA No 352, DE 08 DE MAIO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2° da Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei n° 2439, de 02/12/2009, e Decreto n° 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1° CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
------	------------	-----	-----------------	---------

Marina Rodrigues da Silva (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público. Candidata aprovada no Proc. Seletivo 01/2013)	04/01/63	498.463.709.97	44h	08/05/2013 a 02/07/2013
---	----------	----------------	-----	-------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 452, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 452, DE 01 DE JULHO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Edemir Dalmônico, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal EDEMIR DALMÔNICO, do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2134, de 05 de julho de 1993, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 453, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 453, DE 01 DE JULHO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Dayse Dayane Riola de Siqueira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal DAYSE DAYANE RIOLA DE SIQUEIRA, contratada temporariamente

para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 432, de 20 de junho de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 454, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 454, DE 01 DE JULHO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Rubia Pimentel da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal RUBIA PIMENTEL DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 078, de 30 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 455, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 455, DE 01 DE JULHO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Roseli Frusina, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal ROSELI FRUSINA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 271, de 02 de abril de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de

Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 457, de 1º de Julho de 2013

PORTARIA No 457, DE 1º DE JULHO DE 2013

Dispensa profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF e altera carga horária.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto n° 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR profissional lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionado:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Jorge Luis Espinosa Samalea	Médico - 40h/s	01/07/2013

Art.2º ALTERAR a carga horária da Servidora Pública Municipal ALYNE SCHULZ, ocupante do cargo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), designada para o Programa Saúde da Família - PSF, passando de 20h/s para 30h/s, a contar desta data

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1º de julho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 458, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 458, DE 01 DE JULHO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidora de provimento efetivo, para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2013, ou seja, de 01/07/2013 até 18/12/2013, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Fabiana Salvador Buzzi	15h/a	10h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em01 de julho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 459, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 459, DE 01 DE JULHO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores contratados temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotados na Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo 2013, a contar desta data, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
John Elinton Trisotto	20h/a	43h/a
Rafael Spiess	20h/a	36h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em01 de julho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 460, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 460, DE 01 DE JULHO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei n° 2439, de 02/12/2009, e Decreto n° 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	D a t a Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Se- Período
------	---------------	-----	-----------------	----------------

Aliomar Luiz Lenzi Junior (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	12/12/80	004.561.549.73	44h	01/07/2013 a 31/08/2013
--	----------	----------------	-----	-------------------------

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Alcí Junior Farias Pinto (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	21/12/79	901.155.460.49	44h	02/07/2013 a 31/08/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 461, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 461, DE 01 DE JULHO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educadora Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
------	------------	-----	-----------------	---------

Solange Del-fino Gadotti (Subst.Shanti C.Indalécio e Silliane M. Urbano, que se encontram em afast.do exerc.do cargo e aprovada Proc.Seletivo 01/2012)	20/04/86	050.034.989.42	30h	01/07/2013 a 30/08/2013
Odete Lucolli Schmitt (Subst. Eliane Norato, que se encontra em lic.para Trat.de Saúde e aprovado no Proc.Seletivo 01/2012)	25/07/57	702.622.259.72	30h	02/07/2013 a 05/08/2013

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ana Maria Back (Aumento do número de alunos)	11/03/72	036.293.879.26	44h	01/07/2013 a 01/08/2013
Roselei Salete Frusina (Aumento do número de alunos)	06/07/83	042.388.389.55	44h	01/07/2013 a 01/08/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 462, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA No 462, DE 01 DE JULHO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lena Morgana Gessner da Silva (Subst. a o Eduardo Espindola, que se encontra em afast. exerc.do cargo-ocupando cargo em comissão)	31/10/89	069.297.839.94	35h	01/07/2013 a 20/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em01 de julho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 463, de 02 de Julho de 2013

PORTARIA No 463, DE 02 DE JULHO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Médico (GP-75)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ruth Herweg Jacques (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. no Conc.Públ / Processo Seletivo)	10/04/49	304.368.699.34	20h	02/07/2013 a 20/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em02 de julho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 479, de 15 de Julho de 2013

PORTARIA No 479, DE 15 DE JULHO DE 2013

Designa Servidores Públicos Municipais para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, os servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Denielle C. Parno	FG-4	20	Coordenar as atividades de empenhamento das Secretarias de Articulação Política e Institucional; Educação; Fundo Municipal da Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Turismo, e Procuradoria Geral
Gabriel Augusto Schiochet	FG-4	20	Coordenar as atividades de empenhamento das Secretarias de obras e Serviços Urbanos; Planejamento; e Fundo de Defesa Civil
João Marcelo Pisetta	FG-4	20	Coordenar as atividades de empenhamento da Fundação Cultural de Timbó, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundação Municipal de Esportes; e FUNREBOMPOM
Solange Liesenberg	FG-4	20	Coordenar as atividades de empenhamento da Secretaria da Fazenda e Administração, Fundo de Habitação de Timbó, Fundo Municipal de Meio Ambiente; e Fundo de Trânsito

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em15 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-D0230, de 14 de Junho de 2013

PORTARIA No SEMFA-D0230, de 14 de junho de 2013

Concede Promoção por Desempenho à servidora da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetiva da pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante do cargo efetivo / estável, lotado(a) na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 1º de junho do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Chantelli Thayna Ritter Izeppi	Auxiliar de Serv. Adminis- trativos	31	32	RH13-0066

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de Junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0271, de 28 de Junho de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0271, de 28 de Junho de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO
Nº Aline Burger	C-22	D-22	10/05/2013	RH10-0153
Raquel Marisa Tomio Bras- siani	B-18	C-18	28/05/2013	RH13-0078

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de Junho de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0272, de 28 de Junho de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0272, de 28 de Junho de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO
Nº Adriana Vicente	C-27	C-28	10/05/2013	RH08-0166
Elise Helene de Souza	B-29	B-30	27/05/2013	RH04-0286
Evalda de Fá- tima Baratieri Pompeo	D-33	D-34	13/05/2013	RH04-0290
Patricia Ma- cedo	B-18	B-19	28/05/2013	RH13-0080
Raquel Marisa Tomio Bras- siani	C-18	C-19	28/05/2013	RH13-0079

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de Junho de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0273, de 28 de Junho de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0273, de 28 de Junho de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para Professores do Ensino Fundamental e Pré-Escola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO
------	------------------------------	------------------------------	-------------	----------

Nº Cladis Dalpiaz	D-26	D-27	08/05/2013	RH01-053
Carmen Maria Fistarol Montibeler	D-17	D-18	21/05/2013	RH06-0205
Dalila Terezinha Pacheco Cardoso	D-18	D-19	09/05/2013	RH05-0113
Dione Enir Dalpiaz	D-26	D-27	14/05/2013	RH00-088
Doraci Pianezza	D-28	D-29	03/05/2013	RH00-089
Edla Janice Perini Nones	E-28	E-29	07/05/2013	RH00-123
Eliete Schneider Finger	C-26	C-27	21/05/2013	RH01-057
Janete Izabel Alves Coutinho de Azevedo	E-25	E-26	13/05/2013	RH00-127
Luiza Maria Felippi Antonio	D-28	D-29	03/05/2013	RH00-097
Margareth Hardt Hochheim	D-27	D-28	15/05/2013	RH00-099
Marili Michelson	D-27	D-28	08/05/2013	RH00-100
Melania Aparecida Strey	D-31	D-32	13/05/2013	RH00-106
Rosane Fronza	E-23	E-24	10/05/2013	RH00-109

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de Junho de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0274, de 28 de Junho de 2.013
PORTARIA No SEMFA-D0274, de 28 de Junho de 2.013
Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO
Nº Alessandra Gessner Prade Xavier	GP-66	GP-71	02/05/2013	RH13-0077
Carlos Bras Busarello	SP-54	SP-55	29/05/2013	RH05-0321

Jânia Inêz Uler	SP-33	SP-38	02/05/2013	RH11-0076
Marina Tallmann Knoch Klug	GP-65	GP-66	17/05/2013	RH13-0081
Sandra Nones Schaefer	GP-78	GP-79	07/05/2013	RH07-0348

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de Junho de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0275, de 28 de Junho de 2.013
PORTARIA No SEMFA-D0275, de 28 de Junho de 2.013
Concede Promoção por Qualificação para servidoras da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO
Nº Cristiane Elisabeth Longo Andrade	GP-74	GP-75	03/05/2013	RH05-0110
Elenise Pisetta	GA-54	GA-59	20/05/2013	RH02-285

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de Junho de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria N° 475, de 15 de Julho de 2013

PORTARIA N° 475, DE 15 DE JULHO DE 2013

Nomeia Servidor para exercer cargo em comissão na Administração Direta do Município de Timbó, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Waldemar Gebauer	Secretário Municipal / DAS-1	Subsídio mensal

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 480, de 15 de Julho de 2013

PORTARIA N° 480, DE 15 DE JULHO DE 2013

Nomeia Servidor para exercer cargo em comissão na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 08 de julho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar de 08 de julho do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Lucas Matias Uhlmann	Supervisor da Divisão de Serviços Urbanos / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 350, de 06 de Maio de 2013

PORTARIA N° 350, DE 06 DE MAIO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do

período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Dolores Caimi Kraus	322, de 22/04/2013	06/06/2013
Leonice Fátima dos Santos	321, de 22/04/2013	01/07/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 448, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA N° 448, DE 01 DE JULHO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adelita Helena Dalpiaz Moreira	259 de 28.03.2013	18/12/13
Adriana Gonçalves De Andrade Baldo	259 de 28.03.2013	17/12/13
Adriane Cristina Carlini	349 de 03.05.2013	18/12/13
Adriano Steuck	259 de 28.03.2013	17/12/13
Alcilene Candida Soares Silva	259 de 28.03.2013	17/12/13
Aline Lima De Oliveira Klemz	259 de 28.03.2013	17/12/13
Aline Mittank	259 de 28.03.2013	18/12/13
Alinne Tatiane Marcarini	259 de 28.03.2013	17/12/13
Altair Orlando Da Costa	259 de 28.03.2013	18/12/13
Alzira Brehmer	259 de 28.03.2013	17/12/13
Amanda Pacher	259 de 28.03.2013	17/12/13
Amanda Rogeria Bona	408 de 06.06.2013	17/12/13
Ana Maria Rodrigues Da Silva	259 de 28.03.2013	17/12/13
Ana Paula Lira	259 de 28.03.2013	17/12/13
Analú Lenzi Kleinschmidt	259 de 28.03.2013	18/12/13
Anderson Inacio Migliorini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Anderson Miguel Bona	259 de 28.03.2013	18/12/13
Andrea Fiamoncini Rozza	259 de 28.03.2013	18/12/13
Andrea Stolf	259 de 28.03.2013	18/12/13
Andreia Carla Bona	259 de 28.03.2013	18/12/13
Andreia Dos Santos	259 de 28.03.2013	17/12/13
Andreia Sheila Zatelli	259 de 28.03.2013	18/12/13
Angela Ferrari	259 de 28.03.2013	17/12/13
Angelita De Souza Purim	259 de 28.03.2013	17/12/13
Anita Nardelli	259 de 28.03.2013	18/12/13
Anna Paula Tamanini Schwanz	259 de 28.03.2013	17/12/13

Arlete Do Rocio Coelho Bueno	259 de 28.03.2013	17/12/13
Avana Maria Pereira Martins	259 de 28.03.2013	17/12/13
Beatriz Luzia Wetzel Beber	259 de 28.03.2013	17/12/13
Bernadete Von Gilsa	259 de 28.03.2013	18/12/13
Biafra Spindola Pereira	259 de 28.03.2013	18/12/13
Camila Bona	259 de 28.03.2013	18/12/13
Camila Hinsching	259 de 28.03.2013	17/12/13
Camila Ninow	259 de 28.03.2013	17/12/13
Carla Klabunde Meier	259 de 28.03.2013	18/12/13
Carla Mariani Naegeler	259 de 28.03.2013	18/12/13
Carla Sagas Ferreira Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Carla Soraya Groni	259 de 28.03.2013	18/12/13
Carla Teske	259 de 28.03.2013	17/12/13
Carmelita Maria Correia Roeder	259 de 28.03.2013	17/12/13
Carolina Torres Maciel Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Caroline Bona	259 de 28.03.2013	18/12/13
Cenir Aparecida Iglkoski Lavinski	394 de 03.06.2013	17/12/13
Cilmara Moretto Dalcanale	259 de 28.03.2013	17/12/13
Cindy Luize De Espindola Bertoldi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Clara Beatriz Pinto Ramalho Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Claudia Teresinha Fontana De Almeida	259 de 28.03.2013	18/12/13
Claudiamara Tesser Kisner	259 de 28.03.2013	18/12/13
Cleide Aparecida Nicoletti Pontes	259 de 28.03.2013	18/12/13
Cleide Luiza Fiamoncini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Cristiana Salvador	259 de 28.03.2013	18/12/13
Cristina Amarante Padilha	259 de 28.03.2013	01/08/13
Daiane Jaeger	259 de 28.03.2013	17/12/13
Dalmir Gabriel Santana	259 de 28.03.2013	18/12/13
Daniel Alexandre Voigt	259 de 28.03.2013	18/12/13
Daniela Beda Dalcortivo	272 de 02.04.2013	17/12/13
Daniela Cristina Micheli	259 de 28.03.2013	18/12/13
Danielle Cristina Barth	259 de 28.03.2013	17/12/13
Daphne Daiane Fagundes	259 de 28.03.2013	18/12/13
Darci Oss-Emer	281 de 03.04.2013	17/12/13
Darcisio Knoch	259 de 28.03.2013	18/12/13
Darlene Felisbino	349 de 03.05.2013	18/12/13
Dayana Priscilla Dorigatti	400 de 03.06.2013	17/12/13
Debora Cristina Da Silva	259 de 28.03.2013	17/12/13
Debora Cristofolini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Diego Francisco Catão	259 de 28.03.2013	18/12/13
Dilma Chequeto	259 de 28.03.2013	18/12/13
Diogo Augusto Moser	259 de 28.03.2013	18/12/13
Dirce Maria Tiegs Da Veiga	259 de 28.03.2013	18/12/13
Dirleia Aparecida Bonacolsi Possamai	259 de 28.03.2013	18/12/13
Doris Maria Mesadri Maas	259 de 28.03.2013	18/12/13
Edgna Humbelino	259 de 28.03.2013	18/12/13
Edineide Manske	259 de 28.03.2013	18/12/13
Edna Da Silveira Cardoso Da Fonseca	259 de 28.03.2013	18/12/13
Edson Jose Bona	259 de 28.03.2013	18/12/13
Edson Matos Santiago	259 de 28.03.2013	18/12/13
Elenir Maria Dos Santos	293 de 08.04.2013	01/08/13
Eleonora Manske	259 de 28.03.2013	18/12/13
Eli Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Eliana Radwanski	259 de 28.03.2013	18/12/13
Eliane Goncalves De Liz	259 de 28.03.2013	17/12/13
Eliane Norato	413 de 10.06.2013	17/12/13
Eliane Slomp	259 de 28.03.2013	18/12/13

Elis Regina Furlanetto Peroza	259 de 28.03.2013	17/12/13
Elisandra Pazianoti Horst	259 de 28.03.2013	17/12/13
Elisangela Januario De Souza Do Nascimento	259 de 28.03.2013	18/12/13
Elisete De Borba Ferrari	271 de 02.04.2013	18/12/13
Elison De Souza Monteiro	259 de 28.03.2013	17/12/13
Elizandra Marlise Beber	259 de 28.03.2013	18/12/13
Elizangela Agostini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Elizete De Almeida	259 de 28.03.2013	17/06/13
Eloize Dos Santos	413 de 10.06.2013	12/08/13
Elsinha Vieweg	259 de 28.03.2013	18/12/13
Elza Valadares Alvarenga Dutton	259 de 28.03.2013	17/12/13
Emanuel Lemos Menezes	259 de 28.03.2013	18/12/13
Emanuela Aparecida Cristofolini	259 de 28.03.2013	17/12/13
Emerson Giovani Lenzi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Emilene Monteiro Da Cunha Meliorini	394 de 03.06.2013	17/12/13
Emilia Odorizzi	259 de 28.03.2013	17/12/13
Eva Luana Ponath	259 de 28.03.2013	17/12/13
Fabiana Aparecida Nones Zumach	259 de 28.03.2013	18/12/13
Fabiana Machado Butzke	259 de 28.03.2013	18/12/13
Fabiane Aline Ewald	259 de 28.03.2013	18/12/13
Fabiano Marques Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Fabiola Janaina Tomasini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Fatima Denise De Melo Pellizzaro	259 de 28.03.2013	18/12/13
Fernanda Bortolini Loffredo	259 de 28.03.2013	18/12/13
Fernanda Dalpiaz Hendges	259 de 28.03.2013	18/12/13
Flavia Menestrina	272 de 02.04.2013	18/12/13
Francieli Aparecida Drapscki	259 de 28.03.2013	18/12/13
Geraldo Muller Junior	259 de 28.03.2013	18/12/13
Gesiele Samantha Dos Santos	259 de 28.03.2013	17/12/13
Gisele Pacheco Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Gizele Cristina Hordina	259 de 28.03.2013	18/12/13
Graciana Livia Lenzi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Graziela Aparecida De Souza	271 de 02.04.2013	17/12/13
Graziela Ropelato	259 de 28.03.2013	18/12/13
Grazieli Staack	259 de 28.03.2013	18/12/13
Grazielle Klitzke Klug	259 de 28.03.2013	17/12/13
Heltrud Schutz Hennings	272 de 02.04.2013	17/12/13
Herkules Kutelak	259 de 28.03.2013	18/12/13
Ihara Radunz Vestewig	259 de 28.03.2013	17/12/13
Ines Ender Goral	259 de 28.03.2013	18/12/13
Ines Zoboli Dallabona	259 de 28.03.2013	18/12/13
Irene Amarante Padilha	281 de 03.04.2013	18/12/13
Irma Bloedorn	259 de 28.03.2013	18/12/13
Isabel Cristina Tomaselli Fernandes	259 de 28.03.2013	17/12/13
Isabel Maria Beber	259 de 28.03.2013	18/12/13
Isanete Marcia Riola	259 de 28.03.2013	17/12/13
Isolde Tessaroli Leitempergher	259 de 28.03.2013	17/12/13
Ivone Maria Duarte Nasato	288 de 05.04.2013	18/12/13
Jaciara Paola Bell Saraiva	408 de 06.06.2013	17/12/13
Janara Thais Maas	259 de 28.03.2013	17/12/13
Jandira Aparecida Goncalves	317 de 17.04.2013	17/12/13
Jandira Pitan Pasquali	259 de 28.03.2013	17/08/13
Jaqueline Silva De Brito	259 de 28.03.2013	18/12/13
Jaqueline Von Zeschau	259 de 28.03.2013	17/12/13
Javan Moises Girardi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Jean Carlo Da Silva	259 de 28.03.2013	01/08/13
Jenifer Milena Pellin	272 de 02.04.2013	18/12/13

Jessica Laiz Dalabona Nardelli	259 de 28.03.2013	18/12/13
Jessica Popowicz	259 de 28.03.2013	17/12/13
Jociane Stolf	259 de 28.03.2013	18/12/13
Joelma Demonti Tiso	259 de 28.03.2013	18/12/13
John Elinton Trisotto	259 de 28.03.2013	18/12/13
Jonathan Arno Gaulke	259 de 28.03.2013	18/12/13
Joseane De Oliveira	259 de 28.03.2013	17/12/13
Joseane Nollí Heimann	259 de 28.03.2013	18/12/13
José Voltolini	259 de 28.03.2013	17/12/13
Joyce Camila Machado De Souza	259 de 28.03.2013	17/12/13
Juarez Marcio Galkowski	259 de 28.03.2013	18/12/13
Juliana Aparecida De Oliveira Goetten	259 de 28.03.2013	18/12/13
Juliana Lenzi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Juliana Ropelato	259 de 28.03.2013	18/12/13
Juliana Schmoller De Jesus	259 de 28.03.2013	17/12/13
Juliana Teicovski	259 de 28.03.2013	17/12/13
Juliete Menestrina	259 de 28.03.2013	17/12/13
Jusceli Aparecida De Oliveira	259 de 28.03.2013	30/08/13
Jusiele Mirlene Janke	408 de 06.06.2013	17/12/13
Karina Alexandra Girardi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Kathleen Oliveira Krankel Pasquali	259 de 28.03.2013	17/12/13
Katia Milena Becker Pedrosa	259 de 28.03.2013	18/12/13
Keity Naira Girardi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Kelly Ketlin Klitzke	259 de 28.03.2013	17/12/13
Kelly Nathana Pacher	349 de 03.05.2013	18/12/13
Kezia Giane Belli Martins	259 de 28.03.2013	17/12/13
Leandro Ferreira Vieira	259 de 28.03.2013	18/12/13
Leonice Fatima Dos Santos	350 de 06.05.2013	22/10/13
Liliane Franca Alves	394 de 03.06.2013	17/12/13
Lindalva Menestrina Dalpiaz	399 de 03.06.2013	18/12/13
Lucas Rafael Bertram	259 de 28.03.2013	01/09/13
Luci Beatriz Schlogl	259 de 28.03.2013	18/12/13
Luciane Janke	362 de 15.05.2013	07/11/13
Luiz Carlos Manske	259 de 28.03.2013	17/12/13
Luiz Henrique Koepsel	259 de 28.03.2013	18/12/13
Luzia Doraci Cunha	259 de 28.03.2013	17/12/13
Magrid Hoe Bertram	407 de 06.06.2013	17/12/13
Manoel Henrique Peixoto Da Cunha	259 de 28.03.2013	18/12/13
Mara Lucia Dalabona	259 de 28.03.2013	17/12/13
Marcel Luis Agostini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marcia De Andrade Gessner	272 de 02.04.2013	18/12/13
Marcia Feltrin Muller	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marcia Maria Marcello	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marcia Regina Biz Ropelatto	281 de 03.04.2013	18/12/13
Marciana Ribeiro Da Silva Oliveira	405 de 05.06.2013	17/12/13
Marciano Jose Emilio Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marcionir Bruno Cristofolini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Maria Aparecida Colasso	259 de 28.03.2013	17/12/13
Maria Da Gloria Marcondes Martinson	259 de 28.03.2013	17/12/13
Maria De Fatima Ferrari	259 de 28.03.2013	18/12/13
Maria De Lourdes Vailatti	259 de 28.03.2013	01/08/13
Maria Heck Manske	259 de 28.03.2013	17/12/13
Maria Luiza Schroeder	259 de 28.03.2013	17/12/13
Maria Salete Coelho Da Rocha	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marilda De Oliveira Vallim Mota	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marina Cristovao	259 de 28.03.2013	17/12/13
Marinita Vasselai Putka	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marisa Beyer	259 de 28.03.2013	18/12/13

Maristela Pisetta	259 de 28.03.2013	18/12/13
Maristela Siewert	259 de 28.03.2013	18/12/13
Maristela Weiss	259 de 28.03.2013	17/12/13
Marlete Grundmann Schlueter	259 de 28.03.2013	18/12/13
Marli Popeng Costa	259 de 28.03.2013	17/12/13
Marli Regina Leomil Junqueira Konell	259 de 28.03.2013	17/12/13
Marlise Clara Nollí	259 de 28.03.2013	17/12/13
Marluce Schumann Prada	357 de 13.05.2013	18/12/13
Mary Lea Butzke	259 de 28.03.2013	18/12/13
Mayra Dayane Polastri	259 de 28.03.2013	18/12/13
Mayra Elaine Milke	259 de 28.03.2013	18/12/13
Mayte Mittelman	259 de 28.03.2013	18/12/13
Michele De Souza	259 de 28.03.2013	01/09/13
Mirian Dos Reis	259 de 28.03.2013	18/12/13
Monica De Lima Miranda Silva	259 de 28.03.2013	17/12/13
Monica Estela Hoe Lange	259 de 28.03.2013	18/12/13
Monica Regina Ittner Cipriani	259 de 28.03.2013	18/12/13
Monica Zafaneli Da Cruz Lima	259 de 28.03.2013	18/12/13
Nadia Carla Bogo Zanella	259 de 28.03.2013	18/12/13
Nadia Seide Zickuhr	259 de 28.03.2013	18/12/13
Nadir Nazatto Machado	259 de 28.03.2013	18/12/13
Nair Joao Da Silva Ribeiro	287 de 05.04.2013	17/12/13
Neide Cristina Ewald De Souza	259 de 28.03.2013	18/12/13
Nelci Magalhaes De Abreu	259 de 28.03.2013	17/12/13
Nieli Aparecida Maia	259 de 28.03.2013	18/12/13
Nilceia Alves Da Silva	259 de 28.03.2013	17/12/13
Nilsa Maria Corbani	259 de 28.03.2013	18/12/13
Olivia Weingartner	259 de 28.03.2013	18/12/13
Pamela Cristina Backes	259 de 28.03.2013	17/12/13
Patricia Regina Felippi	413 de 10.06.2013	14/07/13
Paula Regina Visentainer Lenzi	259 de 28.03.2013	18/12/13
Paulo Lacerda	259 de 28.03.2013	18/12/13
Pedro Thiago Pereira	259 de 28.03.2013	17/12/13
Plinio Amorim De Sousa	259 de 28.03.2013	18/12/13
Pricilla Kelle Pereira	259 de 28.03.2013	18/12/13
Priscila Maria Branco Pereira	259 de 28.03.2013	17/12/13
Priscila Moraes Bragagnolo Hansen	259 de 28.03.2013	18/12/13
Rafael Spiess	259 de 28.03.2013	18/12/13
Raquel Zimath Holler	259 de 28.03.2013	18/12/13
Ricardo Michel Moser	259 de 28.03.2013	18/12/13
Rita De Cassia Bona	259 de 28.03.2013	18/12/13
Rita Janaina Tristao	259 de 28.03.2013	17/12/13
Rita Pieritz	259 de 28.03.2013	20/12/13
Rogeria Aparecida Borges De Lima	259 de 28.03.2013	18/12/13
Rolf Gruppe	259 de 28.03.2013	18/12/13
Rosane Aparecida Cardoso	271 de 02.04.2013	17/12/13
Rose Mary Dalpiaz Correa	259 de 28.03.2013	18/12/13
Roselandy Carioca Dos Santos Demonti	259 de 28.03.2013	17/12/13
Roseli Frusina	271 de 02.04.2013	17/12/13
Roseli Maria Ropelato	259 de 28.03.2013	17/12/13
Rovena Uecker Kruger	259 de 28.03.2013	17/12/13
Rubens Zibell	271 de 02.04.2013	01/08/13
Rubia Manuele Campregher	259 de 28.03.2013	20/12/13
Rutineia Luciene Bell	259 de 28.03.2013	18/12/13
Sabrina Demonti	259 de 28.03.2013	17/12/13
Salvio Antonio Zatelli	259 de 28.03.2013	18/12/13
Sandra Celestina Sassella Brandt	259 de 28.03.2013	17/12/13
Sandra Eliane Stasaitis Nunes	259 de 28.03.2013	17/12/13

Sandra Margareth Alves Dos Santos	259 de 28.03.2013	17/12/13
Sandra Maria Nichelatti	259 de 28.03.2013	18/12/13
Sandra Regina Mattedi Nardelli	259 de 28.03.2013	17/12/13
Santina Correia	335 de 02.05.2013	17/12/13
Selma Da Silva	259 de 28.03.2013	17/12/13
Sheila Priscila Hordina Torres	259 de 28.03.2013	18/12/13
Silmara Rodrigues Da Silva	259 de 28.03.2013	17/12/13
Silvana Da Silva Schroeder	259 de 28.03.2013	17/12/13
Silvana Edina Formigari	259 de 28.03.2013	18/12/13
Silvana Macedo Dos Santos Costa	259 de 28.03.2013	17/12/13
Simone Kuester Neves	259 de 28.03.2013	17/12/13
Solange Felipe Kisner	259 de 28.03.2013	17/12/13
Sonia Goncalves Ribeiro	259 de 28.03.2013	18/12/13
Soraia Patricia Longo	259 de 28.03.2013	17/12/13
Sueli Maria Pellin Lourenco	259 de 28.03.2013	17/12/13
Taiza Anesi Carlini Mendes Cardoso	259 de 28.03.2013	18/12/13
Talita Nazario Bristot Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Tamires Andreia Nardelli	312 de 15.04.2013	01/08/13
Tatiana Angeli	259 de 28.03.2013	18/12/13
Tatiana Cristina Machado Garcia	259 de 28.03.2013	18/12/13
Tatiana Dickmann Zumach	259 de 28.03.2013	18/12/13
Tatiana Estefania Dreger	259 de 28.03.2013	17/12/13
Tatiana Klug	259 de 28.03.2013	18/12/13
Tayane Catafesta	259 de 28.03.2013	17/12/13
Thamis Lehmkuhl De Souza Travaglia	259 de 28.03.2013	17/12/13
Thandriane Laisy Prestes Prochnow	259 de 28.03.2013	17/12/13
Tiago Schulz	259 de 28.03.2013	18/12/13
Ursula Andreazza Cristofolini	259 de 28.03.2013	17/12/13
Vanda Leticia Prada Giovanella	259 de 28.03.2013	17/12/13
Vanderleia Da Silva Melo Tessmann	259 de 28.03.2013	17/12/13
Vanderleia Wolter	311 de 15.04.2013	17/12/13
Vanessa Pereira Tamanini	259 de 28.03.2013	18/12/13
Vanessa Salvador Da Silva	259 de 28.03.2013	18/12/13
Vanessa Trintim Prada	259 de 28.03.2013	18/12/13
Vanusa Wolter Reiter	259 de 28.03.2013	17/12/13
Vera Kretz	259 de 28.03.2013	17/12/13
Vera Lucia De Castilho	259 de 28.03.2013	18/12/13
Veronica Sepka	317 de 17.04.2013	17/12/13
Vivian Karina Schuster Ittner	349 de 03.05.2013	17/12/13
Yana Batista	259 de 28.03.2013	18/12/13
Zenaide Jesus De Bairos De Oliveira	259 de 28.03.2013	17/12/13
Zenir Rohling Bechtold	259 de 28.03.2013	17/12/13
Zenita Santana Clarinda	281 de 04.04.2013	17/12/13
Zuleica Nass Raasch	413 de 10.06.2013	17/12/13

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 449, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA N° 449, DE 01 DE JULHO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adriana Neckel Soares	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Alessandro Mondadori Hoffmann	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Aline Boer	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Ana Karolina Longo Boaventura	258 de 28.03.2013	02/09/2013
Anderlei Tessarolo Degering	286 de 05.04.2013	20/12/2013
Andiara Geele Cristofolini Pretti	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Anna Paula Borchardt Da Paz	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Aparecida Belarmino Roeder	389 de 03.06.2013	20/12/2013
Arseno Adriano	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Cacia Rodrigues Mengarda	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Carla Cristina Lima dos Santos	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Carlos Eduardo Prado Costa	377 de 20.05.2013	20/12/2013
Claudete Lucia Zumach Chiste	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Cleia Cesarino	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Cristiane Raquel Welter Ewald	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Daniela de Deus	273 de 02.04.2013	20/12/2013
Danielle Karine Fiamoncini	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Darcio Habowsky	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Davi da Maia	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Ederson Jose Girelli	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Edina Vaz de França	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Edison Jose Graupe	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Egberto Jose de Freitas	348 de 03.05.2013	20/12/2013
Eliana Aparecida Dalcagtagne	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Eliane Aparecida de Oliveira	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Eliane Lando e Silva	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Eliane Margrit dos Anjos Volkmann	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Eliane Moser	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Elisiane Gisela Largura Schroeder	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Fabricio Raitz de Jesus	258 de 28.03.2013	20/12/2013

Flavia Dayane Simeoni	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Geraldo Galindo Filho	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Gilberto Luiz Goedert	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Gisele Cristina Manfrini Fernandes	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Gloria Delfino dos Santos	273 de 02.04.2013	20/12/2013
Helida de Oliveira Rocha Lutzow	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Iliane Peres de Lima Habowski	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Ingrid Knopp	273 de 02.04.2013	20/12/2013
Isabel Tancon Oda	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Ivete Sulidario	273 de 02.04.2013	20/12/2013
Ivone Carvalho de Siqueira Sacht	273 de 02.04.2013	20/12/2013
Ivonete dos Santos Portela	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Janaina Blanchet	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Janderick de Souza Alves	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Jocimara Odete Pasqualli Pessati	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Joice Stollmeier Kroenke	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Joselene Drager Weber	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Josete Luiza Reck Sfredo	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Josiane das Graças de Liz Paulo	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Juliana Fernandes	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Juliana Pereira Catão	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Julien Freddy Santistevan	273 de 02.04.2013	20/12/2013
Karin Kohler	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Katy Christine Bremer	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Lizandro Frainer Furlani	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Lucia Elena Crossa Casali	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Luis Carlos Godoi	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Lurdes Nunes Linhares	308 de 15.04.2013	20/12/2013
Maira Lucia Cipriani	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Maira Pasqualini	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Maira Silva de Godoy	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Marcos Antonio Sanches	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Margareth Raasch Frainer	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Maria Girola Felippi	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Marilene de Mello	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Marina Rodrigues da Silva	352 de 08.05.2013	12/07/2013
Marize Michelson da Rosa	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Mere Teresinha Fagundes Wetzel	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Meri Terezinha Ribeiro	308 de 15.04.2013	20/12/2013
Moacir de Freitas Toledo	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Natalia de Alcantara Zimmermann	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Norbert Neumayr	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Olivia Brait	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Otavio Nickhorn e Silva	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Paolo Piermarini	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Patricia Slomp	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Priscila Gabriela Grosch	291 de 08.04.2013	20/12/2013
Priscila Lenzi Odebrecht	406 de 06.06.2013	20/12/2013

Roberta Nelci Pellin	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Rodrigo Oliveira da Silva	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Rosa Maria Borchardt	273 de 02.04.2013	20/12/2013
Rosangela Ferreira da Silva Primo	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Rose Meli Stolf Evaristo	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Rosely Gessner Aguiar	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Rosemeri Morlo	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Sandra Regina de Lima	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Sarita Lucia Machado Zumach	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Shirlei Schurt Vicenti	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Silvana Longo Roepke	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Silvana Maria Longo	308 de 15.04.2013	09/10/2013
Songela dos Santos	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Tania Maas	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Thaina Raitz	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Thiago Prange	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Vanessa Mlynasczyk	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Vanusa de Jesus Oliveira Mora	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Willian Jian Hertel David	258 de 28.03.2013	20/12/2013
Wilmar Scoz	258 de 28.03.2013	20/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 450, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA N° 450, DE 01 DE JULHO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Elizete de Almeida	259, de 28/03/2013	17/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC



Portaria N° 451, de 1° de Julho de 2013

PORTARIA N° 451, DE 1° DE JULHO DE 2013

Remove de Ofício Servidor Público Municipal lotado na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1° REMOVER DE OFÍCIO o Servidor Público Municipal a seguir relacionado, a contar desta data:

NOME	DE	PARA
Carlos Voltolini	Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1° de julho 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 456, de 01 de Julho de 2013

PORTARIA N° 456, DE 01 DE JULHO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei n° 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei n° 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto n° 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1° ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Dolores Caimi Krauss	406/2013	19/07/2013
Kátia Michele Jurk Avalos	426/2013	01/08/2013
Marcia Aparecida Tamanini	417/2013	01/08/2013

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em01 de julho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° 477, de 15 de Julho de 2013

PORTARIA N° 477, DE 15 DE JULHO DE 2013

Instaura Sindicância Administrativa n° 03/2013, para apurar fatos constantes no memorando expedido pela Secretária Municipal da Fazenda e Administração, em 28 de junho do corrente e demais documentos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar n° 01/93, alterada pela Lei Complementar n° 139/98,

RESOLVE:

Art.1° Determinar a instauração de Sindicância Administrativa n° 03/2013, para apurar fatos constantes no memorando expedido pela Secretária Municipal da Fazenda e Administração, em 28 de junho do corrente e demais documentos, com relação a multas lançadas no Balanço 2012.

Art.2° Designar, para integrar a Comissão de Sindicância Administrativa n° 03/2013, as seguintes Servidoras: SILVANA VICENTE ROEPKE-Auxiliar de Serviços Administrativos; LOURDES MOSER-Auxiliar de Serviços Administrativos e DENIELLE CRISTIANE PARNO-Auxiliar de Serviços Administrativos, para sob a presidência da primeira, apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o art.1°, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em15 de julho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria N° SEMFA-D0236, de 20 de Junho de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0236, de 20 de junho de 2013.

Concede Licença Prêmio à servidora Karina Reichert Coelho.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1° Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora KARINA REICHERT COELHO, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.02.2008 à 02.02.2013, por trinta dias (15.08 à 13.09.2013), conforme Processo RH08-0023.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em20 de junho de 2013; 143o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0237, de 20 de Junho de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0237, de 20 de junho de 2013.

Concede Licença Prêmio à servidora Shandi Cristhiane Indalêncio.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora SHANDI CRISTHIANE INDALÊNCIO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.06.2008 à 01.06.2013, por trinta dias (01.07 à 30.07.2013), conforme Processo RH13-0072.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0238, de 20 de Junho de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0238, de 20 de junho de 2013.

Concede Licença Prêmio à servidora Juliana Maria Carlini Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora JULIANA MARIA CARLINI DALPIAZ, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.06.2008 à 01.06.2013, por trinta dias (15.07 à 13.08.2013), conforme Processo RH13-0073.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0239, de 20 de Junho de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0239, de 20 de junho de 2013.

Concede Licença Prêmio à servidora Luize Amanda Salvador.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da

Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora LUIZE AMANDA SALVADOR, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 10.06.2008 à 09.06.2013, por trinta dias (04.08 à 02.09.2013), conforme Processo RH13-0074.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0245, de 26 de Junho de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0245, de 26 de junho de 2013.

Concede Licença Prêmio à servidora Siliane Maria Erban.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar n° 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora SILIANE MARIA ERBANO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.06.2008 à 01.06.2013, por trinta dias (01.08 à 30.08.2013), conforme Processo RH13-0075.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0220, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0220, de 10 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Carmelinde Brandt.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora CARMELINDE BRANDT, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Administrativos, lotada na Procuradoria Geral do

Município, a contar de 07.06.2013 à 10.06.2013, por quatro (04) dias, conforme Processo RH13-0058;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0221, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0221, de 10 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sirlei Gonçalves de Oliveira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SIRLEI GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11.06.2013 à 12.08.2013, por sessenta e três (63) dias, conforme Processo RH06-0147;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0222, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0222, de 10 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Aparecida Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora APARECIDA VALCANIAIA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06.06.2013 à 25.06.2013, por vinte (20) dias, conforme Processo RH03-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0223, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0223, de 10 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Gildo de Borba.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor GILDO DE BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 11.06.2013 a 10.07.2013, por trinta (30) dias, conforme Processo RH03-0115;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0224, de 10 de Junho de 2013

PORTARIA NºSEMFA-D0224, de 10 de junho de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço ao servidor Elias Dalcastagne.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço ao servidor ELIAS DALCASTAGNE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado no Fundo Municipal de Trânsito, por vinte e dois (22) dias, a contar de 12/06 a 03/07/2013, conforme Processo RH04-0009;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0225, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0225, de 10 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Cristiane Henkels Hartmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1° Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CRISTIANE HENKELS HARTMANN, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 10.06.2013 à 14.09.2013, por noventa e sete (97) dias, conforme Processo RH13-0027;

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0226 de 12 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0226 de 12 de junho de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Marino Darui.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor MARINO DARUI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por quarenta e oito (48) dias, a contar de 12/06 a 29/07/2013, conforme Processo RH08-0377;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 28/05 à 11/06/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 12/06 à 29/07/2013 (48 dias).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0227, de 12 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0227, de 12 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Carmen Dolores Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1° Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CARMEN DOLORES BUSARELLO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 05.06.2013 à 05.08.2013, por sessenta e dois (62) dias, conforme Processo RH13-0008;

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0228, de 13 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0228, de 13 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Ailton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1° Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 01.06.2013 à 30.06.2013, por trinta (30) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0229 de 13 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0229 de 13 de junho de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Luciane Maria Vailatti.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora LUCIANE MARIA VAILATTI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH08-0382;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 27/05 à 10/06/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 11/06 à 07/07/2013 (27 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0232 de 17 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0232 de 17 de junho de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Mara Rúbia Longo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARA RÚBIA LONGO, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo RH13-0071;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 07/05 à 21/05/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 03/06 à 18/07/2013 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0233, de 17 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0233, de 17 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marlise Brehmer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARLISE BREHMER, ocupante do cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 18.06.2013 a 15.07.2013, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH01-037;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0234 de 19 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0234 de 19 de junho de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Alessandra Gessner Prade Xavier.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ALESSANDRA GESSNER PRADE XAVIER, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo RH10-0009;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 03/06 à 12/06/2013 (10 dias) e 13/06 à 17/06/2013 (05 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 18/06 à 07/07/2013 (20 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0235, de 20 de Junho de 2013

PORTARIA N°SEMFA-D0235, de 20 de junho de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço ao servidor Roger Trisotto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02

de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço ao servidor ROGER TRISOTTO, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por cento e sessenta e seis (166) dias, a contar de 21/06 a 03/12/2013, conforme Processo RH12-0112;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0240, de 24 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0240, de 24 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Isabel Cristina Lima.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ISABEL CRISTINA LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 24.06.2013 a 19.07.2013, por vinte e seis (26) dias, conforme Processo RH13-0056;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0241, de 24 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0241, de 24 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Nilva Prim Tolardo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora NILVA PRIM TOLARDO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar

de 25.06.2013 a 08.07.2013, por quatorze (14) dias, conforme Processo RH08-0221;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0242, de 24 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0242, de 24 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dietlind Duwe Westphal.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DIETLIND DUWE WESTPHAL, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11.06.2013 a 10.07.2013, por trinta (30) dias, conforme Processo RH01-102;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0243, de 26 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0243, de 26 de junho de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Aparecida Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora APARECIDA VALCANAIA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 26.06.2013 a 16.07.2013, por vinte e um (21) dias, conforme Processo RH03-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0244 de 26 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0244 de 26 de junho de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Clari Sallete Ramos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CLARI SALLETE RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH03-0050;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/06 à 27/06/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 28/06 à 08/09/2013 (73 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0246 de 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0246 de 28 de junho de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo RH12-0050;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 18/06 à 02/07/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 03/07 à 24/07/2013 (22 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0247, de 28 de Junho de 2013

PORTARIA N°SEMFA-D0247, de 28 de junho de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço à servidora Ellen Márcia Milbratz Habeck.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço à servidora ELLEN MÁRCIA MILBRATZ HABECK, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por Cento e quatorze (114) dias, a contar de 29/06 a 20/10/2013, conforme Processo RH12-0137;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0248 de 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0248 de 28 de Junho de 2013.

Concede Abono de Permanência à servidora Ivone Gumz .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência à servidora Ivone Gumz, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 24/05/2013, conforme Processo RH13-0055.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de Junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0249 de 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0249 de 28 de Junho de 2013.

Concede Abono de Permanência ao servidor Alfons Lammel .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02

de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor Alfons Lam-mel, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional II, lotado na Se-cretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 11/06/2013, conforme Processo RH13-0068.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-dicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em28 de Junho de 2013; 143º ano de Funda-ção; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0250 de 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0250 de 28 de Junho de 2013.

Concede Abono de Permanência ao servidor Waldino Ferrari .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor Waldino Fer-rari, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Se-cretaria de Desenvolvimento Econômico, a contar de 17/06/2013, conforme Processo RH13-0069.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-dicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em28 de Junho de 2013; 143º ano de Funda-ção; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0251 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0251 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Fa-mília à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada no Fundo Municipal de Saúde, por DOIS (02) dias, a contar de 28 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0085.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-dicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em28 de junho de 2013; 143º ano de Funda-ção; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0252 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0252 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eunice Machado Grundmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Fa-mília à servidora Eunice Machado Grundmann, ocupante do cargo de Monitora de Curso, lotada na Fundação Cultural de Timbó, por QUATORZE (14) dias, a contar de 10 de junho de 2013, com re-muneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0086.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-dicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em28 de junho de 2013; 143º ano de Funda-ção; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0253 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0253 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Patricia Holler Martin.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Patricia Holler Martin, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Timbó, por HUM (01) dia, a contar de 16 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0087.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-dicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em28 de junho de 2013; 143º ano de Funda-ção; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0254 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0254 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Viviana Maria Draeger.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Viviana Maria Draeger, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Timbó, por TRÊS (03) dias, a contar de 28 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0084.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0255 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0255 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Luciane Perin Fiamoncini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Luciane Perin Fiamoncini, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por HUM (01) dia, a contar de 22 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0083.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0256 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0256 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por TRÊS (03) dias, a contar de 20 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0257 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0257 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por DOIS (02) dias, a contar de 23 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0258 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0258 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ONZE (11) dias, a contar de 05 de junho de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0259 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0259 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Silvana Betina Muller Dias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Silvana Betina Muller Dias, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, por DEZ (10) dias, a contar de 20 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0001.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0260 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0260 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por HUM (01) dia, a contar de 15 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0040.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0261 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0261 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Timbó, por SEIS (06) horas, a contar de 27 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0044.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0262 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0262 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Mayke Heidrich.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Mayke Heidrich, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Timbó, por TRINTA (30) dias, a contar de 06 de junho de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH08-0246.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0263 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0263 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Vivian Weege Meyer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Vivian Weege Meyer, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por HUM (01) dia, a contar de 11 de junho de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH03-0180.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0264 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0264 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maria Sílvia Gonçalves Ribeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maria Sílvia Gonçalves Ribeiro, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por HUM (01) dia, a contar de 12 de junho de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH08-0374.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0265 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0265 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Magali Mergen.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Magali Mergen, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Timbó, por UMA HORA E TRINTA MINUTOS (01:30) horas, a contar de 15 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0122.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0266 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0266 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Magali Mergen.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Magali Mergen, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Timbó, por HUM (01) dia, a contar de 16 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0122.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0267 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0267 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Magali Mergen.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Magali Mergen, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Timbó, por HUM (01) dia, a contar de 28 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0122.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0268 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0268 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Kátia Regina Lazarini Vilvert.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Kátia Regina Lazarini Vilvert, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por HUM (01) dia, a contar de 15 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH04-0180.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0269 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0269 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dayse Fabiana Borchardt.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho

de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dayse Fabiana Borchardt, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por DUAS (02) horas, a contar de 20 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0396.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0270 28 de Junho de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0270 28 de Junho de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Adriana Regina Mafrá Persuhn.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Adriana Regina Mafrá Persuhn, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por HUM (01) dia, a contar de 03 de junho de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH09-0202.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Errata Concorrência N.º 06 2013 Fct - Parque de Diversões 23ª Festa do Imigrante

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE ERRATA CONCORRÊNCIA P/ CONCESSÃO Nº 06/2013 - FCT

OBJETO: concorrência destinada à concessão de uso de espaço público para a exploração de parque de diversões junto à 23ª Festa do Imigrante que acontecerá no período de 10 a 13 de outubro, no Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul", disponibilizando toda estrutura, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, mão de obra (inclusive para venda de tiquetes) e limpeza do local.

O prazo de entrega dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços passa a ser até as 17hs do dia 26 de agosto de 2013, e a abertura dos mesmos passa a ser dia 27 de agosto de 2013 as 09h00min.

Permanecem inalteradas as demais condições.

Timbo (SC), 25/07/2013
JORGE REVELINO FERREIRA
Presidente da FCT

Errata Concorrência N.º 07 2013 Fct - Exploração de Vendas de Bebidas 23ª Festa do Imigrante

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE ERRATA CONCORRÊNCIA P/ CONCESSÃO Nº 07/2013
- FCT

OBJETO: exploração de venda de chope claro e escuro, refrigerante e água mineral com e sem gás, para a 23ª Festa do Imigrante, a ser realizada junto às dependências do Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, no período compreendido entre os dias 10 a 13 de outubro de 2013.

O prazo de entrega dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços passa a ser até as 17hs do dia 26 de agosto de 2013, e a abertura dos mesmos passa a ser dia 27 de agosto de 2013 as 10h30min.

Permanecem inalteradas as demais condições.

Timbo (SC), 25/07/2013
JORGE REVELINO FERREIRA
Presidente da FCT



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal-Semestre 1

MUNICÍPIO DE TIMBO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2013

RGF - ANEXO II (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

CONSOLIDADO

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.216.289,80	2.232.804,09	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00
Interna	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	572.229,90	266.055,08	0,00
DEDUÇÕES (II) ¹	11.375.440,18	20.441.515,89	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.421.217,64	20.870.102,06	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precat.)	2.045.777,46	428.586,17	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(9.159.150,38)	(18.208.711,80)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	89.192.569,01	86.847.108,59	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,48	2,57	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(10,27)	(20,97)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	107.031.082,81	104.216.530,31	0,00
	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	572.229,90	266.055,08	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	384.548,18	554.507,89	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.106.156,87	1.868.055,87	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	85.288.269,94	85.288.269,94	0,00
Passivo Atuarial	85.288.269,94	85.288.269,94	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) ¹	51.888.598,84	50.523.372,22	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.013,34	1.745,44	0,00
Investimentos	51.872.585,50	50.521.626,78	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV. (XI) = (IX) - (X)	33.399.671,10	34.764.897,72	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 09h e 52m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2013

RGF - ANEXO II (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

CONSOLIDADO

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.216.289,80	2.232.804,09	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00
Interna	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	572.229,90	266.055,08	0,00
DEDUÇÕES (II) ¹	11.375.440,18	20.441.515,89	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.421.217,64	20.870.102,06	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precat.)	2.045.777,46	428.586,17	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(9.159.150,38)	(18.208.711,80)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	89.192.569,01	86.847.108,59	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,48	2,57	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(10,27)	(20,97)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	107.031.082,81	104.216.530,31	0,00
	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.644.059,90	1.966.749,01	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	572.229,90	266.055,08	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	384.548,18	554.507,89	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.106.156,87	1.868.055,87	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PRVIDENCIÁRIA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	85.288.269,94	85.288.269,94	0,00
Passivo Atuarial	85.288.269,94	85.288.269,94	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) ¹	51.888.598,84	50.523.372,22	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.013,34	1.745,44	0,00
Investimentos	51.872.585,50	50.521.626,78	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV. (XI) = (IX) - (X)	33.399.671,10	34.764.897,72	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 10h e 08m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro A Junho /2013

RGF - ANEXO 4(LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

CONSOLIDADO

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	<u>VALOR REALIZADO</u>	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO(I)	772.433,56	772.433,56
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	772.433,56	772.433,56
Interna	772.433,56	772.433,56
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bense Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bense Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas(LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	772.433,56	772.433,56
Externas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO(II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	86.847.108,59	-
OPERAÇÕES VEDADAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia + III)	772.433,56	0,89
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	13.895.537,37	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art 59 da LRF) -<%>	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.079.297,60	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO(V)=(IV+IIa)	772.433,56	0,89

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 10h e 54m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro A Junho /2013

RGF - ANEXO 4(LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

CONSOLIDADO

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	<u>VALOR REALIZADO</u>	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO(I)	772.433,56	772.433,56
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	772.433,56	772.433,56
Interna	772.433,56	772.433,56
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bense Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bense Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas(LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	772.433,56	772.433,56
Externas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO(II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	86.847.108,59	-
OPERAÇÕES VEDADAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia + III)	772.433,56	0,89
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	13.895.537,37	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art 59 da LRF) -< % >	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.079.297,60	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO(V)=(IV+IIa)	772.433,56	0,89

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 11h e 07m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICÍPIO DE TIMBO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMOSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2013

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

CONSOLIDADO

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013	
		Até: Junho	Até: Dezembro
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS (III)=(I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	89.192.569,01	86.847.108,59	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	19.622.365,18	19.106.363,89	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>			

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013	
		Até: Junho	Até: Dezembro
	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS <<nota>>			
CORRETIVAS:			

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 10h e 47m.

Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMOSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2013

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

CONSOLIDADO

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013	
		Até: Junho	Até: Dezembro
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS (III)=(I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	89.192.569,01	86.847.108,59	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	19.622.365,18	19.106.363,89	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>			

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013	
		Até: Junho	Até: Dezembro
	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS <<nota>>			
CORRETIVAS:			

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 10h e 33m.

Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO - Poder Executivo e Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2012 a Junho/2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

CONSOLIDADO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.973.293,34	0,00
Pessoal Ativo	45.895.698,60	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.909.973,64	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	167.621,10	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	5.216.890,45	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	306.174,82	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	692,13	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.910.023,50	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	45.756.402,89	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		45.756.402,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	86.847.108,59
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	52,69
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (60,00%)	52.108.265,15
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - (57,00%)	49.502.851,90
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 09h e 38m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2012 a Junho/2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

CONSOLIDADO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.883.269,04	0,00
Pessoal Ativo	44.831.696,42	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.909.973,64	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	141.598,98	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	5.216.890,45	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	306.174,82	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	692,13	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.910.023,50	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	44.666.378,59	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		44.666.378,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	86.847.108,59
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	51,43
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	46.897.438,64
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	4.552.566,71
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 09h e 26m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2013 a Junho/2013

LRF, Art. 48 - Anexo VII

CONSOLIDADO

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	45.756.402,89	52,69
Limite Máximo(incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	52.108.265,15	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	49.502.851,90	57,00

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(18.208.711,80)	(20,97)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	104.216.530,31	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.106.363,89	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	772.433,56	0,89
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Exter	13.895.537,37	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/ Oper. de Crédito p/ Antecipação da Receita	6.079.297,60	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 17/07/2013, Hora de emissão 10h e 29m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho 2013/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Maio à Junho (b)	% (b/a)	Até Junho (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	142.088.000,00	142.088.000,00	13.935.511,77	9,80	47.496.390,91	33,42	94.591.609,09
RECEITAS CORRENTES	92.763.000,00	92.763.000,00	13.112.780,89	14,13	45.202.550,89	48,72	47.560.449,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.236.000,00	16.236.000,00	3.341.832,99	20,58	11.697.592,64	72,04	4.538.407,36
Impostos	13.550.000,00	13.550.000,00	2.150.992,77	15,87	9.308.490,57	68,69	4.241.509,43
Taxas	2.556.000,00	2.556.000,00	1.180.426,35	46,18	2.380.219,86	93,12	175.780,14
Contribuição de Melhoria	130.000,00	130.000,00	10.413,87	8,01	8.882,21	6,83	121.117,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.958.000,00	3.958.000,00	767.490,23	19,39	2.413.848,14	60,98	1.544.151,86
Contribuições Sociais	2.358.000,00	2.358.000,00	531.703,78	22,54	1.679.541,58	71,22	678.458,42
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	235.786,45	14,73	734.306,56	45,89	865.693,44
RECEITA PATRIMONIAL	4.968.600,00	4.968.600,00	(2.504.721,46)	50,41	(2.133.313,44)	42,93	7.101.913,44
Receitas Imobiliárias	20.000,00	20.000,00	3.057,05	15,28	4.826,93	24,13	15.173,07
Receitas de Valores Mobiliários	4.906.600,00	4.906.600,00	(2.507.938,21)	51,11	(2.139.613,14)	43,60	7.046.213,14
Receita de Concessões e Permissões	42.000,00	42.000,00	159,70	0,38	1.472,77	3,50	40.527,23
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.DirExpl.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	128.326,30	64,16	71.673,70
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	128.326,30	64,16	71.673,70
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.520.000,00	5.520.000,00	1.029.475,10	18,64	2.861.039,73	51,83	2.658.960,27
Receita de Serviços	5.520.000,00	5.520.000,00	1.029.475,10	18,64	2.861.039,73	51,83	2.658.960,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.444.000,00	56.444.000,00	9.899.800,77	17,53	28.455.689,99	50,41	27.988.310,01
Transferências Intergovernamentais	56.199.000,00	56.199.000,00	9.891.484,77	17,60	28.447.373,99	50,61	27.751.626,01
Transferências de Instituições Privadas	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Convênios	180.000,00	180.000,00	8.316,00	4,62	8.316,00	4,62	171.684,00
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.436.400,00	5.436.400,00	578.903,26	10,64	1.779.367,53	32,73	3.657.032,47
Multas e Juros de Mora	1.602.000,00	1.602.000,00	329.808,14	20,58	911.770,71	56,91	690.229,29
Indenizações e Restituições	517.000,00	517.000,00	60.804,70	11,76	252.800,99	48,89	264.199,01
Receita da Dívida Ativa	1.630.000,00	1.630.000,00	118.489,12	7,26	443.640,16	27,21	1.186.359,84
Rec.Dec>Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	1.687.400,00	1.687.400,00	69.801,30	4,13	171.155,67	10,14	1.516.244,33
RECEITAS DE CAPITAL	49.325.000,00	49.325.000,00	822.730,88	1,66	2.293.840,02	4,65	47.031.159,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.890.000,00	24.890.000,00	610.877,49	2,45	772.433,56	3,10	24.117.566,44
Operações de Crédito Internas	24.890.000,00	24.890.000,00	610.877,49	2,45	772.433,56	3,10	24.117.566,44
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	28.900,00	57,80	28.900,00	57,80	21.100,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	28.900,00	57,80	28.900,00	57,80	21.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	271,26	5,42	4.728,74
Amortizações de Empréstimos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	271,26	5,42	4.728,74
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24.380.000,00	24.380.000,00	182.953,39	0,75	1.492.235,20	6,12	22.887.764,80
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	24.380.000,00	24.380.000,00	182.953,39	0,75	1.492.235,20	6,12	22.887.764,80
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	4.512.000,00	4.512.000,00	873.726,47	19,36	2.514.931,87	55,73	1.997.068,13
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	146.600.000,00	146.600.000,00	14.809.238,24	10,10	50.011.322,78	34,11	96.588.677,22

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho 2013/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Maio à Junho (b)	% (b/a)	Até Junho (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	146.600.000,00	146.600.000,00	14.809.238,24	10,10	50.011.322,78	34,11	96.588.677,22
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	146.600.000,00	146.600.000,00	14.809.238,24	10,10	50.011.322,78	34,11	96.588.677,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	6.300.335,30	-	-	2.633.787,35	-	-
Superávit Financeiro	-	6.300.335,30	-	-	2.633.787,35	-	-
Reabertura de Créditos Acionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	140.584.100,00	6.309.384,69	146.893.484,69	14.506.573,29	55.419.477,04	15.981.276,94	40.395.832,14	27,50	106.497.652,55
DESPESAS CORRENTES	77.296.528,00	3.068.277,64	80.364.805,64	11.778.379,69	46.311.119,90	13.926.138,04	36.301.830,35	45,17	44.062.975,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.940.894,33	895.975,74	41.836.870,07	7.670.962,93	20.617.853,59	7.714.724,70	20.480.553,17	48,95	21.356.316,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	55.018,54	116.083,84	55.018,54	116.083,84	38,69	183.916,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.055.633,67	2.172.301,90	38.227.935,57	4.052.398,22	25.577.182,45	6.156.394,80	15.705.193,32	41,08	22.522.742,25
DESPESAS DE CAPITAL	60.077.072,00	3.241.107,05	63.318.179,05	2.728.193,60	9.108.357,14	2.055.138,90	4.094.001,79	6,44	59.224.177,26
INVESTIMENTOS	59.287.072,00	3.241.107,05	62.528.179,05	2.586.216,95	8.658.612,69	1.913.162,25	3.644.257,34	5,82	58.883.921,71
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	790.000,00	0,00	790.000,00	141.976,64	449.744,44	141.976,64	449.744,44	56,92	340.255,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	410.500,00	0,00	410.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.500,00
RESERVA RPPS	2.800.000,00	0,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	6.015.900,00	(9.049,39)	6.006.850,61	861.539,99	2.921.766,42	905.166,18	2.762.417,60	45,98	3.244.433,01
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	146.600.000,00	6.300.335,30	152.900.335,30	15.368.113,28	58.341.243,46	16.886.443,12	43.158.249,74	28,22	109.742.085,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	146.600.000,00	6.300.335,30	152.900.335,30	15.368.113,28	58.341.243,46	16.886.443,12	43.158.249,74	28,22	109.742.085,56
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.853.073,04	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	146.600.000,00	6.300.335,30	152.900.335,30	15.368.113,28	58.341.243,46	16.886.443,12	50.011.322,78	32,70	102.889.012,52

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Maio à Junho (b)	% (b/a)	Até Junho (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	4.512.000,00	4.512.000,00	873.726,47	19,36	2.514.931,87	55,73	1.997.068,13
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.412.000,00	4.412.000,00	848.167,27	19,22	2.443.812,39	55,39	1.968.187,61
Contribuições Sociais	4.412.000,00	4.412.000,00	848.167,27	19,22	2.443.812,39	55,39	1.968.187,61
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	25.559,20	25,55	71.119,48	71,11	28.880,52
Receita de Serviços	100.000,00	100.000,00	25.559,20	25,55	71.119,48	71,11	28.880,52
TOTAL	4.512.000,00	4.512.000,00	873.726,47	19,36	2.514.931,87	55,73	1.997.068,13

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	Maio à Junho	Até Junho (g)	% (g/f)	
DESPESAS CORRENTES	6.015.900,00	(9.049,39)	6.006.850,61	861.539,99	2.921.766,42	905.166,18	2.762.417,60	45,98	3.244.433,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.821.900,00	(4.549,39)	5.817.350,61	861.730,12	2.768.917,19	884.311,48	2.697.090,03	46,36	3.120.260,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.000,00	(4.500,00)	189.500,00	(190,13)	152.849,23	20.854,70	65.327,57	34,47	124.172,44
TOTAL	6.015.900,00	(9.049,39)	6.006.850,61	861.539,99	2.921.766,42	905.166,18	2.762.417,60	45,98	3.244.433,01

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 11/07/2013, Hora de emissão 09h e 05m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: MAIO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 1/4

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Maio a Junho	até Junho	Maio a Junho	até Junho (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	140.584.100,00	146.893.484,69	14.506.573,29	55.419.477,04	15.981.276,94	40.395.832,14	93,60	27,50	106.497.652,55
LEGISLATIVA	2.567.088,16	2.567.088,16	647.595,30	1.319.815,84	549.112,43	1.001.693,89	2,32	39,02	1.565.394,27
Acao Legislativa	2.567.088,16	2.567.088,16	647.595,30	1.319.815,84	549.112,43	1.001.693,89	2,32	39,02	1.565.394,27
ADMINISTRACAO	6.838.000,00	6.726.979,00	779.310,45	3.466.759,54	1.035.731,66	2.800.367,42	6,49	41,63	3.926.611,58
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	104.000,00	104.000,00	4.491,18	41.313,54	8.130,83	26.673,18	0,06	25,65	77.326,82
Representacao Judicial e Extrajudicial	433.000,00	433.000,00	73.558,41	243.527,04	73.346,22	222.375,24	0,52	51,36	210.624,76
Administracao Geral	4.099.000,00	3.987.979,00	369.339,43	2.378.355,67	620.242,85	1.767.804,64	4,10	44,33	2.220.174,36
Administracao Financeira	880.000,00	880.000,00	140.504,94	372.872,48	140.504,94	372.872,48	0,86	42,37	507.127,52
Normatizacao e Fiscalizacao	150.000,00	150.000,00	8.661,15	22.522,96	8.661,15	22.522,96	0,05	15,02	127.477,04
Formacao de Recursos Humanos	160.000,00	160.000,00	33.291,09	86.824,78	35.062,19	86.374,78	0,20	53,98	73.625,22
Comunicacao Social	1.012.000,00	1.012.000,00	149.464,25	321.343,07	149.783,48	301.744,14	0,70	29,82	710.255,86
SEGURANCA PUBLICA	791.000,00	948.700,00	43.102,55	286.460,39	97.606,41	211.449,25	0,49	22,29	737.250,75
Policimento	395.500,00	550.500,00	29.556,11	198.480,59	65.663,56	150.201,41	0,35	27,28	400.298,59
Defesa Civil	395.500,00	398.200,00	13.546,44	87.979,80	31.942,85	61.247,84	0,14	15,38	336.952,16
ASSISTENCIA SOCIAL	1.831.000,00	1.967.021,00	416.337,42	1.006.487,27	285.541,85	742.592,43	1,72	37,75	1.224.428,57
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	184.000,00	125.000,00	575,20	43.244,61	3.928,09	31.284,62	0,07	25,03	93.715,38
Assistencia Comunitaria	1.647.000,00	1.842.021,00	415.762,22	963.242,66	281.613,76	711.307,81	1,65	38,62	1.130.713,19
PREVIDENCIA SOCIAL	7.593.000,00	7.775.200,00	1.169.392,80	3.099.587,48	1.169.793,09	3.097.990,86	7,18	39,84	4.677.209,14
Previdencia Basica	1.093.000,00	1.275.200,00	154.012,52	505.678,05	154.573,53	505.550,09	1,17	39,64	769.649,91
Previdencia do Regime Estatutario	6.500.000,00	6.500.000,00	1.015.380,28	2.593.909,43	1.015.219,56	2.592.440,77	6,01	39,88	3.907.559,23
SAUDE	18.369.940,00	18.947.240,00	3.462.254,34	12.040.157,72	3.287.055,31	9.239.796,89	21,41	48,77	9.707.443,11
Administracao Geral	915.000,00	943.000,00	93.429,89	224.264,14	88.373,18	171.214,26	0,40	18,16	771.785,74
Normatizacao e Fiscalizacao	165.000,00	161.000,00	27.351,10	159.314,36	32.243,02	150.363,84	0,35	93,39	10.636,16
Atencao Basica	8.360.940,00	8.506.940,00	2.038.563,05	5.165.135,76	1.530.848,72	4.137.383,23	9,59	48,64	4.369.556,77
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	7.776.000,00	7.992.700,00	1.111.820,26	5.592.676,97	1.367.769,79	4.021.953,75	9,32	50,32	3.970.746,25
Suporte Profilatico e Terapeutico	415.000,00	584.600,00	56.418,57	458.293,08	116.546,19	365.688,22	0,85	62,55	218.911,78
Vigilancia Sanitaria	460.000,00	477.000,00	58.819,95	225.108,75	69.660,25	190.389,67	0,44	39,91	286.610,33
Vigilancia Epidemiologica	278.000,00	282.000,00	75.851,52	215.364,66	81.614,16	202.803,92	0,47	71,92	79.196,08
TRABALHO	59.000,00	59.000,00	3.645,55	12.773,12	3.972,03	6.624,69	0,02	11,23	52.375,31
Fomento ao Trabalho	59.000,00	59.000,00	3.645,55	12.773,12	3.972,03	6.624,69	0,02	11,23	52.375,31
EDUCACAO	20.182.571,84	20.446.830,90	3.433.983,64	11.011.182,47	3.576.805,71	9.657.801,61	22,38	47,23	10.789.029,29
Alimentacao e Nutricao	740.131,84	670.283,74	90.389,74	436.106,60	117.917,89	348.266,68	0,81	51,96	322.017,06
Ensino Fundamental	9.485.000,00	9.701.100,00	1.669.261,51	5.524.483,19	1.706.399,64	4.891.939,15	11,33	50,43	4.809.160,85
Educacao Infantil	9.895.440,00	10.013.447,16	1.669.568,20	5.033.136,05	1.747.310,39	4.406.053,45	10,21	44,00	5.607.393,71
Educacao de Jovens e Adultos	62.000,00	62.000,00	4.764,19	17.456,63	5.177,79	11.542,33	0,03	18,62	50.457,67
CULTURA	2.850.000,00	2.870.640,00	279.786,68	1.416.446,10	467.687,60	1.005.288,42	2,33	35,02	1.865.351,58
Patrimonio Historico, Artistico e Arqueologic	424.000,00	424.000,00	51.261,90	255.853,63	68.581,50	162.555,06	0,38	38,34	261.444,94
Difusao Cultural	2.426.000,00	2.446.640,00	228.524,78	1.160.592,47	399.106,10	842.733,36	1,95	34,44	1.603.906,64
URBANISMO	10.972.000,00	11.647.000,00	1.608.225,62	5.166.348,28	1.829.666,94	4.012.813,16	9,30	34,45	7.634.186,84

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: MAIO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 2/4

Planejamento e Orcamento	3.826.000,00	4.501.000,00	767.658,32	1.429.923,66	776.440,73	1.331.912,97	3,09	29,59	3.169.087,03
Infra-estrutura Urbana	1.670.000,00	1.670.000,00	96.931,18	1.197.102,59	159.648,58	470.518,79	1,09	28,17	1.199.481,21
Servicos Urbanos	5.476.000,00	5.476.000,00	743.636,12	2.539.322,03	893.577,63	2.210.381,40	5,12	40,36	3.265.618,60
HABITACAO	19.000,00	19.000,00	121,48	624,38	0,00	502,80	0,00	2,65	18.497,20
Habitacao Urbana	19.000,00	19.000,00	121,48	624,38	0,00	502,80	0,00	2,65	18.497,20
SANEAMENTO	31.403.500,00	34.831.113,57	878.004,73	5.805.945,18	1.394.870,48	3.253.892,21	7,54	9,34	31.577.221,36
Saneamento Basico Urbano	31.403.500,00	34.831.113,57	878.004,73	5.805.945,18	1.394.870,48	3.253.892,21	7,54	9,34	31.577.221,36
GESTAO AMBIENTAL	236.000,00	236.000,00	13.534,91	41.097,79	12.193,89	34.278,80	0,08	14,52	201.721,20
Controle Ambiental	236.000,00	236.000,00	13.534,91	41.097,79	12.193,89	34.278,80	0,08	14,52	201.721,20
AGRICULTURA	1.602.000,00	1.606.500,00	235.562,86	629.655,42	191.421,31	450.419,00	1,04	28,04	1.156.081,00
Extensao Rural	1.602.000,00	1.606.500,00	235.562,86	629.655,42	191.421,31	450.419,00	1,04	28,04	1.156.081,00
INDUSTRIA	1.110.000,00	1.110.000,00	171.721,23	649.469,45	195.851,29	564.229,20	1,31	50,83	545.770,80
Promocao Industrial	1.110.000,00	1.110.000,00	171.721,23	649.469,45	195.851,29	564.229,20	1,31	50,83	545.770,80
COMERCIO E SERVICOS	3.034.500,00	3.018.500,00	22.440,77	329.450,79	68.778,31	189.758,77	0,44	6,29	2.828.741,23
Turismo	3.034.500,00	3.018.500,00	22.440,77	329.450,79	68.778,31	189.758,77	0,44	6,29	2.828.741,23
TRANSPORTE	23.194.000,00	23.665.916,29	296.419,83	5.792.618,18	1.042.754,97	1.899.965,07	4,40	8,03	21.765.951,22
Infra-estrutura Urbana	20.960.000,00	21.314.176,29	60.236,16	4.597.499,54	766.018,28	1.202.554,16	2,79	5,64	20.111.622,13
Transporte Rodoviario	2.234.000,00	2.351.740,00	236.183,67	1.195.118,64	276.736,69	697.410,91	1,62	29,66	1.654.329,09
DESPORTO E LAZER	1.889.000,00	2.077.280,03	713.309,61	1.854.992,58	403.200,47	842.838,38	1,95	40,57	1.234.441,65
Desporto Comunitario	852.000,00	834.000,00	27.000,00	834.000,00	255.600,00	511.200,00	1,18	61,29	322.800,00
Lazer	1.037.000,00	1.243.280,03	686.309,61	1.020.992,58	147.600,47	331.638,38	0,77	26,67	911.641,65
ENCARGOS ESPECIAIS	2.832.000,00	3.162.975,74	331.823,52	1.489.605,16	369.233,19	1.383.529,29	3,21	43,74	1.779.446,45
Servico da Divida Interna	1.090.000,00	1.090.000,00	196.995,19	565.828,31	196.995,19	565.828,31	1,31	51,91	524.171,69
Transferencias	1.082.000,00	1.082.000,00	131.859,24	580.882,69	167.312,91	481.074,82	1,11	44,46	600.925,18
Outros Encargos Especiais	660.000,00	990.975,74	2.969,09	342.894,16	4.925,09	336.626,16	0,78	33,97	654.349,58
RESERVA DE CONTINGENCIA	410.500,00	410.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.500,00
Reserva de Contingencia	410.500,00	410.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.500,00
RESERVA RPPS	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Maio a Junho	até Junho	Maio a Junho	até Junho (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.015.900,00	6.006.850,61	861.539,99	2.921.766,42	905.166,18	2.762.417,60	6,40	45,99	3.244.433,01
LEGISLATIVA	70.000,00	70.000,00	7.899,17	25.087,67	7.899,17	25.087,67	0,06	35,84	44.912,33
Acao Legislativa	70.000,00	70.000,00	7.899,17	25.087,67	7.899,17	25.087,67	0,06	35,84	44.912,33
ADMINISTRACAO	624.000,00	624.000,00	61.454,46	331.244,70	85.448,74	257.470,24	0,60	41,26	366.529,76
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	1.000,00	1.000,00	29,98	971,35	29,98	971,35	0,00	97,14	28,65
Representacao Judicial e Extrajudicial	42.000,00	42.000,00	6.597,4	18.877,82	6.597,4	18.877,82	0,04	44,95	23.122,18
Administracao Geral	416.000,00	416.000,00	27.084,45	227.571,22	51.078,73	153.796,76	0,36	36,97	262.203,24
Administracao Financeira	130.000,00	130.000,00	24.711,87	75.089,34	24.711,87	75.089,34	0,17	57,76	54.910,66
Normatizacao e Fiscalizacao	16.000,00	16.000,00	773,46	2.337,44	773,46	2.337,44	0,01	14,61	13.662,56
Formacao de Recursos Humanos	16.000,00	16.000,00	2.257,29	6.397,53	2.257,29	6.397,53	0,01	39,98	9.602,47

CONSOLIDADO

Pag: 3/4

Pag: 34										
Comunicacao Social	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	5.000,00	5.000,00	0,00	2.400,00	688,28	1.434,44	0,00	28,69	3.565,56	3.565,56
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	2.400,00	688,28	1.434,44	0,00	28,69	3.565,56	3.565,56
ASSISTENCIA SOCIAL	101.000,00	101.000,00	18.394,40	52.923,53	18.444,40	52.743,53	0,12	52,22	48.256,47	48.256,47
Assistencia Comunitaria	101.000,00	101.000,00	18.394,40	52.923,53	18.444,40	52.743,53	0,12	52,22	48.256,47	48.256,47
PREVIDENCIA SOCIAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Previdencia do Regime Estatutario	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
SAUDE	1.507.000,00	1.474.000,00	253.149,75	770.098,23	254.290,75	763.379,77	1,77	51,79	710.620,23	710.620,23
Administracao Geral	50.000,00	50.000,00	4.252,49	4.252,54	4.252,49	4.252,54	0,01	9,05	45.474,46	45.474,46
Normatizacao e Fiscalizacao	20.000,00	20.000,00	4.123,92	22.791,38	4.123,92	22.791,38	0,05	94,96	1.208,62	1.208,62
Atencao Basica	890.000,00	870.000,00	164.715,43	505.571,55	165.287,57	501.311,61	1,16	57,62	368.688,39	368.688,39
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	430.000,00	430.000,00	62.527,42	182.933,58	63.096,28	180.475,06	0,42	41,97	249.524,94	249.524,94
Vigilancia Sanitaria	80.000,00	63.000,00	9.711,06	30.252,69	9.711,06	30.252,69	0,07	48,02	32.747,31	32.747,31
Vigilancia Epidemiologica	37.000,00	37.000,00	7.819,43	24.023,49	7.819,43	24.023,49	0,06	64,93	12.976,51	12.976,51
TRABALHO	6.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	340,34	1.281,06	0,00	21,35	4.718,94	4.718,94
Fomento ao Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	340,34	1.281,06	0,00	21,35	4.718,94	4.718,94
EDUCACAO	2.273.400,00	2.301.850,61	345.508,58	1.168.488,11	357.766,59	1.115.162,65	2,58	48,45	1.186.687,96	1.186.687,96
Ensino Fundamental	1.090.000,00	1.118.450,61	151.730,40	509.438,28	157.108,12	489.662,96	1,13	43,78	628.787,65	628.787,65
Educacao Infantil	1.180.400,00	1.180.400,00	193.778,18	659.049,83	200.658,47	625.499,69	1,45	52,99	554.900,31	554.900,31
Educacao de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
CULTURA	69.000,00	69.000,00	5.872,40	23.685,40	5.843,88	21.854,78	0,05	31,67	47.145,22	47.145,22
Patrimonio Historico, Artistico e Arqueologic	25.000,00	25.000,00	1.755,06	7.352,45	1.905,06	6.761,55	0,02	27,05	18.238,45	18.238,45
Difusao Cultural	44.000,00	44.000,00	4.117,34	16.332,95	3.938,82	15.093,23	0,03	34,30	28.906,77	28.906,77
URBANISMO	645.000,00	645.000,00	80.045,57	255.689,41	81.639,11	247.169,65	0,57	38,32	397.830,35	397.830,35
Planejamento e Orcamento	175.000,00	175.000,00	22.651,71	68.764,53	22.651,71	68.764,53	0,16	39,29	106.235,47	106.235,47
Servicos Urbanos	470.000,00	470.000,00	57.393,86	186.924,88	58.987,40	178.405,12	0,41	37,96	291.594,88	291.594,88
HABITACAO	1.000,00	1.000,00	(190,13)	139,87	39,87	139,87	0,00	13,99	860,13	860,13
Habitacao Urbana	1.000,00	1.000,00	(190,13)	139,87	39,87	139,87	0,00	13,99	860,13	860,13
SANEAMENTO	316.500,00	316.500,00	45.259,97	127.565,30	44.259,53	126.564,86	0,29	39,99	189.935,14	189.935,14

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: MAIO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alinea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 4/4

TOTAL (III) = (I + II)	146.600.000,00	152.900.335,30	15.368.113,28	58.341.243,46	16.886.443,12	43.158.249,74	100,00	28,23	109.742.085,56
------------------------	----------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------	--------	-------	----------------

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 11/07/2013, Hora de emissão 09h e 52m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2012 a Junho/2013

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

CONSOLIDADO ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Julho /2012	Agosto /2012	Setembro /2012	Outubro /2012	Novembro /2012	Dezembro /2012	Janeiro /2013	Fevereiro /2013	Março /2013	Abril /2013	Maio /2013	Junho /2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.513.424,53	7.190.359,46	8.048.489,86	8.250.926,37	7.914.182,58	9.680.317,33	7.380.525,31	7.492.559,02	6.748.961,82	13.399.879,57	7.775.812,72	6.932.432,72	98.327.871,29	102.231.400,00
Receita Tributária	935.924,56	933.999,27	1.126.252,51	966.720,99	876.012,05	1.100.420,45	796.045,68	803.787,72	1.029.341,06	5.726.585,19	2.037.224,72	1.304.608,27	17.636.922,47	16.236.000,00
IPTU	156.937,02	138.165,85	126.675,81	21.935,06	37.935,68	48.458,95	18.082,07	663,64	129.553,29	3.944.733,32	290.615,36	197.185,81	5.110.941,86	5.700.000,00
ISS	414.356,12	471.506,14	492.331,55	448.728,24	463.657,47	455.674,04	410.699,39	370.851,74	394.648,59	480.135,44	517.785,40	480.135,44	5.474.771,47	5.500.000,00
ITBI	109.878,00	113.126,63	129.342,68	159.135,78	159.318,73	214.357,53	232.773,59	182.051,07	153.684,73	196.171,89	184.810,33	164.621,32	1.999.372,28	1.550.000,00
IRRF	85.695,78	51.216,99	222.539,78	176.890,99	111.996,70	209.707,37	45.128,96	171.441,04	257.227,43	132.001,69	139.079,74	140.147,38	1.743.075,85	800.000,00
Outras Receitas Tributárias	168.957,64	159.983,66	155.362,69	160.030,92	103.101,47	172.222,56	89.361,71	78.780,23	94.227,02	935.892,89	932.583,85	258.256,37	3.308.761,01	2.686.000,00
Receita de Contribuições	302.256,98	184.517,69	286.889,69	381.418,13	324.565,65	502.904,65	302.386,69	459.033,20	433.579,46	364.099,46	403.390,77	4.396.400,92	3.958.000,00	3.958.000,00
Receita Patrimonial	1.006.147,59	701.244,70	591.594,57	1.229.455,32	352.585,61	901.046,67	233.345,41	(135.056,66)	(518.442,72)	791.564,01	(1.396.231,90)	(1.106.489,56)	2.648.763,02	4.968.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	12.825,90	50.085,20	56.769,10	78.543,25	22.410,00	0,00	0,00	0,00	128.326,30	0,00	0,00	348.959,75	200.000,00
Receita de Serviços	408.493,93	456.646,92	439.654,31	417.383,61	421.748,18	551.861,68	454.595,85	440.562,22	543.954,78	392.451,80	566.014,60	463.460,50	5.556.828,36	5.520.000,00
Transferências Correntes	4.548.548,11	4.626.146,46	5.041.962,72	4.887.775,47	5.560.532,99	6.127.673,55	5.361.267,26	5.648.950,59	4.933.250,76	5.544.576,33	5.885.183,58	5.610.081,74	63.775.949,56	65.912.400,00
Cota-Parte do FPM	848.140,08	935.804,73	818.902,91	869.302,39	1.175.004,98	1.910.107,45	1.377.617,26	1.853.436,69	1.067.441,88	1.145.341,08	1.645.699,44	1.372.994,51	15.019.893,68	16.500.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.859.827,85	1.860.705,57	2.157.590,06	2.033.939,46	2.188.839,50	2.212.724,37	2.135.505,79	1.916.221,62	1.807.786,86	2.182.172,40	2.158.378,51	2.021.551,78	24.535.243,77	26.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	342.683,92	375.800,86	356.322,86	347.270,95	221.882,22	135.459,54	152.657,41	233.056,74	303.121,24	331.147,17	349.482,39	343.905,07	3.492.790,37	3.800.000,00
Cota-Parte do ITR	47,08	98,62	1.411,40	1.916,37	182,70	12,12	27,10	630,88	12,33	37,72	49,32	41,48	4.467,22	2.000,00
Transferência da LC 87/1996	10.384,23	10.384,23	0,00	20.768,46	10.384,23	10.384,23	0,00	0,00	0,00	40.154,33	10.038,56	10.038,56	122.536,87	140.000,00
Transferência da LC 81/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	829.977,65	861.142,32	967.499,86	904.712,16	966.737,71	906.675,44	1.066.112,82	1.034.429,81	910.296,83	1.061.698,58	1.119.641,58	1.019.034,63	11.647.959,39	12.068.400,00
Outras Transferências Correntes	657.487,32	582.110,13	740.235,63	709.865,68	997.501,65	952.310,40	629.346,88	611.174,75	844.591,62	784.025,05	601.893,76	842.515,39	8.953.058,26	6.902.000,00
Outras Receitas Correntes	312.053,36	274.978,62	512.050,87	311.403,75	300.194,85	473.998,33	232.894,42	275.283,97	327.278,50	365.017,38	321.522,26	257.381,00	3.964.047,21	5.436.400,00
DEDUÇÕES (II)	790.137,65	711.388,97	805.493,42	910.314,72	910.572,74	1.106.011,99	928.518,62	1.150.019,09	959.802,64	1.075.304,52	1.084.324,34	1.050.874,00	11.480.782,70	11.926.400,00
Contrib. p/ Plano de Prev. do Servidor	164.190,18	60.450,23	124.068,24	241.448,49	177.004,73	345.801,33	178.159,97	335.456,85	311.462,82	322.758,16	237.182,91	294.520,87	2.792.504,78	2.358.000,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	7.561,32	7.561,32	7.561,32	7.561,32	7.561,32	15.122,64	7.561,32	8.030,01	8.030,01	8.030,01	8.030,01	0,00	92.610,60	100.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	618.386,15	643.377,42	673.863,86	661.304,91	726.006,69	745.088,02	740.797,33	806.532,23	640.309,81	744.516,35	839.111,42	756.353,13	8.595.647,32	9.468.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	6.723.286,88	6.478.970,49	7.242.996,44	7.340.611,65	7.003.609,84	8.574.305,34	6.454.006,69	6.342.539,93	5.789.159,18	12.324.575,05	6.691.488,38	5.881.558,72	86.847.108,59	90.305.000,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 11/07/2013, Hora de emissão 09h e 53m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER
Controle Interno

INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013	até Junho 2012
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	5.600.000,00	5.600.000,00	-2.169.345,05	(938.544,28)	5.172.280,98
RECEITAS CORRENTES	5.600.000,00	5.600.000,00	606.896,36	2.765.285,07	5.376.522,90
Receita de Contribuições dos Segurados	1.920.000,00	1.920.000,00	383.798,71	1.269.288,16	1.097.231,62
Pessoal Civil	1.920.000,00	1.920.000,00	383.798,71	1.269.288,16	1.097.231,62
Ativo	1.900.000,00	1.900.000,00	383.798,71	1.260.386,92	923.242,33
Inativo	20.000,00	20.000,00	380.734,15	8.901,24	173.989,29
Pensionista	0,00	0,00	3.064,56	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.450.000,00	3.450.000,00	0,00	1.200.408,48	4.186.099,55
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	122.039,39	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.450.000,00	3.450.000,00	0,00	1.200.408,48	4.186.099,55
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	122.039,39	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	526,00	0,00
Outras Receitas Correntes	230.000,00	230.000,00	526,00	295.062,43	93.191,73
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	100.532,26	39.681,36	44.934,59
Demais Receitas Correntes	130.000,00	130.000,00	8.030,01	255.381,07	48.257,14
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	92.502,25	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	3.703.829,35	204.241,92
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	3.800.000,00	3.800.000,00	2.776.241,41	2.160.728,73	1.705.911,97
			739.871,35		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	9.400.000,00	9.400.000,00	-1.429.473,70	1.222.184,45	6.878.192,95

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESP. PREVID. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	6.500.000,00	6.500.000,00	1.015.219,56	2.592.440,77	2.194.186,28
ADMINISTRAÇÃO	6.500.000,00	6.500.000,00	14.183,82	36.020,75	20.876,33
Despesas Correntes	6.500.000,00	6.500.000,00	14.183,82	36.020,75	20.876,33
Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	1.001.035,74	2.556.420,02	2.173.309,95
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.001.035,74	2.556.420,02	2.173.309,95
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	915.650,69	2.325.826,01	2.044.788,87
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	85.385,05	230.594,01	128.521,08
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID.- RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	6.600.000,00	6.600.000,00	1.015.219,56	2.592.440,77	2.194.186,28
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.800.000,00	2.800.000,00	(2.444.693,26)	(1.370.256,32)	4.684.006,67

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013	até Junho 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	2.800.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Maio/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	537,70	1.745,44	16.013,34
INVESTIMENTOS	51.668.554,88	50.521.626,78	51.872.585,50
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.800.000,00	3.800.000,00	739.871,35	2.160.728,73	1.705.911,97
Receita de Contribuições	3.800.000,00	3.800.000,00	739.871,35	2.160.728,73	1.705.911,97
Patronal	3.800.000,00	3.800.000,00	739.871,35	2.160.728,73	1.705.911,97
Pessoal Civil	3.800.000,00	3.800.000,00	739.871,35	2.160.728,73	1.705.911,97
Ativo	3.800.000,00	3.800.000,00	739.871,35	2.160.728,73	1.705.911,97
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	3.800.000,00	3.800.000,00	739.871,35	2.160.728,73	1.705.911,97
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)					

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
ADMINISTRAÇÃO (XII)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 18/07/2013, Hora de emissão 08h e 24m.

OSMAIR DE CASTILHO
PRESIDENTE
CPF: 351.053.489-15

WILMAR RAMOS WOJCIK
Contador
CPF: 133.837.529-68
CRC: 14651/0-1

(2/2)

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho 2013/ Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)
CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012 (a)	Em 30/Abr/2013 (b)	Em 30/Jun/2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.216.289,80	1.763.903,25	2.232.804,09
DEDUÇÕES (II)	11.560.778,27	21.055.991,76	20.707.570,97
Disponibilidade de Caixa Bruto	13.421.217,64	21.265.873,18	20.870.102,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.860.439,37	209.881,42	162.531,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(9.344.488,47)	(19.292.088,51)	(18.474.766,88)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(9.344.488,47)	(19.292.088,51)	(18.474.766,88)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Maio à Junho (c-b)	até Junho (c-a)
VALOR	817.321,63	(9.130.278,41)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(11.261.494,98)

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 30/Abr/2013	Em 30/Jun/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	85.288.269,94	85.288.269,94	85.288.269,94
Passivo Atuarial	85.288.269,94	85.288.269,94	85.288.269,94
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	51.888.598,84	52.967.873,55	50.523.372,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.013,34	13.041,81	1.745,44
Investimentos	51.872.585,50	52.954.831,74	50.521.626,78
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	33.399.671,10	32.320.396,39	34.764.897,72
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	33.399.671,10	32.320.396,39	34.764.897,72

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 11/07/2013, Hora de emissão 10h e 00m.

DARCIZO BONA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Maio à Junho	até Junho 2013	até Junho 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	92.368.400,00	16.494.445,57	49.857.095,90	44.249.802,67
Receitas Tributárias	16.236.000,00	3.341.832,99	11.697.592,64	10.236.941,86
IPTU	5.700.000,00	487.801,17	4.580.833,49	4.271.045,29
ISS	5.500.000,00	1.034.532,83	2.728.517,91	2.448.623,66
ITBI	1.550.000,00	349.431,65	1.114.112,93	673.981,74
IRRF	800.000,00	279.227,12	885.026,24	685.316,86
Outras Receitas Tributárias	2.686.000,00	1.190.840,22	2.389.102,07	2.157.974,31
Receitas de Contribuições	8.370.000,00	1.615.657,50	4.857.660,53	3.949.192,63
Receitas Previdenciárias	5.840.000,00	1.215.997,97	3.680.147,56	2.833.214,09
Outras Receitas de Contribuições	2.530.000,00	399.659,53	1.177.512,97	1.115.978,54
Receita Patrimonial Líquida	62.000,00	3.216,75	6.299,70	24.483,91
Receita Patrimonial	4.968.600,00	(2.504.721,46)	(2.133.313,44)	4.789.670,12
(-) Aplicações Financeiras	4.906.600,00	(2.507.938,21)	(2.139.613,14)	4.765.186,21
Transferências Correntes	56.444.000,00	9.899.800,77	28.455.689,99	25.439.520,93
Cota-Parte do FPM	13.200.000,00	2.414.955,44	6.770.025,06	5.712.341,34
Cota-Parte do ICMS	21.200.000,00	3.343.944,38	9.777.294,08	9.290.364,34
Convênios	180.000,00	8.316,00	8.316,00	161.804,71
Outras Transferências Correntes	21.864.000,00	4.132.584,95	11.900.054,85	10.275.010,54
Demais Receitas Correntes	11.256.400,00	1.633.937,56	4.839.853,04	4.599.663,34
Dívida Ativa	1.630.000,00	118.489,12	443.640,16	445.060,47
Diversas Receitas Correntes	9.626.400,00	1.515.448,44	4.396.212,88	4.154.602,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	49.325.000,00	822.730,88	2.293.840,02	1.849.628,68
Operações de Crédito (III)	24.890.000,00	610.877,49	772.433,56	849.852,67
Amortização de Empréstimos (IV)	5.000,00	0,00	271,26	2.036,72
Alienação de Bens (V)	50.000,00	28.900,00	28.900,00	42.900,00
Transferências de Capital	24.380.000,00	182.953,39	1.492.235,20	954.837,29
Convênios	24.380.000,00	182.953,39	1.492.235,20	954.837,29
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	24.380.000,00	182.953,39	1.492.235,20	954.837,29
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	116.748.400,00	16.677.398,96	51.349.331,10	45.204.639,96

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Maio à Junho	até Junho 2013	até Junho 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	86.371.656,25	14.831.304,22	39.064.247,95	37.034.477,21
Pessoal e Encargos Sociais	47.654.220,68	8.599.036,18	23.177.643,20	22.299.102,73
Juros e Encargos da Dívida (IX)	300.000,00	55.018,54	116.083,86	68.423,79
Outras Despesas Correntes	38.417.435,57	6.177.249,50	15.770.520,89	14.666.950,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	86.071.656,25	14.776.285,68	38.948.164,09	36.966.053,42
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	63.318.179,05	2.055.138,90	4.094.001,79	4.615.198,25
Investimentos	62.528.179,05	1.913.162,25	3.644.257,34	4.338.893,43
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	790.000,00	141.976,65	449.744,45	276.304,82
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	62.528.179,05	1.913.162,25	3.644.257,34	4.338.893,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	410.500,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	151.810.335,30	16.689.447,93	42.592.421,43	41.304.946,85
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(35.061.935,30)	(12.048,97)	8.756.909,67	3.899.693,11
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			6.300.335,30	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(28.761.600,00)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 11/07/2013, Hora de emissão 10h e 09m.

DARCIZO BONA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)

CONSOLIDADO

Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2012				Em exercícios anteriores	Em 31/12/2012 ¹				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)	186.798,03	1.265.371,14	1.339.248,59		112.920,58	895.656,87	3.025.111,91	2.268.377,83	2.218.767,32	19.313,68	1.682.687,78
EXECUTIVO	186.798,03	1.243.668,13	1.317.545,58		112.920,58	880.612,95	2.759.912,22	2.262.710,73	2.213.100,22	19.313,68	1.408.111,27
Fumrebompom	1.100,04	66.246,39	67.298,90		47,53	180,13	11.713,43	9.172,39	9.083,39	1.594,04	1.216,13
Fundacao Cultural de Timbo - Fct	304,00	112.766,13	112.499,53		570,60	801,71	58.584,14	45.216,30	45.196,30	3.805,99	10.383,56
Fundacao Municipal de Esportes - Fme	38.418,83	73.789,12	110.459,75		1.748,20		2.011,99	354,00	354,00	958,00	699,99
Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente						3.400,00		3.400,00	3.400,00		
Fundo de Habitacao de Timbo - Fht		3.944,66	3.944,66			600,00	896,33	230,33	230,33		1.266,00
Fundo Municipal de Assistencia Social - Fmas	10,00	32.563,23	32.371,22		202,01	419,82	161.654,14	114.390,50	114.390,50	20,00	47.663,46
Fundo Municipal de Emergencia de Defesa Civil		11.829,08	11.829,08				5.133,92	3.013,92	3.013,92	2.120,00	
Fundo Municipal de Saude		297.972,81	297.428,19		544,62	34,27	235.130,46	151.417,43	151.417,43	2.005,65	81.741,65
Fundo Municipal de Transito - Fumtran	1.072,88	11.129,55	11.152,43		1.050,00		28.143,45	27.237,85	27.237,85		905,60
Fundo Municipal de Turismo - Fumtur		4.324,32	4.324,32				267.084,85	118.590,61	118.590,61	3.176,22	145.318,02
Procuradoria Geral do Municipio		1.075,74	827,20		248,54		10.898,78	2.203,78	2.203,78	95,00	8.600,00
Secr. de Planejamento, Transito e Meio Ambient		5.182,03	5.182,03				2.553,80	753,81	753,81		1.799,99
Secretaria da Articulacao Política e Instituci	326,86	8.088,89	8.415,75				5.180,41	345,95	345,95		4.834,46
Secretaria da Fazenda e Administracao Municipa		90.494,57	90.494,57			3.050,00	66.501,00	46.485,66	46.485,66		23.065,34
Secretaria de Desenvolvimento Economico	,16	29.141,87	29.142,03				9.158,07	7.951,87	7.951,87		1.206,20
Secretaria de Educacao	61.468,69	115.376,06	152.432,24		24.412,51	306.310,54	526.213,29	450.545,19	426.474,99		406.048,84
Secretaria de Obras e Servicos Urbanos	84.096,57	379.743,68	379.743,68		84.096,57	481.866,48	1.341.917,41	1.264.921,14	1.239.489,83	5.538,78	578.755,28
Servico Autonomo Municipal de Agua e Esgoto						83.950,00	27.136,75	16.480,00	16.480,00		94.606,75
LEGISLATIVO		21.703,01	21.703,01			15.043,92	265.199,69	5.667,10	5.667,10		274.576,51
Camara de Vereadores		21.703,01	21.703,01			15.043,92	265.199,69	5.667,10	5.667,10		274.576,51
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		21.378,39	21.378,39			25,00	25,00				50,00
TOTAL (III) = (I + II)	186.798,03	1.286.749,53	1.360.626,98		112.920,58	895.681,87	3.025.136,91	2.268.377,83	2.218.767,32	19.313,68	1.682.737,78

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 11/07/2013, Hora de emissão 10h e 38m.

¹ Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

 LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
 PREFEITO

 MARIA ANGELICA FAGGIANI
 SECRET. FAZEN. E ADM

 GRACIELA INES UBER
 Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE
CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
		Até Junho(b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	21.660.000,00	772.433,56		20.887.566,44

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS ²		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-(e+f))
		Liquidadas (e)	Insc. em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	28.721.792,45	3.411.643,01		25.310.149,44
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais Contribuintes por Instit.Financeiras		0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	28.721.792,45	3.411.643,01		25.310.149,44
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(7.061.792,45)	(2.639.209,45)		(4.422.583,00)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 08h e 52m.

Notas:

¹ < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
MDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)

CONSOLIDADO - Poder: Todos

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013 (b)	% (b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	15.036.000,00	15.036.000,00	2.289.798,23	9.801.844,05	65,19
1.1- Receita Result. do Imposto sobre a Prop. Predial e Territorial Urbana – IPTU	6.505.000,00	6.505.000,00	576.332,94	4.903.988,53	75,39
1.1.1- IPTU	5.700.000,00	5.700.000,00	488.271,45	4.582.604,14	80,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	45.000,00	45.000,00	1.570,04	3.263,30	7,25
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	47.938,84	185.551,92	37,11
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IPTU	260.000,00	260.000,00	39.022,89	134.339,82	51,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	470,28	1.770,65	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.586.000,00	1.586.000,00	349.486,27	1.115.389,64	70,33
1.2.1- ITBI	1.550.000,00	1.550.000,00	349.431,65	1.114.112,93	71,88
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	54,62	182,61	18,26
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	25.000,00	25.000,00	0,00	984,49	3,94
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	109,61	1,10
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	6.145.000,00	6.145.000,00	1.084.751,90	2.897.439,64	47,15
1.3.1- ISS	5.500.000,00	5.500.000,00	1.035.143,18	2.734.713,96	49,72
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	45.000,00	45.000,00	5.198,04	15.799,83	35,11
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	400.000,00	400.000,00	23.464,54	84.156,04	21,04
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ISS	200.000,00	200.000,00	21.556,49	68.965,86	34,48
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	610,35	6.196,05	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	800.000,00	800.000,00	279.227,12	885.026,24	110,63
1.4.1- IRRF	800.000,00	800.000,00	279.227,12	885.026,24	110,63
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art.153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	47.342.000,00	47.342.000,00	7.977.324,89	22.640.799,75	47,82
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	3.018.694,25	8.462.531,16	51,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	3.018.694,25	8.462.531,16	51,29
2.1.2- Parcela Referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	26.500.000,00	26.500.000,00	4.179.930,29	12.221.616,96	46,12
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	140.000,00	140.000,00	20.077,16	60.231,49	43,02
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	65.144,93	182.251,19	45,56
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	90,80	798,93	39,95
2.6- Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	693.387,46	1.713.370,02	45,09
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	62.378.000,00	62.378.000,00	10.267.123,12	32.442.643,80	52,01
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013 (b)	% (b/a)
4- RECEITA DA APLIC. FINAN. DE OUTROS REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.385.000,00	1.385.000,00	289.164,37	858.533,80	61,99
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	193.895,85	641.656,79	64,17
5.2- Outras Transferências do FNDE	385.000,00	385.000,00	87.395,70	193.550,15	50,27
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	7.872,82	23.326,86	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	1.333,87	4.050,85	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	1.333,87	4.050,85	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	505.000,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.890.000,00	1.890.000,00	290.498,24	862.584,65	45,64
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013 (b)	% (b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.468.400,00	9.468.400,00	1.595.464,55	4.527.620,27	47,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	603.738,81	1.692.506,10	51,29
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.300.000,00	5.300.000,00	835.985,91	2.444.322,88	46,12
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	28.000,00	28.000,00	4.015,42	12.046,28	43,02
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	80.000,00	80.000,00	13.028,96	36.450,19	45,56
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5+2.5))	400,00	400,00	18,13	159,73	39,93
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	760.000,00	760.000,00	138.677,32	342.135,09	45,02
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.118.400,00	12.118.400,00	2.143.963,04	6.223.389,82	51,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.068.400,00	12.068.400,00	2.138.676,21	6.211.214,25	51,47
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	5.286,83	12.175,57	24,35
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.600.000,00	2.600.000,00	543.211,66	1.683.593,98	64,75
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua (1/3)

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
MDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013 (e)	% (e/d)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.118.400,00	12.146.850,61	2.379.025,68	6.017.966,80	49,54
13.1- Com Educação Infantil	7.123.400,00	7.123.400,00	1.315.584,94	3.457.301,80	48,53
13.2- Com Ensino Fundamental	4.995.000,00	5.023.450,61	1.063.440,74	2.560.665,00	50,97
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.118.400,00	12.146.850,61	2.379.025,68	6.017.966,80	49,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			0,00		
17- DESP. CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANC. EXERC. ANTERIOR DO FUNDEB			28.450,61		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16 + 17)			28.450,61		
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUC. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ ((13-18) / 11) x 100)%			96,24		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES			VALOR		
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS			28.450,61		
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²			28.450,61		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	15.594.500,00	15.594.500,00	2.566.780,78	8.110.660,95	52,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013 (e)	% (e/d)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.988.840,00	10.100.147,16	1.860.138,21	4.890.803,80	48,42
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.123.400,00	7.123.400,00	1.315.584,94	3.457.301,80	48,53
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.865.440,00	2.976.747,16	544.553,27	1.433.502,00	48,16
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.062.000,00	10.130.450,61	1.762.517,93	5.254.090,52	51,86
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.995.000,00	5.023.450,61	1.063.440,74	2.560.665,00	50,97
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.067.000,00	5.107.000,00	699.077,19	2.693.425,52	52,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	515.131,84	355.131,84	75.096,98	87.120,77	24,53
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	20.565.971,84	20.585.729,61	3.697.753,12	10.232.015,09	49,70
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)			1.683.593,98		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)			12.175,57		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB			28.450,61		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS			0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSC. NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			0,00		
36- CANC. NO EXERC. DE RESTOS A PAGAR INSC. COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)			0,00		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)			1.724.220,16		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23 + 24) - 37)			8.420.674,16		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(3) x 100)%			25,96		

Continua (2/3)

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
MDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2013 (e)	% (e/d)
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.000.000,00	1.182.800,00	186.186,99	237.236,83	20,06
42- DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	890.000,00	980.151,90	50.632,19	303.712,34	30,99
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.890.000,00	2.162.951,90	236.819,18	540.949,17	25,01
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	22.455.971,84	22.748.681,51	3.934.672,30	10.772.964,26	47,36
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	119.460,49		0,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR	
		FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		28.450,61	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.211.214,25	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		5.790.062,63	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.175,57	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		461.777,80	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 11/07/2013, Hora de emissão 10h e 40m.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

(3/3)

MUNICÍPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio a Junho de 2013

RREO - ANEXO XII(LC 141/2012, art.35)

CONSOLIDADO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Junho 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA(I)	15.036.000,00	15.036.000,00	9.801.844,05	65,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.700.000,00	5.700.000,00	4.580.833,49	80,36
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.550.000,00	1.550.000,00	1.114.112,93	71,87
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.500.000,00	5.500.000,00	2.728.517,91	49,60
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	800.000,00	800.000,00	885.026,24	110,62
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	91.000,00	91.000,00	19.245,74	21,14
Dívida Ativa dos Impostos	925.000,00	925.000,00	270.692,45	29,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	470.000,00	470.000,00	203.415,29	43,27
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(II)	47.342.000,00	47.342.000,00	22.640.799,75	47,82
Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	8.462.531,16	51,28
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	798,93	39,94
Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	1.713.370,02	45,08
Cota-Parte ICMS	26.500.000,00	26.500.000,00	12.221.616,96	46,11
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	182.251,19	45,56
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer. Constitucionais	140.000,00	140.000,00	60.231,49	43,02
Desoneração ICMS(LC 87/96)	140.000,00	140.000,00	60.231,49	43,02
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(III)=I+II	62.378.000,00	62.378.000,00	32.442.643,80	52,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Junho 2013 (d)	% (d/c)
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.143.000,00	5.143.000,00	3.189.871,50	62,02
Provenientes da União	3.820.000,00	3.820.000,00	2.661.185,18	69,66
Provenientes dos Estados	1.020.000,00	1.020.000,00	490.439,58	48,08
Provenientes de Outros Municípios	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	123.000,00	123.000,00	38.246,74	31,09
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	103.474,07	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.143.000,00	5.143.000,00	3.293.345,57	64,03

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Junho 2013 (f)	% (f/e)x100	até Junho 2013 (g)	% (g/e)x100
DESPESAS CORRENTES	18.009.340,00	18.883.640,00	12.129.328,79	64,23	9.947.328,08	52,67
Pessoal e Encargos Sociais	12.461.754,33	12.387.754,33	6.521.635,66	52,64	6.507.798,27	52,53
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.547.585,67	6.495.885,67	5.607.693,13	86,32	3.439.529,81	52,94
DESPESAS DE CAPITAL	1.867.600,00	1.537.600,00	680.927,16	44,28	55.848,58	3,63
Investimentos	1.867.600,00	1.537.600,00	680.927,16	44,28	55.848,58	3,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	19.876.940,00	20.421.240,00	12.810.255,95	62,73	10.003.176,66	48,98

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Junho 2013 (h)	% (e/desp. saúde) (h/ivf)x100	até Junho 2013 (i)	% (e/desp. saúde) (i/ivg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. COM ASSIST. À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINC. DE ACESSO UNIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.330.000,00	5.859.600,00	4.179.901,55	32,62	3.288.784,76	32,87
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	5.330.000,00	5.859.600,00	4.179.901,55	32,62	3.288.784,76	32,87
Recursos de Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR N. PROCES. INSCR. INDEV. EXERC. SEM DISPON. FINANC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. COM DISP. DE CAIXA VINCUL. AOS RESTOS A PAGAR CANCEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. REC. VIN. PERC. MÍN. N. APLIC. EM AÇÕES/SAÚDE EM EX. ANT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	5.330.000,00	5.859.600,00	4.179.901,55	32,62	3.288.784,76	32,87
TOTAL DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	14.546.940,00	14.561.640,00	8.630.354,40	67,37	6.714.391,90	67,12

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI/%) = (VI/h/IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL	26,60
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]	3.763.346,68

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final(Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Junho 2013 (l)	% (l/total l)x100	até Junho 2013 (m)	% (m/total m) x100
Atenção Básica	9.250.940,00	9.376.940,00	5.670.707,31	44,26	4.638.694,84	46,37
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.206.000,00	8.422.700,00	5.775.610,55	45,08	4.202.428,81	42,01
Suporte Profilático e Terapêutico	415.000,00	584.600,00	458.293,08	3,57	365.688,22	3,65
Vigilância Sanitária	540.000,00	540.000,00	255.361,44	1,99	220.642,36	2,20
Vigilância Epidemiológica	315.000,00	319.000,00	239.388,15	1,86	226.827,41	2,26
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.150.000,00	1.178.000,00	410.895,42	3,20	348.895,02	3,48
TOTAL	19.876.940,00	20.421.240,00	12.810.255,95	100,00	10.003.176,66	100,00

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

2 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 08h e 54m.

(2/2)

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RRRO - Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)
CONSOLIDADO

CONSOLIDADO				SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)		REGISTROS EFETUADOS EM 2013				SALDO TOTAL (c) = (a + b)		
ESPECIFICAÇÃO						Maio à Junho		Até Junho (b)				
TOTAL DE ATIVOS				0,00		0,00		0,00		0,00		
Direitos Futuros				0,00		0,00		0,00		0,00		
Ativos Contabilizados na SPE				0,00		0,00		0,00		0,00		
Contrapartida para Provisões de PPP				0,00		0,00		0,00		0,00		
TOTAL DE PASSIVOS (I)				0,00		0,00		0,00		0,00		
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				0,00		0,00		0,00		0,00		
Contrapartida para Ativos da SPE				0,00		0,00		0,00		0,00		
Provisões de PPP				0,00		0,00		0,00		0,00		
GARANTIAS DE PPP (II)				0,00		0,00		0,00		0,00		
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)				0,00		0,00		0,00		0,00		
PASSIVOS CONTINGENTES				0,00		0,00		0,00		0,00		
Contraprestações Futuras				0,00		0,00		0,00		0,00		
Riscos Não Provisionados				0,00		0,00		0,00		0,00		
Outros Passivos Contingentes				0,00		0,00		0,00		0,00		
ATIVOS CONTINGENTES				0,00		0,00		0,00		0,00		
Serviços Futuros				0,00		0,00		0,00		0,00		
Outros Ativos Contingentes				0,00		0,00		0,00		0,00		
DESPESAS DE PPP		EXERCÍCIO ANTERIOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Do Ente Federado (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)-(IV)		89.192.569,01	86.847.108,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)=(VI)=(IV)/(V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 09h e 20m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO
DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	28.900,00	21.100,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	50.000,00	28.900,00	21.100,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	28.900,00	21.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.000,00	28.900,00	21.100,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012 (h)	2013 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	0,00	28.900,00	28.900,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 12/07/2013, Hora de emissão 08h e 52m.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.

No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

MUNICIPIO DE TIMBO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Maio à Junho		Até Junho	
RECEITAS					
Previsão Inicial		-		146.600.000,00	
Previsão Atualizada		-		146.600.000,00	
Receitas Realizadas		14.809.238,24		50.011.322,78	
Déficit Orçamentário		-		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-		2.633.787,35	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		145.347.000,00	
Créditos Adicionais		-		6.300.335,30	
Dotação Atualizada		-		151.647.335,30	
Despesas Empenhadas		15.173.576,91		57.769.634,83	
Despesas Liquidadas		16.685.141,03		42.600.172,55	
Superávit Orçamentário		-		7.411.150,23	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Maio à Junho		Até Junho	
Despesas Empenhadas		15.173.576,91		57.769.634,83	
Despesas Liquidadas		16.685.141,03		42.600.172,55	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até Junho	
Receita Corrente Líquida				86.847.108,59	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Maio à Junho		Até Junho	
Regime Geral de Previdência Social		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		(1.429.473,70)		1.222.184,45	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		1.015.219,56		2.592.440,77	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		(2.444.693,26)		(1.370.256,32)	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Junho (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		(11.261.494,98)	(9.130.278,41)	81,07	
Resultado Primário		(28.761.600,00)	8.756.909,67	(30,44)	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até Junho	Pag. Até Junho	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.473.547,56	0,00	1.360.626,98	112.920,58
Poder Executivo		1.451.844,55	0,00	1.338.923,97	112.920,58
Poder Legislativo		21.703,01	0,00	21.703,01	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		3.920.818,78	19.313,68	2.218.767,32	1.682.737,78
Poder Executivo		3.640.575,17	19.313,68	2.213.100,22	1.408.161,27
Poder Legislativo		280.243,61	0,00	5.667,10	274.576,51
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		5.394.366,34	19.313,68	3.579.394,30	1.795.658,36

Continua (1/2)

MUNICÍPIO DE TIMBO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2013 a Junho/2013

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado até Junho	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Junho	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	8.420.674,16	25%	25,96	
Min. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	5.989.516,19	60%	96,24	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Junho		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	772.433,56		24.117.566,44	
Despesa de Capital Líquida	4.094.001,79		59.224.177,26	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício ¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	5.387.276,40	5.950.904,70	6.573.501,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	3.489.522,43	5.310.882,78	10.935.638,28	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	1.897.753,97	640.021,92	(4.362.137,28)	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até Junho		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	28.900,00		21.100,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		50.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Junho	Limite Constitucional Anual		
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até Junho	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.630.354,40	15,00	26,60	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL(%)				

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 10h e 57m.

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER
Controle Interno

(2/2)

Três Barras

PREFEITURA

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocação para a Audiência Pública, para apresentação dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Semestre 2013.

A Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, através do Chefe do Poder executivo Prefeito Eloi José Quege no uso de suas atribuições legais tem a honra de convidar toda a população tresbarrense para participar da Audiência Pública que se realizará no dia 30/07/2013 às 10:00hs da manhã no Plenário da Câmara Municipal, em cumprimento ao Art. 9º, parágrafo 4º da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja pauta terá o objetivo específico de:

I - apresentação do Relatório da Gestão Fiscal do primeiro semestre de 2013.

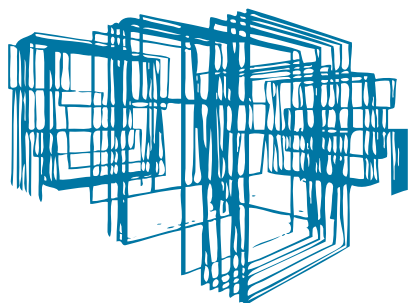
Contando com a presença de todos antecipa os agradecimentos

Três Barras, 25 de Julho de 2013

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Tunápolis

PREFEITURA

Relatório de Gestão Fiscal



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.772.272,16	0,00
Pessoal Ativo	5.772.272,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.772.272,16	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.772.272,16	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.665.673,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,48	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	6.999.404,30	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	6.649.434,09	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	6.299.463,87	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Gestão Fiscal



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	341.245,71	319.309,01	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	341.245,71	319.309,01	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.623.793,94	1.605.626,67	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.704.306,39	2.111.901,28	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	80.512,45	506.274,61	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.282.548,23	-1.286.317,66	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.913.425,00	11.665.673,84	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,13%	2,74%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-11,75%	-11,03%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.096.110,00	13.998.808,61	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	11.786.499,00	12.598.927,75	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	31.105,32	56.542,94	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	355.949,48	1.759.386,49	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

Relatório de Gestão Fiscal



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	10.913.425,00	11.665.673,84	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.400.953,50	2.566.448,24	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.160.858,15	2.309.803,42	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

TUNAPÓLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Gestão Fiscal



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.665.673,84	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.866.507,81	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.679.857,03	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	816.597,17	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.772.272,16	49,48
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.999.404,30	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.649.434,09	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.286.317,66	-11,03
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.998.808,61	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.566.448,24	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.866.507,81	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	816.597,17	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	561.217,49	1.051.563,13

FONTE:

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.285.602,77	13.285.602,77	2.271.275,79	17,10	6.850.996,02	51,57	6.434.606,75
RECEITAS CORRENTES	13.125.283,19	13.125.283,19	2.259.026,85	17,21	6.520.329,64	49,68	6.604.953,55
RECEITA TRIBUTARIA	687.227,23	687.227,23	83.474,79	12,15	376.182,67	54,74	311.044,56
IMPOSTOS	530.396,32	530.396,32	82.248,61	15,51	271.420,65	51,17	258.975,67
TAXAS	136.830,91	136.830,91	9.093,02	6,65	104.762,02	76,56	32.068,89
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	-7.866,84	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	92.341,88	92.341,88	21.299,11	23,07	42.850,23	46,40	49.491,65
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	92.341,88	92.341,88	21.299,11	23,07	42.850,23	46,40	49.491,65
RECEITA PATRIMONIAL	74.782,63	74.782,63	12.206,31	16,32	31.519,61	42,15	43.263,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	74.782,63	74.782,63	12.206,31	16,32	31.519,61	42,15	43.263,02
RECEITA AGROPECUARIA	2.024,35	2.024,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2.024,35
Outras Rec. Agropecuárias	2.024,35	2.024,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2.024,35
RECEITA DE SERVIÇOS	618.538,12	618.538,12	92.528,38	14,96	256.929,65	41,54	361.608,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.613.429,68	11.613.429,68	2.045.861,79	17,62	5.787.401,67	49,83	5.826.028,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.596.759,68	11.596.759,68	2.038.656,68	17,58	5.775.889,45	49,81	5.820.870,23
Transf. de Conv.	16.670,00	16.670,00	7.205,11	43,22	11.512,22	69,06	5.157,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.939,30	36.939,30	3.656,47	9,90	25.445,81	68,89	11.493,49
Multas e Juros de Mora	5.928,83	5.928,83	1.821,00	30,71	10.432,19	175,96	-4.503,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	26.841,72	26.841,72	1.835,47	6,84	14.982,47	55,82	11.859,25
RECEITAS DIVERSAS	4.168,75	4.168,75	0,00	0,00	31,15	0,75	4.137,60
RECEITAS DE CAPITAL	160.319,58	160.319,58	12.248,94	7,64	330.666,38	206,25	-170.346,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	39.519,58	39.519,58	12.248,94	30,99	19.610,09	49,62	19.909,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	80.800,00	80.800,00	0,00	0,00	311.056,29	384,97	-230.256,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	75.800,00	75.800,00	0,00	0,00	252.480,00	333,09	-176.680,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	58.576,29	171,53	-53.576,29
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Receitas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.285.602,77	13.285.602,77	2.271.275,79	17,10	6.850.996,02	51,57	6.434.606,75

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.285.602,77	13.285.602,77	2.271.275,79	17,10	6.850.996,02	51,57	6.434.606,75
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.285.602,77	13.285.602,77	2.271.275,79	17,10	6.850.996,02	51,57	6.434.606,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.351.498,35	—	—	508.309,07	—	—
Superávit Financeiro	—	1.351.498,35	—	—	508.309,07	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.285.602,77	1.821.811,63	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.621.208,45	43,83	8.486.205,95
DESPESAS CORRENTES	12.398.137,49	1.202.129,88	13.600.267,37	1.663.615,08	7.610.558,09	1.950.290,19	6.108.710,10	44,92	7.491.557,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.844.056,26	195.602,45	6.039.658,71	977.049,69	2.905.799,08	981.385,47	2.892.791,74	47,90	3.146.866,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	3.500,00	364,73	1.123,79	11,24	8.876,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.544.081,23	1.006.527,43	7.550.608,66	686.565,39	4.701.259,01	968.539,99	3.214.794,57	42,58	4.335.814,09
DESPESAS DE CAPITAL	862.465,28	619.681,75	1.482.147,03	198.471,83	687.479,83	308.736,80	512.498,35	34,58	969.648,68
INVESTIMENTOS	800.465,28	619.681,75	1.420.147,03	198.471,83	639.479,83	301.367,65	490.561,65	34,54	929.585,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	62.000,00	0,00	62.000,00	0,00	48.000,00	7.369,15	21.936,70	35,38	40.063,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.285.602,77	1.821.811,63	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.621.208,45	43,83	8.486.205,95

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.285.602,77	1.821.811,63	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.621.208,45	43,83	8.486.205,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	229.787,57	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.285.602,77	1.821.811,63	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.850.996,02	43,83	8.486.205,95

FONTE:

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.285.602,77	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.621.208,45	100,00	43,83	8.486.205,95
LEGISLATIVA	439.674,00	439.674,00	53.287,60	190.148,69	62.105,38	177.163,89	2,68	40,29	262.510,11
AÇÃO LEGISLATIVA	439.674,00	439.674,00	53.287,60	190.148,69	62.105,38	177.163,89	2,68	40,29	262.510,11
Administração	1.774.182,23	1.777.782,23	201.470,70	1.205.227,96	266.512,12	898.285,86	13,57	50,53	879.496,37
Administração Geral	1.774.182,23	1.777.782,23	201.470,70	1.205.227,96	266.512,12	898.285,86	13,57	50,53	879.496,37
Segurança Pública	25.670,00	63.294,15	8.665,52	19.789,22	10.003,92	18.890,02	0,29	29,84	44.404,13
Policiamento	25.670,00	63.294,15	8.665,52	19.789,22	10.003,92	18.890,02	0,29	29,84	44.404,13
Assistência Social	610.498,34	649.254,80	61.773,11	332.675,79	62.182,98	249.508,44	3,77	38,43	399.746,36
Assistência ao Idoso	99.894,36	110.881,06	4.524,00	36.795,03	7.959,54	23.171,88	0,35	20,90	87.709,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.919,46	124.156,30	5.897,38	83.051,70	16.577,81	50.996,83	0,77	41,07	73.159,47
Assistência Comunitária	389.684,52	414.217,44	51.351,73	212.829,06	37.645,63	175.339,73	2,65	42,33	238.877,71
Saúde	2.766.425,91	3.284.275,92	432.725,97	1.648.195,60	464.385,40	1.442.679,86	21,79	43,93	1.841.596,06
Atenção Básica	1.762.503,19	2.110.914,62	245.880,98	988.956,99	263.530,41	902.242,30	13,63	42,74	1.208.672,32
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	977.726,85	1.103.842,40	180.820,43	646.920,09	195.894,26	531.691,69	8,03	48,17	572.150,71
Vigilância Sanitária	12.235,00	36.067,82	5.964,56	12.258,52	4.900,73	8.685,87	0,13	24,08	27.381,95
Vigilância Epidemiológica	13.960,87	33.451,08	60,00	60,00	60,00	60,00	0,00	0,18	33.391,08
Educação	2.892.915,76	3.462.441,54	511.074,87	1.916.244,09	775.984,94	1.734.736,94	26,20	50,10	1.727.704,60
Ensino Fundamental	1.915.118,17	2.321.351,93	299.148,66	1.272.999,42	549.337,25	1.169.116,50	17,66	50,36	1.152.235,43
Ensino Médio	119.296,59	157.796,59	11.398,49	49.779,71	19.518,49	37.058,21	0,56	23,48	120.738,38
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	0,35	65,71	12.000,00
Educação Infantil	749.501,00	856.293,02	177.527,72	504.149,96	170.799,20	475.237,23	7,18	55,50	381.055,79
Educação Especial	74.000,00	92.000,00	0,00	66.315,00	13.330,00	30.325,00	0,46	32,96	61.675,00
Cultura	201.777,43	266.277,43	49.004,86	146.871,68	59.178,19	137.011,82	2,07	51,45	129.265,61
Difusão Cultural	201.777,43	266.277,43	49.004,86	146.871,68	59.178,19	137.011,82	2,07	51,45	129.265,61
Urbanismo	969.571,43	1.052.432,14	68.034,89	644.245,34	100.302,14	426.389,88	6,44	40,51	626.042,26
Infra-Estrutura Urbana	518.708,43	538.326,43	51.076,06	340.423,07	66.966,96	250.584,53	3,78	46,55	287.741,90
Abastecimento	450.863,00	514.105,71	16.958,83	303.822,27	33.335,18	175.805,35	2,66	34,20	338.300,36
Habitação	189.369,58	194.928,84	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00	1,36	46,17	104.928,84
Habitação Rural	70.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Habitação Urbana	119.369,58	154.928,84	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00	1,36	58,09	64.928,84

Continua 1/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.285.602,77	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.621.208,45	100,00	43,83	8.486.205,95
Saneamento	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Saneamento Básico Urbano	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Agricultura	1.310.041,06	1.496.558,33	214.498,22	670.183,02	139.532,73	459.906,07	6,95	30,73	1.036.652,26
Extensão Rural	1.305.426,58	1.491.943,85	214.498,22	669.143,02	139.532,73	458.866,07	6,93	30,76	1.033.077,78
Telecomunicações	4.614,48	4.614,48	0,00	1.040,00	0,00	1.040,00	0,02	22,54	3.574,48
Indústria	76.308,25	94.308,25	295,01	23.095,01	4.860,31	7.876,34	0,12	8,35	86.431,91
Administração Geral	5.308,25	5.308,25	295,01	5.095,01	860,31	1.876,34	0,03	35,35	3.431,91
Produção Industrial	71.000,00	89.000,00	0,00	18.000,00	4.000,00	6.000,00	0,09	6,74	83.000,00
Comércio e Serviços	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
Promoção Comercial	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
Energia	109.012,68	112.226,63	7.693,81	62.584,58	18.844,31	44.735,08	0,68	39,86	67.491,55
Energia Elétrica	109.012,68	112.226,63	7.693,81	62.584,58	18.844,31	44.735,08	0,68	39,86	67.491,55
Transporte	1.514.874,04	1.808.678,08	234.690,83	1.183.089,40	259.633,24	835.805,56	12,62	46,21	972.872,52
Transporte Rodoviário	1.514.874,04	1.808.678,08	234.690,83	1.183.089,40	259.633,24	835.805,56	12,62	46,21	972.872,52
Desporto e Lazer	293.282,06	293.282,06	18.871,52	114.187,54	27.767,45	75.158,20	1,14	25,63	218.123,86
Desporto Comunitário	283.282,06	283.282,06	18.871,52	114.187,54	27.767,45	75.158,20	1,14	26,53	208.123,86
Lazer	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Encargos Especiais	97.000,00	97.000,00	0,00	51.500,00	7.733,88	23.060,49	0,35	23,77	73.939,51
Serviço da Dívida Interna	72.000,00	72.000,00	0,00	51.500,00	7.733,88	23.060,49	0,35	32,03	48.939,51

Continua 2/3



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.285.602,77	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.621.208,45	100,00	43,83	8.486.205,95
Encargos Especiais	97.000,00	97.000,00	0,00	51.500,00	7.733,88	23.060,49	0,35	23,77	73.939,51
Outros Encargos Especiais	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.285.602,77	15.107.414,40	1.862.086,91	8.298.037,92	2.259.026,99	6.621.208,45	100,00	43,83	8.486.205,95

FONTE:

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERI

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	913.220,41	972.305,68	976.070,49	981.907,42	1.128.444,51	1.460.174,39	1.180.587,26	1.343.804,79	1.058.717,56	1.227.833,69	1.329.506,08	1.205.328,80	13.777.901,08	14.716.759,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	41.510,54	54.777,17	33.117,26	31.489,04	38.402,40	55.168,58	37.450,28	77.867,37	58.301,40	119.088,83	41.179,49	42.295,30	630.647,66	687.227,23
I.P.T.U.	4.999,51	1.321,40	1.443,98	1.041,34	264,88	407,24	0,00	0,00	6.801,80	42.517,46	4.550,42	4.390,46	67.738,49	83.066,71
I.R.R.F	10.187,77	5.118,09	7.464,68	7.685,02	10.035,96	13.355,94	5.716,03	23.971,68	11.352,60	8.482,12	16.524,48	5.518,05	125.412,42	108.684,90
I.S.S.	15.401,07	20.748,88	15.638,87	13.014,23	14.096,05	20.184,54	12.941,25	12.381,79	14.008,21	12.665,56	13.367,54	25.134,66	189.582,65	219.918,01
I.T.B.I.	6.553,66	26.392,73	7.277,10	8.813,37	12.760,03	20.320,59	7.823,78	7.313,00	9.813,10	13.383,66	9.563,00	3.200,00	133.214,02	118.726,70
Outras Receitas Tributárias	4.368,53	1.196,07	1.292,63	935,08	1.245,48	900,27	10.969,22	34.200,90	16.325,69	42.040,03	-2.825,95	4.052,13	114.700,08	156.830,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.294,95	6.918,47	6.917,42	6.507,09	7.594,28	7.071,97	7.648,15	6.965,49	6.937,48	0,00	15.221,53	6.077,58	85.154,41	92.341,88
RECEITA PATRIMONIAL	627,56	713,13	592,66	663,39	582,97	542,46	1.333,56	1.228,29	1.348,14	1.552,86	1.656,25	1.801,27	12.642,54	27.343,80
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.024,35
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	40.065,15	43.714,23	39.799,04	60.376,21	50.259,76	64.743,69	37.977,34	42.291,44	45.871,58	38.260,91	48.400,66	44.127,72	555.887,73	618.538,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	821.437,35	865.095,74	892.415,15	882.027,98	1.013.937,05	1.331.181,76	1.089.888,75	1.208.592,40	943.307,19	1.067.555,81	1.222.149,32	1.108.736,48	12.446.324,98	13.255.765,27
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.279.854,62	5.541.862,91
Cota-Parte do I.C.M.S.	380.832,67	381.226,56	441.868,57	416.536,88	444.319,74	449.147,93	452.606,11	406.573,34	383.835,17	462.955,62	459.940,37	430.818,61	5.110.661,57	5.388.399,48
Cota-Parte do I.P.V.A.	24.187,52	30.053,07	31.962,23	30.146,09	16.340,67	12.784,88	12.050,98	14.701,77	24.738,58	25.578,13	33.506,31	26.438,43	282.488,66	259.678,82
Cota-Parte do ITR.	0,00	7,50	617,10	917,62	112,81	14,60	11,56	12,78	7,25	15,52	0,00	0,00	1.716,74	2.150,56
Outras Transferências Correntes	8.654,50	9.424,99	9.025,28	8.817,56	8.826,59	54.125,65	51.197,52	59.614,76	82.203,09	77.364,47	59.122,46	83.338,01	511.714,88	719.566,68
Transferências da LC 61/1989	6.180,61	6.831,53	6.908,76	6.677,39	6.760,07	7.762,23	8.007,27	6.148,22	5.427,55	4.976,76	6.692,23	6.970,13	79.342,75	105.704,05
Transferências da LC 87/1996	2.080,51	2.080,51	0,00	4.161,02	2.080,51	2.080,51	0,00	0,00	0,00	8.421,25	2.105,31	2.105,31	25.114,93	25.402,77
Transferências do FUNDEB	81.449,02	84.507,29	94.944,62	88.783,03	94.869,80	88.975,67	106.809,57	103.729,31	91.281,59	106.463,71	112.216,17	101.401,05	1.155.430,83	1.213.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.284,86	1.086,94	3.228,96	843,71	17.668,05	1.465,93	6.289,18	6.859,80	2.951,77	1.375,28	898,83	2.290,45	47.243,76	33.519,30
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita Formação FUNDEF/FUNDEB - IPV/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita Formação FUNDEF/FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	146.266,60	154.232,50	157.717,49	156.885,29	182.048,75	193.967,47	186.376,12	209.049,46	153.977,00	176.745,31	210.161,94	184.799,31	2.112.227,24	2.264.639,71
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	146.266,60	154.232,50	157.717,33	156.885,29	182.047,94	193.966,68	186.376,12	209.049,46	153.977,00	176.745,31	210.161,94	184.799,31	2.112.225,48	2.264.639,71
Rec.Rem.de Dep.Banc.Vinc.- CIDE	0,00	0,00	0,16	0,00	0,81	0,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,76	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	766.953,81	818.073,18	818.353,00	825.022,13	946.395,76	1.266.206,92	994.211,14	1.134.755,33	904.740,56	1.051.088,38	1.119.344,14	1.020.529,49	11.665.673,84	12.452.120,24

FONTE:

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	541.132,69	541.132,69	82.548,61	275.687,84	50,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	88.753,46	88.753,46	9.127,46	61.297,44	69,06
1.1.1- IPTU	83.066,71	83.066,71	8.940,88	58.260,14	70,14
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.782,75	1.782,75	78,87	78,87	4,42
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.224,00	3.224,00	80,62	1.791,79	55,58
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	680,00	680,00	27,09	1.166,64	171,56
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	118.726,70	118.726,70	12.763,00	51.096,54	43,04
1.2.1- ITBI	118.726,70	118.726,70	12.763,00	51.096,54	43,04
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	224.967,63	224.967,63	38.615,62	91.728,90	40,77
1.3.1- ISS	219.918,01	219.918,01	38.502,20	90.499,01	41,15
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	680,00	680,00	113,42	302,30	44,46
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.889,62	3.889,62	0,00	737,13	18,95
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	480,00	480,00	0,00	190,46	39,68
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	108.684,90	108.684,90	22.042,53	71.564,96	65,85
1.4.1- IRRF	108.684,90	108.684,90	22.042,53	71.564,96	65,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.323.198,59	11.323.198,59	1.974.808,11	5.605.488,24	49,50
2.1- Cota-Parte FPM	5.541.862,91	5.541.862,91	1.006.231,41	2.820.843,68	50,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.541.862,91	5.541.862,91	1.006.231,41	2.820.843,68	50,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.388.399,48	5.388.399,48	890.758,98	2.596.729,22	48,19
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	25.402,77	25.402,77	4.210,62	12.631,87	49,73
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	105.704,05	105.704,05	13.662,36	38.222,16	36,16
2.5- Cota-Parte ITR	2.150,56	2.150,56	0,00	47,11	2,19
2.6- Cota-Parte IPVA	259.678,82	259.678,82	59.944,74	137.014,20	52,76
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.864.331,28	11.864.331,28	2.057.356,72	5.881.176,08	49,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	164.263,59	164.263,59	37.062,08	94.796,11	57,71
5.1- Transferências do Salário-Educação	108.660,33	108.660,33	20.769,44	68.558,21	63,09
5.2- Outras Transferências do FNDE	54.083,26	54.083,26	16.180,57	25.688,76	47,50
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.520,00	1.520,00	112,07	549,14	36,13
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	250.110,51	250.110,51	49.191,39	333.506,41	133,34
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	414.374,10	414.374,10	86.253,47	428.302,52	103,36

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.264.639,71	2.264.639,71	394.961,25	1.121.109,14	49,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.108.372,58	1.108.372,58	201.246,22	564.168,57	50,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.077.679,90	1.077.679,90	178.151,64	519.345,28	48,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.080,55	5.080,55	842,12	2.526,37	49,73
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	21.140,81	21.140,81	2.732,48	7.644,45	36,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	430,11	430,11	0,00	9,41	2,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	51.935,76	51.935,76	11.988,79	27.415,06	52,79
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.223.943,80	1.223.943,80	213.882,40	622.556,48	50,86
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.213.000,00	1.213.000,00	213.617,22	621.901,40	51,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.943,80	10.943,80	265,18	655,08	5,99
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.051.639,71	-1.051.639,71	-181.344,03	-499.207,74	47,47
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.183.425,00	1.185.127,71	208.876,51	604.283,88	50,99
13.1- Com Educação Infantil	421.621,97	421.621,97	85.542,27	244.456,42	57,98
13.2- Com Ensino Fundamental	761.803,03	763.505,74	123.334,24	359.827,46	47,13
14- OUTRAS DESPESAS	40.518,80	40.518,80	6.022,35	18.185,98	44,88
14.1- Com Educação Infantil	9.013,72	9.013,72	1.240,00	7.095,88	78,72
14.2- Com Ensino Fundamental	31.505,08	31.505,08	4.782,35	11.090,10	35,20
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.223.943,80	1.225.646,51	214.898,86	622.469,86	50,79
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					97,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.966.082,82	2.966.082,82	514.339,18	1.470.294,02	49,57
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	684.858,44	764.858,44	139.414,40	419.313,03	54,82
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	430.635,69	430.635,69	86.782,27	251.552,30	58,41
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	254.222,75	334.222,75	52.632,13	167.760,73	50,19
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.767.052,64	1.821.087,59	266.518,06	818.186,42	44,93
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	793.308,11	795.010,82	128.116,59	370.917,56	46,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	973.744,53	1.026.076,77	138.401,47	447.268,86	43,59
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.451.911,08	2.585.946,03	405.932,46	1.237.499,45	47,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-499.207,74
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					655,08
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					1.702,71
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-496.849,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.734.349,40
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,49

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	110.060,33	150.138,15	23.680,24	95.990,11	63,93
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	330.944,35	726.357,36	346.372,24	401.247,38	55,24
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	441.004,68	876.495,51	370.052,48	497.237,49	56,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.892.915,76	3.462.441,54	775.984,94	1.734.736,94	50,10
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	11.715,58	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	621.901,40	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	607.676,45	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	655,08	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	26.595,61	0,00

TUNAPÓLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 1.702,71, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Programa de Gestão Tributária



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIG para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIG.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	541.132,69	541.132,69	275.687,84	50,95
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	83.066,71	83.066,71	58.260,14	70,14
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	118.726,70	118.726,70	51.096,54	43,04
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	219.918,01	219.918,01	90.499,01	41,15
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	108.684,90	108.684,90	71.564,96	65,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.462,75	2.462,75	381,17	15,48
Dívida Ativa dos Impostos	7.113,62	7.113,62	2.528,92	35,55
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.160,00	1.160,00	1.357,10	116,99
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.323.198,59	11.323.198,59	5.605.488,24	49,50
Cota-Parte FPM	5.541.862,91	5.541.862,91	2.820.843,68	50,90
Cota-Parte ITR	2.150,56	2.150,56	47,11	2,19
Cota-Parte IPVA	259.678,82	259.678,82	137.014,20	52,76
Cota-Parte ICMS	5.388.399,48	5.388.399,48	2.596.729,22	48,19
Cota-Parte IPI-Exportação	105.704,05	105.704,05	38.222,16	36,16
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.402,77	25.402,77	12.631,87	49,73
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.402,77	25.402,77	12.631,87	49,73
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.864.331,28	11.864.331,28	5.881.176,08	49,57

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.656.424,11	3.061.684,26	1.643.032,80	53,66	1.440.781,41	47,06
Pessoal e Encargos Sociais	1.108.001,81	1.186.080,83	595.561,99	50,21	593.338,15	50,03
Outras Despesas Correntes	1.548.422,30	1.875.603,43	1.047.470,81	55,85	847.443,26	45,18
DESPESAS DE CAPITAL	105.816,80	209.588,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	105.816,80	209.588,72	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	105.816,80	209.588,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	105.816,80	209.588,72	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.762.240,91	3.271.272,98	1.643.032,80	50,23	1.440.781,41	44,04
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	801.666,68	1.220.869,64	464.048,67	28,24	363.083,28	25,20
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	801.666,68	1.220.869,64	464.048,67	28,24	363.083,28	25,20
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	801.666,68	1.220.869,64	464.048,67	28,24	363.083,28	25,20
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.960.574,23	2.050.403,34	1.178.984,13	21,98	1.077.698,13	18,84
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						20,05
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						296.999,39

Continua 2/4



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.762.503,19	2.110.914,62	988.956,99	60,19	902.242,30	62,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	977.726,85	1.103.842,40	646.920,09	39,37	531.691,69	36,90
Vigilância Sanitária	8.050,00	23.064,88	7.095,72	0,43	6.787,42	0,47
Vigilância Epidemiológica	13.960,87	33.451,08	60,00	0,00	60,00	0,00
TOTAL	2.762.240,91	3.271.272,98	1.643.032,80	100,00	1.440.781,41	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4



Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

TUNAPOLIS, 26/07/2013

ENOÍ SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Relatório Resumido de Execução Orçamentária



Município de TUNAPOLIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	13.285.602,77	
Previsão Atualizada		—	13.285.602,77	
Receitas Realizadas		2.271.275,79	6.850.996,02	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	508.309,07	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	13.285.602,77	
Créditos Adicionais		—	1.821.811,63	
Dotação Atualizada		—	15.107.414,40	
Despesas Empenhadas		1.862.086,91	8.298.037,92	
Despesas Liquidadas		2.259.026,99	6.621.208,45	
Superavit Orçamentário		—	229.787,57	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.862.086,91	8.298.037,92	
Despesas Liquidadas		2.259.026,99	6.621.208,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			11.665.673,84	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		62.000,00	-3.769,43	-6,08
Resultado Primário		56.514,59	201.718,36	356,93
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	80.512,45	0,00	80.512,45	0,00
EXECUTIVO	80.512,45	0,00	80.512,45	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	355.949,48	0,00	273.392,46	82.557,02
EXECUTIVO	355.949,48	0,00	273.392,46	82.557,02
TOTAL:	436.461,93	0,00	353.904,91	82.557,02
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.734.349,40	25%	29,49
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		604.283,88	60%	97,06
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida		512.498,35	969.648,68	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2





Município de TUNAPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	36.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		2.064,00	1.085,65
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.178.984,13	15,00	20,05
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

TUNAPOLIS, 26/07/2013

 ENOÍ SCHERER
 PREFEITO MUNICIPAL

 JANETE REMPEL BIEGER
 CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

 CLEVERSON INACIO KERKHOFF
 TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

Relatorio de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE TURVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	817.869,55	0,00
Pessoal Ativo	817.869,55	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	817.869,55	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	817.869,55	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	25.734.344,59	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,18	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.544.060,68	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.466.857,64	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	1.389.654,61	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Videira

PREFEITURA

Extrato do Contrato N. 0549/2013

Extrato do Contrato n. 0549/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO

CPF: 008.571.979-08

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANI LÚCIA PAVIANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 01 de agosto de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0549/2013

Extrato do Contrato n. 0549/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO

CPF: 008.571.979-08

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANI LÚCIA PAVIANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 01 de agosto de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0550/2013

Extrato do Contrato n. 0550/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANA APARECIDA VARELLA

CPF: 226.852.538-40

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELAINE MARTINS EM GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 03 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0554/2013

Extrato do Contrato n. 0554/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANETE BATISTA DOS SANTOS

CPF: 039.567.119-12

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIZETE GIANELLO TROMBETTA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 03 de setembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0559/2013

Extrato do Contrato n. 0559/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA CARMEN CORDEIRO DOS SANTOS

CPF: 736.101.279-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LORENI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0566/2013

Extrato do Contrato n. 0566/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE FRENZEL

CPF: 066.312.789-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SOLANGE CAMPAGNARO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 11 de junho de 2013 a 31 de julho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0573/2013

Extrato do Contrato n. 0573/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVONE FABER

CPF: 423.285.519-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0001/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0001/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA MARA CORRÊA PIRES PADILHA

CPF: 018.506.029-30

VIGÊNCIA: de 16 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0002/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0002/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NEUSELI RODRIGUES DA CRUZ

CPF: 712.953.649-72

VIGÊNCIA: de 15 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0004/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0004/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CARLIZA FIABANE
CPF: 005.896.749-43
VIGÊNCIA: de 18 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0013/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0013/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEISE ANDREOLA
CPF: 048.618.159-67
VIGÊNCIA: de 21 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0231/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0231/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JÉSSICA MOREIRA
CPF: 082.357.019-36
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0252/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0252/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLY ANDREA GONÇALVES RIBAS
CPF: 019.565.129-42
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 até 30 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0254/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0254/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA FERLIN
CPF: 083.077.329-05
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0256/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0256/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA VERZA DA ROSA
CPF: 078.920.139-97
VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2012 até 30 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0358/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0358/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA
CPF: 960.893.349-87
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2012 até 30 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0442/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0442/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TACIANA DENISE TOMASI
CPF: 008.639.469-09
VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2012 até 30 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0462/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0462/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALESSANDRA MARTIM BATISTA
CPF: 084.101.289-00
VIGÊNCIA: de 16 de abril de 2012 até 30 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0543/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0543/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANDERSON GONDIM ROQUE
CPF: 056.998.987-60
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2013 até 30 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0554/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0554/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAMILA PERONDI DRESCH
CPF: 066.782.189-90
VIGÊNCIA: de 15 de agosto de 2013 até 30 de setembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0556/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0556/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VALDIR FOSCHIERA
CPF: 831.483.539-00
VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2012 até 30 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Anexo I Edital Prévio Para Execução de Obra de Melhoria Nº 001/2013

EDITAL PRÉVIO 001/2013 ANEXO I
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA
MEMORIAL DESCRITIVO
PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

1) DO OBJETO:**PAVIMENTAÇÃO DE RUAS**

Trata-se da pavimentação com pedras irregulares assentadas sobre uma base de pedrisco, rejuntada com pó de pedra, meio-fios de concreto pré-moldado e drenagem pluvial de ruas do Lot. Vinhedo I. Os serviços deverão ser executados conforme Projeto Executivo nas seguintes ruas:

- Rua Wilmar G. Argenton
- Rua Augusto De Martini (parte)
- Rua Antonio R. Lazzari

Área total da pavimentação - 2.610,00 m²

2) DAS GENERALIDADES:

- Caberá a Empresa contratada proceder à instalação da obra dentro das normas gerais de construção. É de sua responsabilidade manter atualizados, no canteiro de obra: alvará, certidões e licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo aprovado e atualizado dos projetos, especificações, orçamentos e demais elementos que interessem ao serviço.

- Prefeitura de Videira indicará o profissional habilitado designado para fiscalização dos serviços executados pela contratada. Todas as etapas dos serviços deverão ter a aprovação prévia da fiscalização e somente serão aceitos se estiverem perfeitamente executados conforme o Projeto Executivo, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e dos prazos previstos, bem como, as solicitações do presente Edital.

- A contratada deverá manter na obra um Diário de Obra e apresentar cópia do mesmo junto com a solicitação de medição ao término de cada fase ou etapa.

- Não serão aceitos materiais e serviços que não atendam as normas específicas (NBR 9781/87 e 9780/87), projeto, caderno de encargos e este memorial descritivo.

- O canteiro de obras deverá estar de acordo com a norma de segurança vigente NR-18.

- Para facilitar o trabalho da fiscalização a contratada deverá manter na obra um Encarregado Geral, para esclarecimento de qualquer dúvida referente à execução dos serviços.

3) DA SEGURANÇA E CONVENIENCIA PUBLICA:

- Antes de qualquer atividade construtiva, a Empresa contratada deverá implantar a sinalização provisória de alerta, indicando a existência de desvios e caminhos de serviço, de bloqueios e de uma faixa ou de circulação alternada. Serão vedados desvios de tráfego pesado pelo centro da cidade, pois será de sua responsabilidade qualquer acidente que a obra possa causar até a entrega dos serviços.

- A sinalização provisória seguirá basicamente o seguinte:

Placas fixas;

Placas móveis de advertência;

Dispositivos elétricos para sinalização noturna;

Bandeirolas operadas manualmente e fitas de segurança.

- Toda a movimentação de equipamentos e as operações construtivas da obra deverão ser executadas levando-se em conta proporcionar o mínimo de incômodo aos usuários da via e pedestres.

- Deverão ser tomadas as medidas quanto à proteção nas operações de transporte dos materiais aplicados na obra, objetivando impedir o derrame ao longo das vias públicas ou no próprio local da obra.

4) DA GARANTIA CONTRATUAL:

- A Empresa vencedora da presente licitação, será notificada a comparecer para assinatura do contrato, devendo para isso efetuar o título de Garantia Contratual, recolhendo a importância de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

- A Garantia Contratual poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

a) Dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro garantia;

c) Fiança bancária.

- A Garantia Contratual somente será resgatada, na mesma modalidade em que foi feita, 60 (sessenta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo da obra e depois de cumpridas todas as obrigações contratuais. No caso de rescisão do contrato não será devolvida a Garantia Contratual, que será apropriada pela Prefeitura de Videira, exceto se a rescisão e/ou paralisação se der em decorrência de acordo com a Prefeitura de Videira ou hipóteses previstas no § 2º do inciso I do Art. 79 da Lei 8.666/93.

5) DOS EQUIPAMENTOS MINIMOS:

A Empresa proponente deverá apresentar relação explícita de propriedade ou posse dos equipamentos descritos abaixo, devendo estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo a mesma sua manutenção, isentando a contratante de

qualquer obrigação referente a estas.

Os equipamentos mínimos necessários no canteiro de obras que deverão ser utilizados para a perfeita execução dos serviços, são os seguintes:

-Um caminhão basculante tipo caçamba com capacidade mínima de transporte de 10,00 m³;

-Uma retroescavadeira;

-Chapa vibratória para compactação.

6) DA DOCUMENTAÇÃO:

- Da qualificação técnica:

 Registro da Empresa no CREA ou CAU através da Certidão de Pessoa Jurídica dentro do prazo de validade. Caso a circunscrição da Empresa não seja o Estado de Santa Catarina e esta for a vencedora da licitação, a mesma deverá providenciar o visto do CREA/SC ou CAU/SC para assinatura do contrato.

 Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado na entidade profissional competente (CREA ou CAU) e acompanhado da Certidão de Acervo Técnico que comprove que o Responsável Técnico pela Empresa ter executado obras ou serviços com características semelhantes ao objeto do presente Edital.

 Prova de possuir em seu quadro permanente, quadro societário ou mediante contrato de prestação de serviço, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior com registro no CREA ou CAU e que será obrigatoriamente o Responsável Técnico pela execução da obra.

O vínculo do profissional com a Empresa deverá ser comprovado por:

- Cópia autenticada de carteira de trabalho e cópia autenticada de registro do profissional no livro de registro da Empresa;

- Contrato Social ou alteração contratual na hipótese do sócio ser também o responsável técnico da Empresa;

- Cópia autenticada de contrato de prestação de serviço.

 Apresentar: "Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações do presente Edital e das condições locais da obra e que irá cumprir, sob pena, os prazos de execução. Os serviços deverão ser executados conforme o Projeto Executivo, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e todas as solicitações do presente Edital, objeto desta licitação. A referida declaração deverá ser assinada obrigatoriamente pelo Responsável Técnico apresentado pela Empresa proponente e que será o Responsável pela execução dos serviços e pelo proprietário da Empresa ou seu representante legal, com carimbo do Profissional e da Empresa".

 Apresentar: "Declaração de Responsabilidade Ambiental" conforme descritivo abaixo:

"Declaramos para os devidos fins que conhecemos a legislação ambiental, notadamente as relacionadas às atividades objeto deste Edital, e que:

a) Tomamos total conhecimento das obrigações constantes do objeto da presente licitação e sabendo das restrições ambientais relacionadas à preservação do meio ambiente e à minimização dos impactos ambientais advindos dos serviços previstos neste Edital, cujas ações serão criteriosamente implementadas, incluindo o monitoramento ambiental quando necessário;

b) Responsabilizamos-nos pela obtenção dos materiais necessários para a execução destes serviços de fontes devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes;

c) Assumimos a responsabilidade pela execução sem ônus a Prefeitura de Videira da limpeza de entulhos, bem como do "bota fora", focos de proliferação endêmica, higiene e pela qualidade sócio-ambiental da obra ou serviços.

A referida declaração deverá ter o número do Edital, nome da Empresa proponente e ser assinado obrigatoriamente pelo Responsável Técnico apresentado e que será o Responsável pela execução

da obra e pelo proprietário da Empresa ou seu representante legal, com carimbo do Profissional e da Empresa.

OBSERVAÇÃO:

■ Como a pavimentação será executada usando materiais pétreos, a EMPRESA CONTRATADA, antes de iniciar a obra e para receber a Ordem de Serviço, deverá apresentar a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÕES - LAO - expedida pelo órgão competente, da pedreira e a LICENÇA DO DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral para exploração de materiais pétreos. No caso de aquisição de materiais pétreos de terceiros, a CONTRATA-DA deverá apresentar as licenças solicitadas acima deste terceiro, juntamente com a declaração formal de comprometimento de fornecimento dos materiais, CONSTANDO OS QUANTITATIVOS, conforme a planilha de orçamento e assinada pelo titular das licenças.

7) DA PROPOSTA:

o A Empresa proponente deverá apresentar cronograma físico financeiro para execução dos serviços em 90 (noventa) dias.

O referido Cronograma Físico Financeiro deverá fazer parte da proposta e assinado obrigatoriamente pelo Responsável Técnico pela execução das obras, detentor do Acerto Técnico apresentado pela Empresa proponente.

8) DOS PAGAMENTOS E PRAZOS PARA EXECUÇÃO:

- Os pagamentos serão feitos conforme o Cronograma Físico Financeiro apresentado pela Empresa e de acordo com a medição feita "in loco" pelos Técnicos da Prefeitura de Videira que forneceram o Boletim de Medição para a Empresa elaborar a Nota Fiscal. Os pagamentos serão feitos em até 15 dias após a emissão da Nota Fiscal que deverá ser acompanhada pelas negativas e certidões conforme Lei, bem como, os recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas dos funcionários e cópia do Diário de Obra.

- O prazo de execução da obra será de 90 (noventa) dias.

Os prazos citados acima deverão ser cumpridos impreterivelmente, sob pena, conforme o previsto no contrato com a Empresa. No caso de haver necessidade na prorrogação no prazo de execução, a Empresa deverá solicitar por escrito e protocolado 10 (dez) dias antes do vencimento do prazo previsto no Edital. Somente será aceito a prorrogação no prazo com justificativas convincentes e comprovadas, a Prefeitura se reserva o direito de não aceitá-la, caso não a convença.

O prazo para conclusão dos serviços contará a partir da data da Ordem de Serviço.

SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO:

1) DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE VIDEIRA:

- A Prefeitura de Videira fornecerá os serviços de topografia para o alinhamento das ruas e a Patrula com o operador para nivelamento demais serviços serão de responsabilidade da empresa contratada.

Observação:

No caso da Empresa contratada encontrar rocha (laje) na instalação da drenagem pluvial, a perfuração e a detonação desta rocha será por conta da Prefeitura de Videira sendo que a retirada do material resultante da detonação bem como o seu transporte e o "bota forra" será de responsabilidade da Empresa contratada.

2) DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA:

a. A Empresa contratada somente poderá iniciar os serviços após apresentar a Garantia Contratual, a Licença Ambiental - LAO, Licença do DNPM e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela execução da obra conforme prevista no Edital, para receber a Ordem de Serviço que será fornecido pela Secretaria de Planejamento e que constará o prazo final para conclusão da obra. Deverá comparecer na Secretaria de Planejamento, impreterivelmente,

o proprietário da Empresa contratada juntamente com o Responsável Técnico da obra, para receber a Ordem de Serviço.

- Antes de iniciar os serviços deverá ser fixado em local visível placa da obra em chapa metálica nas dimensões de 1.10 x 2.20m e conforme modelo e texto fornecida a Empresa contratada.

- A Empresa executora deverá manter na obra um DIÁRIO DE OBRA, que deverá ser assinado no mínimo 03 (três) vezes por semana pelo seu Responsável Técnico NO LOCAL DA OBRA, acompanhado pelo Fiscal Técnico indicado pela Prefeitura de Videira.

b. Dos serviços iniciais:

 O preparo da cancha é de total responsabilidade da Empresa contratada, incluindo todos os serviços com máquinas e transportes necessários, sendo que a Prefeitura fornecerá somente a Patrula com operador para executar o nivelamento conforme determinação e acompanhamento do Responsável Técnico da Empresa.

 A Empresa deverá solicitar por escrito os serviços da patrula, junto ao Departamento de Serviços Urbanos que fará programação para executar os referidos serviços.

 A Empresa deverá solicitar por escrito, junto a Secretaria de Planejamento os serviços de Topografia para alinhamento das ruas a serem pavimentadas;

 Antes de iniciar o assentamento dos materiais (pedras irregulares, meio-fios e tubulação), os mesmos deverão ser conferidos e liberados pelos Técnicos da Prefeitura de Videira.

c. Dos meio-fios: Os meio-fios serão de concreto (fck15Mpa traço 1 : 3) pré-moldado alisado, dupla face e deverão ser assentados perfeitamente alinhados e nivelados com as seguintes dimensões:

1. Espessura: 0,12m base e 0,10m de topo;

2. Altura: 0,30 m;

3. Comprimento: 0,80 m.

Os meio-fios a serem assentados deverão ser inteiros e obrigatoriamente conforme as dimensões acima e não serão aceitos meio-fios danificados, trincados e/ou quebrados.

Será de responsabilidade da Empresa contratada o preenchimento com material de qualidade e compactado a parte posterior (passeios) dos meio-fios para evitar o deslocamento e desalinhamento dos mesmos com largura mínima de 50 cm.

Os meio-fios deverão ser rebaixados nos acessos dos veículos para os lotes confrontantes com a pavimentação e nas extremidades onde não houver continuidade da pavimentação de forma a garantir o travamento, conforme anotação no Projeto Executivo.

Deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da fabricação dos meio-fios contendo as quantidades e as especificações mínimas de resistência à compressão para o recebimento dos referidos serviços.

A Prefeitura de Videira a qualquer momento poderá exigir da Empresa contratada laudo de rompimento de corpos de prova em conformidade com a resistência mínima solicitada e que deverá ser emitido por órgão competente de acordo com normas da ABNT.

d. Da pavimentação: A pavimentação da rua será com pedras irregulares cortadas com dimensões de forma que para executar um metro quadrado serão necessárias no máximo de 48 unidades e assentadas sobre uma base de pedrisco de no mínimo 15 cm de altura. As pedras irregulares deverão ter formas encunhadas e deverão ser assentadas com as faces de rolamento cuidadosamente escolhidas, entrelaçadas e unidas de modo que não coincidam as juntas vizinhas, tomando-se o cuidado para que o espaçamento entre as mesmas não seja superior a 02 cm. As mesmas deverão ser assentadas niveladas, com linhas e com abaulamento de no mínimo 3 % do eixo até os meio-fios.

A base deverá ser executada obrigatoriamente com pedrisco puro, não será aceito mistura com brita e/ou outro material.

- A Prefeitura poderá a seu critério, solicitar que a Empresa contratada execute lombadas ao longo do trecho a ser pavimentado,

sem alteração do orçamento licitado.

- A compactação do calçamento será de responsabilidade da Empresa contratada e que deverá ser executado com Rolo Vibratório de cilindro liso, peso médio.

e. Do rejuntamento: Toda a pavimentação deverá ser rejuntada com uma camada de pó de pedra de no mínimo 0,05 m para preencher os vãos e travamento entre as pedras irregulares do pavimento.

Observação: O rejuntamento da pavimentação só deverá ser executado após a liberação pelos técnicos da Prefeitura de Videira.

f. Da limpeza final: A obra deverá estar totalmente limpa e sem entulhos e/ou sobras de pedras nos passeios e demais materiais necessários para execução dos serviços para a entrega final da obra.

3) DOS COMPLEMENTOS FINAIS

- Concluída a obra, a Empresa deverá solicitar o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO da mesma. Para o Termo de Recebimento provisório ser solicitado á obra deve estar:

o Totalmente limpa e sem entulhos e/ou restos de materiais pétreos depositados na rua ou no passeio.

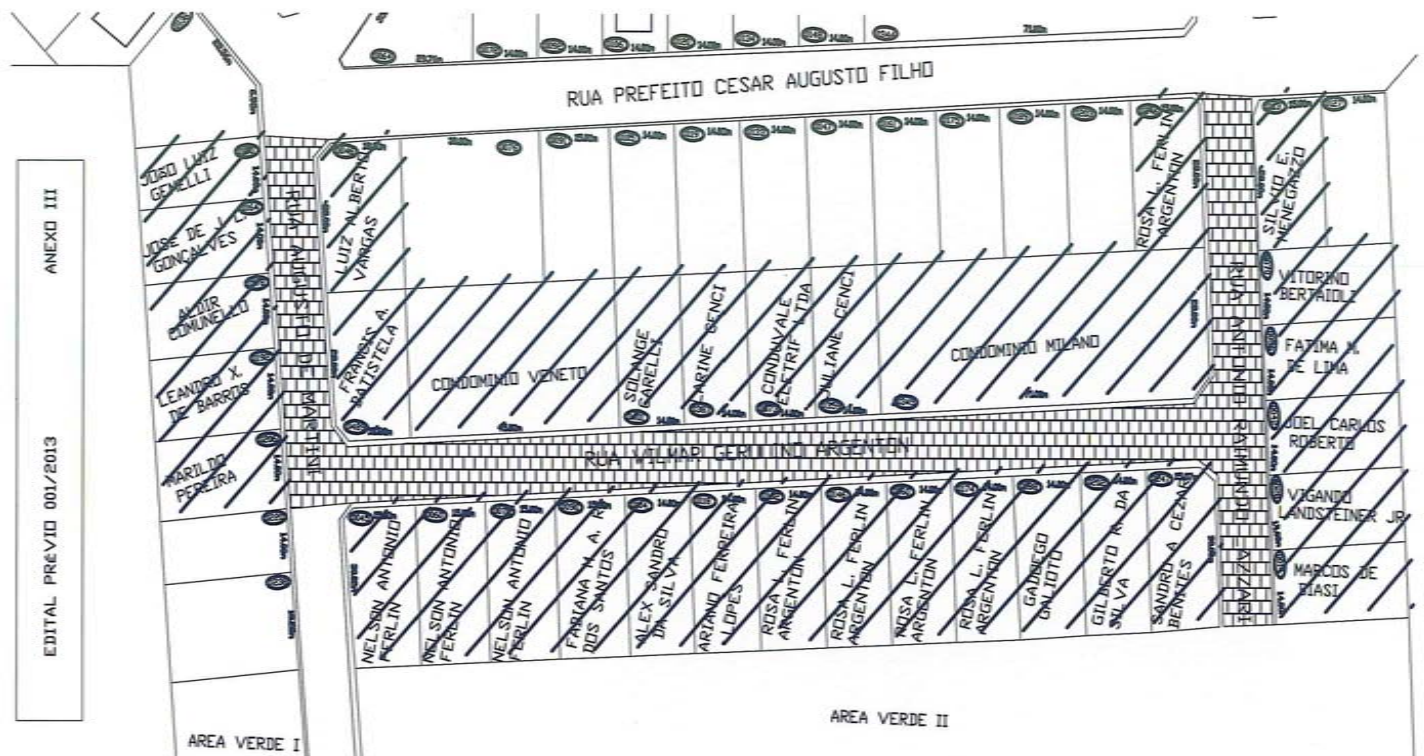
Para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra deverão ser sanados todos os itens que por ventura foram solicitados no Termo de Recebimento Provisório.

4) DAS OBSERVAÇÕES EM GERAL:

- A Empresa contratada deverá seguir as orientações técnicas da Secretaria de Planejamento, se por ventura, as orientações não forem seguidas, a Empresa poderá ter seu contrato rescindido;
- À custa das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) exigidas serão de responsabilidade da Empresa contratada;
- Os serviços deverão ser executados pela própria licitante, ficando expressamente vedada à sublocação a terceiros;

Videira, SC, 16 de julho de 2013.

Anexo III Edital Prévio Para Execução de Obra de Melhoria N° 001/2013



Anexo IV Edital Prévio Para Execução de Obra de Melhoria N° 001/2013

ANEXO IV
EDITAL PRÉVIO 001/2013
RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS

RUA ANTONIO R. LAZZARI LADO DIREITO	Área do Terreno	Testada	Área Pavim. (m2)	Valor Terreno Antes da obra
--	----------------------------	----------------	---------------------------------	--

ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.09.027.0246.001.01-01	415,07 m2	28,00	98,00 m2	32.200,00
--	-----------	-------	----------	-----------

RUA ANTONIO RAIMUNDO LAZZARI LADO ESQUERDO

MARCOS ADALBERTO BIASI 01.09.029.0014.001.01-01	341,75 m2	14,00	49,00 m2	27.280,00
--	-----------	-------	----------	-----------

VIGANDO LANDSTEINER JUNIOR 01.09.029.0020.001.01-01	393,31 m2	14,00	49,00 m2	31.440,00
--	-----------	-------	----------	-----------

JOEL CARLOS ROBERTO 01.09.029.0042.001.01-01	406,00 m2	14,00	49,00 m2	32.480,00
---	-----------	-------	----------	-----------

FATIMA MARGARETE DE LIMA 01.09.029.0056.001.01-01	406,00 m2	14,00	49,00 m2	32.480,00
--	-----------	-------	----------	-----------

VITORINO BERTAIOLI 01.09.029.0070.001.01-01	406,00 m2	14,00	49,00 m2	32.480,00
--	-----------	-------	----------	-----------

SILVIO ETELVINO MENEGAZZO 01.09.029.0113.001.01-01	414,10 m2	28,00	98,00 m2	33.120,00
---	-----------	-------	----------	-----------

RUA WILMAR G. ARGENTON LADO DIREITO	Área do Terreno	Testada	Área Pavim. (m2)	Valor Terreno Antes da obra
--	----------------------------	----------------	---------------------------------	--

NELSON ANTONIO FERLIN 01.09.026.0045.001.01-01	438,12 m2	15,00	52,50 m2	35.040,00
---	-----------	-------	----------	-----------

NELSON ANTONIO FERLIN 01.09.026.0060.001.01-01	450,00 m2	15,00	52,50 m2	36.000,00
---	-----------	-------	----------	-----------

NELSON ANTONIO FERLIN 01.09.026.0075.001.01-01	450,00 m2	15,00	52,50 m2	36.000,00
---	-----------	-------	----------	-----------

FABIANA M. A. R. DOS SANTOS 01.09.026.0090.001.01-01	450,00 m2	15,00	52,50 m2	36.000,00
---	-----------	-------	----------	-----------

ALEX SANDRO DA SILVA 01.09.026.0104.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
--	-----------	-------	----------	-----------

ARIANO FERREIRA LOPES 01.09.026.0118.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
---	-----------	-------	----------	-----------

ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.09.026.00132.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.09.026.0146.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.09.026.0160.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.09.026.0174.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
GADIEGO GALIOTO 01.09.026.0188.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
GILBERTO RECALCATTI DA SILVA 01.09.026.0202.001.01-01	420,00 m2	14,00	49,00 m2	33.600,00
SANDRO ALEX CEZAR BENITES 01.09.026.0247.001.01-01	447,20 m2	45,07	157,75 m2	44.700,00

RUA WILMAR G. ARGENTON LADO ESQUERDO

FRANCIS ALBERTO BATISTELA 01.09.027.0489.001.01-01	455,44 m2	43,00	150,50 m2	45.500,00
CONDOMINIO VENETO 01.09.026.0076.001.01-01	1.260,00 m2	45,00	157,50 m2	126.000,00
SOLANGE CARELLI 01.09.026.0401.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00
LARINE CENCI 01.09.026.0387.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00
CONDUVALE ELETRIFICACAO LTDA 01.09.026.0373.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00
JULIANE CENCI 01.09.026.0359.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00
CONDOMINIO MILANO 01.09.026.0358.001.01-01	1.983,88 m2	99,00	346,50 m2	198.300,00

RUA AUGUSTO DE MARTINI LADO DIREITO	Área do Terreno	Testada	Área Pavim. (m2)	Valor Terreno Antes da obra
JOAO LUIS GEMELLI 01.09.025.0150.001.01-01	383,60 m2	14,00	49,00 m2	30.640,00

JOSE DE JESUS LEANDRO GONCALVES 01.09.025.0164.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00
ALDIR COMUNELLO 01.09.025.0178.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00
LEANDRO XAVIER DE BARROS 01.09.025.0192.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00
MARILDO PEREIRA 01.09.025.0206.001.01-01	392,00 m2	14,00	49,00 m2	31.360,00

RUA AUGUSTO DE MARTINI LADO ESQUERDO

LUIZ ALBERTO VARGAS 01.09.027.0046.001.01-01	485,66 m2	28,00	42,00 m2	48.000,00
---	-----------	-------	----------	-----------

Videira SC, 16 de Julho de 2013

Edital Prévio Para Execução de Obra de Melhoria
EDITAL PRÉVIO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MELHORIA Nº.
001/2013

O Prefeito em exercício do Município de Videira, Estado de Santa Catarina, Lourenço Becker, atendendo disposição do CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL (Lei nº 5.172/1966) e do CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 69/85 e alterações, faz saber que será executada a obra pública de pavimentação com pedras irregulares nas Ruas Wilmar Gerolino Argenton, Rua Antonio Raimundo Lázzari e Parte da Rua Augusto De Martini, no Loteamento Vinhedo do Velho Antonio, bairro São Francisco.

Ficam CONVOCADOS os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra, que por ela será valorizado, para tomarem conhecimento dos requisitos legais:

1 - DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art.71 - inciso I da Lei 69/85)

1.1 - O memorial descreve normas para a execução dos serviços de "pavimentação com pedras irregulares assentadas sobre uma base de pedrisco, rejuntada com pó de pedra, meio-fios de concreto pré-moldados e drenagem pluvial".

1.2 - A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo I deste Edital.

2 - DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art.71 - inciso II da Lei 69/85)

2.1 - A área total das vias públicas a serem pavimentadas, objeto deste edital prévio, compreende 2.610,00 m² (dois mil, seiscentos e dez metros quadrados).

2.2 - O custo total prévio da obra corresponde a R\$ 155.916,50 (cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

2.3 - Demais especificações constam no Anexo II deste Edital (orçamento prévio).

3 - DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (art.71 - inciso III da Lei 69/85)

3.1 - O ressarcimento do valor da Contribuição de Melhoria aos cofres municipais pelos contribuintes beneficiados, terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

3.2 - A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel:
 $CM = \text{Valorização resultante da obra (individual)} \times \text{Participação dos proprietários}$
Valorização total resultante da obra

4 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art.71 - inciso IV da Lei 69/85)

4.1 - Os imóveis beneficiados em decorrência da execução da obra são os abrangidos diretamente, conforme mapa constante do Anexo III, contemplando a Rua Wilmar Gerolino Argenton, Rua Antonio Raimundo Lázzari e Parte da Rua Augusto De Martini, no Loteamento Vinhedo do Velho Antonio, bairro São Francisco.

5 - DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO (art.71 - inciso V da Lei 69/85)

5.1 - O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento) dos valores constantes no orçamento prévio (Anexo II), tendo como limite máximo o custo global da obra o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

5.2 - A parcela a ser absorvida pelo município será de 30 % (trinta por cento) do custo da obra;

5.3 - A parcela a ser absorvida pelos contribuintes será de 70 % (setenta por cento) do custo da obra, rateados proporcionalmente entre os proprietários abrangidos pela zona de influência, considerando a valorização individual de cada imóvel.

6 - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria decorrente da obra, desde que comprovada valorização dos imóveis, será paga pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo as seguintes condições:

6.1 - A Contribuição de Melhoria poderá ser paga em parcela única ou em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.

6.2 - Para os pagamentos em parcela única, desde que efetuado até a data do vencimento da primeira parcela, será concedido desconto de 20% (vinte por cento).

6.3 - O lançamento da Contribuição de Melhoria será efetuada por edital de Notificação nos termos do art. 78 da Lei 69/85 - Código Tributário Municipal.

7 - DA IMPUGNAÇÃO:

7.1 - Os elementos referidos neste Edital Prévio poderão ser impugnados no prazo de 30 (dias), a contar do 1º (primeiro) dia útil à publicação oficial pelo município, mediante requerimento dirigido à Secretaria de Planejamento.

7.2 - Não serão consideradas as reclamações ou impugnações interpostas fora do prazo concedido no item retro.

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 - A proposta de pavimentação via pública objeto deste edital, somente será executada após concluído os trâmites do processo licitatório;

8.2 - Os valores para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria serão apurados após a conclusão da obra, em conformidade com o processo licitatório, incluindo-se quando necessário os aditivos de adequação de projeto.

Videira SC, 16 de Julho de 2013.

ARNALDO POSANSKE

LOURENÇO BECKER

Secretário de Planejamento

Prefeito Municipal Interino

ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO II - ORÇAMENTO PRÉVIO

ANEXO III - ÁREA DE DELIMITAÇÃO

ANEXO IV - LISTA DE PROPRIETÁRIOS

CÂMARA MUNICIPAL**Emenda a Lei Orgânica N° 26****EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 26**

Acrescenta o inciso XIX ao artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA propõe, nos termos do artigo 31, I da Lei Orgânica do Município de Videira e, a Mesa da Câmara de Vereadores promulga, nos termos do artigo 31, § 2º, a seguinte Emenda ao texto legal:

Art. 1º O artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Videira passa a vigorar acrescido do inciso XVIII com a seguinte redação:

“Art. 87 Ficam criados os seguintes conselhos:

()

XIX - Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira - COMUPAVI.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Videira, 23 de julho de 2013.

Mesa Diretora

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI

Presidente

MARCELO KUMM CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Presidente Secretária

Vitor Meireles

PREFEITURA**Decreto N° 38/2013****DECRETO 38/2013**

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Friagem - 1.3.3.2.1 e Geada - 1.3.3.2.2, conforme IN/MI nº 01/2012.

O Senhor LOURIVAL LUNELLI, Prefeito do município de Vitor Meireles, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso XXX, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município, de 12/09/1990 e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I - Considerando que a ocorrência da Nevasca (Ocorreu Nevasca em toda a parte do município, porém não há codificação para esse tipo de desastre) e Friagem ocorrida na madrugada do dia 23 de julho de 2013 e a forte Geada ocorrida na madrugada do dia 24 de julho de 2013 em todo o território do Município de Vitor Meireles, principalmente na área rural;

II - Que em decorrência dos seguintes danos ocasionados ao setor agrícola do Município de Vitor Meireles, em especial aos danos e estragos ocasionados nos reflorestamentos de eucalipto e pinos, canteiros de fumo, plantações de fumo, batata, aipim entre outras atividades agrícolas, assim como as pastagens. Considerando que a produção de leite e o plantio de fumo são as principais atividades econômicas do Município, a qual gera a renda aos agricultores. As consequências geradas pela neve, friagem e geada, poderão

desencadear problemas de ordem econômica grave a muitas famílias de Vitor Meireles e região. Causando impossibilidade dos produtores rurais honrarem com as dívidas relativas à empréstimos, ocasionando maior situação de endividamento;

III - Que o parecer do Conselho da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Friagem - 1.3.3.2.1 e Geada - 1.3.3.2.1, conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 25 de Julho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato N° 19/2011

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 019/2011

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n°. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 1122, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Lourival Lunelli, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, n° 12, Bairro Sabugueiro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO J C LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.898.011/0001-54 estabelecida a Rua Princesa Isabel, n° 884, Bairro Bela Vista, Cidade de Ibirama - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório n° 43/2011, da TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, homologado em 01/11/2011, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado até o dia 21/12/2013, devido, a regularização da área de intervenção da obra, as demais cláusulas do Termo de Contrato 19/2011, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, 24 de julho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

CONST. E MAT. DE CONSTRUÇÃO J C LTDA
Empresa

Testemunhas:
SANDRO LUNELLI
Cpf: 064.162.869-20

CLAUDINEI FELICIANO
Cpf: 042.800.449-02

Ata de Registro de Preços N° 26/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N°. 26/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 23 de Julho de 2013, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços n°. 26/2013, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 23/07/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISICAO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Itens	Vencedor	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Negoc.	Vlr Total
00005	CELIA REGINA W. SANI ME	175,00000	1,8000	1,8000	315,0000
00009	CELIA REGINA W. SANI ME	600,00000	2,7500	2,7500	1.650,0000
00012	CELIA REGINA W. SANI ME	650,00000	2,9700	2,9700	1.930,5000
00013	CELIA REGINA W. SANI ME	650,00000	2,9700	2,9700	1.930,5000
00015	CELIA REGINA W. SANI ME	300,00000	1,6200	1,6200	486,0000
00018	CELIA REGINA W. SANI ME	40,00000	2,7300	2,7300	109,2000
00020	CELIA REGINA W. SANI ME	35,00000	1,6200	1,6200	56,7000
00022	CELIA REGINA W. SANI ME	300,00000	0,7600	0,7600	228,0000
00023	CELIA REGINA W. SANI ME	50,00000	1,0500	1,0500	52,5000
00024	CELIA REGINA W. SANI ME	150,00000	1,6200	1,6200	243,0000
00025	CELIA REGINA W. SANI ME	60,00000	1,9200	1,9200	115,2000
00029	CELIA REGINA W. SANI ME	1.000,00000	2,0600	2,0600	2.060,0000
00030	CELIA REGINA W. SANI ME	250,00000	0,9100	0,9100	227,5000
00031	CELIA REGINA W. SANI ME	200,00000	1,5600	1,5600	312,0000
00032	CELIA REGINA W. SANI ME	100,00000	1,5600	1,5600	156,0000
00033	CELIA REGINA W. SANI ME	200,00000	2,4700	2,4700	494,0000
00036	CELIA REGINA W. SANI ME	20,00000	26,0000	26,0000	520,0000
00038	CELIA REGINA W. SANI ME	5,00000	6,7600	6,7600	33,8000
00043	CELIA REGINA W. SANI ME	35,00000	7,8000	7,8000	273,0000
Total do Fornecedor:		11.192,9000			
00001	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	80,00000	8,6500	8,6500	692,0000

00002	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	500,00000	8,8000	8,8000	4.400,0000
00003	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	75,00000	7,2000	7,2000	540,0000
00004	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	175,00000	2,2500	2,2500	393,7500
00006	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	450,00000	7,5000	7,5000	3.375,0000
00011	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	50,00000	3,2400	3,2400	162,0000
00035	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	15,00000	7,4000	7,4000	111,0000
00040	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	20,00000	2,9000	2,9000	58,0000
00042	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	100,00000	45,0000	45,0000	4.500,0000
00044	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	80,00000	29,4000	29,4000	2.352,0000
00045	ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP	300,00000	2,9000	2,9000	870,0000
Total do Fornecedor: 17.453,7500					
00007	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	165,00000	1,8100	1,8100	298,6500
00014	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	300,00000	2,9900	2,9900	897,0000
00017	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	30,00000	8,9000	8,9000	267,0000
00019	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	75,00000	2,5500	2,5500	191,2500
00021	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	300,00000	0,8800	0,8800	264,0000
00027	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	240,00000	2,9900	2,9900	717,6000
00028	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	50,00000	5,2000	5,2000	260,0000
00037	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	5,00000	80,8000	80,8000	404,0000
00039	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	6,00000	16,8900	16,8900	101,3400
00041	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	25,00000	2,7800	2,7800	69,5000
Total do Fornecedor: 3.470,3400					
00008	TAYU QUIMICA LTDA ME	150,00000	2,6500	2,6500	397,5000
00010	TAYU QUIMICA LTDA ME	300,00000	3,8000	3,8000	1.140,0000
00016	TAYU QUIMICA LTDA ME	30,00000	3,5800	3,5800	107,4000
00026	TAYU QUIMICA LTDA ME	65,00000	5,8000	5,8000	377,0000
00034	TAYU QUIMICA LTDA ME	250,00000	28,8500	28,8500	7.212,5000
Total do Fornecedor: 9.234,4000					
Total de Itens: 41.351,3900					

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato

somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº. 26/2013 e seus anexos;



b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos

resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 23 de Julho de 2013.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

CELIA REGINA W. SANI ME

ROBSON NATANAEL CHIQUIO

Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP

TIAGO LUIZ FOSSA

Contratada

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

THIAGO SIMAO WEISS

Contratada

TAYU QUIMICA LTDA ME

EDSON CESAR NAZARIO

Contratada

Associações

EGEM

2 Aditivo ao Edital N° 31/2013

ADITIVO AO EDITAL N° 31/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA CAPACITAÇÃO SOBRE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração da data de realização da Capacitação sobre Trabalho Social com Famílias no Sistema Único de Assistência Social, a realizar-se em Lages de acordo com o edital n° 31/2013 publicado em 02/04/2013.

Cidade/Local

Lages - SC

Auditório da Associação dos Municípios da Região Serrana- AMURES

Rua Otacílio Vieira da Costa, 112

Período das inscrições	02/04/2013 a 09/09/2013
Vencimento do boleto de cobrança	09/09/2013
Homologação das inscrições	11/09/2013
Período de realização	23 e 24 de outubro de 2013
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 24 de julho de 2013.

Aditivo ao Edital N° 55/2013 _Técnica Legislativa

ADITIVO AO EDITAL N° 55/2013 CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO SOBRE TÉCNICA LEGISLATIVA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração da data de realização e inscrição da Capacitação sobre Técnica Legislativa na Política de Assistência Social, a realizar-se em Campos Novos de acordo com o edital n° 55/2013 publicado em 02/07/2013.

Cidade/Local

Campos Novos/SC

Auditório da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC

Rua São João Batista, 347

Bairro: Centro

Período das inscrições	02/07 à 15/08/2013
Vencimento do boleto de cobrança	15/08/2013
Homologação das inscrições	20/08/2013
Período de realização (CAPACITAÇÃO)	29 e 30/08/2013
Período de realização (ASSESSORIA)	21/10/2013
Carga horária total	30 horas/aula
Quantidade de vagas	50 vagas

Florianópolis, 24 de julho de 2013.

Consórcios

AGIR

Ata N° 026 de 06.06.2013 - Assembleia Geral Extraordinária - AGIR

ATA N° 026/2013 DE 06 DE JUNHO DE 2013 DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição n° 1.250, Página 197, de 03.06.2013, no site e no mural da AGIR, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os representantes legais do Consórcio Público, no Auditório Lino Grützmaier, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às treze horas em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação a mesma foi aberta às treze horas e trinta minutos em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Moacir Polidoro, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do município de Ascurra. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhorita Diandra Mendes Medeiros - Ouvidora da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Hartwig Persuhn, Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do município de Doutor Pedrinho; senhor Fernando Tomaselli, Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Laércio D. Schuster Jr., Prefeito do município de Timbó; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do município de Indaial; senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do município de Gaspar; senhor Nicanor Morro, Prefeito do município de Apiúna; senhor Osnir Floriani, Prefeito em exercício do município de Benedito Novo; senhor Napoleão Bernardes Neto, Prefeito do município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do município de Botuverá; senhor Matias Kohler, Prefeito do município de Guabiruba; senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do município de Pomerode; e senhor Paulo Roberto Weiss, Prefeito do município de Rodeio; além de outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e Apreciação da Ata Anterior; 2 - Concurso Público; 3 - Fortalecimento Institucional; 4 - Capacitação Servidores AGIR; 5 - Ratificação Resolução n° 022/2013; 6 - Alteração do Protocolo de Intenções, do Estatuto Social e do Estatuto dos Servidores; 7 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Moacir Polidoro agradeceu a presença de todos, convidando o senhor Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, para fazer parte da mesa e auxiliá-lo na condução dos trabalhos. Em ato seguinte, referente ao item um da pauta, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos, para proporcionar ciência aos presentes, o senhor Heinrich Luiz Pasold foi convidado pelo senhor Moacir Polidoro a realizar explicações sobre o concurso público, explanou sobre o andamento do processo e suas informações, tais como: dispensa de licitação; lançamento do edital, que está previsto para segunda-feira dia 10 de junho de 2013; prazo de inscrições, cargos, salários, qualificações requeridas etc. Tratando-se sobre o item três, Fortalecimento Institucional, o senhor Heinrich Luiz Pasold, com a contribuição da senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR, informou os contatos que a AGIR vem realizando, tais como: entrevistas em rádios nos municípios de Timbó e Blumenau que já foram realizadas, a próxima será em Brusque; visita as Câmaras Municipais

de Brusque, Blumenau, Indaial, Ascurra e Benedito Novo já foram realizadas, entretanto a AGIR permanece mantendo contato para criar mais proximidade com as entidades; participação nas reuniões dos Conselhos Municipais de Saneamento Básico de Blumenau e Gaspar, a próxima participação será em Brusque; contato com entidades municipais, por exemplo, a Vigilância Sanitária, onde em Blumenau a agência teve a oportunidade de realizar uma reunião para ambas se conhecerem melhor. Ainda sobre o fortalecimento institucional relata-se a atualização constante nas redes sociais: Facebook e Twitter, bem como a criação e envio com as principais ações e notícias da AGIR através do Newsletter. Tratando-se sobre o item quatro, o senhor Heinrich Luiz Pasold, explanou as capacitações que os servidores da AGIR vêm realizando, enfatizou a participação do servidor André Domingos Goetzinger na 43ª ASSEMAE, onde a AGIR foi exposta como referência para as demais agências de regulação devido a sua transparência; e também explicou como está sendo importante a troca de informação e experiência com outras agências reguladoras através dos eventos. Sobre a Ratificação da Resolução nº 022/2013, a qual autoriza a contratação do advogado Luciano Gabriel Henning, item cinco da pauta, o senhor Heinrich Luiz Pasold informou que neste momento é de suma importância a contratação de um Advogado em virtude da grande demanda de análises e pareceres técnicos para assinar. Colocada em votação a referida contratação realizada através da Resolução nº 022/2013 é aprovada por todos. Adiante, acerca da Alteração do Protocolo de Intenções, do Estatuto Social e do Estatuto dos Servidores (item seis), o senhor Heinrich Luiz Pasold informa que os modelos do projeto de lei foram protocolados em todos os municípios e enviados por e-mail aos gabinetes e assessorias jurídicas para agilizar o processo. Relembrou ainda aos consorciados sobre o envio e os encaminhamentos necessários. Como último item da ordem do dia, em assuntos gerais, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt coloca para ratificação dos presentes a Resolução nº 027/2013, a qual estabelece os valores de rateio para o município de Brusque, recém-consorciado à AGIR; informa ainda que o respectivo município pagará seu rateio e taxas retroativos ao mês de maio. Colocada em votação, a referida Resolução foi aprovada por todos os consorciados presentes. Ainda em assuntos gerais, a pedido do senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do município de Gaspar, o senhor Heinrich Luiz Pasold informa a intenção de pensarmos o transporte coletivo e seus reajustes também de forma integrada, sendo que o senhor Moacir Polidoro e o senhor Napoleão Bernardes Neto solicitam a inclusão destes serviços na área de abrangência da AGIR, o que demonstra-se como interesse pelos demais consorciados presentes. Dessa forma, fica designada à equipe da AGIR a estudar e apresentar uma proposta futura para a inclusão dos serviços de transporte público como área de regulação da AGIR. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Moacir Polidoro agradeceu a presença de todos, encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, determinando que eu Diandra Mendes Medeiros, secretária "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MOACIR POLIDORO
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR
Prefeito do Município de Ascurra/SC.

DIANDRA MENDES MEDEIROS
Secretária "ad hoc"
Ouvidora da AGIR.

ARIS

Extrato Contrato - Processo Licitatório 23/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2013

DISPENSA Nº 11/2013

OBJETO: Prestação de serviços de apoio e instrução jurídica, por meio de encomenda de informações técnicas e pareceres escritos, recebimentos de boletins periódicos e edições mensais da revista digital através de acesso a rede mundial de computadores

CONTRATADA: GESTÃO PÚBLICA ON LINE S/C LTDA

CNPJ: 07.682.209/0001-21.

VALOR: R\$ 666,50 (Seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) mensais.

Florianópolis, 24 de junho de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Extrato Contrato - Processo Licitatório 24/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2013

DISPENSA Nº 12/2013

OBJETO: Aquisição de mobiliário e cadeiras para compor ambientes dos departamentos da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento -ARIS.

CONTRATADA: AMN Indústria e Comércio de Móveis Ltda ME.

CNPJ: 04.527.168/0001-00.

VALOR: R\$ 8.765,25 (Oito mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) mensais.

Florianópolis, 23 de julho de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Extrato Contrato - Processo Licitatório 25/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2013

DISPENSA Nº 13/2013

OBJETO: Aquisição de material gráfico de expediente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento -ARIS.

CONTRATADA: Rocha Gráfica e editora Ltda.

CNPJ: 95.833.307/0001-80.

VALOR: R\$ 7.685,31 (Sete mil seiscentos e oitenta cinco reais e trinta e um centavos) mensais.

Florianópolis, 25 de julho de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIGA**Extrato Contrato 188 - PGT - Indaial**

Extrato de Contrato n° 188/2013

Programa de Gestão Tributária - Indaial

CONTRATANTE: Município de Indaial

CNPJ: 83.102.798/0001-00

CONTRATO MUNICIPAL N°: 133/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 17 de junho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 189 - Programa - Sombrio

Extrato de Contrato n° 189/2013

Contrato de Programa - Sombrio

CONTRATANTE: Município de Sombrio

CNPJ: 82.963.216/0001-17

CONTRATO MUNICIPAL N°: 95/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Sombrio e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Sombrio no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Sombrio, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua

publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 16 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 190 - Rateio - Sombrio

Extrato de Contrato n° 190/2013

Contrato de Rateio - Sombrio

CONTRATANTE: Município de Sombrio

CNPJ: 82.963.216/0001-17

CONTRATO MUNICIPAL N°: 96/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Sombrio e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa n° 95/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 16 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 191 - PGT - São João do Itaperiú

Extrato de Contrato n° 191/2013

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - São João do Itaperiú

CONTRATANTE: Município de São João do Itaperiú

CNPJ: 95.954.442/0001-83

CONTRATO MUNICIPAL N°: 44/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 22 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO**Atestado de Aprovação N°. At0019**

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS N° 0002/2013
MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

ANEXO IV**ATESTADO DE APROVAÇÃO N°. AT0019**

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de materiais, APROVAMOS os seguintes com as respectivas MARCAS/ MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa Dimaci/SC - Material Cirúrgico Ltda.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCAS/MODELO
8	rolo	Algodão hidrófilo, com fibras 100% algodão altamente absorvente. Rolo 500 gramas.	NEVOA
162	caixa	Luva de procedimentos tamanho G - em látex, lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades.	DESCARPACK
163	caixa	Luva de procedimentos tamanho M - em látex, lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades.	DESCARPACK
164	caixa	Luva de procedimentos tamanho P - em látex, lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades.	DESCARPACK
165	caixa	Luva de procedimentos tamanho PP - em látex, lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por u. caixa com 100 unidades.	DESCARPACK

Fraiburgo SC, 24 de julho de 2013.

ÂNGELA GIACOMIN

Membro da Comissão Especial/Resolução n° 007/2013

PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA

Membro da Comissão Especial/Resolução n° 007/2013

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução n° 007/2013

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução n° 007/2013

CIS/AMFRI**Extrato de Edital de Chamamento Para Credenciamento.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAI - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, composto por dez municípios, sendo Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, inscrito no CNPJ sobre n.º 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, n.º 1655 - Bairro São Vicente no município de Itajaí-SC, fone (047)3404-8000 com dados na página www.amfri.org.br, faz, de acordo com disposto no Protocolo de Intenções, o seu Estatuto e ainda com a Lei Federal n.º 11.107 de 06/04/2005 e no cumprimento do disposto no art. 25 c/c art. 34 § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como ao disposto na Portaria n. 1606/GM/2001 c/c Resolução CIS-AMFRI n. 04/2013, o Chamamento Público para ingresso de interessados na modalidade Credenciamento, sendo pessoas física e jurídica, da área da saúde, para prestação de serviços de acordo com a Tabela Descritiva do CIS-AMFRI. A relação de preços, documentos necessários para o Credenciamento e demais informações poderão ser encontradas no sítio eletrônico acima referido, ou ainda, na sede do Consórcio.

Itajaí/SC, 24 de julho de 2013.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Presidente do CIS-AMFRI

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo - CIS-AMFRI

CIS/AMOSC**Extrato do Edital de Chamamento N° 02/2013**

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO N° 02/2013

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, com sede Av. Getúlio Vargas, 571-S, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consoante com as disposições da Lei nº 8.666/93, TORNA PÚBLICO que estará realizando inscrições para credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde:

ESPECIALIDADE	PROCEDIMENTO
Medicina Hiperbárica	Sessão de Oxigenoterapia Hiperbárica

Maiores informações bem como cópia deste Edital está à disposição dos interessados no CIS-AMOSC, na Av. Getúlio Vargas, nº 571-S, Centro, Chapecó - SC, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (49) 3319-3212 ou no endereço eletrônico: www.amosc.org.br

Chapecó-SC, 25 de julho de 2013.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho Presidente CIS-AMOSC